A POLÍTICA NO COTIDIANO:

Contribuições teóricas e práticas da Psicologia Social

Organizadores

LUIZ CARLOS CASTELLO BRANCO RENA
FRANCISCO JOSÉ MACHADO VIANA
LETÍCIA GONÇALVES, INGRID ALMEIDA RAMOS
MARÍLIA NOVAIS DA MATA MACHADO

CAMINHÕES TRANSPORTAM OS ESTUDANTES PRESOS NO CONGRESSO DA UNE EM IBIÚNA (12 DE OUTUBRO DE 1968)

ABRAPSO EDITORA

A política no cotidiano: contribuições teóricas e práticas da Psicologia Social

Organizadores

Luiz Carlos Castello Branco Rena

Francisco José Machado Viana

Letícia Gonçalves, Ingrid Almeida Ramos e

Marília Novais da Mata Machado

ABRAPSO EDITORA

Porto Alegre

2016

Sobre a ABRAPSO

A ABRAPSO é uma associação sem fins lucrativos, fundada durante a 32ª Reunião da SBPC, no Rio de Janeiro, em julho de 1980. Fruto de um posicionamento crítico na Psicologia Social, desde a sua criação, a ABRAPSO tem sido importante espaço para o intercâmbio entre estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais, docentes e pesquisadores. Os Encontros Nacionais e Regionais da entidade têm atraído um número cada vez maior de profissionais da Psicologia e possibilitam visualizar os problemas sociais que a realidade brasileira tem apresentado à Psicologia Social. A revista *Psicologia & Sociedade* é o veículo de divulgação científica da entidade.
http://www.abrapso.org.br/

Diretoria Nacional da ABRAPSO 2014-2015

Presidente: Aluísio Ferreira de Lima
Primeiro Secretário: Marcelo Gustavo Aguilar Calegare
Segundo Secretário: Leandro Roberto Neves
Primeira Tesoureira: Deborah Christina Antunes
Segunda Tesoureira: Renata Monteiro Garcia
Suplente: Carlos Eduardo Ramos
Primeira Presidenta: Silvia Tatiana Maurer Lane (gestão 1980-1983)

Equipe editorial

Ana Lídia Campos Brizola
Cleci Maraschin
Neuza Maria de Fatima Guareschi

Conselho Editorial

Ana Maria Jacó-Vilela – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Andrea Vieira Zanella - Universidade Federal de Santa Catarina
Benedito Medrado-Dantas - Universidade Federal de Pernambuco
Conceição Nogueira – Universidade do Minho, Portugal
Francisco Portugal – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Lupicinio Íñiguez-Rueda – Universidad Autonoma de Barcelona, España
Maria Lívia do Nascimento - Universidade Federal Fluminense
Pedrinho Guareschi – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Peter Spink – Fundação Getúlio Vargas

Revisão: Gerusa Bondan e Juliana Frainer
Editoração: Spartaco Edições
Capa: Studio S

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons
Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir da obra, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Ficha Catalográfica elaborada por Juliana Frainer CRB 14/1172

P779

A política no cotidiano: contribuições teóricas e práticas da Psicologia Social / Luiz Carlos Castello Branco Rena... [et al.] (Organizadores) – Porto Alegre: ABRAPSO, 2016.

311 p.

Inclui Bibliografia

ISBN: 978-85-86472-29-9

1. Psicologia Social. 2. Psicologia social – história 3. Problemas sociais. 4. Processos Políticos. 5. Direitos humanos. I. Rena, Luiz Carlos Castello Branco. II. Viana, Francisco José Machado. III. Gonçalves, Letícia. IV. Ramos, Ingrid Almeida. V. Machado, Marília Novais da Mata. VI. Título.

CDU – 316.6
CDD – 302

Apoio:

PUC Minas

FAPEMIG

Sumário

Prefácio 05
Aluísio Ferreira de Lima

Apresentação 11
Luiz Carlos Castello Branco Rena, Francisco José Machado Viana, Letícia Gonçalves, Ingrid Almeida Ramos, Marília Novais da Mata Machado

Em memória de Marcus Vinicius de Oliveira Silva, o Marcus Matraga..... 17
Francisco José Machado Viana

Parte I

Tributo aos psicólogos e psicólogas mortos e perseguidos pela ditadura

Psicólogas e psicólogos: histórias que integram a memória da luta pela Liberdade..... 23
Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes

A colaboração do CRP/Minas na reparação às vítimas de tortura 41
Robson Sávio Reis Souza

Sequelas psicológicas da tortura: enquadre clínico transcultural com intérprete, diagnóstico quali-quantitativo e orientações psicossociais... 51
Alfredo Guillermo Martín

A Psicologia Social no enfrentamento à ditadura 73
Marília Novais da Mata Machado

Parte II

Psicologia Social contemporânea: formação, práticas, história

Perspectivas teóricas e análise de fenômenos políticos: contribuições para a formação em Psicologia Social 85
Frederico Alves Costa, Amanda Layse de Oliveira Feitosa e *Lívia Barbosa Lima*

Educação: a extensão na escola e a formação em Psicologia Social 112
Érica Silva Fróis, Luiz Carlos Castello Branco Rena e Maria dos Anjos Lara e Lanna

Os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) de Fortaleza/ CE e o desafio da realização de ações de saúde mental em tempos de retrocesso 140
Aluísio Ferreira de Lima

O papel do psicólogo nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Minas Gerais: avanços e desafios 153
Luiz Felipe Viana Cardoso e *Maria de Fátima A. de Queiroz e Melo*

Parte III

Revisitando o feminismo

Uma colcha de retalhos: legado feminista para a Psicologia Social 179
Maria Ignez Costa Moreira

Surgimento dos movimentos de prostitutas (1964-1989): ditadura, feminismo, violência e religião 198
Letícia Cardoso Barreto

Parte IV

Psicologia Social, direitos humanos e direitos sexuais

Relações de gênero e sexualidades: desafios e tensões no campo dos direitos sexuais 230
Juliana Perucchi

Psicologia, mediação de conflitos e educação em direitos humanos .. 244
Adriana M. Amado da Costa de Andrade e Rubens Ferreira do Nascimento

Políticas públicas, direitos humanos e democracia: contribuições para um conhecimento crítico sobre processos psicopolíticos 286
Andréa Moreira Lima

Sobre os autores 302

Prefácio

por

Aluísio Ferreira de Lima

“Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça!”:

prefácio de um livro que faz resistência ao esquecimento e luta pela transformação ainda por vir

> “E de fato, quando Ulisses chegou, as poderosas cantoras não cantaram, seja porque julgavam que só o silêncio poderia ainda conseguir alguma coisa desse adversário, seja porque o ar de felicidade no rosto de Ulisses – que não pensava em outra coisa a não ser em cera e correntes – as fez esquecer de todo e qualquer canto” (Kafka, 2002, pp.104-105).

O silêncio das sereias foi a arma mais poderosa contra Ulisses, disse Kafka (2002); dele, o herói da *Odisséia* (Homero, 2014) não conseguiu escapar. Ulisses, preocupado com a cera e as correntes, expressou a espantosa surdez de quem é surdo e não conseguiu distinguir se o sofrimento era do canto, do aprisionamento ou do silêncio. Horkheimer e Adorno (1985), ao realizarem a leitura da história de Ulisses, disseram, ao explorar essa surdez, que ela

representa a alegoria da formação do sujeito pela dominação da natureza e pela autorrepressão, paradigma da violência utilizada para o estabelecimento da razão instrumental.

Entretanto, é possível dizer que lidar com o silêncio das sereias não foi o maior desafio de Ulisses; sua maior luta, em toda Odisséia, é contra a tentação do esquecimento. Não por acaso, no episódio dos Lotófagos, foi inaugurada essa grande tentação que perdura na Odisséia inteira. Os Lotófagos não ameaçam, nem matam, mas, de forma muito pior, oferecem o eterno presente do esquecimento. O episódio adianta, desde o início, que a luta de Ulisses para voltar a Ítaca é, precisamente, uma luta pela manutenção da memória. Não apenas uma memória estática, que garante uma reprodução, tal como ocorre quando se resgatam dados presentes na gravação em um *hd* de computador, mas uma memória viva, que não cessa de permanecer atual.

Em suas famosas teses "Sobre o conceito de história", de 1940, Walter Benjamin falou sobre essa forma de recuperação da memória que, em seu processo de articular historicamente o passado, não pretende conhecê-lo, tal como ele realmente foi, mas refere-se a um "apoderar-se de uma recordação (*Erinnerung*) quando ela surge como um clarão num momento de perigo" (Benjamin, 2012, p. 11). A lembrança, como elemento imprescindível da história, não se apresenta como o objeto que ocupa um lugar vazio, mas aquilo que preenche o tempo-agora (*Jetztzeit*). A exigência da memória, que os vários textos de Benjamin ressaltam com força, traz consigo os perigos do silêncio e o desafio da narração sobre a dificuldade da transmissão do que é lembrado. Isso porque a rememoração significa, também, a atenção precisa ao presente, sobretudo ao que se repete no presente, pois não se trata apenas de não esquecer o passado, mas de agir sobre o presente.

Não é por acaso, portanto, que precisamos inventar estratégias e mecanismos de rememoração. Nós recolhemos documentos, fotografias, organizamos eventos, publicamos livros, números

especiais etc. No caso deste livro, o esforço de "rememoração" (*Eingedenken*) proposto pelos diferentes capítulos é coletivo, político e implicado. Tal como foi o "XIX Encontro Regional da Abrapso Minas", que teve como tema "A política no cotidiano: contribuições teórico-práticas da Psicologia Social", realizado em Betim, em 2014, ano que coincidiu com o 50º aniversário do golpe de 1964.

O tema desse encontro não poderia ter sido mais preciso. Ele apresentou as preocupações diante dos perigos de retrocesso, em um momento de otimismo frente ao governo brasileiro e das conquistas importantes, sempre insuficientes perante nossa dívida histórica. Afinal, vivemos no país do "jeitinho" e da experiência sempre no limite da legalidade. Lugar onde a palavra "vítima" não faz parte do vocabulário que se refere aos desaparecidos, em sua maioria vítimas de tortura e de assassinato durante a ditadura. Uma sociedade, onde as políticas de esquecimento fazem parte da agenda política e uma elite corrupta e criminosa governa um povo resignado e submisso, alimentado por uma rede midiática podre e sem escrúpulos.

Nesse sentido, o encontro foi uma intervenção no presente, tornando os trabalhos que geraram os textos desse livro, organizados de forma extremamente competente por Luiz Carlos Castello Branco Rena, Francisco José Machado Viana, Letícia Gonçalves, Ingrid Almeida Ramos e Marília Novais da Mata Machado, documentos de resistência contra essa política do esquecimento. Isso ficará evidente para o leitor na parte I, dedicada ao "Tributo aos psicólogos e psicólogas mortos e perseguidos pela ditadura", quando a *exceção* que constitui a política da memória brasileira é relembrada, bem como seu projeto e estratégias de esquecimento diante da ditadura civil militar de 1964 a 1985. Esses primeiros capítulos preparam nossos sentidos para as discussões que são apresentadas a seguir, na parte II, que trata da "Psicologia Social contemporânea: formação, práticas, história". Nela, são agregados os textos que discutem as

questões de formação, as práticas de extensão, de atenção primária à saúde mental, de atuação em centro de referência de assistência social. A parte III, "Revisitando o feminismo", retoma o fio da história para lembrar o legado feminista para a Psicologia Social e afirma a potência do Movimento de Prostitutas. A temática do feminismo faz a abertura da parte IV do livro, que recebeu o título "Psicologia Social, direitos humanos e direitos sexuais", e avança em discussões extremamente oportunas para o nosso atual momento histórico, quando a democracia passa a ser definitivamente odiada por uma elite que faz uso de símbolos e apoia os dispositivos mais corruptos, antidemocráticos e violentos possíveis.

O livro é potente no que se refere à provocação do pensamento crítico e ao convite para a ação na contemporaneidade. Ele é também extremamente oportuno: afinal, vivemos em um país onde as estruturas de poder quase nunca mudaram desde a colonização até as alianças que promoveram o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff que foi torturada durante o período da ditadura civil militar e é julgada pela segunda vez por sujeitos que deveriam estar no banco dos réus. O livro expressa, enfim, o espírito de resistência que possibilitou a organização de pesquisadores, professores, estudantes e militantes oferecendo as condições para a fundação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), em 1980. Contra as políticas do esquecimento, que tanto têm contribuído para a repetição, este livro parte da luta contra o esquecimento, convocando o(a) leitor(a) para o acontecimento ainda por vir, apostando na transformação e na emancipação que ainda está por realizar-se.

Aluísio Ferreira de Lima
Presidente da ABRAPSO, Gestão 2014-2015
Fortaleza, setembro de 2016.

Referências

Benjamin, W. (2012). Sobre o conceito de história. In *O anjo da história* (pp. 7-20). Belo Horizonte: Autêntica.

Homero. (2014). *Odisséia.* São Paulo: Cosac Naify.

Horkheimer, M & Adorno, T. W. (1985). *Dialética do esclarecimento* (pp. 113-153). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Kafka, F. (2002). O silêncio das sereias. In *Narrativas do espólio*: (1914-1924) (pp. 104-106). São Paulo: Companhia das Letras.

Apresentação

por

Luiz Carlos Castello Branco Rena, Francisco José Machado Viana, Letícia Gonçalves, Ingrid Almeida Ramos e Marília Novais da Mata Machado

Apresentação

O XIX Encontro Regional da Abrapso Minas, realizado em Betim, em 2014, coincidiu com o 50º aniversário do golpe de 1964 que suspendeu, por 21 anos, a democracia no Brasil. Como responsáveis pela vice-diretoria mineira da Abrapso – Associação Brasileira de Psicologia Social, em 2014, nós percebemos ser nossa obrigação lembrar a data "Para que não se esqueça, Para que nunca mais aconteça", como diz o conhecido slogan dos que se opuseram ao golpe e à violenta ditadura que se seguiu.

Essa foi temática importante no encontro. Conseguimos com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República o conjunto de painéis itinerante que, de forma clara, concisa e simples expõe com fotos e textos os principais momentos da ditadura: o golpe a 1º de abril de 1964; os protestos de rua contra ele; o episódio de Ibiúna, de 1968, quando as principais lideranças estudantis foram presas ao tentarem realizar o congresso da União Nacional de Estudantes (UNE); o decreto do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), de 1968, que suspendeu direitos políticos e civis no Brasil; as perseguições a desafetos do regime ditatorial; o extermínio dos guerrilheiros do Araguaia, em 1972; a tortura e a morte de resistentes; as lutas nacionais pela anistia, a partir de 1973, e pela retomada da democracia; o movimento nacional pelas "Diretas Já", exigindo a volta das eleições suspensas desde 1964 para os cargos de presidente e governadores.

Para completar a exposição da Secretaria de Direitos Humanos, fizemos nosso próprio painel. Entre estudantes e profissionais da Psicologia, homenageamos 12 mineiros de nascimento ou de adoção, colegas mortos ou perseguidos pela ditadura: Idalísio Soares Aranha Filho (1947-1972); João Vidigal (1943-1972); Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes (1940-); Michel Marie le Ven (1931-); Pedro Parafita de Bessa (1923-2002); Marília Pires Fernandes (1946-); Edna Maria dos Santos Roland (1954-); Ana Rita de Castro Trajano, Lívia Maria Fraga Vieira; Maria de Fátima Cardoso Gomes (Mafá), Paulo Roberto Lima Pinheiro e Sérgio de Castro, os últimos cinco nascidos no final da década de 1950 e indiciados em 1977 por participarem da tentativa nacional de reorganização a UNE. Temos ciência de que nossa lista é incompleta e que a pesquisa deve continuar.

Outra exposição, com fotos e músicas da época, explicitou nossa adesão à luta antimanicomial, mostrando os horrores que ocorriam nos grandes hospitais psiquiátricos nos anos 1970. Promovemos também uma Roda de Conversa com a presença de cerca de 40 pessoas, entre as quais sete de nossos homenageados – Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, Michel Marie le Ven, Marília Pires Fernandes, Edna Maria dos Santos Roland, Ana Rita de Castro Trajano, Lívia Maria Fraga Vieira; Maria de Fátima Cardoso Gomes –, além da esposa e dos filhos de João Vidigal. Foram lembrados em primeira mão sofrimentos, torturas e as dificuldades da vida clandestina, praticamente imposta aos perseguidos. Ressaltou-se que muitos dos crimes cometidos pela ditadura ainda restam impunes.

O encontro foi ainda marcado por lembranças da origem da Abrapso, criada oficialmente durante a chamada abertura política da década de 1980. Sua criação fez parte do movimento de resistência não só à ditadura como a certo imperialismo acadêmico exercido pelos norte-americanos. Hoje ainda a associação traz o selo dessa gênese.

O tema do XIX Encontro – "A política no cotidiano: contribuições teórico-práticas da Psicologia Social" – e respectivos eixos mos-

traram bastante bem o compromisso da Abrapso mineira com os direitos humanos e sua opção pelos excluídos. Foram tratados: o sistema público de saúde, a educação cidadã, a defesa das diversidades e da inclusão sociais, a violência urbana, a precarização do trabalho, a desigualdade, a parceria com a assistência social, os movimentos como o dos sem teto, sem terra, feministas e homoafetivos, entre outros.

Neste livro esses temas são retomados. Na primeira parte dele, homenageamos os colegas que lutaram contra a ditadura. Na segunda, discutimos a situação da Psicologia Social na contemporaneidade, questões de formação, práticas de extensão, atenção primária à saúde mental, atuação em centro de referência de assistência social. Na terceira, revisitamos o movimento feminista dentro da Psicologia Social, em dois momentos: o marco histórico de seu início nos anos 1970 e o atual movimento das prostitutas, enfim integrado ao feminista. Finalmente, na quarta parte, o tema são os direitos humanos e sexuais.

Enquanto organizávamos o livro, ocorreu o assassinato de nosso colega, Marcus Vinicius de Oliveira Silva. Já aposentado e sempre militante de direitos humanos, ele dividia seu tempo entre seu blog, a preservação ambiental e a mediação na defesa de quilombolas e indígenas. Dedicamos a ele o livro. Prestamos nossa homenagem a ele em texto que se segue a esta apresentação.

Em 2014, víamos com otimismo os caminhos tomados pela Psicologia Social, em especial sua participação nas políticas públicas. Contudo, o momento do lançamento do livro, no XX Encontro Regional mineiro de 2016, não nos encontra mais tão otimistas. A emboscada armada contra Marcus Vinicius nos feriu diretamente naquilo que sabemos fazer: mediar conflitos, defender direitos de minorias, crianças, idosos, aprisionados.

No curto espaço de dois anos, parece-nos que, como país, nós andamos para trás em termos políticos e sociais. Como a anunciar

as desgraças que se seguiriam, assistimos à adoção de lei retrógada reduzindo a maioridade penal, na contramão das conquistas obtidas ao se elaborar, com discussões amplas, abertas e democráticas, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Assistimos a manifestações de bem vestidos e bem alimentados a expor cartazes com o pedido de volta da ditadura. Depois, vimos outra interrupção da democracia no Brasil, antecipada por uma campanha que ridicularizou e humilhou a presidenta Dilma Rousseff e terminou com a violenta subtração do seu mandado, num espetáculo de misoginia que combina bem com o incremento da violência contra a mulher a que hoje assistimos. A seguir, testemunhamos se assentar no poder uma elite nacional avessa à diversidade, a sem tetos, a sem terra e a outros não incluídos. Vimos ganhar ainda mais força a mídia de ricos poderosos, não raro partidária da impunidade de outros poderosos, valendo-se da calúnia, da intriga, do partidarismo e do golpismo contra os que não a seguem.

Mas ainda sonhamos com um país diferente e lutamos cotidianamente por ele, nos nossos encargos do dia a dia.

Julho de 2016

Os organizadores

HOMENAGEM A ESTUDANTES E PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA MORTOS E PERSEGUIDOS PELA DITADURA (1964-1985)

IDALÍSIO SOARES ARANHA FILHO (Aparício) – Nascido em 1947, desaparecido em 1972. Nasceu em Rubim, MG. Estudou no Ensino Fundamental de Rubim, Colégio São José, de Teófilo Otoni, Colégio Estadual Central de Belo Horizonte e Colégio Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Participou do movimento dos excedentes por mais vagas na Universidade (1968). Cursou Psicologia na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich) da UFMG. Foi presidente do Centro de Estudos de Psicologia e do Diretório Acadêmico (DA) da Fafich/UFMG.

Em 1970, casou-se com Walquíria Afonso Costa (também desapa-recida). Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), viveu no Pará, próximo aos rios Araguaia e Gameleira. Foi integrante do Destacamento C da guerrilha do Araguaia.

Dois relatórios, um de Ângelo Arroyo, dirigente do PcdoB, e outro do Ministério da Marinha descrevem a morte de Aparício lutando contra o Exército, em 1972. Já relatório do Ministério do Exército afirma que Idalísio se encontrava foragido em 1973 e que "foi processado e condenado à revelia, a pena de dois anos de reclusão". Um quarto, o Relatório da Manobra Araguaia, de 30 de outubro de 1972, refere-se à sua morte a 13 de julho de 1972. Um quinto, da Operação Sucuri, confirma sua morte, mas a 12 de julho.

O anexo I da Lei 9.140/95 traz o nome de Idalísio Soares Aranha Filho na lista de desaparecidos. Ele foi homenageado nas cidades de São Paulo, Campinas, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, que têm ruas com o seu nome.

Fonte: COMISSÃO DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS; IEVE – INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil: 1964-1985. 2ª ed. revista, ampliada e atualizada. São Paulo: Ieve; Imprensa Oficial, 2009. (p. 359-361).

JOÃO VIDIGAL (1943-1972). Aprovado em vestibular para Psicologia na UFMG, ingressou no curso em 1964. Perseguido por agentes da ditadura em Belo Horizonte, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, onde continuou seus estudos e onde voltou a ser perseguido. Foi preso em 1968, antes da promulgação do AI-5. Em 1969 respondeu a Inquérito Policial Militar (IPM), foi indiciado e detido por três meses no Batalhão de Infantaria Blindada do Exército, Bairro São Cristovão, RJ. Nos oito meses seguintes foi obrigado a se apresentar semanalmente ao Exército. Em junho de 1972, preso novamente, ficou incomunicável no Doi-Codi, Rua Barão de Mesquita, RJ, onde sofreu torturas atrozes, conforme relatou à esposa. Desconhecia que havia sido expedido contra ele um pedido de prisão preventiva em julho do mesmo ano. Passou o Natal com a esposa e os filhos, em Belo Horizonte, voltando sozinho para o Rio de Janeiro, no dia 28 de dezembro. No dia 30, foi encontrado morto em seu apartamento no Catumbi.

A família rejeita a causa mortis constante de sua certidão de óbito – pancreatite hemorrágica –, doença incompatível com o fato de ser jovem, forte, saudável e não consumir bebidas alcoólicas. A hipótese é a de que foi preso por agentes da repressão na rodoviária do Rio de Janeiro e torturado até haver rompimento de órgãos internos. O caso está sendo pesquisado pelas comissões da verdade, em Brasília, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. A família demanda nova certidão de óbito com os dizeres: "Morto por agentes da ditadura".

Fonte: Depoimento da esposa Thereza Aurélia Álvares Vidigal em missa comemorativa dos 70 anos de nascimento de João Vidigal, falando em seu nome, dos filhos e cunhados.

DODORA E ALDO ARANTES

MARIA AUXILIADORA DE ALMEIDA CUNHA ARANTES, Dodora (1940). Psicóloga pela PUC Minas (1963), participou da JECF (Juventude Estudantil Católica Feminina) e, em 1961, da organização da Ação Popular (AP). Perseguida política, viveu na clandestinidade com seu marido, Aldo Arantes, e seus dois filhos, com os quais foi presa por agentes da ditadura, em 1968, em Alagoas. As crianças tinham então dois e três anos. Na década de 1970, atuou no movimento pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.

É psicanalista do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, SP; mestre em Psicologia Clínica pela PUC-SP, doutora em Ciências Sociais pela mesma universidade. Coordenadora Geral de Combate à Tortura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2009-2010). Foi membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia e é membro da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Autora de Pacto revelado: psicanálise e clandestinidade política (Escuta, 1994); Estresse (Casa do Psicólogo, 2002); Tortura: testemunhos de um crime demasiadamente humano (Casa do Psicólogo, 2013).

Fontes: ARANTES, Maria Auxiliadora A. C. Tortura: testemunhos de um crime demasiadamente humano. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013 (Dreitha). Troca de correspondência com a homenageada.

ASSEMBLEIA ESTUDANTIL (PRAÇA AFONSO ARINOS, 1968)

REPRESSÃO

MICHEL MARIE LE VEN (1931). Nasceu na Bretanha, França. Estudou Letras, Filosofia e Teologia. Entre 1959 e 1965, sempre na Europa, ensinou Teologia Moral, foi assistente religioso da JOC, da Ação Católica Operária e diretor espiritual de jovens que regressavam da Guerra da Argélia. Em 1965, mudou-se para Belo Horizonte, fundou a Comunidade da Congregação dos Agostinianos da Assunção, conhecida como "Padres do Horto", foi professor de Teologia Moral da Universidade Católica e assistente regional da JOC. Foi preso em novembro de 1968 por motivos políticos, juntamente com dois outros padres e um diácono. Respondeu a Inquérito Policial Militar (IPM) até outubro de 1969. Nesse interim, sua comunidade religiosa foi dispersada pela repressão.

Le Ven voltou-se à vida acadêmica, terminou mestrado (1977) e doutorado (1988) em Ciência Política, foi professor da Escola de Serviço Social da PUC e, entre 1975 e 1996 do Departamento de Sociologia da UFMG, onde se aposentou. Em 1987 foi cofundador da Escola Sindical 7 de Outubro. Na cofundação, em 1985, do Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano (Nest/Fafich-UFMG), aproximou-se da Psicologia Social. Em 1990 filiou-se a Cooperativas e Comunidades, projeto internacional financiado por acordo Capes/Cofecub. Em 1997 fundou o Núcleo de Sociologia Clínica de Belo Horizonte, congregando psicossociólogos brasileiros e franceses, vinculados ao Centro Internacional de Pesquisa e Formação Psicossociológica (Cirfip).

Fonte: LE VEN, Michel M. Dazinho: um cristão nas minas. Belo Horizonte: CDI, 1998. (Orelha).

TROPA DA POLÍCIA MILITAR INVADE A FAFICH (5 DE OUTUBRO DE 1968)

PEDRO PARAFITA DE BESSA (1923-2002). Nasceu em Juiz de Fora, MG. Formou-se em Ciências Sociais em 1944, pela Universidade de Minas Gerais e, dois anos após, tornou-se professor de Psicologia Educacional nos cursos de Didática dessa instituição. Entre 1952 e 1957, chefiou o Serviço de Orientação e Seleção Profissional (SOSP, MG), onde trabalhava como técnico desde 1949. Em 1956, foi membro fundador da Sociedade Mineira de Psicologia, organização que antecedeu a criação do Conselho Regional de Psicologia. Em 1958, participou da criação do Curso de Psicologia da Universidade Católica de Minas Gerais (atual PUC Minas) e, em 1960, do Curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais (atual Fafich/UFMG), tendo sido o primeiro dirigente dos dois cursos, iniciados respectivamente em 1959 e 1963. Em 1962, atuou no processo de legalização da profissão do psicólogo no país e foi um dos formuladores do Código de Ética de Psicologia.

Foi diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich), da UFMG, entre fevereiro de 1968 e outubro de 1969, quando foi compulsoriamente aposentado pela ditadura e teve suspensos seus direitos políticos. Contra ele, segundo documento da Comissão de Investigação Sumária do MEC (Cismec), pesou a acusação de, por omissão, ter permitido que a faculdade se transformasse "em foco de irradiação da subversão em Belo Horizonte" (MOTTA, 2014, p. 181). Depois da anistia, ao receber, em 1979, o título de Professor Emérito pela Fafich, ele declarou: "Não me sinto, nunca me senti punido por nada nem por ninguém. Desde o dia em que fui afastado, em 1964, da comissão de administração desta faculdade, me senti perseguido. Voltei a me sentir perseguido em 1969 e assim me sinto até hoje" (BESSA, 1979, p. 23).

Fontes: DICIONÁRIO BIOGRÁFICO DA PSICOLOGIA NO BRASIL. Rio de Janeiro: Imago, 2001; DICIONÁRIO HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES DE PSICOLOGIA NO BRASIL. Rio de Janeiro: Imago, 2011; MOTTA, Rodrigo P. S. As universidades e o regime militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2014; BESSA, Pedro P. Crítica e visão criadora da realidade. In: SALOMON, Délcio V. et al. UFMG: resistência e protesto. Belo Horizonte: Vega, 1979, p. 17-25.

Neste XIX Encontro Regional da Abrapso Minas, homenageamos 12 colegas, mineiros de nascimento ou de adoção, que se opuseram à ditadura e que, em consequência, tiveram suas vidas alteradas e, em dois casos, ceifadas. Sabemos bem que não são os únicos que se enquadram nos critérios de nossa busca: estudantes ou profissionais de Psicologia, mineiros, mortos ou perseguidos por resistirem ao golpe de Estado de 1964. Temos ciência de que apenas iniciamos uma pesquisa na nebulosidade e no horror daqueles anos e que essa busca deve continuar, para que o horror não se repita.

MARÍLIA PIRES FERNANDES (1946). Nasceu em Belo Horizonte. Entrou para o Curso de Psicologia da FAFICH/UFMG em 1966. Foi presidente do Centro de Estudos de Psicologia na gestão 1966/1967. Em 1967 tornou-se militante da Ação Popular (AP). Em maio de 1968, aos 21 anos, aluna do terceiro ano de Psicologia, foi presa e indiciada por participação em movimento estudantil no 1º Inquérito Policial Militar (IPM) do estado de Minas Gerais. Foi indiciada também no 2º IPM do estado. Como consequência, foi obrigada a deixar a faculdade. Passou a ser a representante da União Estadual dos Estudantes (UEE) para o trabalho de preparação do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Em outubro de 1968 foi presa no Congresso da UNE, em Ibiúna, São Paulo, e levada para Belo Horizonte, onde ficou detida na Penitenciária de Mulheres. Foi novamente indiciada no 3º IPM de Minas Gerais. Em janeiro de 1969, levada para a Torre das Donzelas, no Presídio Tiradentes, em São Paulo, aguardou o julgamento do 4º IPM no qual foi indiciada por participação no Congresso da UNE. A 30 de maio de1969, em julgamento na sede da 2ª Região Militar /SP, 645 estudantes presos em Ibiúna foram absolvidos e este condenados, entre os quais Marília Pires Fernandes. Cumpriu pena de seis meses de prisão.

Formou-se em Psicologia em 1972. Entre 1973 e 1999 exerceu a profissão em consultório particular. Foi presidente do Conselho Regional de Psicologia MG/ES, na gestão 89/90 e membro do Conselho Federal de Psicologia, gestão 1988/1989. Foi professora da PUC Minas de 1973 a 1976. Tem três filhos e seis netos.

Fontes: Acervo do Arquivo nacional de resgate dos documentos dos órgãos de repressão da ditadura. Troca de correspondência com a homenageada.

CAMINHÕES TRANSPORTAM OS ESTUDANTES PRESOS NO CONGRESSO DA UNE EM IBIÚNA (12 DE OUTUBRO DE 1968)

PRISÃO DE LÍDERES ESTUDANTIS EM IBIÚNA (12 DE OUTUBRO DE 1968)

MUDANÇA DO CURRÍCULO DE PSICOLOGIA: UM MOVIMENTO DE AUTOGESTÃO BEM-SUCEDIDO (FAFICH/UFMG, 1973)

EDNA MARIA DOS SANTOS ROLAND. Natural de Codó, Maranhão, cursou Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) entre 1969 e 1973, bacharelando-se em 1972. Sua participação como militante da Organização de Combate Marxista-Leninista – Política Operária (OCML-PO), dedicada à formação e à organização do movimento estudantil e operário, a colocou sob ameaça de prisão. Por isso, abandonou a Universidade em 1973, antes da obtenção do título de Formação de Psicólogo. Viveu na clandestinidade, em São Paulo, por cinco anos. Em 1980, no período de transição para a democracia, completou na USP os créditos necessários para o diploma de psicóloga pela UFMG. Qualificou-se no Programa de Mestrado em Psicologia Social da PUC São Paulo. Foi pesquisadora visitante do Harvard Center for Population and Development Studies. Em prol da igualdade racial e em defesa da mulher negra, fundou as seguintes organizações: Bloco Afro Alafiá (1984); Coletivo de Mulheres Negras do Estado de São Paulo (1984); Geledés, Instituto da Mulher Negra (1988); Fala Preta! Organização de Mulheres Negras (1997). Foi conselheira e assessora em organizações estaduais e municipais em São Paulo e no exterior. Foi membro do Grupo Consultivo e de Trabalho da Iniciativa Comparativa de Relações Humanas da Southern Education Foundation, Atlanta (1996-2001). Em Durban (2001), foi relatora geral na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Foi membro do Grupo de Especialistas Eminentes das Nações Unidas para a implementação do Programa de Ação de Durban, indicada pelo secretário-geral da ONU, Kofi Annan. Entre 2003 e 2005, foi coordenadora de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial da Unesco para a região da América Latina e Caribe. Desde 2009 é coordenadora da Igualdade Racial da Prefeitura de Guarulhos.

ECOS DA MUDANÇA DO CURRÍCULO DE PSICOLOGIA (1974)

Fonte: Troca de correspondência com a homenageada.

III ENE, 1977: A SAÍDA DA FACULDADE DE MEDICINA

LÍVIA, SÉRGIO E ANA RITA EM 2014

ANA RITA CASTRO TRAJANO, LÍVIA MARIA FRAGA VIEIRA, MARIA DE FÁTIMA CARDOSO GOMES (MAFÁ), PAULO ROBERTO LIMA PINHEIRO e SÉRGIO DE CASTRO. Em 1977, previsto para 4 e 5 de junho, na Faculdade de Medicina da UFMG, o III Encontro Nacional de Estudantes (III ENE) foi mais uma tentativa de reorganizar a UNE, agremiação embargada pela ditadura desde 1968. Não seria um encontro clandestino. Assim, a repressão se iniciou no dia 3 de junho, quando, ainda em seus estados de origem, foram feitas prisões de estudantes que se dirigiam a Minas Gerais. Montou-se forte aparato policial nas diferentes rodoviárias dos estados e na de Belo Horizonte, ponto de chegada. O centro da cidade foi tomado por policiais e a Faculdade de Medicina cercada. No seu interior, no Diretório Acadêmico, já estavam reunidos, em vigília, 348 estudantes. Com o cerco, à noite, ninguém saia do prédio nem entrava. No dia 4, da manhã à tarde, nas ruas de Belo Horizonte, no entorno da escola, estudantes enfrentaram tropas de choque e de elite, polícia montada e cães. Cerca de 400 foram presos. Às 13 horas, as tropas invadiram a Faculdade. O reitor da UFMG, Eduardo Osório Cisalpino, o secretário da Educação, José Fernandes Filho, e o diretor do Instituto de Ciências Biológicas (ICB), Marcello de Vasconcelos Coelho, negociaram a saída do prédio com os órgãos de segurança e com os estudantes, nessa altura já famintos. A foto mais conhecida do evento mostra o corredor polonês formado por policiais, os primeiros estudantes saindo (entre os quais três de Psicologia da Fumec) e, atrás deles, o reitor, o secretário da Educação e o diretor do ICB. Os universitários foram transportados em ônibus e ficaram presos até a noite, num galpão da polícia no Parque da Gameleira. Uma triagem levou ao indiciamento de 56 deles, dentre os quais os cinco estudantes de Psicologia aqui homenageados.

O III ENE acabou acontecendo em São Paulo, em junho de 1978, quando foi recriada a UNE. Em 1979, ela estava reconstruída.

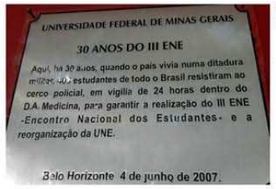
Para os indiciados, o episódio não foi sem consequências. Suas "fichas sujas" lhes fecharam algumas portas. Veja-se o depoimento de Mafá:

"Entrei no curso de Psicologia/UFMG em março de 1974 e comecei a fazer parte do movimento estudantil na Fafich no mês de julho de 1974. [...] Fui membro do Centro de Estudos de Psicologia (1975), do Diretório Acadêmico da Fafich (1976) e do Diretório Central dos Estudantes da UFMG (1977). [...] Durante a tentativa de realização do III ENE [...] ficamos (representantes de entidades estudantis de todo o país) presos na Faculdade de Medicina por um dia e uma noite e depois fomos levados por soldados até um galpão da Gameleira onde passamos a noite [...]. 56 de nós, inclusive eu, fomos enquadrados na Lei de Segurança Nacional (AI-5) e intimados a prestar declarações na Polícia Federal [...]. Até a época da anistia eu não consegui emprego em instituições públicas, pois, quando pediam que retirássemos documentos de 'Nada Consta', o meu vinha assim carimbado: 'Antecedentes Criminais'!"

III ENE, 1977: A LISTA DOS DETIDOS

Anistiada apenas em 2014, Ana Rita Castro Trajano assim se expressou: "Estou me sentindo livre". Sobre ela, a jornalista Kika Castro escreve em seu blog:

"Foi a partir da vida de formada que ela começou a sentir na pele as consequências da vida política estudantil. Na Mendes Júnior, onde foi trabalhar, os funcionários eram investigados e, por conta de seu passado 'subversivo', ela foi barrada no departamento de psicologia. Conseguiu, por indicação, uma vaga no departamento de recrutamento, que era de nível médio. Anos depois, quando ela já tinha o primeiro filho, de quatro anos de idade, o SNI (Serviço Nacional de Informação) ordenou que ela fosse demitida da Fundação Educar (Mobral), onde trabalhava. Ela conseguiu ficar, bancada pela ela chefe, 'com a condição de ficar mais discreta'. Depois, por apoiar o movimento estudantil, foi demitida e barrada de uma universidade particular onde dava aulas. Vivia uma insegurança trabalhista, até conseguir se firmar profissionalmente, trabalhando mais junto a sindicatos e na academia" (http://kikacastro.com.br/2014/03/09/mulheres-guerreiras-e-finalmente-livres/:).



TRINTA ANOS DEPOIS DO III ENE, 1977

Fontes: Notícias da imprensa à época e nas comemorações dos 30 anos do III ENE; depoimentos dos indiciados, blog kikacastro.

TRABALHARAM PARA A REALIZAÇÃO DESSE PAINEL:

Ana Rita Castro Trajano (Pesquisa)
Genn Guerra (Projeto Gráfico)
Marcelo Pinheiro (Fotos)
Virginia Mata Machado (Revisão de texto)

COORDENAÇÃO E TEXTO:

Marília Novais da Mata Machado.

Em memória de Marcus Vinicius de Oliveira Silva, o Marcus Matraga

por

Francisco José Machado Viana

Em memória de Marcus Vinicius de Oliveira Silva, o Marcus Matraga

Francisco José Machado Viana

Parte das informações que se seguem encontra-se nos sites do Conselho Federal de Psicologia, do Conselho Regional de Minas Gerais (CRP-04) e no currículo Lattes de Marcus Vinicius de Oliveira Silva (1957-2016). Muitas outras resultam de minhas conversas com amigos comuns e de minha relação com ele, que não foi pequena: fomos amigos por mais de 30 anos.

Marcus Vinicius nasceu no dia 4 de março de 1957, em Sete Lagoas, Minas Gerais, onde morou e estudou todo o ensino fundamental. Concluiu o ensino médio como técnico agrícola em Montes Claros. Como professor de jardinagem, iniciou sua vida de militante político, liderando o movimento dos professores em Contagem.

Durante a formação universitária em Psicologia, na Fundação Mineira de Educação e Cultura - FUMEC (Universidade FUMEC), ele participou da tendência trotskista "Liberdade e Luta" e viveu confrontos diretos com a ditadura militar. Formou-se em Psicologia em 1982. Nesse ano, nasceu Júlia Queiroz, a primeira de suas duas filhas.

Marcus Vinicius trabalhou na Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, na Diretoria Regional de Sete Lagoas (1987-1989), aonde foi Coordenador de Saúde Mental e Recursos Humanos e atuou no controle e avaliação das atividades hospitalares (1989-1990).

Em 1992, nasceu sua segunda filha, Natalia Cerri Oliveira. Desde 1991, ingressara como professor de psicologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA), de onde se aposentou em 2015. Entre 1990 e 1995, fez o mestrado em Saúde Pública na UFBA, defendendo a dissertação *A Emergência da Cultura Psicológica na Bahia*: *do pré-psiquiátrico ao pós-psicanalítico*, orientado pelo Professor Naomar de Almeida Filho. Entre 1999 e 2003, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, orientado pela Professora Jane de Araújo Russo, fez o doutorado em Saúde Coletiva, concluído com a tese: *A invenção da profissão de psicólogo no Brasil: ideologia profissional e modernidade*. Em 2010 e 2011, realizou pós-doutorado em Sociologia das Desigualdades Sociais, no Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, orientado por Jessé Souza.

Foram importantes as suas realizações na Universidade Federal da Bahia: nela, idealizou e supervisionou os estágios do Programa de Intensificação de Cuidados a Pacientes Psicóticos – PIC (2003-2008); desenvolveu o Programa de Atenção Domiciliar à Crise de Pacientes Psicóticos – PADAC (2008-2014); realizou experiências inovadoras em saúde mental a fim de expandir a Reforma Psiquiátrica e a Atenção Básica; criou e coordenou o Laboratório de Estudos Vinculares e Saúde Mental (2006-2016), desenvolvendo a linha de pesquisa *Subjetividade, Tecnologias de Assistência e Intervenção Psicossocial: Vínculo e Manejo de Relações Vinculares*, com o objetivo de investigar tecnologias de cuidado psicossocial; criou a clínica psicossocial das psicoses; desenvolveu os seminários livres (2014-2015) *Clínica, com quê?*que proporcionaram reflexões sobre as formas de trabalho na saúde mental; realizou as pesquisas: *Subjetividade, Vínculo, Fragilidades Vinculares e Tecnologias de Gestão*

Social (2007-2016) e *Transtorno mental, Família e Reforma Psiquiátrica: dinâmicas subjetivas e tecnologias de cuidado* (2008-2016).

Além dessas atividades acadêmicas, participou e integrou diversas comissões e representações no âmbito do Ministério da Saúde: Comissão Nacional de Reforma Psiquiátrica (1995-1997); Comissão Nacional de Saúde Mental do Conselho Nacional de Saúde; representação no Fórum Nacional de Trabalhadores de Saúde (1999-2001); Comissão Nacional de Acompanhamento do Processo de Reestruturação da Assistência Psiquiátrica Hospitalar, representando a Sociedade Civil (2004-2006); participação no projeto de desenvolvimento institucional da implantação da RAPS – Rede de Atenção Psicossocial, junto à Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde (2012-2016).

Foi membro do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, representando o Conselho Federal de Psicologia (2012-2016); foi consultor no Ministério da Saúde/Coordenação Nacional de Saúde Mental, contribuindo na implantação de tecnologias de atenção domiciliar em Saúde Mental (2012-2016).

Atuou também junto a entidades de Psicologia. Foi no Sistema Conselhos de Psicologia que trabalhou na construção de um novo projeto para a profissão no Brasil, tendo contribuído de forma decisiva para a democratização do sistema e para a inauguração de importante papel social para esta entidade, mudando definitivamente a profissão no Brasil. Esteve na gestão do Conselho Regional de Minas Gerais e foi importante colaborador no CRP da Bahia. Fez parte do Conselho Federal de Psicologia em cinco gestões, de 1988 a 2007.

Ainda junto aos conselhos, idealizou e foi coordenador da Comissão Nacional de Direitos Humanos (2002-2007) que possibilitou, nos conselhos regionais, a criação das Comissões Permanentes de Direitos Humanos. Idealizou e coordenou as caravanas de direitos humanos que vistoriaram instituições como manicômios, prisões e

outras, produzindo os relatórios sobre abusos e maus tratos nelas observados e os entregando ao Ministério Público Federal.

Foi também responsável por trazer, para dentro do Sistema Conselhos de Psicologia, as discussões da relação da psicologia com as políticas públicas, possibilitando ações importantes: os Seminários de Psicologia e Políticas Públicas, o Banco Social de Serviços em Psicologia, o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP, que coordenou (2005-2007).

Foi defensor da circulação da psicologia por todo o Brasil, participando da construção do Congresso Norte-Nordeste de Psicologia, idealizando o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia (FENPB) e participando da construção da União Latino-americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI) que aproximou os psicólogos brasileiros dos colegas da América Latina.

Participou da idealização e construção da *I Mostra de Práticas em Psicologia: Psicologia e Compromisso Social* que, em outubro de 2000, reuniu 1600 trabalhos, 4500 autores e mais de 12 mil pessoas no Anhembi, em São Paulo, momento que possibilitou a inclusão de psicólogos e práticas até então pouco reconhecidos pela psicologia hegemônica.

Contribuiu também, de maneira decisiva, para a construção do *Congresso Brasileiro de Psicologia Ciência e Profissão*, participou da criação do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos – SATEPSI e foi um dos idealizadores e diretor do *Instituto Silvia Lane - Psicologia e Compromisso Social*.

Destacou-se como pesquisador, docente e militante político da Luta Antimanicomial. Esteve à frente da aprovação da Lei da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial que foi sancionada em 2001 (Lei 10.216). Foi o idealizador do Tribunal dos Crimes da Paz, realizado em dezembro de 2001, no Senado Federal, quando foi feito o julgamento simbólico dos hospitais psiquiátricos, trabalho que gerou um vídeo largamente utilizado na formação dos psicólogos brasileiros.

Em 2003, teve importante participação na organização da Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (RENILA), tendo idealizado a Marcha dos Usuários a Brasília para reivindicar a IV Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial. Integrou o Núcleo de Estudos Pela Superação dos Manicômios – Bahia (1991-2016). Criou na Bahia o movimento Orgulho Louco.

Com foco na formação de estudantes, criou em 2006 o *Blog Lanterna dos Afogado*s, *Poemicídios e outras Mortes.* Passou a assinar e a ser reconhecido como Marcus Matraga, mergulhou na poesia e postou a primeira foto do sítio onde pretendia passar o resto de sua vida, o *Sítio Lanterna dos Afogados,* onde dizia haver "*Muita água para se afogar: contra costa de Itaparica".* Um dos seus primeiros poemas publicado no blog termina assim:

> *Sendo ao mesmo tempo ator e autor da peça que vivendo escrevemos... Representando os sentidos que quaisquer outros, outros poderiam ser, mas que, sendo estes aqueles que escolhemos, nos fazem definitivamente, ao vivê-los, eternamente responsáveis pelo que vivemos... O que será de nós minha senhora, é coisa que eu não sei... Mas eternamente nós seremos responsáveis pelo que vivemos e pelas escolhas que fazemos.* (Marcus Matraga, 2006)

Aposentado pela Universidade Federal da Bahia, manteve, contudo, vínculo como professor associado, oferecendo aos estudantes atividades de pesquisa e seminários. Escolheu viver no Sítio Lanterna dos Afogados, onde já passava boa parte de seus fins de semana. Nesse território tradicional, com população afrodescendente, lutou na defesa da preservação do mangue. Ali, foi assassinado, numa emboscada, no dia 4 de fevereiro de 2016.

Parte I

Tributo aos psicólogos e psicólogas mortos e perseguidos pela ditadura

Psicólogas e psicólogos:

histórias que integram a memória da luta pela liberdade

Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes

Introdução

A participação no XIX Encontro Regional da Abrapso realizado na PUC Minas e nesta mesa coordenada por Marília Mata Machado consolida meu retorno a Minas Gerais na qualidade de psicóloga formada por esta universidade. Fui da segunda turma do curso de Psicologia da Católica, e as salas de aula eram no Palacete Dantas, vizinho ao Palácio da Liberdade. Isso era dezembro de 1963.

Agradeço aos que tiveram esta iniciativa que me foi transmitida, há meses, por Luiz Carlos Rena. Recebi com dupla emoção o convite, como mineira e como psicóloga. Enfim, consegui dobrar o cabo do tempo e participar, mesmo que tardiamente, de atividades na universidade da qual recebi o título de Bacharel em Psicologia.

Na pessoa de Luiz Carlos Rena agradeço e abraço fraternalmente os idealizadores e organizadores deste Encontro e também cumprimento os presentes.

Na pessoa de Marília Mata Machado homenageio os militantes resistentes, os mortos e os desaparecidos e seus familiares e não posso deixar de mencionar, Marília, seu irmão, José Carlos Novais da Mata Machado. Fomos amigos. Participamos da mesma organização política, a AP - Ação Popular nos idos de 1960.

Em São Paulo, recebi das mãos de José Carlos, já na condição em que ambos nos encontrávamos, de militantes clandestinos, as orientações para dar continuidade às suas tarefas em AP. José Carlos seria deslocado para outra região. Lembro-me de ser um dia paulistano, friorento e de garoa fininha. Encontramo-nos no Instituto Sedes Sapientiae, na sala de Madre Cristina, no bairro de Higienópolis, e depois saímos andando para conversar sobre os detalhes da incumbência que me repassava. Como de praxe, entre os militantes políticos clandestinos, fazíamos as reuniões andando pelas ruas, como se conversássemos naturalmente. Os óculos de Zé Carlos ficaram embaçados pelas gotas da garoa. Perguntei se ele não achava melhor retirá-los, ele disse que não, se os tirasse não ia conseguir enxergar nada, seria pior.

Altivo, bonito e de porte elegante, falava com a voz ligeiramente rouca e em altura suficiente para que eu o escutasse. Tínhamos andado da Rua da Consolação até a Lapa, um percurso longo e necessário para os esclarecimentos que me repassava (como se fôssemos da Praça da Savassi até a Praça da Estação em Belo Horizonte). Foi a última vez em que o encontrei. Deveria ser o ano de 1967.

Marília: meu abraço profundo e afetuoso, a você e sua querida família.

Para iniciar meu pronunciamento, cito um trecho que sempre incluo nas minhas falas quando escrevo sobre os jovens militantes que a ditadura assassinou. A frase de 1973, quem escreveu, foi seu pai, o

Dr. Edgard da Mata Machado. É sobre José Carlos, assassinado aos 27 anos de idade: "Tendo vivido pouco, cumpriu a tarefa de uma longa existência"[1].

Sete Breves Histórias

As histórias apresentadas a seguir são histórias de jovens profissionais da psicologia, estudantes ou graduados, assassinados pelos órgãos de repressão na década de 1970. Seus nomes: Idalísio, Marilena, Iara, Aurora, Pauline, Lilian e Solange[2]. São fragmentos sobre suas mortes por emboscada e assassinato a sangue frio. Breves relatos, o suficiente para dizer do tamanho da violência e da assimetria entre as armas militares contra os ideais dos jovens militantes.

1ª história. Idalísio Soares Aranha Filho, mineiro, nasceu em 1947, em Rubim, onde fez os primeiros anos do então chamado curso primário. Completou seus estudos em Teófilo Otoni e em 1962 mudou-se para Belo Horizonte para estudar no colégio universitário da UFMG, onde iniciou o curso de psicologia. Em 1971 foi eleito presidente do Centro de Estudos de Psicologia de Minas Gerais e do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Já casado com Walkiria Afonso Costa, Idalísio foi deslocado como militante do PCdoB para a região do Gameleira no Araguaia. Violeiro e cantador, ele conquistava com facilidade a simpatia daqueles com quem se relacionava. Em julho de 1972, seu grupo de combate entrou em confronto com uma patrulha do exército brasileiro e Idalísio perdeu-se do grupo no dia 12/07/1972. Dias depois foi emboscado e morto a nove léguas de distância do confronto inicial. Tinha 25 anos de idade. O relatório do Ministério da Marinha

1 Esta frase é encontrada no Livro da Sabedoria (Bíblia Sagrada): *Consummatus in brevi, explevit tempora multa* (Sab. 4,13). O original e a tradução do Dr. Edgar da Mata Machado constaram da nota distribuída pela família de José Carlos agradecendo a solidariedade recebida por ocasião de sua morte.

2 São retomados aqui, aproximadamente com as mesmas palavras, trechos publicados em Arantes (2012)

diz que Idalísio foi morto por ter resistido ferozmente. Na mesma ocasião, a casa de seus pais em Belo Horizonte foi invadida por policiais. Idalísio foi julgado um ano depois, em 1973. Foi condenado pela Justiça Militar, à revelia.

Há uma passagem do livro *A Lei da Selva*, de Hugo Studart (2007), que conta o cerco e execução de Idalísio. Escreve o autor:

> [Em julho de 1972, Idalísio] entrou em combate com uma equipe de militares da inteligência. Levou 53 tiros de metralhadora, inclusive no rosto, e ainda assim conseguiu escapar pela mata. Foi apanhado pelos militares dois quilômetros adiante, agonizando no chão. Um mateiro o executou com um tiro de espingarda Winchester calibre 44. O tiro atingiu sua cabeça, que foi praticamente arrancada do tronco. Idalísio foi levado numa rede para Xambioá a fim de ser identificado. Inicialmente foi enterrado no cemitério local, na ala dos indigentes. Os militares mataram um cachorro e enterraram em cima do seu corpo, para futura identificação. (Studart, 2007, p. 208)

2ª história. Marilena Villas Boas Pinto era estudante do segundo ano de psicologia na Universidade Santa Úrsula no Rio de Janeiro. Em 1969 integrou-se na luta de resistência à ditadura civil militar. Viveu na clandestinidade e aos 23 anos de idade foi presa juntamente com Mário de Souza Prata. A versão oficial divulgada pelos órgãos policiais e militares sobre o que ocorreu após sua prisão no Rio de Janeiro foi a de que Marilena teria sido ferida após ter baleado um major do exército em enfrentamento armado em 2 de abril de 1971, falecendo algum tempo depois, e que Mário Prata, seu companheiro, morrera durante o enfrentamento. A morte dos dois militantes somente foi divulgada em junho, dois meses após o ocorrido. O que de fato aconteceu é que Marilena foi presa viva tendo falecido posteriormente na Casa de Petrópolis, também conhecida como Casa da Morte. Esse local foi um centro clandestino de tortura dos órgãos de repressão, situado na Rua Arthur Barbosa em Petrópolis, cidade serrana no Estado do Rio de Janeiro. Pouquíssimos presos políticos

ali torturados saíram vivos. Inês Etienne Romeu é uma das sobreviventes e, em seu relatório de prisão, feito em 1981, "afirma que quando esteve presa nessa casa, um dos seus torturadores disse-lhe que Marilena Villas Boas fora presa ainda viva, e que estivera na mesma cama onde Inês encontrava-se" (Merlino & Ojeda, 2010, p. 43). O torturador disse mais: que Marilena, apesar de baleada, foi dura com os interrogadores, condenada à morte e executada. Seu corpo, entregue à família em caixão lacrado, impossibilitou qualquer exame que pudesse esclarecer as reais circunstâncias que levaram Marilena à morte.

3ª história. Iara Iavelberg era psicóloga formada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, localizada na Rua Maria Antônia no bairro de Higienópolis em São Paulo. As circunstâncias de sua morte em 1971, aos 27 anos de idade, permaneceram cercadas de dúvidas, alimentadas pelos órgãos de repressão que preferiram publicar que Iara teria se suicidado ao ser localizada em um apartamento na Pituba, na cidade de Salvador. A divulgação de sua morte ocorreu somente um mês após os acontecimentos na Pituba, juntamente com o anúncio da execução, no sertão da Bahia, de seu companheiro Carlos Lamarca. O laudo necroscópico de Iara nunca foi localizado no Instituto Médico Legal da Bahia e nem houve registro no necrotério da entrada do corpo. Finalmente, em setembro de 2003, encerrando treze anos de ações judiciais mantidas pelo seu advogado e pelos familiares para esclarecimento das circunstâncias que envolveram sua morte, os restos mortais de Iara foram exumados e retirados da ala dos suicidas do Cemitério Israelita de São Paulo. O Poder Judiciário curvou-se aos argumentos que explicitavam as contradições presentes na versão oficial, somadas ao sumiço dos laudos referentes à sua morte, evidenciando o falseamento das provas sobre a morte de Iara Iavelberg.

4ª história. Aurora Maria Nascimento Furtado, estudante de psicologia na Universidade de São Paulo, era responsável, em 1968, pelo setor de imprensa da União Estadual dos Estudantes de São

Paulo. Foi presa em uma blitz policial no Rio de Janeiro, em novembro de 1972, aos 26 anos de idade. Aurora foi submetida à tortura no pau de arara, sessões de eletrochoque, espancamento, afogamento e queimaduras. Seu corpo, reconhecido por sua irmã Laís, apresentava inúmeras evidências de tortura, hematomas, cortes profundos e afundamento do crânio. As fotos da perícia mostram escoriações nos braços e nas pernas, o rosto totalmente deformado pela tortura da coroa de cristo, uma forma de tortura que consiste em um aro de metal colocado em torno da testa e parte posterior da cabeça. Esse aro vai sendo apertado por torniquete, esmagando aos poucos o crânio, levando à morte.

> A história de Aurora inspirou o escritor e cineasta Renato Tapajós (seu cunhado) para a construção em 1977 do personagem central do filme Em câmara lenta. Em 2002, por iniciativa de alunos e da professora Ecléa Bosi, uma das salas da Faculdade de Psicologia da USP passou a ter o nome de Sala Aurora Maria do Nascimento. (Merlino & Ojeda, 2010, p. 79)

Com o objetivo de ocultar a execução de Aurora, os órgãos da repressão jogaram seu corpo totalmente machucado e crivado de balas em uma esquina formada pelas ruas Adriano e Magalhães Couto, no bairro do Meier no Rio de Janeiro, informando, através da imprensa, que Aurora morrera após tentativa de fuga durante um tiroteio.

Recentemente, Eny Raimundo Moreira, que foi advogada da família de Aurora, relatou em um filme documentário que, ao fazer o reconhecimento do corpo de Aurora, percebeu que ela tinha os cabelos lisos mal cortados, com uma franja estranha tapando os olhos. Em gesto carinhoso, Eny passou a palma da mão na testa de Aurora para retirar a franja que cobria os olhos. Seus dedos afundaram em uma extensa depressão que circundava toda a testa, evidenciando os sinais da tortura pela coroa de cristo perpetrada contra Aurora.

5ª história. Pauline Philipe Reichstul nasceu em Praga, na antiga Checoslováquia, estudou psicologia em Genebra onde completou

seus estudos em 1970. Nesse período estabeleceu contato com estudantes e exilados brasileiros na Europa. Trabalhou em vários órgãos de divulgação das violações dos direitos humanos que ocorriam no Brasil e, retornando ao país em 1972, abraçou a causa da luta de resistência à ditadura civil militar, indo morar em Pernambuco. Ao ser presa por cinco policiais fortemente armados, juntamente com Soledad Barrett Viedma, em janeiro de 1973, na cidade de Recife, Pauline foi violentamente espancada e as coronhadas de revólver desferidas contra sua cabeça a derrubaram no chão. A advogada, ao ver o corpo de Pauline já sem vida, informou que ela estava inteiramente marcada por hematomas, a boca dilacerada, a cabeça machucada. As fotos feitas pela perícia mostravam que tivera os pulsos atados por algemas ou cordas e que recebera quatro tiros na cabeça e, sem qualquer chance de defesa, foi executada aos vinte e seis anos de idade. Apesar de perfeitamente identificada pela repressão, Pauline foi enterrada como indigente no Cemitério da Várzea em Recife. Em 1973 seus familiares solicitaram a exumação do corpo, que foi trasladado para São Paulo. Com a indenização recebida, a família criou uma fundação com o objetivo de desenvolver projetos sociais: "Fundado em 1999, o Instituto Pauline Reichstul de Educação Tecnológica, Direitos Humanos e Defesa do Meio Ambiente é uma organização não governamental que atende a crianças e adolescentes carentes, no Conjunto Taquaril, em Belo Horizonte" (Merlino & Ojeda, 2010, p. 89).

6ª história. Liliana Inés Goldemberg cursava o segundo ano de psicologia na Universidade de Buenos Aires e trabalhava como secretária no Hospital da Criança na capital argentina. Foi deslocada para Neuquén para cumprir suas tarefas como militante política e posteriormente retornou a Buenos Aires e seguiu para o exílio, em função do recrudescimento da repressão militar na Argentina, implantada em 1976. No ano de 1980, quando regressava ao seu país, passando pelo Brasil, na travessia entre o Porto Meira em Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú na margem argentina do rio Paraná, a lancha em

que se encontrava, juntamente com Eduardo Gonzalo Escabosa, seu companheiro, foi parada por dois policiais brasileiros que estavam a bordo e que os ameaçaram apontando-lhes suas armas. Aluízio Palmar, no livro Onde foi que vocês enterraram nossos mortos, relata a morte do casal:

> Cercados, Lilian e Eduardo ainda puderam ver que mais policiais desciam ao atracadouro, vindos da aduana Argentina. Assim que perceberam ter caído em uma cilada, Lilian e Eduardo se ajoelharam diante de um grupo de religiosos que estava a bordo e gritaram que eram perseguidos políticos e preferiam morrer ali a serem torturados. (Merlino & Ojeda, 2010, p. 187)

Lilian e Eduardo ingeriram uma dose letal em cápsulas de cianureto que portavam consigo; morreram envenenados em trinta segundos. O cerco ao casal foi uma ação da sinistra Operação Condor, articulada em meados da década de 1970, envolvendo as ditaduras do Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai e Bolívia.[3]

7ª história. Solange Lourenço Gomes nasceu na cidade de Campinas em São Paulo. Morava no Rio de Janeiro e fez o curso clássico no Colégio Andrews. Iniciou, em 1966, o curso de psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tornou-se militante clandestina a partir de 1969 e teve vínculos com o PCBR e com o MR-8. Em razão de perseguição política, deslocou-se para a Bahia em 1971, e há documentos oficiais comprovando que foi interrogada pelo DOI-CODI no Rio de Janeiro e também em Salvador, onde sofreu abusos sexuais entre outras torturas. Os órgãos de segurança divulgaram na época depoimento em que Solange dizia estar arre-

3 Segundo Merlino e Ojeda (2010, p. 186): "Esta articulação dos órgãos de repressão, prendeu, executou, sequestrou, promoveu atentados a opositores dos respectivos países mesmo exilados. Idealizada pelo Coronel Manuel Contreras, chefe da DINA, temida polícia do ditador do Chile, Augusto Pinochet, a Operação Condor foi responsável pelo assassinato no exílio, entre outros, do senador uruguaio Zelmar Michelini, morto na Argentina em maio de 1976, e de dois ministros de Salvador Allende, general Prats, assassinado na Argentina em 1974, e Orlando Letelier, morto nos EUA em 1976".

pendida, renegando sua condição de militante política. Solange foi julgada pela Justiça Militar, no Rio, quando foi determinada sua internação no manicômio judiciário pelo prazo mínimo de dois anos. Saiu da prisão, em 1973, aniquilada emocionalmente, e passou a necessitar de permanente tratamento psiquiátrico. Casou-se após sair da prisão e, então, cursou Medicina. O depoimento do médico psiquiatra que passou a atendê-la após a prisão diz: "*Durante estes anos, pude testemunhar seu enorme esforço para recuperar-se do grave quadro psicótico, consequência de sua prisão em 1971. As torturas físicas e mentais a que foi submetida enquanto presa a levaram a declarar-se arrependida. Esta condição a manteve permanentemente culpada*". Apesar dos esforços dos familiares, Solange nunca se recuperou plenamente. Em 1º de agosto de 1982, atirou-se da janela do 3º andar de seu apartamento no Rio de Janeiro, na Rua Barão da Torre, em Ipanema. O relator do processo de Solange frente à Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, o advogado Belisário dos Santos Jr., "*considerou ser perfeitamente coerente e razoável entender verificada a clara vinculação entre o evento morte por suicídio e a prisão anterior por motivos políticos, com os constrangimentos inerentes, entre eles as publicações do suposto arrependimento*".

Idalísio, Marilena, Iara, Aurora e Pauline foram torturados antes de serem mortos; Solange sucumbiu à barbárie que ocupou sua mente num emaranhado de lembranças, de culpa e dor.

Os órgãos da repressão noticiaram as mortes de militantes falseando as circunstâncias, divulgando serem mortes por suicídio ou em tiroteio na rua, mortes em enfrentamento armado e, em todas as alternativas, o verdadeiro objetivo era o de proteger os verdadeiros algozes que terminaram por lhes impor mortes lentas, cruéis e penosas. Tinham 25, 23, 27 anos de idade, um pouco mais ou um pouco menos, e poderiam estar hoje entre os profissionais da psicologia que organizaram este encontro, ocupando salas de aula, contribuindo para o avanço da psicologia no processo de aperfeiçoamento da democracia. Não estão. Mas podem ser relembrados pelos

seus sonhos, certamente semelhantes aos nossos quando escolhemos a psicologia como campo de conhecimento, da pesquisa, da transmissão e docência, da prática clínica e, em todas as alternativas, uma psicologia implicada com o social.

Essas histórias, entre tantas que envolveram tortura, obstrução de provas e ocultamento dos corpos, estão em arquivos que devem ser disponibilizados e acessados por todos os que exigem o reassentamento da verdade, para que nunca mais esses fatos possam ser repetidos: para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça. O julgamento e responsabilização dos que praticaram a tortura, dos que mandaram praticar e dos que souberam que se praticava, dos que assassinaram e esconderam os corpos tentando eliminar vestígios, é uma exigência ética, cidadã, ancorada em determinações internacionais.

Sobre Tortura e Desaparecimento

A indignação contra a tortura e o combate passo a passo contra sua prática não é consenso. Prova maior é a impunidade que a cerca, a banalização com que é divulgada e a indiferença em relação às suas vítimas, apesar de a tortura ser proibida, apesar de sucessivos governos brasileiros terem assinado e ratificado convenções e protocolos internacionais contra a tortura e de a tortura estar tipificada na legislação brasileira desde 1997. As divergências que existem sobre como processar os crimes cometidos pelos agentes do Estado durante a ditadura civil militar são prova de que a luta contra a tortura não é fácil, é luta de vitórias flutuantes e fugazes, é luta que muitas vezes permanece confinada na esfera das famílias dos torturados, dos assassinados, dos desaparecidos, como lutos individuais e particulares.

É obrigação do Estado penalizar a tortura. A sociedade e os cidadãos podem e devem se manifestar e exigir que o Estado cumpra e

honre os instrumentos que promulgou. Omitir-se frente à tortura é um jeito disfarçado de apoiá-la.

Nos casos onde há dúvida relativa à interpretação das leis que punem o crime de tortura, como no caso da interpretação de Lei 6683/79, a Lei de Anistia, é necessário envolver-se no debate pela correta interpretação. Nesse caso específico, relembro o evento organizado em 2005 pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP 06, e pelo Conselho Regional de Assistência Social (CRAS), que teve como título O profissional diante da situação de tortura. O propósito daquele encontro foi o de debater a lei de anistia de 1979 (Brasil, 1979) e entender por que afinal os torturadores foram anistiados ao mesmo tempo em que foram anistiados os atingidos pela ditadura civil militar de 1964.

O jurista Hélio Bicudo (2005), convidado especial, apresentou sua posição esclarecendo o que diz a Lei de Anistia nº 6683 de 1979. Vejamos o que disse:

> A Anistia é medida de cunho geral destinada a contemplar os prejuízos sofridos pelos cidadãos em decorrência da atuação do Estado, em determinado momento político. O grande argumento para a consideração de que a lei 6683/79 é uma lei de duas mãos decorre do artigo primeiro, que anistia crimes políticos ou conexos com estes. Os crimes cometidos pelos torturadores seriam conexos aos praticados pelas vítimas. É, realmente, ignorar o que sejam crimes conexos em direito penal. Em delitos praticados pelo mesmo agente pode acontecer que exista entre eles um liame, um nexo: o agente pode praticar um crime para ocultar outro crime ou para tirar proveito do primeiro crime que ele praticou. Nesses casos não temos delitos independentes, pois estão ligados por um nexo subjetivo. A conexão, dizem os penalistas, pode ser teleológica ou ideológica, quando um crime é praticado para assegurar a execução de outro. Por exemplo, mata-se para roubar. O crime meio é o homicídio e o crime fim é o roubo. Os dois crimes estão ligados pelo laço de causa e efeito. Quer dizer, a tortura não é uma continuidade do ato praticado pelo paciente da tortura; são fatos

> completamente independentes um do outro, exatamente porque se trata de agentes diferentes atuando em campos diversos. Assim, quando o parágrafo primeiro do artigo primeiro da lei de Anistia fala em crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política, refere-se justamente àqueles que praticaram estes crimes. E os que torturaram e mataram não participaram dos crimes políticos ou cometidos por motivação política. Eu acho que isto é claro. (Bicudo, 2005, p. 15)

A campanha pela anistia que deu um basta à ditadura e trouxe de volta à liberdade os presos, banidos, exilados e cassados foi uma luta aberta contra a ditadura e reuniu brasileiros e brasileiras que se propuseram a organizar uma campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita. Ocorreu há 35 anos; deixou pendências a serem enfrentadas: a responsabilização dos torturadores e o esclarecimento de todos os casos de mortos e desaparecidos por razões políticas, as circunstâncias de suas mortes e a localização dos seus corpos. Onde estão os nossos desaparecidos? Foram jogados no mar? Na Serra das Andorinhas? Incinerados nos fornos das usinas de açúcar de Campos dos Goitacazes no Estado do Rio de Janeiro? Enterrados no cemitério de Perus em São Paulo e em sítios clandestinos em Minas Gerais? Em Pernambuco? Queremos saber tudo. Já se foram 50 anos, muito tempo decorrido. Qualquer pacto de silêncio entre os responsáveis pela barbárie já caducou. Essas mortes não dizem respeito somente aos seus familiares. São lutos de um país. Queremos velar esses corpos e esses sítios, lançar flores sobre as águas que levaram os afogados, honrar os espaços onde foram executados e que há quase meio século permanecem ocultados de nós. Essa necessidade não é apenas um ato afetivo que, por si, seria suficiente. É maior. É um ato ético e diz respeito aos princípios que norteiam o país.

Em 10 de dezembro de 1984, a Assembleia Geral da ONU adotou a Convenção das Nações Unidas Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, que entrou

em vigor em 1987 e foi ratificada pelo Brasil em 28/9/1989.[4] O principal mérito da Convenção de 1984, na opinião do jurista Eugênio Aragão (2010), é o detalhamento da concepção de tortura que supõe a imposição de um sofrimento grave, psíquica e fisicamente, vinculado a um objetivo e é uma prática consciente, para obtenção de um fim determinado. A partir dessa Convenção, a tortura é configurada como tal quando praticada no espaço público, por agente público ou sob sua ordem, aquiescência ou instigação.[5]

Em 1998 a tortura foi considerada um crime de lesa-humanidade. Essa noção foi formulada ao final da Segunda Guerra Mundial, quando foram revelados ao mundo os horrores dos campos de extermínio nazistas na Europa Central. Diz Fábio Comparato (2010, p. 84):

> As potências aliadas decidiram, pela primeira vez na História, julgar penalmente os responsáveis, instituindo o Tribunal Militar Internacional de Nuremberg em 1945. O Estatuto desse tribunal definiu como crimes contra a humanidade, em seu art. 6, alínea c, os seguintes atos: "o assassínio, o extermínio, a redução à condição de escravo, a deportação e todo ato desumano, cometido

4 A Convenção Contra a Tortura é composta por trinta e três artigos e no seu Artigo 1º diz: "Para fins da presente Convenção, o termo tortura designa qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer outro motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação ou com o seu consentimento ou aquiescência. Não se considerará como tortura as dores ou sofrimentos que sejam consequência unicamente de sanções legítimas, ou que sejam inerentes a tais sanções ou delas decorram [...]" (Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos Ou Penas Cruéis, Desumanos Ou Degradantes, 1984, citada por Comparato, 2010).

5 O que se pune, ou o que se pretende, é fazer o Estado punir a tortura praticada por um agente público. Em 1984 todo o debate a respeito da criminalização da tortura se deu precisamente em função das experiências das ditaduras latino-americanas; Argentina, Chile, Uruguai, Brasil, Paraguai foram as grandes razões para criar essa agenda nas Nações Unidas; o paradigma era a tortura praticada pelo agente público.

> contra a população civil antes ou depois da guerra, bem como as perseguições por motivos políticos e religiosos, quando tais atos ou perseguições, constituindo ou não uma violação do direito interno do país em que foram perpetrados, tenham sido cometidos em consequência de todo e qualquer crime sujeito à competência do tribunal, ou conexo com esse crime".

Em 1998, o Estatuto do Tribunal Penal Internacional de 1998 caracterizou, em seu art. 7º, dez tipos de crimes dessa natureza, incluindo entre elas a tortura**.** Estabeleceu como condição de punibilidade que tais atos criminosos sejam cometidos "no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque". "Desse conjunto normativo", continua Comparato (2010, p. 85), "podemos extrair o conceito de crime contra a humanidade como o ato delituoso em que à vítima é negada a condição de ser humano. Nesse sentido, com efeito, indiretamente ofendida pelo crime é toda a humanidade".

No Brasil, ainda hoje, a responsabilização dos agentes de estado que praticaram a tortura e consequentemente assassinaram e esconderam corpos na ditadura permanece intocável, apesar de a Constituição de 1988, no artigo 5º, inciso III, afirmar que: "ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante" e, no inciso XLIII: "a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura", por ela respondendo os mandantes, executores e os que, podendo evitá-la, se omitirem.

Insatisfeitos com o posicionamento dos governos democráticos frente aos crimes da ditadura, familiares dos mortos e desaparecidos políticos, juntamente com o Centro pela Justiça e o Direito Internacional-CEJIL e a Human Rights Watch/Américas, encaminharam em 1995 à Corte Interamericana de Direitos Humanos uma **Petição** que se refere à responsabilidade do Estado brasileiro pela detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de 70 pessoas, entre membros do Partido Comunista do Brasil e camponeses da região do Araguaia. Em 2010 foi publicada a decisão da Corte que

impôs ao Estado brasileiro um conjunto de decisões expressas em um longo texto de quase 120 páginas. Ao aceitar a Petição, a Corte declara por unanimidade, entre outras, que:

> As disposições da Lei de Anistia brasileira que impedem a investigação e sanção de graves violações de direitos humanos são incompatíveis com a Convenção Americana, carecem de efeitos jurídicos e não podem seguir representando um obstáculo para a investigação dos fatos do presente caso, nem para a identificação e punição dos responsáveis, e tampouco podem ter igual ou semelhante impacto a respeito de outros casos de graves violações de direitos humanos consagrados na Convenção Americana ocorridos no Brasil.

> O Estado é responsável pelo desaparecimento forçado e, portanto, pela violação dos direitos ao reconhecimento da personalidade jurídica, à vida, à integridade pessoal e á liberdade pessoal ... O Estado é responsável pela violação dos direitos de liberdade de pensamento e de expressão consagrados no artigo 13 da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos. (Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2010, p. 114)

As decisões não estão referidas exclusivamente aos que caíram no Araguaia: elas se aplicam a todas as violações que não puderam ser, até hoje, investigadas.

Passamos a supor que finalmente haveria nova interpretação da lei de anistia. Não foi o que ocorreu. Fomos surpreendidos em abril de 2010 com a decisão do Supremo Tribunal Federal que manteve a compreensão de que a Lei de Anistia de 1979 (Brasil, 1979) anistiou sim os torturadores apesar da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ADPF nº 153, proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que formulou o seguinte pedido:

> O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil pede que o Supremo Tribunal Federal dê à Lei nº 6.683, de 28 de agosto

> de 1979, não a revisão da lei de anistia, mas sim a sua correta interpretação, de acordo com os padrões de técnica jurídica consagrados e a exigência fundamental de respeito à dignidade humana ... O que está em causa, na presente demanda, não é uma controvérsia jurídica comum. O Supremo Tribunal Federal, como órgão de cúpula do Estado Brasileiro, assume agora a responsabilidade histórica de defender a honra nacional e a dignidade do nosso povo, pelo reconhecimento de que os crimes hediondos, praticados pelos agentes do regime autocrático do passado, são inapagáveis, qualquer que seja o tempo decorrido desde o seu cometimento. (Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, 2010)

O STF desconsiderou a argumentação do jurista Fábio Comparato (2010) e manteve a interpretação de que os crimes conexos aos crimes políticos foram anistiados.[6]

Essa interpretação mantém-se e não se discutiu mais. Pelo menos até agora. Desde que nos apropriamos da compreensão de que a tortura é um crime que os humanos cometem contra os próprios humanos e que, por isso mesmo, lesa todos os humanos, estejam onde estiverem, tivemos a clareza de que a tortura é um crime contra a humanidade e que não prescreve. Podemos exigir que a tortura seja penalizada onde tiver ocorrido e quando estiver ocorrendo. Devemos encorajar nossos dirigentes do Executivo, nossos representantes no Legislativo e os juízes que integram o Judiciário a fazer o que tem que ser feito: reinterpretar a lei de anistia já. Não podemos descansar antes disso.

Queremos que o Brasil honre a história de luta dos que tombaram. Os psicólogos, os jornalistas e professores, os estudantes e os sindicalistas, os camponeses e os indígenas, os mais jovens e os mais

6 A interpretação de quais são crimes conexos aos crimes políticos anistiados distorceu o entendimento a ponto de interpretar a tortura como um crime conexo ao crime político. Uniu em um mesmo laço o crime político e um crime imprescritível, a tortura. O esclarecimento bem como o julgamento e penalização dos responsáveis é uma proposta que tem se mantido insolúvel.

velhos. O militante político, o padre e a freira. Os químicos e os metalúrgicos. Os escritores, poetas e os músicos. Devemos a eles essa conquista para fazer com que em nosso país a Memória, a Verdade e a Justiça sejam sustentadas sob a bandeira da Liberdade de asas sempre abertas sobre nós.

Referências

Aragão, E. (2010). *Tortura, uma visão das ciências humanas.* [DVD]. Brasília, DF: Imagem e áudio; Universidade de Brasília.

Arantes, M A. A. C. (2012). Em nome da memória. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *32* (n. spe.), 310-317, recuperado de http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32nspe/v32speca22.pdf

Bicudo, H. (2005). Uma análise jurídica sobre a questão da tortura no Brasil. In Conselho Regional de Psicologia de São Paulo; Conselho Regional de Assistência Social (Orgs.), *O profissional diante da situação de tortura*. (Debate, 08 de abril DE 2005). CRP-SP; CRAS-SP: São Paulo.

Comparato, F. K. (2010). *A tortura no direito internacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, recuperado de http://novo.fpabramo.org.br/content/tortura-no-direito-internacional

Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. (2010). *Arguição de descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF nº 153*. Brasília, DF: OAB.

Assembleia Geral das Nações Unidas. (1984). *Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes,* recuperado de http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/degrdant.htm

Corte Interamericana de Direitos Humanos. (2010). *Caso Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia"),* recuperado de http://s.conjur.com.br/dl/sentenca-comissao-internacional.pdf

Decreto n. 84.143 de 31 de outubro de 1979. (1979). Regulamenta a Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979, que concede anistia e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Merlino, T. & Ojeda, I. (Orgs.). (2010). *Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.

Studart, H. (2007). *Direito à memória e à verdade*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República/PR.

Superior Tribunal Federal. (2010). *Arguição De Descumprimento De Preceito Fundamental 153 Distrito Federal,* recuperado de http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/adpf153.pdf

A colaboração do CRP/ Minas na reparação às vítimas de tortura

Robson Sávio Reis Souza

> *Acho que nenhum de nós consegue explicar a sequela: a gente sempre vai ser diferente. No caso específico da época, acho que ajudou o fato de sermos mais novos; agora, ser mais novo tem uma desvantagem: o impacto é muito grande. Mesmo que a gente consiga suportar a vida melhor quando se é jovem, fisicamente, mas a médio prazo, o efeito na gente é maior por sermos mais jovens. Quando se tem 20 anos o efeito é mais profundo, no entanto, é mais fácil aguentar no imediato. ... Fiquei presa três anos. O estresse é feroz, inimaginável. Descobri, pela primeira vez que estava sozinha. Encarei a morte e a solidão. Lembro-me do medo quando minha pele tremeu. Tem um lado que marca a gente o resto da vida. ... As marcas da tortura sou eu. Fazem parte de mim.* (Dilma Rousseff, em depoimento a CEIVT/Minas).

A finalidade deste breve texto é registrar algumas recordações do trabalho realizado pela Comissão de Indenização às Vítimas de Tortura do Estado de Minas Gerais (CEIVT/Minas) e a contribuição do Conselho Regional de Psicologia de Minas (CRP-04) no resgate à história, à verdade e à memória dessas vítimas e seus familiares.

Em 1999, uma lei aprovada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, fruto de um projeto de lei de autoria da então deputada estadual Maria José Haueisen, determinava "o pagamento de indenização à vítima de tortura praticada por agente do Estado em razão de participação em atividades políticas" (Minas Gerais, 1999).

Começavam a despontar no Brasil iniciativas legislativas cujo objetivo era a reparação, mesmo que simbólica, dos múltiplos danos causados pela barbárie praticada por agentes do Estado, durante o regime de exceção. Minas Gerais foi uma das primeiras unidades da federação que aprovara legislação nesse sentido.[1]

Em seu artigo 1º, o texto da referida lei definia que:

> o Estado pagará indenização à vítima de tortura praticada por seus agentes em razão de participação ou de acusação de participação em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, que não tenha resultado em morte, observados os seguintes limites: I - no mínimo, R$ 5.000,00 (cinco mil reais), e no máximo, R$ 10.000,00 (dez mil reais), nos casos em que a tortura houver acarretado lesão corporal de qualquer natureza; II - no mínimo, R$ 10.001,00 (dez mil e um reais) e, no máximo, R$ 20.000,00 (vinte mil reais), nos casos em que a tortura houver acarretado invalidez parcial; III - no mínimo, R$ 20.001,00 (vinte e um reais) e, no máximo, R$ 30.000,00 (trinta mil reais), nos casos em que a tortura houver acarretado invalidez permanente. (Lei Estadual n. 13.187, 1999, s/p.)

O governador Itamar Franco tratou de regulamentar a lei através do Decreto 41.239, de 28/08/2000. No referido decreto, ficaram mantidos os valores das indenizações e foi constituída uma comissão especial para analisar e receber os pedidos das vítimas e/ou seus familiares. A previsão inicial, feita por movimentos de direitos humanos

1 No mesmo sentido, a então criada Secretaria Adjunta de Direitos Humanos de Minas, na qual eu atuava, começou a desenvolver projetos e programas para além da promoção dos direitos humanos, trabalhando também na perspectiva da reparação de vítimas e familiares de variadas formas de violência. Sobre essas ações, consultar Souza (2003b).

que atuam no Estado, era que algo em torno de 250 vítimas e/ou familiares entrariam com os pedidos de indenização. Número muitíssimo superado, como se verificará no final deste artigo.

A comissão, intitulada de Comissão de Indenização às Vítimas de Tortura, deveria ser composta por:

> 7 (sete) membros designados pelo Governador do Estado, sendo: I - 6 (seis) escolhidos entre os membros do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos[2]; II - 1 (um), com a função de coordenador, indicado pela Secretária de Estado da Justiça e de Direitos Humanos. (Decreto n. 41.239, 2000, p. 6)

À época cabia-me o cargo de diretor-geral da recém-criada Secretaria Adjunta de Direitos Humanos, órgão da Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos. Nessa condição, representava a secretaria junto ao Conselho Estadual de Direitos Humanos. O psicólogo José Francisco da Silva, então Secretário-adjunto de Direitos Humanos, indicou-me ao cargo de coordenador da referida comissão, representando a Secretaria e o governo de Minas, indicação aceita pela Secretária de Justiça e Direitos Humanos, Ângela Pace, e pelo governador Itamar Franco.

Para mim, foi uma grande surpresa o convite e a indicação. Sabia da responsabilidade histórica e, mais que isso, da importância da Comissão no resgate da memória e verdade, ainda bastante ocultas àquela época.

Aceitei o convite e, de imediato, convoquei a primeira plenária da Comissão. Uma primeira reunião que se prolongou por vários meses: foram dezenas de encontros que tivemos para enfrentar, antes de tudo, uma série de problemas de ordem institucional, política e burocrática.

2 Faziam parte da Comissão: Juliana Neuenschwander, Antônio Aurélio Santos, Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira, Márcio Augusto Santiago, Neide Pessoa Couto e Guilherme José Ferreira da Silva, falecido em 2014. Registro, ainda, o importante papel desempenhado por Caroline Bastos Dantas, secretária-executiva da CEIVT/Minas.

Sem entrar, aqui, no detalhamento dessas agruras que foram necessárias para se criar uma grande coesão entre os membros da Comissão, inclusive superar certa desconfiança deste coordenador, por ser o indicado do governo, cabe registrar qual foi o nosso maior desafio.

Ao depararmos com a legislação que determinava as indenizações e regulamentava a atividade da CEIVT/Minas, logo ficamos extremamente chocados e impactados com a discricionariedade na determinação dos valores das indenizações. Sabíamos que a lei fora aprovada daquela forma depois de muitas negociações havidas no Legislativo mineiro. Não obstante, era insuportável pensar na mensuração de valores de indenização. Por uma série de motivos: primeiro, porque não é possível, em nenhuma hipótese, medir a dor, o sofrimento e as sequelas das torturas, independentemente de sua intensidade (algo totalmente subjetivo, discricionário, autoritário). Se assim o fizéssemos, correríamos o risco de nos tornar novos algozes do Estado. Ademais, as indenizações, independentemente dos valores, nunca poderiam reparar os danos morais, psicológicos, sociais, materiais, físicos e demais sequelas das vítimas e seus familiares. Independentemente do valor, o fato de o Estado reconhecer que usou da violência arbitrária, desproporcional, desumana por um lado e, por outro, que as vítimas dessa violência institucional seriam reconhecidas e minimamente reparadas configuravam como os valores mais relevantes.

Não obstante, para muitas vítimas e/ou seus familiares, o valor monetário tinha também significados objetivos dos mais diversos: desde o uso para questões relacionadas à condição de saúde, até mesmo para questões de ordem de subsistência. Portanto, a definição dos valores de indenização pela Comissão tomava contornos ainda mais dramáticos.

Depois de várias reuniões, debates, oitivas de convidados e especialistas, chegamos à conclusão, mais ou menos óbvia, que não teríamos a mínima condição de determinar gradação nos valores das

indenizações a serem pagas às vítimas e/ou seus familiares. Aqui, cabe o registro da valiosa participação do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais na superação desse óbice.

Procuramos a Comissão de Direitos Humanos do CRP-04 e expusemos nosso dilema. Queríamos, à época, que o Conselho nos ajudasse na superação do imenso problema, produzindo algum documento que pudesse subsidiar a CEIVT/Minas no sentido de confirmar e respaldar nosso consenso, segundo o qual é impossível mensurar os valores das indenizações e as dimensões das sequelas sofridas pelas vítimas de tortura.

De pronto, o CRP-04 aceitou nossa proposta e convidou o professor Alfredo Guillermo Martin, psicólogo com larga experiência em estudos sobre sequelas da tortura, tendo aprofundado essa temática nos seus estudos de mestrado e doutorado.

Em 22 de agosto de 2001, ofício de número 1440/01 assinado pela conselheira-presidente da Comissão de Direitos Humanos do CRP-04, Maria Carmen de Castro Patrocínio[3], encaminhava à CEIVT o documento intitulado "As sequelas psicológicas da tortura", destacando:

> Esperamos que o conteúdo exposto no documento possa nortear as decisões dos membros da CEIVT-MG, uma vez que somos representantes dos anseios dos psicólogos de Minas Gerais para que se construa uma cultura de respeito e proteção aos Direitos Humanos. A lamentável prática de tortura, a que foram submetidos cidadãos brasileiros, tanto é indigna como desumana, e as medidas que visam sua reparação, se é que seja possível, fornecem bases para a construção de um Estado social e democrático de direito. Assim, a transparência de todo o processo de indenização é um elemento de extrema importância na reparação dos danos causados às vítimas de Tortura. (Patrocínio, 2001, p. 16)

3 Presto, aqui, minha homenagem e gratidão a Maria Carmen, falecida em 26/04/2010.

Foi a partir desse documento que a CEIVT/Minas deliberou, por unanimidade, que todas as vítimas que tivessem seus pedidos aprovados deveriam ser indenizadas com o valor máximo estabelecido em lei. Nos pareceres de cada processo, elaborados pelos membros da Comissão e enviados à aprovação do CONEDH (Conselho Estadual de Direitos Humanos de Minas Gerais), sempre se destacava e anexava o documento elaborado pelo CRP-04, sublinhando a opinião de Hans Stoffel acerca das consequências da prática da tortura:

> a experiência da tortura não é uma doença curável em tempos que possamos definir; ela constitui uma ruptura da identidade, em parte definitiva ... É por isso que nós não identificamos a tortura como um agente produtor de efeitos mórbidos, mas a qualificamos de experiência que atua reformulando o destino da pessoa e quebrando para sempre um ser humano na sua subjetividade. (citado por Martin, 2001, p. 14)

Em todos os relatórios sublinhava-se, também, que a prática da tortura é uma afronta aos direitos humanos e que os parâmetros traçados nos incisos I a III do artigo 1º da Lei 13.187/1999 (indicativos de uma possível dosimetria onde, nem sempre, é possível se quantificar danos ou perdas) constituíam-se como algo repugnante: "pensar-se em que situações podem ser 'mais graves' a tortura quando, por exemplo, alguém é submetido à tortura conhecida como "pau-de-arara" e passou a sofrer de moléstia na coluna vertebral, ou aquele que, vítimas do 'telefone', teve sua audição afetada". (Excerto de um dos pareceres aprovados pela CEIVT/Minas).

Com esse argumento e tendo como fulcro o parecer do CRP-04, elaborado por Alfredo Martin, a CEIVT/Minas determinava o valor máximo de indenização (30 mil reais) para todos os pedidos deferidos, indicando que o ressarcimento, apesar de necessário e justo, era de caráter simbólico e insuficiente para mitigar todos os sofrimentos pretéritos, atuais e futuros vividos pelas vítimas e extensivos aos seus familiares. Como destacava o parecer do CRP-04:

> é de ressaltar que as sequelas psicológicas da tortura são crônicas e têm duração transgeracional, como tem sido demonstrado com descendentes de famílias de judeus exterminadas nos campos de concentração nazistas; com efeito, os grupos terapêuticos realizados em Paris reunindo familiares da terceira geração da 'Shoah' têm evidenciado diversos sintomas desse traumatismo, presentes na aflição, na memória familiar, nos 'buracos pretos' há história de cada um, nos silêncios do impossível a dizer e simbolizar. (Martin, 2001, p. 06)

Assim sendo, a colaboração do CRP-04 foi fundamental para desatar um nó que emperrava o trabalho da CEIVT/Minas, criando condições para o prosseguimento das ações de indenização no estado de Minas Gerais.

Em 29 de novembro de 2003, quando deixei a coordenação da Comissão, publiquei artigo em variados veículos de comunicação de Minas, fazendo um breve balanço dos trabalhos realizados até então:

> A Comissão não se curvou diante dos obstáculos e desafios. Apesar das inúmeras dificuldades, já aprovou cerca de 400 pedidos de indenização; estipulou critérios para o pagamento dos mesmos e coletou uma ampla documentação da época da ditadura militar em nosso Estado. Um enorme e importante arquivo de documentos, depoimentos, reportagens, fotos etc. que se constituem um tesouro histórico para nosso povo e para a memória de Minas. (Souza, 2003a, p. 9)

Os trabalhos da CEIVT/Minas ainda estão em curso. Cerca de mil pessoas entraram com pedidos de indenização. Por mais de uma vez, abriu-se o prazo para novos pedidos, haja visto que, à medida que a Comissão era conhecida, novas vítimas e ou familiares foram buscando a devida indenização junto ao Estado. Segundo informações da secretaria executiva do Conselho Estadual de Direitos Humanos de Minas Gerais (até o final de 2015), quinhentas e setenta e nove vítimas e/ou familiares já tinham sido indenizadas.

Destaco que os documentos coletados pela CEIVT/Minas estão sendo de fundamental importância para o trabalho em curso da Comissão da Verdade do Estado de Minas Gerais.

Tortura: Passado e Presente

Minas Gerais foi um importante centro da repressão política no período de exceção. A farta documentação que foi reunida pela Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura, ao longo dos últimos anos, trouxe novas luzes para uma melhor compreensão desse período. Destaco pelo menos três questões fundamentais que foram objetivo de observação durante nosso trabalho na CEIVT.

Em primeiro lugar, trata-se da extensão da prática da tortura. Ao contrário do que comumente é conhecido, o regime ditatorial foi muito mais amplo do que se pode imaginar. Ou seja, além de militantes de movimentos, partidos e sindicatos, a máquina política da repressão conseguiu atingir um número muito maior de ativistas que ainda continuam anônimos, mas que foi vítima de todo o tipo de perseguição e sevícias.

Em segundo lugar, a documentação da Comissão de Indenização mineira apresenta mais uma novidade, em termos de resgate da história e da nossa memória política brasileira. Para além dos conhecidos atores que promoveram a repressão, notadamente as Forças Armadas e as polícias estaduais (militares e civis), há fortes suspeitas da participação de outros personagens nos processos de repressão. Estou me referindo a indícios da conivência, omissão e, inclusive, da colaboração de agentes estatais e públicos de diversas áreas e agências públicas com as forças repressivas. O nível de perseguição e violência perpetrado contra cidadãos que não concordavam com o regime ditatorial – além de ter atingido um número muito maior de vítimas do que aquelas até agora conhecidas –, parece apontar uma estrutura na qual os agentes da repressão contavam com ampla rede de colaboração de outros atores sociais, incluindo, por exemplo, lide-

ranças políticas nos níveis locais que, respaldadas pelo regime ditatorial, se impunham e se perpetuavam no poder pela via da violência. Conhecer essa imbricada rede (ampliada) de agentes públicos civis (para além dos militares) que foram partícipes do regime ditatorial também passa a ser elemento importante para o desvelamento das armadilhas do passado de tão triste memória.

Por fim, e não menos importante, é a triste e revoltante constatação de que a prática da tortura se institucionalizou desde os tempos ditatoriais: não se trata de prática que acontecia no passado, mas de situação que ainda existe e persiste no presente. Em muitas delegacias, batalhões policiais, centros de internação de adolescentes e, principalmente, nas prisões, a prática da tortura ainda sobrevive. Mudaram as vítimas: antes, militantes políticos que lutavam pela democracia; hoje, pobres, negros, moradores de rua e das periferias, população LGBT e prostitutas; um sem-número de jovens, homens e mulheres que, sem acesso à Justiça e limitados em seus direitos de cidadania por terríveis mecanismos de exclusão, ainda são vítimas de todo o tipo de arbitrariedade cometida por agente público.

Conhecer o passado é fundamental para compreendermos o presente e deveria ser um instrumento educacional e político para não cometermos os mesmos erros pretéritos no presente e no futuro. Infelizmente, os ideais democráticos daqueles que tombaram e dos que foram torturados anos atrás ainda não se completaram. Enquanto o Estado brasileiro não dizimar, de vez, qualquer tipo de afronta à dignidade humana praticada por agente público, não podemos dizer que somos um país democrático.

Agora, a Comissão da Verdade de Minas, debruçando-se no desvelamento do período de exceção, trabalha para apontar diretrizes e sugestões de políticas públicas objetivas e indicar, juntamente com as demais comissões da verdade, reformas estruturais em nosso sistema de justiça criminal. Esse sistema, em certa medida, ainda reproduz e convive com práticas de arbítrio fundadas no passado ditatorial e inconcebíveis no âmbito do Estado Democrático de Direito.

Justiça eficiente e menos seletiva, agências independentes e autônomas de controle da atividade policial e acesso universal à justiça: mecanismos relativamente simples que os governos civis (nos âmbitos federal e estadual), passadas três décadas da assunção da ordem democrática, ainda não tiveram a ousadia de criar e implantar nas estruturas estatais. Até quando o Estado brasileiro tolerará a tortura? (Souza, 2015).

Referências

Martín, A. G. (2005). As sequelas picológicas da tortura. *Psicologia Ciência e Profissão, 25*(3), 434-449, recuperado de http://www.scielo.br/pdf/pcp/v25n3/v25n3a08.pdf.

Lei Estadual n. 13.187 de 20 de janeiro de 1999. (1999). Determina o pagamento de indenização à vítima de tortura praticada por agente do Estado. Diário do Legislativo, Belo Horizonte, recuperado de http://www.almg.gov.br/

Decreto n. 41.239 de 28 de agosto de 2000. (2000). Regulamenta a Lei 13.187/99 que determina a indenização às vítimas de tortura praticadas por agentes do Estado e cria a Comissão de Indenização às Vítimas de Tortura do Estado de Minas Gerais. Diário do Legislativo – caderno 1, Belo Horizonte, recuperado de http://www.almg.gov.br/

Patrocínio, N. C. C. (2001). *Ofício de 24 de agosto de 2001, encaminhando o parecer técnico de Alfredo Martin à Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura e Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos* (pp. 15-16). Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia-04.

Souza, R. S. R. (2003a). Prestação de Contas. *Jornal O Tempo*, Belo Horizonte.

Souza, R. S. R. (2003b). *Direitos Humanos e participação da sociedade civil: atuação da Secretaria Adjunta de Direitos Humanos de Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, recuperado de http://www.dhnet.org.br/dados/dissertacoes/a_pdf/disserta_robson_dh_participacao_soc_civil_mg.pdf

Souza, R. S. R. (2015). *Quem comanda a segurança pública no Brasil: atores, crenças e coalizões que dominam a política nacional de segurança pública*. Belo Horizonte: Letramento.

Sequelas psicológicas da tortura:

enquadre clínico transcultural com intérprete, diagnóstico quali-quantitativo e orientações psicossociais

Alfredo Guillermo Martín

"entreveo un mundo no qual todos seremos exilados..."
Gilles Deleuze

Introdução

Em julho de 2001 a Comissão de Direitos Humanos do CRP – Região IV de Minas Gerais solicitou-me um Parecer Técnico sobre as sequelas psicológicas sofridas pelas vítimas da tortura da ditadura militar, a fim de cumprir com a legislação relativa às indenizações que o Estado devia pagar. Esse texto, aprovado posteriormente pela Comissão Estadual de Direitos Humanos de Minas Gerais, permi-

tiu ressarcir muitas vítimas de tortura desse estado. Foi apresentado, em 2004, no Seminário "Repressão e medo" organizado pela Comissão de Acervo da Luta contra a Ditadura e a Comissão de Indenização a ex-Presos Políticos da Assembleia Legislativa de Rio Grande do Sul.

A primeira parte do Parecer, relativa aos aspectos históricos, teórico-clínicos (morbidade, mortalidade, diagnóstico) e jurídicos, orientados para a problemática da indenização, foi publicada na Revista do CFP *Psicologia Ciência e Profissão* (Martín, 2005).

Neste capítulo propomos aprofundar a parte instrumental propriamente dita, que fora sinteticamente tratada por razões de espaço na publicação citada.

Uma terceira parte, sobre a tortura como instituição, está em preparação.

As Torturas Não Têm Fronteiras, a Clínica Tampouco

Levando em conta a persistência da tortura como prática regular institucionalizada internacionalmente, assim como a quantidade de vítimas que ela produz, direta e indiretamente, consideramos oportuno aportar algumas das ferramentas construídas nestes 25 anos de trabalho, possivelmente úteis para aqueles psicólogos/as que assumam a responsabilidade de tomar a cargo o sofrimento delas. Lembro as palavras de nosso saudoso e visionário colega Ignácio Martin-Baró (1996), assassinado pelos esquadrões da morte, quando nos incitava a pensar que "um objetivo primordial da psicologia ... no presente e futuro próximo, deve ser prestar atenção especial às vítimas da guerra" (p. 19).

Em função das nossas experiências com pessoas vindas de muitos países e línguas diferentes, construímos um enquadre específico que nos permitiu fazer as entrevistas de acolhida, de orientação e terapêuticas (individuais e grupais), com uma qualidade muito aceitável e sem o qual teríamos sofrido um fracasso clínico quase completo.

Levamos em conta que as sequelas da tortura estão presentes em muitos casos, não só de solicitação de indenizações, mas também de pedido de asilo; que essas informações devem estar incluídas no relatório que deve ser enviado ao CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados, [CONARE], 2015), assim como o fato de que o número de refugiados no mundo segue em aumento vertiginoso, incluindo no Brasil, com quase 9000 refugiados de umas 80 origens diferentes, quantidades que, se acreditamos nas estatísticas oficiais desse organismo, aumentaram 2.868% nestes últimos quatro anos (UNHCR, ACNUR, Agência da ONU para Refugiados, 2016).

Nos diferentes casos, é conveniente, senão necessário, incluir um Relatório sobre a situação clínica do solicitante, o qual raramente fala português: encontramos o *créole* dos haitianos, o *árabe aramaico* dos sírios, o *lingala* dos congoleses, o *wolof* dos senegaleses...

Isso nos obriga a repensar o enquadre da clínica monocultural tradicional para incluir o/a intérprete na língua do consultante e sua cultura, compreendida não no sentido superficial, folclórico, mas no sentido plenamente etimológico do conceito: no latim "*colere*", temos a nuance psicológica que nos interessa: *cuidar* (Chaui, 2000, p. 292).

Clínica com Intérpretes

Sabemos que falar das torturas sofridas é muitíssimo difícil e delicado, a maioria das vezes quase impossível, sobretudo numa língua estrangeira; outro agravante se refere à escuta e compreensão desses depoimentos, quando eles são feitos por motivos administrativos, mediados por intérprete e num encontro burocrático do qual depende a possibilidade de se ficar no país onde se solicita o asilo.

O dispositivo apresentado neste capítulo foi construído progressivamente para fazer frente às dificuldades encontradas, detalhadas a seguir:

- Intenso sofrimento psíquico das pessoas falando idiomas e/ou línguas dialetais, nem sempre conhecidas pelo/a psicólogo/a e outros profissionais (assistentes sociais, educadores, médicos, empregados administrativos etc.);

- Necessidade imperiosa de comunicação e compreensão profundas e muitas vezes em situações-limite, com decisões importantes, tanto para elas quanto para os profissionais, a serem tomadas em pouco tempo (Ficar no país? Voltar? Ir para outro país? Separar ou juntar a família? etc.);

- Precariedade situacional devida a diversos fatores (habitacionais, administrativos, político-legais, financeiros etc.); com efeito, as pessoas podem ser deslocadas de um momento para outro, para lugares desconhecidos e distantes, por motivos de segurança, familiares, burocráticos etc.

Para tentar enfrentar essas dificuldades, o processo de inclusão do intérprete na consulta clínica transcultural precisa de um enquadre específico e pode ocorrer, na medida do possível, em quatro momentos:

1. Escolha e preparação prévia do/da intérprete, na dimensão específica psicocultural;
2. Realização das entrevistas com os consultantes, o intérprete e a equipe transdisciplinar (que pode envolver vários profissionais), com a maior regularidade possível;
3. Elaboração das ansiedades, conflitos, etc. produzidos pelas entrevistas tanto no/na intérprete como na equipe;
4. Reflexão em comum com a equipe para esclarecer as prioridades e tomar as decisões necessárias para desenhar uma estratégia de intervenção clínica que garanta a continuidade dos cuidados dos consultantes.

Conceituando o enquadre como o conjunto de variáveis (relacionais, espaciotemporais, ético-políticas e técnicas) que, transformadas em critérios constantes pelas necessidades da situação concreta a resolver e pelas escolhas teóricas do profissional, permitem operar, decidir, intervir num campo clínico específico, tentaremos explicitar os seus componentes específicos nessas situações.

O momento no qual são realizadas as entrevistas com intérprete é de fundamental importância; na medida do possível, elas deveriam ser feitas *antes* da entrega da Solicitação de Refúgio, possibilitando assim um bom julgamento do pedido. Em caso contrário, será *depois*, nas duas possibilidades de interposição de recurso.

Além dos aspectos jurídico-administrativos, o trabalho com intérprete é fundamental nas dimensões psicossociais, tanto na clínica terapêutica quanto na inserção sociolaboral das vítimas.

1. No primeiro momento, é importante levar em conta alguns critérios que podem nos orientar na seleção do/da intérprete:

a) procuraremos que a pessoa conheça o melhor possível a sua própria cultura, lembrando que ninguém pode conhecê-la totalmente (nem a dos outros nem a própria); aqui devemos fazer um esclarecimento importante, relativo à confiança que o intérprete deve dar e receber dos entrevistados. Com efeito, sobretudo com refugiados, é indispensável que o intérprete inspire a confiança neles, ou o trabalho clínico resulta impossível.

Como exemplo, na época da guerra civil na ex-Yugoslávia (1994), recebemos mais de 100 pessoas de origem bósnia, membros isolados de famílias que foram dizimadas na guerra, algumas delas expatriadas em vários continentes e países. No início dos trabalhos de acolhida e acompanhamento, tivemos dificuldade em encontrar uma pessoa intérprete em língua servo-croata, mas, quando a encontramos, a primeira coisa que os refugiados lhe perguntaram foi sua religião, sua etnia, depois de quanto tempo e por que ela mora-

va na França, qual era sua pertença política, se estava casada, com quem etc. etc. Como tudo isso tinha sido devidamente esclarecido no período prévio ao contato com os refugiados, nas entrevistas de formação, com a nossa equipe, as respostas dela foram ao mesmo tempo sinceras e verdadeiras, permitindo assim uma fluidez no vínculo e uma profundez nos diálogos que teriam sido impossíveis conseguir de outro modo.

Nos encontros pós-entrevistas, a intérprete expressava os seus sentimentos, angústias e ansiedades suscitadas por tudo o que tinha ouvido anteriormente, dava informações sobre os lugares mencionados, as datas e fatos históricos, costumes, alimentos, rituais etc., próprios da sua cultura. Assim, uma só palavra podia fazer emergir muitos conteúdos traumáticos. Por exemplo, bastava dizer a palavra "Omarska" para que o clima mudasse, os afetos inundassem a sala e as expressões de raiva contida e de dor imensa tomassem conta do grupo. Com efeito, esse era o nome de um dos campos de concentração sérvios onde foram massacrados milhares de cidadãos bósnios.

b) Outro critério postula que o intérprete, na medida do possível, seja maior de idade, não familiar direto dos entrevistados, que tenha um mínimo de disponibilidade para acompanhar as entrevistas nos diversos lugares possíveis (acampamentos de urgência, hospitais, aldeias, escolas, lares de abrigo etc.) e durante um tempo variável, que pode ser desde um único encontro até uma ou mais entrevistas semanais durante vários meses.

Devemos ressaltar a importância dessa continuidade na relação vincular (presencial e/ou à distância), pois dela depende, em grande medida, a qualidade e o bom resultado do trabalho clínico.

Um elemento fundamental nessa primeira fase é a compreensão da tarefa a realizar e o modus operandi de cada um nessa relação; a tarefa do/da intérprete não é sintetizar o que os outros dizem, nem dar as suas opiniões sobre essas falas, nem responder diretamente

por conta própria aos consultantes[1]. Ele/ela deve tentar transmitir ao clínico e à equipe o que a outra pessoa está comunicando e vice-versa e transmitir aos consultantes o que o clínico e a equipe vão respondendo ou perguntando.

Sabemos das infinitas dificuldades na comunicação humana, ainda mais num trabalho como esse, onde os "mal entendidos" podem se multiplicar. Precisamente por isso, e havendo-as sofrido muitas vezes, propomos essa técnica como uma ferramenta adaptada a esses desafios.

Ela consiste em ajudar, explicar, sensibilizar e treinar o/a intérprete (sobretudo no primeiro momento do consultante ao terapeuta) a fazer a tradução na primeira pessoa (do singular ou do plural, em caso de entrevistas grupais), e não na segunda ou terceira pessoa, como é o primeiro movimento, quase reflexo automático, que muitos intérpretes fazem. Isso não se propõe como regra absoluta e pode ser adequada segundo o contexto cultural da pessoa acolhida.

Essa tradução na primeira pessoa deve servir também para as falas do terapeuta, convertendo o intérprete num canal fluido de múltiplas entradas-saídas tentando funcionar com o menor "ruído" possível.

2. No segundo momento (do terapeuta ao consultante), será posto à prova o anterior e necessariamente terá ajustes a serem feitos progressivamente. Na realidade, o/a intérprete é uma "entrada-saída" sempre presente, com suas sensibilidades, paixões, opiniões, preconceitos, histórias pessoais, valores etc.; não é possível imaginar nem esperar um tradutor sem falhas, transparente, neutro, insensível, nem tampouco esperar tudo isso do terapeuta.

1 Na primeira parte do filme *Dheepam - O Refúgio* (França, 2015; Dir: Jacques Audiard; 115 min; Palma de Ouro em Cannes), aparece uma cena de entrevista de um refugiado de Sri Lanka, falando com um funcionário francês acompanhado por um intérprete que ignora todas essas recomendações. A história apresenta muitas situações-limite frequentemente vividas pelos refugiados.

Assim, ao traduzir na primeira pessoa, um processo identificatório começa a se construir em ambas as direções e será um dos suportes do trabalho clínico, junto com as possibilidades dos consultantes e as capacidades dos profissionais. A interpretação clínica é muito mais que uma simples translação semântica, uma busca de equivalências gramaticais; ela aparece como um movimento com dinâmicas próprias a cada situação e com ritmos singulares para cada pessoa e grupo. Não se traduzem apenas "estruturas linguísticas", veiculam-se afetos profundos, vivências traumáticas muitas vezes indizíveis, situações-limite, projetos e sentidos de vida.

O/a intérprete vai nos esclarecer sobre vários tópicos (étnicos, geográficos, históricos, tradições religiosas etc.) indispensáveis para a compreensão da situação e a redação do dossiê de solicitação do estatuto de refugiado; ao mesmo tempo, vai compartilhando conosco suas próprias histórias suscitadas pela história dessa família, o que por sua vez suscita os ecos nas nossas próprias histórias, permitindo assim, por uma análise das nossas respectivas implicações de "branco ocidental", uma compreensão mais abrangente das transversalidades transculturais em ato nessas situações.

A disposição física parece também ter sua importância, sendo indicada uma acomodação *triangular ou circular*, sem mesas no meio nem lugares fixos para cada um, o que favorece os encontros de maneira horizontal e reduz as hierarquias de poder. Não há um lugar prefixado e especial para os terapeutas, os profissionais não estão ilusoriamente "protegidos" detrás de suas escrivaninhas nem de suas blusas brancas, nem dos seus estatutos; estamos no mesmo barco, mas com diferentes responsabilidades.

As palavras e os afetos podem circular assim o mais livremente possível em todas as direções. Não será nenhuma "interpretação genial" de nenhum analista, nem nenhuma "medicação mágica" de nenhum psiquiatra, o que vai ter efeitos terapêuticos; muito pelo contrário, poderá ser sim a continuidade técnica interna da equipe

e a continuidade temporal do dispositivo-processo que poderão ter, com sorte, possibilidades de cuidado-cura.

Isso quer dizer que a qualidade de autogestão do dispositivo instituinte deve ser cuidada o tempo todo, pois dela depende a qualidade dos analisadores que poderão surgir e/ou ser cultivados; são eles os que, em última instância, farão a análise das situações institucionais de ruptura nas quais estamos todos envolvidos.

A síndrome de ruptura, exposta pelo nosso saudoso e respeitado colega Frantz Fanon (1980, 2015) e longamente trabalhada pela equipe clínica da Rede APESAR[2], fundada pelo Dr. Jean Claude Guiraud et al.[3], pode ser sinteticamente conceituada como o conjunto de sintomas e signos muito frequentemente apresentados pelos migrantes e refugiados, caracterizados por:

- Dores difusas acompanhadas de queixas múltiplas, sem correlatos fisiológicos, anatômicos, psicopatológicos claros, o que dificulta os diagnósticos e os tratamentos;

- Acúmulo e superposições de tratamentos anteriores, muitas vezes contraditórios, com vários profissionais de distintas especialidades trabalhando em paralelo e sem comunicação entre eles;

- Sentimentos de desconfiança, rejeição etc. dos consultantes em relação aos profissionais, aos hospitais, aos medicamentos;

- Isolamento progressivo dos consultantes e possível abandono de todo tipo de tratamento;

- Sintomas depressivos, dissociativos, com possibilidades de crises clásticas, surtos, consumo de álcool, drogas etc.

2 Site: https://reseauapesar.wordpress.com/ - apesar@live.fr

3 Approche EthnoPsicologique des Solliciteurs d'Asile et Réfugiés, baseada em mais de 40 anos de experiências das equipes multiprofissionais da Assoc. Santé Migrants (CCPST) de Toulouse, França, www.ccpst.org.

Essas rupturas biológicas, sociais e psicológicas se agravam com as rupturas institucionais e culturais, as retraumatizações provocadas pelas entrevistas administrativas etc.

O enquadre deve levar em conta essas rupturas e tentar as prevenir o melhor possível; uma das situações nas quais elas se fazem presentes de forma aguda é a que acontece no momento de rejeição da solicitação de refúgio, quando se abre a ferida ante a alternativa de uma nova expulsão e a possibilidade de estar obrigado/a a voltar ao país de origem, enfrentar seus antigos torturadores, perder a família, a vida. Nesses casos, deve-se aumentar a prudência perante as possibilidades de suicídio.

A dimensão temporal é fundamental: a duração das sessões e do processo deve ser calculada quase em dobro pela necessidade de tradução, assim como pela fadiga que elas produzem em todos. Na nossa experiência, sessões de no máximo 90 minutos são possíveis, com uma regularidade semanal. Devem-se prever consultas de urgência, tanto domiciliares quanto hospitalares, em prisão etc.

Outra variável a levar em conta nessa dimensão temporal se refere à extensão das falas; com efeito, se da parte do consultante a duração delas é muito extensa, a tarefa de compreensão fica comprometida para o intérprete, o que o leva a tentar resumir e, ao fazê-lo, perde-se muita da qualidade e pertinência do expressado. A mesma situação ocorre quando o psicoterapeuta fala longamente: corre-se o risco de confundir tanto o intérprete quanto o consultante.

Por isso, na nossa experiência, consideramos muito mais eficaz sugerir ao intérprete a tradução na medida de pequenas frases e de indicar isso ao consultante, ficando o psicoterapeuta responsável por tentar modular essa temporalidade da comunicação nos dois sentidos, indicando ao consultante a necessidade de fazer uma pausa para permitir ao intérprete traduzir. Assim, pode-se criar um "ritmo linguístico-dialógico" que vai possibilitar a emergência de uma "música terapêutica".

Em sentido inverso, quando o psicoterapeuta vai falando com uma cadência adequada à situação, é muito interessante observar os efeitos que a tradução produz no consultante; existe sempre um lapso de tempo entre o dito pelo técnico e o dito pelo intérprete, que permite perceber melhor o impacto das palavras terapêuticas (tanto na expressão corporal quanto linguística), permitindo assim ter um retorno quase imediato da sua pertinência e uma possível correção eventual.

É preciso esclarecer que não se trata de simplesmente traduzir de uma língua para outra, mas, sobretudo, de compreender a singularidade desse linguajar específico dessa pessoa concreta, esse gaguejar no qual se dizem e se silenciam tantas vivências, sofrimentos, sonhos, medos terríveis e esperanças inumeráveis.

3. Isso produz efeitos muito fortes nos tradutores, às vezes profundamente alterados pela intensidade dos afetos em jogo; não esqueçamos que também eles/as podem vir do mesmo país dos consultantes e vivenciar ou ter vivenciado situações próximas. Por isso resulta indispensável esse terceiro momento em que o terapeuta e a equipe, no desenvolvimento da consulta, elaboram conjuntamente essas emoções, esclarecem dúvidas, delimitam responsabilidades e decidem os passos a seguir.

Como exemplo, podemos citar um encontro entre uma família originária do ex-Zaire (atual Congo), uma intérprete multilíngue (lingala, francês) e a equipe técnica, composta por um psicoterapeuta, um médico e uma assistente social; na medida em que a família vai explicando suas situações vividas (a guerra e destruição do seu vilarejo pelos bombardeios, suas tentativas de escapar do país, a travessia das fronteiras e seus conflitos com os traficantes, sua chegada à França e suas necessidades prementes relativas aos filhos), a intérprete nos transmite as expressões típicas da etnia, as imagens utilizadas no cotidiano lingala, os intensos afetos vivenciados no percurso pela sobrevivência desse grupo do qual já faltam alguns

membros que ninguém sabe ao certo onde possam estar. Serão necessárias várias entrevistas para que a equipe tenha uma ideia mais clara das prioridades e decida a estratégia a seguir: gestões administrativas para que a Cruz Vermelha possa pesquisar sobre os desaparecidos, obter o estatuto de refugiados e conseguir um lar para os migrantes, atendimento médico para a mãe, tratamento psicoterapêutico grupal para os filhos.

4. Essa técnica serve também para entrevistas médicas, em hospitais, prisões, postos de saúde e visitas domiciliares, assim como na área jurídico-social, para completar os formulários administrativos com maior clareza e precisão. Isso requer uma elaboração complexa e sustentada da parte da equipe clínica que deverá estar muito atenta para não reproduzir e agravar as rupturas mencionadas.

Com efeito, uma das dificuldades encontradas no delicado processo de cuidado das vítimas de tortura e outras violações de Direitos Humanos é a deficiente coordenação dos profissionais e entre os diferentes serviços. Muitas vezes os consultantes chegam até nós exaustos, vindos de longos percursos labirínticos e burocráticos, com pacotes e pastas de papéis, receituários médicos, cópias de dossiês, pareceres jurídicos diversos etc., que podem até ser contraditórios entre si.

Cada trâmite resulta cada vez mais difícil e reabre as feridas, aumentando as incertezas e a desconfiança dos consultantes e tornando, muitas vezes, quase impossível clarear o diagnóstico, descobrir qual foi o problema original e estabelecer uma mínima relação de confiança que permita a psicoterapia, se necessária.

A estratégia clínica necessita, então, construir as pontes, as parcerias indispensáveis entre as associações solidárias, as equipes hospitalares internas e externas, as áreas de saúde, social e jurídica etc., para possibilitar assim a construção de um novo "envelope cultural"[4] que possa tentar sanar as feridas humanas dos consultantes.

4 No sentido desenvolvido por Anzieu (1985).

Psicodiagnóstico e Orientações

Temos visto o como e com quem. Uma das exigências éticas nesse trabalho aponta para compreender *quem é* essa pessoa com a qual nós trabalhamos, o que ela está conseguindo fazer com as situações que vivenciou, que devires poderiam se atualizar. Agora tentaremos avançar nos aspectos mais técnico-clínico-diagnósticos atuais das sequelas psicológicas da tortura e outras violações dos Direitos Humanos, assim como as possíveis orientações transdisciplinares prospectivas.

Os instrumentos apresentados abaixo procuram ajudar o psicólogo e sua equipe nesse conhecimento, a fim de poder organizar não só um Relatório final, mas, sobretudo, inventar uma estratégia clínica que lhe permita cuidar o melhor possível dessa pessoa e do seu grupo familiar.

Para tanto, construímos várias perspectivas complementares quanti-qualitativas que poderão ajudar a organizar as informações, a priorizar as ações em função das urgências e disponibilidades e, finalmente, a elaborar um parecer fundamentado que seja de utilidade tanto para orientar os cuidados da equipe clínica quanto para a tarefa dos funcionários encarregados das decisões administrativas.

Avaliação Quali-quantitativa do Estado de Estresse Pós-Traumático das Vítimas de Tortura e Outras Violações

O presente documento é uma reprodução modificada e ampliada por mim do original concebido pelo Dr. Louis Crocq (1992, 1999, 2012), psiquiatra militar do exército francês, autor de muitos livros sobre o tema. Não incluímos os quadros comparativos entre as realidades clínicas e as respectivas classificações do CID 10 e do DSM V, realizadas pelo autor nas obras referenciadas.

Utilizado na Consultation Psychologique des Migrants et Réfugiés, du Comitê Médico-Social pour la Santé des Migrants (CCPS)

de Toulouse, França, esse "Inventário" pode ser compreendido como uma ferramenta complementar às entrevistas clínicas e a outros instrumentos psicodiagnósticos. Na versão original, ele estava destinado à avaliação de traumatismos vários (acidentes, catástrofes naturais etc.), sendo adaptado, por mim, nesta versão, mais especificamente aos traumatismos causados pela tortura e outros atos de violência humana. Foram respeitadas as categorias e a marcação da tabela original.

A sua administração pode levar várias sessões (entre três e cinco), segundo o ritmo da pessoa entrevistada e sem forçar, em momento nenhum, as perguntas; elas não devem ser feitas em tom desconfiado, tipo interrogatório, pretendendo desvendar "a verdade", pois, agindo assim, estaríamos reproduzindo um tipo de relação "torturante" e retraumatizante. Ao contrário, ele deve ser feito sempre por um profissional altamente qualificado em psicoterapia, capaz de estabelecer uma relação sadia de confiança e respeito, fazendo com que o instrumento e os seus resultados possam ser utilizados como uma ajuda para a pessoa consultante. Desde o início devem ficar bem claros os objetivos das entrevistas e o que vai ser feito com os resultados, devendo contar sempre com o acordo explícito e voluntário do entrevistado.

Sendo a tortura uma das situações traumáticas que originam o estresse, podendo ter sequelas graves, como neuroses, psicoses ou suicídios, a evocação das situações traumatizantes pode reativar processos, lembranças, fatos etc., muito angustiantes e que devem ser levados a sério, assim como quando se exploram aspectos da Síndrome de Estocolmo; da mesma forma, o tratamento das informações deve ser feito com muita prudência e dentro da mais estrita deontologia profissional.

Não é preciso seguir a mesma ordem dos itens das folhas, e sim tentar completar o máximo de informações possível; com efeito, no desenvolvimento das sucessivas entrevistas, os consultantes podem falar indo e vindo, dando rodeios, apresentando e ocultando

informações, lembrando algumas um momento, esquecendo-as em outro ou as desconhecendo totalmente. Isso nos obriga a ir e vir, preencher no fim itens do início etc. O importante é, sempre, a construção do vínculo profissional, seja ele só diagnóstico, terapêutico, de acompanhamento etc.

Os resultados quantitativos *só têm valor indicativo* (e não absoluto) da gravidade dos sintomas e sequelas pós-traumáticas; eles devem ser ponderados com avaliações qualitativas referentes à situação atual e ao grau de sofrimento e de potencialidades da pessoa e nunca serem utilizados como único elemento diagnóstico. A folha de autoavaliação pode oferecer um "espelho" muito útil para confrontar e complementar a visão do psicólogo e da equipe de cuidados; as folhas complementares, redigidas especialmente por mim, podem ajudar na redação final do relatório e dar uma perspectiva clara da situação atual, das limitações e das possibilidades da pessoa entrevistada.

No caso de entrevistas familiares, podem ser utilizadas várias cópias do mesmo protocolo com as diferenciações imprescindíveis a serem respeitadas em cada caso.

Todos os resultados devem ser *restituídos* à pessoa entrevistada, com propostas clínicas que possam aproveitar o trabalho empreendido, fazendo desse processo diagnóstico o possível começo de uma relação terapêutica reparadora.

Folha 1: A Pessoa e o Traumatismo

Nome:..... Sobrenomes.....
Data de nascimento:..... Sexo: ..... Estado Civil:..... Composição familiar:.....
Profissão:..... Atividade atual:..... Escolaridade:.....
Motivos da entrevista:..... Data da Entrevista:.....

Data(s) do trauma:..... Hora(s):..... Duração:.....		
Periodicidade:..... Lugar do trauma:		
Tipos de trauma (tortura, violação, sequestro, desaparecimento, testemunha de violências, parto em prisão, vários traumas associados, etc.):.....		
Descrição breve do trauma e das circunstâncias em que foi sofrido:.....		
A pessoa estava: sozinha ( ) acompanhada ( ) Precisar:.....		
Avaliação do traumatismo: (marcar os itens concernentes à pessoa, avaliando a intensidade ou gravidade de cada item na escala de 0 (Nulo) a 5 (Máximo):		
1	Violência do Trauma	(0): ausência de traumatismo. (1): traumatismo quase fantasiado. (2): traumatizante somente para a pessoa. (3): traumatismo moderado para qualquer um. (4): traumatismo médio. (5): traumatismo violento.
2	Parte de Causa Humana	(0): catástrofe natural. (1): catástrofe tecnológica. (2) acidente por erro humano. (3) guerra. (4) agressão, rapto. (5) violação, tortura.
3	Impacto Físico	Contusões, feridas, comoção, imersão, gelada, queimaduras, perturbações sensoriais, insensibilidade a dores, shock, perda de conhecimento, estado de coma. Avaliação progressiva de 0 a 5)
4	Impacto Psíquico	Surpresa, medo, pavor, confusão, sentimentos de impotência, abandono, aflição, desorientação, vivências de pesadelo, sentimentos de estranheza, despersonalização, automatismos. (Avaliação progressiva de 0 a 5)
5	Abreação Precoce	- No momento do traumatismo: pôde se defender, fugir, gritar, se comunicar com alguém, fazer uma representação mental da situação. - Depois da situação traumática: crise emotiva diferida, relato a terceiras pessoas. (Avaliar (0) abreação eficaz, (5) nenhuma abreação.
Total de Pontos (Máximo = 25):		
Tempo de Latência: intervalo entre o traumatismo e a aparição dos sintomas posteriores. Precisar em termos de horas, dias, meses, anos:		

Folha 2: Antecedentes e Personalidade Anterior

Nomes: Sobrenomes: Data da entrevista:
Educação (anterior e posterior ao traumatismo)
Família (anterior e posterior ao traumatismo)
Antecedentes familiais notáveis: (precisar sinteticamente quem, por que, quando): Psicossomáticos: Psiquiátricos: Psicotraumáticos:
Antecedentes pessoais: (precisar quais, em que idade) Médico-cirúrgicos com efeitos psíquicos: Psicossomáticos: Psicóticos: Neuróticos: Sociopáticos:
Psicotraumatismos pessoais anteriores (precisar com que idade, quais sequelas):
Outros acontecimentos de vida notáveis (precisar quais, com que idade, tipo de reações):
Personalidade anterior (mencionar os traços principais):
Atividades profissionais (antes e depois do traumatismo):
Atividades e redes sociais (antes e depois do traumatismo):
Atividades políticas, sindicais, associativas, de solidariedade, etc. (antes e depois do traumatismo):
Situações traumáticas posteriores. Retraumatização (quais, quando, contextos, quais reações teve):

Folha 3: Inventário Semiológico – Escala de Avaliação Clínica

Nomes: Sobrenome: Data da entrevista:			
Sublinhar os itens concernentes à pessoa entrevistada. Avaliar a gravidade ou a intensidade de cada uma das 15 rubricas: desde 0 (nulo) até 5 (muito intenso ou muito grave). Um só sintoma muito grave pode justificar a sua cotação 5 na rubrica correspondente.			
Síndrome de Repetição (S. D. R. específico)			Pontos
1	Riqueza da Síndrome de Repetição	Alucinações, lembranças intrusivas, ruminação mental, pesadelos, vivências "como se", tiques, sobressaltos, necessidade de falar da situação, jogo repetitivo, atração pelos espetáculos violentos; outros (assinalar):	
2	Vivência psíquica da Síndrome de Repetição	Surpresa, aflição, inquietude, ansiedade, vivência de abandono, de impotência, pânico, terror, cólera, vivência de pesadelo, sentimento de estranheza, despersonalização; outros (assinalar):	
3	Acompanhamento Neurovegetativo	Palidez, suor, vertigem, lipotimia, nó na garganta, taquicardia, tremores, enjoos, espasmos viscerais, vontade de urinar, relaxamento esfincterial.	
4	Frequência das repetições	(0) nunca; (1) uma vez por ano; (2) várias vezes por ano; (3) uma vez por semana; (4) várias vezes por semana; (5) todos os dias ou várias vezes por dia.	
5	Sensibilidade aos estímulos	(0) insensível; (1) um pouco sensível aos estímulos específicos; (2) muito sensível aos estímulos específicos; (4) um pouco sensível a qualquer estímulo; (5) muito sensível a qualquer estímulo.	
Outros Sintomas Neuróticos (não específicos)			
6	Ansiedade generalizada	Inquietude, sentimentos de insegurança, medos sem objeto, perda do controle emocional, tensão interior, sensação de doenças difusas, disneurotonia.	
7	Astenia	*Física*: lassitude, fatiga muscular, esgotamento ao esforço, astenia sexual. *Mental*: atenção lábil, bradipsiquia, dificuldade de concentração, transtornos de memória.	

8	Sintomas de psiconeuroses	Histéricos, fóbicos, obsessivos, etc.	
9	Perturbações psicossomáticas	Asma, hipertensão, angor pectoris, úlceras gastroduodenais, colite espasmódica, eczemas, urticária, psoríase, queda do cabelo e alopecia reativa, etc.	
10	Perturbações do comportamento	Crises nervosas, crises agressivas, crises de lágrimas, tentativas de suicídio, fugas, errância; anorexia, bulimia, alcoolismo, toxicomania, marginalidade, etc.	
Personalidade Traumato-Neurótica (Especificar)			
11	Estado de alerta	Estado de "quem vive" permanente tensão motriz, hipervigilância, prospecção ansiosa do meio ambiente, resistência ao adormecimento, sono leve, acorda em sobressalto no meio da noite, etc.	
12	Síndrome de excitação	Esforços para evitar pensamentos, sentimentos ou atividades ligadas ao trauma, fuga na hiperatividade, amnésia psicógena de certos aspectos do trauma.	
13	Perda dos interesses	Perda do interesse pelo lazer, trabalho e família, perda da iniciativa, baixa do rendimento, diminuição das atividades, distanciamento do mundo exterior, sentimento de futuro fechado.	
14	Regressão narcísica	Exigência insaciável de afetos, de atenção e de consideração, procura de proteção, egocentrismo, incapacidade de amar, frieza frente aos outros.	
15	Relações sociais	Sentimento de ser um estrangeiro frente aos outros, de ser incompreendido, sem suporte, desconfiança, irritabilidade, agressividade, reivindicação.	
Total das 15 Rubricas (Máximo=75 pontos)			
Avaliação Global (não necessariamente igual à média das 15 rubricas) (Avaliar de 0 a 5):			

Folha 4: Escala de Autoavaliação

Nomes: Sobrenomes: Data da entrevista: Marque com um X, na linha horizontal, o ponto que você acha que melhor expressa a situação tal como você se sente agora:

1	Eu nunca vejo de novo a situação traumática, nem em pensamento nem em sonhos.	|----------|----------|	Eu vejo de novo a minha situação traumática em pensamento e/ou em sonhos quase todos os dias.
2	Os ruídos não me fazem sobressaltar.	|----------|----------|	O menor ruído me faz sobressaltar.
3	Nunca tenho acesso de suor, nem a garganta fechada ou palpitações cardíacas.	|----------|----------|	Tenho frequentemente acessos de suor, a garganta fechada e palpitações cardíacas.
4	Nunca estou em alerta, espreitando um possível perigo.	|----------|----------|	Estou sempre em alerta, espreitando um possível perigo.
5	Eu durmo muito bem e muito rápido à noite.	|----------|----------|	Tenho muita dificuldade para dormir à noite.
6	Não sinto quase nenhuma fadiga física nem intelectual.	|----------|----------|	Sinto uma grande fadiga física e intelectual.
7	Os meus lazeres e as minhas ocupações me interessam tanto quanto antes.	|----------|----------|	Os meus lazeres e as minhas ocupações já não me interessam mais
8	Tenho a impressão de ter um bom futuro.	|----------|----------|	Tenho a impressão de que o meu futuro está fechado.
9	Compreendo bem os outros e busco a sua companhia.	|----------|----------|	Os outros me parecem estrangeiros e prefiro evitá-los.
10	Eu nunca sou irritável.	|----------|----------|	Eu sou muito irritável.

Folha 5 - Escala de CROCQ - Avaliação Quantitativa

Avaliação do Traumatismo:				

0..... 5 ..... 10 .....15 .....20 25

Avaliação Clínica Global:				

0..... 15 ..... 30 ..... 45 .....60 75

Resultado Final – Gravidade do Traumatismo:				
nulo	*leve*	*meio*	*grave*	*muito grave*

0.....20 ..... 40 ..... 60 ..... 80 100

Comentários clínicos finais
Orientação médica
Orientação social
Orientação jurídica

Referências

Anzieu, D. (1985). *Le Moi Peau*. Paris: Dunod.

Audiard, J. (2015). *Dheepam: o refúgio.* [Filme], França.

Chaui, M. (2000). *Convite à Filosofia.* São Paulo: Ática.

Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE (2015). *Formulário de Solicitação de Refúgio Lei nº 9474/1997. Resolução CONARE Nº 22/2015*, recuperado de http://www.justica.gov.br/central-de-atendimento/estrangeiros/anexos/formulario-de-solicitacao-de-refugio-portugues.pdf

Crocq, L. (1992). Panorama des séquelles des traumatismes psychiques: Névroses traumatiques, états de stress post-traumatiques et autres séquelles. *Psychologie Médicale, 24*(5), 427-432.

Crocq, L. (1999). *Les traumatismes psychiques de guerre.* Paris: Odile Jacob.

Crocq, L. (2012). *16 Leçons sur le trauma.* Paris: Odile Jacob.

Fanon, F. (1980). O "síndroma norte-africano". In *Em defesa da revolução africana.* Luanda: INAID-Maspero/Sá da Costa.

Fanon, F. (2015). Écrits psychiatriques; Écrits politiques. In *Écrits sur l'aliénation et la liberté.* Paris: La Découverte.

Martín, A. G. (2005). As Sequelas Psicológicas da Tortura. *Psicologia Ciência e Profissão, 25*(3), 434-449, recuperado de http://www.scielo.br/pdf/pcp/v25n3/v25n3a08.pdf.

Martin-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia (Natal), 2*(1), 7-27.

UNHCR, ACNUR, Agência da ONU para Refugiados (2016). *Brasil tem quase 9 mil refugiados de 79 nacionalidade,* recuperado de http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/brasil-tem-quase-9-mil-refugiados-de-79-nacionalidades/

A Psicologia Social no enfrentamento à ditadura

Marília Novais da Mata Machado

Este trabalho aborda a atuação da Psicologia Social no Brasil, especialmente em Minas Gerais, durante a ditadura de 1964-1985. Nele, é apresentado o contexto internacional vivido pela disciplina, fortemente marcada pela dominação norte-americana, os movimentos de resistência a essa dominação e à ditadura, a cisão da Psicologia Social no Brasil, chegando-se à fundação da Abrapso e à criação de uma Psicologia Social própria. São retomados aqui muitos dos argumentos, pesquisas, citações e escritos publicados anteriormente em Machado (2012).

Parte-se da hipótese de que somente a crença em uma ciência universal, a-histórica e apolítica desvincularia da ditadura a construção da Psicologia Social no País. Diferentemente, a tese defendida aqui localiza a disciplina num contexto regional, singular, datado. Refere-se a um grupo imbuído por sentimentos persecutórios e de grandeza, talvez paranoico. Formado por psicólogos sociais mineiros, o

grupo foi constituído na primeira metade dos anos 1960. Inicialmente elogiado e badalado, teve seu prestígio reduzido logo no final de 1968, quando "contraiu-se, encontrou-se vigiado, censurado e castigado" (Machado, 2012, p. 240). A data 1968 não é casual: ela corresponde ao endurecimento da ditadura.

Pode-se dizer que a Psicologia Social em Minas Gerais está instituída desde que se iniciaram os dois primeiros cursos de Psicologia do estado, o da Universidade Católica, a atual PucMinas, e o da Universidade Federal, respectivamente em 1959 e 1963. A Associação Brasileira de Psicologia Social, a Abrapso, é bem mais recente. Desde o início, contou com a coparticipação dos mineiros. Oficializada em 1980, durante a abertura política no país, ela vinha sendo coletivamente construída havia pelo menos uma década, sempre em contraponto ao modelo norte-americano da disciplina disseminado na maioria dos cursos de Psicologia do país. Esse modelo importado era experimentalista, cognitivo-comportamental, pretensamente universal, focado no "indivíduo na sociedade".

Na sua concepção e na sua efetivação, a Abrapso contestou explicitamente a ditadura que, desde 1964, com o apoio dos Estados Unidos, governava o Brasil. Além disso, desde o início, a associação chocou-se com a jovem psicologia brasileira, contemporânea da ditadura e engendrada por práticas individualizantes úteis ao controle social e político requerido pelo regime ditatorial.

O panorama internacional do final dos anos 1960, início dos 1970, era o da Guerra Fria que opunha um chamado "primeiro mundo" (os Estados Unidos e a Europa Ocidental) ao "segundo" (a União Soviética e os seus satélites), os dois disputando o controle do "terceiro mundo" (os países ditos subdesenvolvidos, entre os quais o Brasil). Por mais distante que, à primeira vista, a Guerra Fria pareça estar da disciplina Psicologia Social, essa aproximação é rigorosamente tecida no livro de Moscovici e Marková (2006). O primeiro autor é um dos personagens centrais da "história oculta" da criação da disciplina em sua forma moderna. De fato, o título da

sua obra, numa tradução direta, é *A produção da Psicologia Social Moderna: a história oculta de como uma ciência social internacional foi criada*.

Nesse livro, em primeira mão, fica-se sabendo que, em meados de 1960, justamente quando os governos do primeiro e do segundo mundos se municiavam para a guerra, psicólogos sociais americanos e europeus, num empreendimento que, hoje, pode-se ver como extremamente ingênuo, arquitetavam soluções pacíficas para conflitos sociais mundiais, equipados com resultados de pesquisas feitas em laboratório. Levaram primeiramente suas soluções a colegas do leste europeu, por meio de encontros acadêmico-científicos voltados para o treinamento de comportamentos cooperativos. Em 1968, realizaram missões culturais na América Latina, selecionando adeptos entre os psicólogos sociais latino-americanos.

O líder desse movimento foi Leon Festinger, consagrado então como o principal pesquisador norte-americano da área da Psicologia Social, graças à sua conhecida teoria da dissonância cognitiva. Por trás dele, havia um órgão semisecreto, o Comitê Transnacional de Psicologia Social, do qual Moscovici foi um dos membros europeus. Romeno naturalizado francês, conhecido no Brasil como o teórico da representação social, Moscovici nunca abraçou totalmente a causa experimentalista, seus trabalhos sendo antes resultados de reflexão e de estudos de campo, mas atuou como um elo para a aliança entre o Comitê Transnacional e a Associação Europeia de Psicologia Social Experimental (EAESP).

Embora avessos ao método experimental, Moscovici e Marková (2006) defenderam, contudo, a liderança norte-americana, a criação do Comitê Transnacional e o seu objetivo de criar uma "ciência social não marxista na Europa Ocidental" (p. 6). Eles completam: "era natural esperar que os Estados Unidos liderassem o esforço geral de reconstrução [pós Segunda Guerra Mundial], particularmente na Europa." (p. xii).

Os contatos do Comitê Transnacional com a América Latina começaram por volta de 1966, quando a ditadura já estava instalada no Brasil, ainda que com algumas prerrogativas democráticas que foram mantidas até dezembro de 1968. Moscovici e Marková (2006) mencionam um encontro em Amsterdã, em setembro de 1967, entre Lanzetta, em importância o segundo articulador do Comitê, e Aroldo Rodrigues, professor da Puc/Rio, doutor pela Universidade da Califórnia, Los Angeles, experimentalista e cognitivista.

Em meados de 1968, ocorreram missões norte-americanas, realizadas por Festinger, Lanzetta e Hereford, na Venezuela, Brasil, Uruguai, Argentina, Chile e México. No Rio de Janeiro, reuniram-se com Aroldo Rodrigues na PUC e visitaram a UFRJ. Em São Paulo, estiveram na USP e na PUC e se encontraram com Schneider, Angelini e Lane. Em Minas Gerais, reuniram-se com o Setor de Psicologia Social da UFMG. Sobre essa última visita, cometendo erros nos nomes dos professores mineiros, Moscovici e Marková (2006) relatam:

> Na Universidade de Gerais [sic], os viajantes se encontraram com Celia [sic] Garcia, um psicólogo social brasileiro inteiramente desconhecido. Ficaram impressionados com o seu entusiasmo e com suas perspectivas amplas. Saíram encorajados com ele e seus colegas Fernando [sic] e Pier Wiel [sic][1]. (Moscovici & Marková, 2006, pp. 183-184)

Também em 1968, no México, o Comitê constituiu um subgrupo incluindo quatro latino-americanos, entre os quais o brasileiro Aroldo Rodrigues e com eles projetou um dia dedicado à Psicologia Social no Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia, a ser realizado em abril de 1969, no Uruguai.

[1] Célio Garcia era o coordenador do Setor de Psicologia Social, Fernando Correia Dias, sociólogo, era então professor do Departamento de Sociologia e Antropologia, Fafich/UFMG e, mais tarde, professor na UnB, e Pierre Weil do Departamento de Psicologia, Fafich/UFMG. (Machado, 2012, p. 242)

Nesse congresso formou-se o Comitê de Psicologia Social Latino-Americano, composto pelos quatro membros decididos no México, no ano anterior. O Comitê Transnacional e agências de fomento norte-americanas se encarregaram do sustento financeiro da nova organização. Ainda no Uruguai, discutiram-se as dificuldades da Psicologia Social latino-americana que, segundo Moscovici e Marková (2006, p. 186), eram a falta de manuais e os protestos estudantis contra o "imperialismo americano".

Não por acaso, três anos depois, Rodrigues (1972) publicou, pela Editora Vozes, o seu manual que, por muitos anos, foi adotado, no Brasil, nas escolas experimentalistas. Apenas nove anos depois, já na abertura política, Lane (1981) publicou pela Editora Brasiliense um pequeno manual histórico-dialético, seguido em 1984 (Lane & Codo, 1984) por obra coletiva. Estes últimos foram, por algum tempo, os manuais de Psicologia Social adotados nos cursos que se filiaram à Abrapso. Como se vê, travou-se no interior da Psicologia Social, no Brasil, uma pequena guerra fria.

Quando veio o golpe de Estado no Chile, em 1973, o Comitê Transnacional de Psicologia Social acabou por proteger os psicólogos sociais chilenos ameaçados e perseguidos pela ditadura que se instalava. Mas, quanto ao Brasil, sempre desconsiderou a ditadura, inclusive depois de seu recrudescimento em dezembro de 1968. O Comitê também não registrou os movimentos de resistência latino-americanos às gestões psicossociais norte-americanas nem às ditaduras. Transformou um movimento coletivo – a miniguerra fria –, em questões interpessoais surgidas tardiamente, como apontam Moscovici e Marková (2006):

> Problemas interpessoais entre psicólogos sociais latino-americanos despontaram na mesma ocasião do golpe militar no Chile. Em agosto de 1973, Rodrigues informou a Festinger sobre o encontro de Bogotá na Colômbia entre 9 e 11 de agosto de 1973, em que 16 psicólogos sociais latino-americanos estavam presentes. Esse encontro mudou o nome Comitê Latino-americano de

> Psicologia Social para Associação Latino-americana de Psicologia Social (Alapso). (p. 194)

Essa mudança de nome pode, contudo, ter explicação que pouco tem a ver com relações interpessoais (Machado, 2012): ela reflete a luta interna dos profissionais e professores da Psicologia Social, disputada entre os que apoiavam o trabalho preconizado pelos adeptos do comitê (o experimento, a ciência neutra, universal e a-histórica) e os que viriam a fundar a Abrapso. O desfecho ocorreu em 1979, quando Rodrigues abandonou a Alapso:

> [Rodrigues] já estava pressionado por uma associação que presumivelmente ajudara a criar e com a qual já não compactuava. Finalmente, ele teve que romper com ela. O rompimento final se deu em setembro de 1979, no período da abertura política no Brasil, num encontro da Alapso em São Paulo em que se planejou criar a Abrapso, a exemplo de associação anteriormente existente no Chile e desfeita depois do golpe militar chileno. (Machado, 2012, p. 246)

Havia entre os profissionais da Psicologia Social na América Latina vínculos políticos, posturas críticas, clínicas e engajadas, além de resistências ao método experimental como forma de construção do saber para essa disciplina. Nas tentativas diversas de se pesquisar e refletir sobre as disparidades e problemas sociais, o trabalho de Paulo Freire, já exilado por questões políticas, era modelo para muitos. Mas o Comitê Internacional, ao eleger Rodrigues como interlocutor, nada soube a respeito disso.

É dessa época – final dos anos 1970 – que membros do comitê começaram a falar da "crise da Psicologia Social", referindo-se a descompassos no interior da disciplina que teriam se iniciado com a ocorrência do golpe de Estado no Chile. Mas os que estavam ao lado de uma ciência engajada, como se dizia, esses não falavam de crise. Sussurravam paranoicamente entre si quando estavam longe do "inimigo" – os norte-americanos, os amigos da ditadura, os co-

legas que compactuavam com o regime militar. Havia então muita repressão, perseguição e medo, como também autorrepressão e temores indefinidos. O clima era nebuloso, havia diz-que-diz e circulavam, nas instituições de ensino e fora delas, rumores, cartas anônimas, duplicidades, delações e espionagens.

Mas em meio a tanta opacidade, a crise da Psicologia Social proclamada pelo Comitê Transnacional parecia bem simples: ela era a crise do experimentalismo. Por isso, ela não ocorreu no interior da Abrapso, que já fizera a crítica a esse método (junto com a crítica à ditadura e ao imperialismo, inclusive na área científica) e já discutira e optara por diferentes instrumentos de pesquisa: a escuta clínica, a entrevista, a análise das falas/discursos, a intervenção. Abrapsianos adotavam posturas marxistas explícitas, em especial na Puc São Paulo. Outros, entre os quais os mineiros, metodologias participativas e autonomistas, com ênfase na prática psicossociológica e na autogestão. Essa situação fica clara se lemos os boletins da Abrapso de 1984 e 1985 (Bergamin, 1984; EPUEM, 1985, por exemplo), os primeiros números da revista da associação, Psicologia & Sociedade (Berlinck, 1986, por exemplo) e a recente produção histórica sobre a Psicologia Social no Brasil.

É claro que essa história laudatória da nova Psicologia Social abrapsiana autóctone e livre, fruto de um movimento coletivo e compartilhado, reflete aquele mencionado sentimento de grandeza paranoico e sacraliza o movimento de constituição da associação. Não há como apenas descrevê-lo. Mas, sabendo ser este um discurso particular, com ênfase em Minas Gerais, mesmo assim, tenta-se fazer dele também um discurso crítico.

Começa-se com o louvor. Lembra-se, primeiro, que a Psicologia Social mineira criou e fortaleceu vínculos internacionais independentemente do Comitê Transnacional. Documentos dos anos 1960 do Setor de Psicologia Social, UFMG, apontam contatos com Uruguai, Peru e Costa Rica, por meio de seminários, e, entre o final

dos anos 1960 e meados dos 1970, com a França, por meio de missões culturais anuais de professores franceses no Brasil e ida de bolsistas brasileiros para pós-graduação em universidades europeias. Os temas trabalhados eram intervenção psicossociológica, ecologia, análise institucional, análise do discurso, entre outros[2].

Segundo, em ao menos cinco das temáticas abordadas pela Psicologia Social a partir daqueles anos, os mineiros foram precursores no final dos anos 1960 e nos anos 1970, como atestam pesquisas recentes feitas por historiadores:

1. Estudos de gênero, como se vê na tese de doutorado do catarinense Adriano Nuernberg (2005);
2. Psicologia Comunitária, como se evidencia na tese do fluminense Júlio Rocha (2013) em que se destaca o primeiro curso universitário, de 1973, nomeado Psicologia Comunitária e Ecologia Humana;
3. Vinculação da Psicologia Social à área da Saúde Pública, descrita pelo holandês mineiro Cornelis von Stralen (2004);
4. Análise institucional, como documentado em Heliana Conde Rodrigues (2008);
5. Análise do discurso, o que é atestado pela tese de professora do Setor de Psicologia Social, Maria Emília Amarante Torres Lima, defendida na França em 1981 e publicada em português em 1990 (Lima, 1990).

Em todos esses casos, está-se longe do experimentalismo antimarxista apregoado pelo Comitê Transnacional.

Quanto à descrição crítica, foca-se o Setor de Psicologia Social da UFMG e não tanto a disciplina em Minas, por haver mais registros sobre o primeiro. De fato, recentemente, o setor foi objeto do trabalho da historiadora Marcela Abreu (2012) e verbete no Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil (Jacó-

[2] Sobre os primeiros contatos França-Brasil, há o capítulo de Aubert e Rhéaume (2013) sobre os 40 anos da história do Laboratoire de changement social, no qual se fala sobre membros do Setor de Psicologia Social, UFMG.

Vilela, 2011). Criado durante a Guerra Fria internacional e durante a ditadura brasileira, o Setor refletiu seu entorno. Veja-se o vínculo acadêmico com a França, por exemplo: até que ponto ele espelhou a relação de dominação/sujeição estabelecida pela Puc -Rio com os Estados Unidos? Americanos e franceses poderiam (e conseguiriam) se relacionar de forma diferente com os brasileiros? E estes, ávidos por modelos estrangeiros, tinham desejos emancipatórios?

Setor de Psicologia Social melancia: verde por fora, vermelho por dentro. Alcunha ameaça dos anos 1960-1970, geradora de temores, provocadora de enquadramentos. Mas, também, alcunha redutora. Se o grupo é verde, infantil e imaturo, ele não representa risco político real, não importa, não existe. Num jogo de espelhos, o grupo torna-se criança a fim de se defender de perigos, alguns deles talvez imaginários.

Setor de Psicologia Social na defensiva: ele usa as mesmas armas de contenda que seus oponentes. Vale-se de conhecidos, parentes e amigos para se safar e se defender de perseguições como, por exemplo, exoneração de algum de seus membros. Como, fora do círculo dos íntimos, ninguém sabe com certeza quem está com quem e que influências os outros usaram, consegue-se impor certa imobilidade e isso é proteção – e imobilização.

Setor de Psicologia Social maniqueísta: ele reduz a gama das cores de como vê o mundo acadêmico, cultural, político. Torna-se um grupo em branco e preto.

Setor de Psicologia Social auto repressor: essa foi a acusação feita verbalmente, em 1972, pelo analista institucional francês Georges Lapassade durante a sua missão cultural junto ao grupo. Lapassade propõe, sem sucesso, fazer militância na favela e ele denuncia de imediato o local marcado para a reunião em que esse assunto será discutido: uma casa discreta em bairro não tão central. A paranoia do grupo diz: há risco de perseguição política. Passados quarenta e

dois anos, pode-se dizer que Lapassade estava certo. Sim: repressão gera auto repressão e isso é horrível. Ditadura é horrível.

Belo Horizonte/Rio de Janeiro, set.-out. 2014.

Referências

Abreu, M. A. (2012). *Uma história do setor de psicologia social da UFMG*: *invenções, teorias e práticas.* Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Aubert, N. & Rheaume, J. (2013). Réseau internationel: alliances et filiations. In V. Gaulejac & F. Giust-D'Desprairies. *Le laboratoire de changement social*: *40 ans d'histoire* (pp. 61-88). Paris: L'Harmattan.

Bergamin, M. D. B. (1984). Estruturalismo genético e socialização. *Psicologia e Sociedade: Boletim da Associação Brasileira de Psicologia Social ABRAPSO*, *2*(7).

Berlinck, M. (1986). Alexandre e seus irmãos: Psicanálise de pixotes? *Psicologia & Sociedade*, *1*(2), 17-26.

Equipe de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá – EPUEM. (1985). Posto de Saúde Comunitária: uma experiência em andamento em Psicologia Social. *Psicologia e Sociedade: Boletim da Associação Brasileira de Psicologia Social ABRAPSO*, *3*(10), 2-3.

Jacó-Vilela, A. M. (Org.) (2011). *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil* (pp. 406-408). Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP.

Lane, S. T. N. (1981). *O que é Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.

Lane, S. T. M. & Codo, W. (Orgs.), (1984). *Psicologia Social*: *o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.

Lima, M. E. A. T. (1990). *A construção discursiva do povo brasileiro*: *os discursos de 1º de Maio de Getúlio Vargas*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

Machado, M. N. M. (2012). Formação e práticas psicossociais: tensões e descompassos. In L. R. S. Machado & M. L. M. Afonso (Orgs.), *Gestão social, educação e desenvolvimento local*: *instrumentos para a transformação social* (pp. 231-251). Belo Horizonte: Autêntica.

Moscovici, S. & Marková, I. (2006). *The Making of Modern Social Psychology*: *the hidden story of how an international social science was created*. Cambridge: Polity.

Nuernberg, Adriano H. (2005). *Gênero no contexto da produção científica brasileira em psicologia.* Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Rocha, J. C. C. C. (2013). *História da Psicologia Comunitária no Brasil nas décadas de 1960 e 1970.* Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Rodrigues, A (1972). *Psicologia Social*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Rodrigues, H. B. C. (2008). Encontro intempestivo. George Lapassade no Brasil, 1972: um acrobata no circo da ditadura militar. *Mnemosine*, *4*(2), 268-289.

Stralen, C. J. (2004). A Psicologia Social da Saúde em Minas Gerais: um resgate histórico. (2004). In I. C. F. Passos, M. V. Silva, C. V. Stralen, E. M. Bomfim (Orgs.), *Psicologia Social*: *memórias, saúde e trabalho* (pp. 56-87). São João Del-Rei, MG: Abrapso Regional Minas.

Parte II

Psicologia Social contemporânea: formação, práticas, história

Perspectivas teóricas e análise de fenômenos políticos:

contribuições para a formação em Psicologia Social

Frederico Alves Costa

Amanda Layse de Oliveira Feitosa

Lívia Barbosa Lima

Introdução

A psicologia social brasileira na atualidade caracteriza-se por uma pluralidade de referenciais teóricos e metodológicos, refletindo sua articulação com disciplinas diversas como a psicologia, a sociologia, a antropologia, a ciência política, a filosofia. Essa configuração denota o caráter autônomo da psicologia social, ainda que na sua história tentou-se delimitá-la disciplinarmente.

A tentativa de delimitação pode ser observada, por exemplo, no livro de Floyd Allport, publicado em 1924, que foi uma referên-

cia para o desenvolvimento de uma concepção individualista, de orientação positivista, que se hegemonizou na psicologia social até a segunda metade do século XX. Allport (1924) compreendia a psicologia social como "uma parte da psicologia do indivíduo, cujo comportamento é estudado em relação àquela parte do ambiente composta por outros indivíduos" (p. 04, tradução nossa) e buscou assegurar o controle da psicologia social pela psicologia:

> Comportamento, consciência e vida orgânica pertencem estritamente a indivíduos; mas existe certamente ocasião para se falar do grupo como um todo, desde que não o consideremos como um organismo ou uma entidade mental. O estudo dos grupos é, de fato, o domínio da ciência especial da sociologia. Enquanto o psicólogo social estuda o indivíduo no grupo, o sociólogo lida com o grupo como um todo. Ele discute sua formação, solidariedade, continuidade e mudança. Dados psicológicos como reações inatas e tendências habituais e emocionais do indivíduo são princípios explicativos sobre os quais a sociologia constrói a interpretação sobre a vida dos grupos. ... A psicologia em geral e a psicologia social em particular são, dessa forma, ciências fundacionais da sociologia. A psicologia social, de fato, tem crescido largamente com o trabalho de sociólogos. É um engano, entretanto, supor, como alguns têm feito, que a psicologia social é um ramo da sociologia mais que da psicologia. (Allport, 1924, p. 11, tradução nossa, grifo nosso)

Uma tentativa mais recente de "disciplinarização" da psicologia social foi realizada no Brasil, em 2003, a partir da consideração da psicologia social como uma especialidade da psicologia pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). O que, como aponta Stralen (2005), causou estranheza, pois a psicologia social não se restringe à psicologia: "Como tal, a sua prática profissional não coincide com a prática profissional da Psicologia e, portanto, não deverá estar sujeita à ação reguladora do CFP" (p. 93).

Ainda que os interesses possam ser distintos – no caso de Allport, tratava-se de uma disputa no campo acadêmico, no caso do CFP, de

uma disputa no campo profissional –, essas tentativas visam reduzir a psicologia social a uma disciplina: a psicologia.

Ao contrário dessa redução, neste texto concebemos que a psicologia é somente uma das disciplinas que contribuem para a construção da psicologia social como um campo de conhecimento autônomo.

Assim, ao pensarmos a formação nesse campo de conhecimento, mais do que insistirmos em delimitações disciplinares, consideramos frutífero remetermos a teorias que têm sido utilizadas nesse campo. Ademais, reconhecendo a importância do debate emergente nas décadas de 1970/1980 na psicologia social brasileira sobre o caráter político e histórico da produção científica, no contexto do que foi denominado "crise" da psicologia social, entendemos a análise sobre fenômenos políticos presentes na sociedade brasileira como elemento central a esse campo de conhecimento no país.

Nesse sentido, abordaremos, a partir de uma pesquisa realizada sobre a produção científica da psicologia social brasileira, perspectivas teóricas que têm sido utilizadas nesse campo de conhecimento para a análise de fenômenos políticos. Teremos, como pano de fundo, duas questões: como essas perspectivas foram introduzidas na psicologia social? Quais são as contribuições de cada uma para análise de fenômenos políticos e, assim, para a democratização das relações sociais? A discussão apresentada neste texto deve ser entendida apenas como uma breve reflexão sobre as teorias apresentadas, sendo o objetivo somente apontar alguns aspectos em torno dessas duas questões.

Considerações Metodológicas

A pesquisa a partir da qual selecionamos as perspectivas teóricas a serem abordadas neste texto teve por objetivo investigar a relação entre aspectos teóricos, históricos e políticos na análise de fenômenos políticos por pesquisadores do campo da psicologia social no Brasil.

Para tanto, coletamos, entre o segundo semestre de 2014 e o primeiro semestre de 2015, artigos do currículo Lattes de pesquisadores de Programas de Pós-Graduação (PPG) brasileiros em Psicologia Social e de PPG em Psicologia que tivessem área de pesquisa em Psicologia Social ou linha de pesquisa referente à psicologia social e/ou a fenômenos políticos.

A escolha por pesquisadores de PPG deveu-se à vinculação deles com a produção de pesquisas e, portanto, de debates teóricos e empíricos sobre fenômenos importantes a um campo de conhecimento. No que se refere à escolha por PPG de Psicologia, para além daqueles que se identificam como PPG de Psicologia Social, ela decorreu não de defendermos a redução da psicologia social à psicologia, pois, como apontamos antes, concebemos a psicologia social como um campo de conhecimento autônomo. Essa escolha deveu-se a observarmos no Brasil uma tendência de disciplinarização da psicologia social, como observado em relação à resolução do CFP (Stralen, 2005).

Primeiramente, recorremos ao sítio da CAPES sobre cursos de mestrado e doutorado recomendados e reconhecidos, a fim de selecionamos os PPG a serem considerados. O segundo passo foi a seleção dos pesquisadores desses PPG, tendo como critério identificarem psicologia social como área de atuação no currículo Lattes, apresentarem artigos com termos-chave referentes a fenômenos políticos e, no resumo desses artigos, deixarem explícita a análise de fenômenos políticos.

Para cada pesquisador, selecionamos os últimos artigos de cada um dos períodos históricos considerados na pesquisa – 1966-1975, 1976-1985, 1986-1995, 1996-2005, 2006-2014 – que explicitavam a análise de temas políticos, coletando no máximo dois artigos por período[1]. Os períodos históricos foram distribuídos por décadas, sendo pensados da seguinte maneira: o primeiro período refere-se ao

[1] O apontamento a esses períodos históricos neste texto tem apenas o intuito de explicitação metodológica, pois não serão discutidos.

momento da formação acadêmica dos docentes, dado que também era importante na pesquisa, mas que não será abordado neste texto; o último período refere-se ao ano de início da coleta dos dados (2014).

A partir da leitura do resumo dos artigos – não recorremos ao texto completo –, identificamos a perspectiva teórica adotada em cada um deles. Foram considerados na pesquisa 324 artigos distintos, publicados por 167 pesquisadores, vinculados a 37 PPG. Dos 324 artigos, apenas 182 indicavam explicitamente a perspectiva teórica nos resumos.

A ausência de explicitação nos resumos das teorias que embasam o debate proposto no artigo (142 artigos não apresentavam a perspectiva teórica) também foi observada em outras pesquisas que analisaram a produção da psicologia social (Ferreira, 2010; Santos, Andrade, Morais, Félix, Acioli Neto, & Souza, 2013).

As três perspectivas teóricas mais adotadas, obtidas a partir dos resumos de artigos analisados, representam 36% dos 182 artigos que explicitavam a perspectiva adotada. Elas foram: (a) pensamento foucaultiano (resumos que indicavam o pensamento de Michael Foucault como referencial teórico), presente em 31 dos 182 artigos (17%); (b) Teoria das Representações Sociais, indicada em 19 dos 182 artigos (10%); (c) estudos de gênero (resumos que indicavam que as investigações eram orientadas por teorias referentes ao debate sobre gênero), presente em 17 artigos (9%).

No decorrer do texto abordaremos essas três perspectivas teóricas, tendo como pano de fundo as duas questões apresentadas anteriormente: como foram introduzidas na psicologia social? Quais são as contribuições de cada uma para análises de fenômenos políticos e, assim, para a democratização das relações sociais?

Importante frisarmos que realizaremos apenas uma breve reflexão sobre as perspectivas teóricas e que esta discussão não está pautada no debate dos autores dos artigos selecionados, pois, para este texto,

nos servimos apenas dos resumos dos artigos a fim de observarmos as perspectivas teóricas mais presentes na produção da psicologia social analisada.

Perspectivas Teóricas

As três perspectivas teóricas mais presentes nos artigos – pensamento foucaultiano, teoria das Representações Sociais, estudos de gênero – são convergentes com críticas construídas pela psicologia social nos anos 1970/1980, contexto de emergência da "crise" da psicologia social. Nesse contexto, foram construídas críticas ao modo como a psicologia social hegemônica no decorrer do século XX, individualista e de orientação positivista (inicialmente de caráter behaviorista, posteriormente, de caráter cognitivista), concebia a relação entre sujeito e sociedade e a produção e validação do conhecimento científico. Essa "crise" necessita ser entendida no contexto mais amplo de críticas produzidas, a partir da segunda metade do século XX, pela filosofia da ciência e pela sociologia do conhecimento ao próprio modo de se conceber a ciência: "A concepção da ciência como uma atividade racional, a crença na objetividade do conhecimento científico ou a ideia de que existe um método comum a todas as ciências foram algumas das premissas do positivismo que começaram a ser questionadas" (Álvaro & Garrido, 2006, p. 231). O livro de Thomas Kuhn, *A Estrutura das Revoluções Científicas*, publicado originalmente em 1962, é uma referência importante no período.

Kuhn (1998), analisando a produção do conhecimento nas ciências naturais, questionou tanto a visão de ciência concebida pela concepção herdada quanto a baseada no falseamento de Popper (1968), que orientavam concepções positivistas de ciência. Argumentou a favor de uma concepção de ciência que se desenvolvia a partir de momentos de revolução científica e de hegemonização de um paradigma ("ciência normal").

Esse momento de ciência normal caracteriza-se pelo estabelecimento de um consenso em uma determinada comunidade científica sobre as questões a se pesquisar e o modo de se conceber a validade e legitimidade do conhecimento científico, que se baseia na delimitação de uma visão de mundo. Diante do estabelecimento do paradigma, a comunidade científica constrói estratégias para mantê-lo hegemônico em relação a alternativas de ciência.

Já a revolução científica caracteriza-se pela insuficiência do paradigma vigente em responder a determinados problemas que não podem ser explicados no interior da visão de mundo que o constitui. Assim, emergem propostas alternativas de resolução construídas em torno de outra concepção de realidade, tornando possível a constituição de um novo paradigma.

A partir dessa análise do desenvolvimento da ciência, Kuhn (1998) articula "contexto de justificação" (regras de validação e legitimação do conhecimento científico) e "contexto de descobrimento" (fatores externos à ciência que influenciam a atividade científica) (Álvaro & Garrido, 2006), contribuindo para a reflexão sobre o caráter histórico e político da ciência, afastando-se da concepção positivista de um desenvolvimento científico linear e sob a qual esses dois "contextos" são tratados separadamente. A ciência se desenvolveria não a partir da acumulação de dados, mas de consensos e rupturas referentes à própria concepção de mundo de uma comunidade científica em um contexto histórico específico e sob a disputa entre concepções distintas.

Nesse momento de críticas ao modelo positivista de ciência, parte da psicologia social colocou em questão o modo de produção do conhecimento da psicologia social hegemônica até aquele momento, a qual era representada na época pela psicologia social cognitiva, de orientação positivista. A forma de construção das críticas foi diversa, possibilitando respostas distintas por parte de diferentes perspectivas teóricas. Entretanto, é possível considerar alguns focos centrais. Criticava-se:

1. a concepção individualista de sujeito, na medida em que os estudos se centravam nos níveis intra ou interindividual de análise;
2. o caráter adaptacionista presente nesses estudos, pois a relação indivíduo-sociedade era entendida, sobretudo, em termos de influência da sociedade (reduzida à ideia de presença de outros indivíduos) sobre os indivíduos, de maneira que as análises priorizavam a adaptação dos indivíduos à sociedade em detrimento das possibilidades de mudança social;
3. a falta de relevância dos estudos, principalmente, em razão da artificialidade dos experimentos, método privilegiado na psicologia social hegemônica, e das análises pautarem-se nos pressupostos da universalidade e da generalização do conhecimento, acarretando numa compreensão a-histórica e não localizada do saber científico.

Na América Latina, além da conjuntura de debates teóricos sobre a concepção de ciência, é necessário considerarmos também que países do continente, nos anos 1970/1980, eram governados por ditaduras militares. Diante disso, pesquisadores latino-americanos envolveram-se em movimentos de resistência à ditadura e de luta pela democracia, sendo esse um aspecto a ser levado em conta na afirmação do caráter político da ciência por parte da psicologia social latino-americana.

Nesse contexto, no Brasil, o marxismo foi uma perspectiva teórica e política importante como resposta para a crise da psicologia social, contribuindo: a) para a compreensão dos sujeitos como sociais e históricos, sendo as análises centradas não mais nos indivíduos, mas nas relações sociais; b) para a construção de estudos que focalizam os problemas sociais e políticos presentes na sociedade brasileira; c) para a orientação dos estudos não para a adaptação dos sujeitos à sociedade e sim para a transformação de relações de dominação; d) para a construção de novas metodologias, compreendendo que a construção do conhecimento não se encontrava dissociada de processos de intervenção social, de modo que a pesquisa-ação-participante tornou-se uma metodologia relevante nos estudos em psicologia social.

Na pesquisa, ainda que o marxismo não esteja entre as três perspectivas teóricas mais presentes nos resumos analisados, há artigos que identificam o marxismo ou perspectivas teóricas influenciadas por ele como orientadoras nas análises.

Os trabalhos de Foucault, abordando as relações entre saber e poder e os processos de subjetivação nas sociedades contemporâneas; a teoria das representações sociais, desenvolvida por Serge Moscovici, importante teórico no desenvolvimento da psicologia social na Europa; os estudos de gênero, nos quais é importante ressaltar o impacto do movimento feminista no processo de produção do conhecimento científico, são também importantes influências na produção crítica da psicologia social sobre fenômenos políticos.

Pensamento Foucaultiano

Hüning e Guareschi (2009) discutem a relação entre o pensamento de Foucault e a psicologia, o que nos auxilia a pensar a crítica à psicologia social hegemônica até os anos 1970/1980, pois tanto a psicologia social behaviorista quanto a psicologia social cognitivista concebiam que o objeto da psicologia social era o mesmo da psicologia, isto é, o indivíduo, vinculando a psicologia social à psicologia geral. Nas suas vertentes hegemônicas no decorrer do século XX, a psicologia social e a psicologia concebiam a validade do conhecimento sob as bases positivistas da experimentação, da objetividade, da neutralidade, da universalidade e da generalização.

A orientação positivista da psicologia e da psicologia social acarretou, segundo Hüning e Guareschi (2009), o alinhamento dessas com as ciências naturais e a busca pela elaboração de leis universais sobre a conduta dos indivíduos a partir de uma cisão com o social, entendido como uma instância de influência e regulação que estaria fora do âmbito de interesse do campo *psi*. Desse modo, o olhar da psicologia voltava-se para a adaptação do indivíduo a essa instância social, sendo a "inadaptação" concebida como um problema individual.

A introdução do pensamento foucaultiano no campo da psicologia, de acordo com as autoras, produziu problematizações, tendo Foucault desconstruído a oposição entre ciência e política e demonstrado a estreita relação entre saber e poder. Nesse sentido, dois apontamentos das autoras sobre o pensamento foucaultiano são importantes de serem destacados:

1. "Ao contrário do que propunha o pensamento Moderno, a ciência não está mais acima da cultura para analisá-la ou sofrer sua interferência, mas é em si uma prática cultural" (Hüning & Guareschi, 2009, p. 112);
2. os discursos científicos constituem regimes de verdade que produzem determinados modos de ser, de compreender, de explicar a si mesmo e ao mundo. Desse modo, o pensamento foucaultiano contribui para interrogarmos sobre "que sujeitos têm sido forjados pelos discursos das disciplinas psicológicas, que efeitos estes têm produzido nos modos de subjetivação no contemporâneo e a que compromissos têm se vinculado" (Hüning & Guareschi, 2009, p. 113). Tal compreensão ressignifica o posicionamento do pesquisador, que se distancia da mera descrição de fatos da realidade.

De acordo com Hüning e Guareschi (2009), o pensamento foucaultiano causa desacomodação, lançando questões que possibilitam um reposicionamento de práticas e proporcionando um novo olhar sobre os fenômenos analisados.

Os artigos considerados na pesquisa que utilizam o pensamento de Foucault como orientador do debate proposto foram publicados, com exceção de um artigo de 1983, a partir de 1999, sendo que 21 dos 31 artigos datam de 2010 até 2014. Esse aspecto converge com o resultado de uma pesquisa anterior (Costa, 2014), também sobre a produção da psicologia social brasileira, na qual os 16 artigos que remetiam ao pensamento de Foucault haviam sido publicados a partir de 2001.

Esta localização temporal dos artigos pode ser entendida a partir da compreensão de Prado Filho (2011), para quem, na última década do século XX, a psicologia social abriu-se a novas perspectivas teóricas, "ultrapassando a polarização entre posições funcionalistas x materialista histórico-dialética" (p. 467), que caracterizou a emer-

gência da crise da psicologia social no Brasil. Como apontamos, o marxismo foi uma importante influência na construção de uma psicologia social crítica no Brasil, respondendo à hegemonia da psicologia social cognitiva.

No contexto histórico de abertura a novas perspectivas, segundo Prado Filho (2011), uma nova matriz teórica foi introduzida na psicologia social brasileira: "a desconstrução nietzschiana, a partir do desenvolvimento e aplicação dos trabalhos de Foucault, Deleuze, Guattari e Derrida em termos da dissolução e historicização radical da subjetividade por eles proposta" (p. 467).

Nessa matriz teórica, de acordo com o autor, a discussão sobre os modos de subjetivação e os processos de singularização afirmou-se como objeto de estudo da psicologia social, e as lutas políticas passaram a ser concebidas não mais nos termos de um modelo revolucionário marxista clássico de transformação social, e sim a partir da análise da capilaridade das estratégias cotidianas de agenciamento, enfrentamento e resistência.

Também nessa matriz teórica, Rocha e Aguiar (2003) questionam determinismos presentes em teorizações marxistas no que se refere à concepção de um sujeito essencializado, a partir da qual se compreende a consciência como alienada ou crítica, e à concepção teleológica da história.

No que tange ao primeiro aspecto, as autoras ressaltam a noção de regimes de verdade:

> Na visão foucaultiana, as condições econômicas de existência não representam barreira para o sujeito do conhecimento, evidenciando, antes, a materialidade através da qual este se constitui e, consequentemente, as relações de verdade. Ao invés de conhecimento verdadeiro, Foucault (1981, 1999) afirma serem produzidos regimes de verdade. (Rocha & Aguiar, 2003, p. 68)

No que se refere ao segundo aspecto, questionam a compreensão da sociedade como bipolarizada, que se move pela contradição entre

classes. Entendem que não se trata de desconsiderar o recorte de classes, mas de entender que outras clivagens podem estar em jogo, na medida em que as formas de inserção na vida social são múltiplas, o que desconstrói a separação entre infraestrutura e superestrutura.

De acordo com Rocha e Aguiar (2003), os discursos não são falsos ou verdadeiros, nem representam a realidade, e sim a constituem, de modo que o poder, no pensamento foucaultiano, não está centralizado nas mãos de uma classe social ou dos intelectuais, sendo pensado como produzido nas relações sociais. Desse modo, as análises construídas nessa matriz teórica focalizam os processos de constituição do poder e "o cotidiano entra em cena como espaço/tempo privilegiado ao exercício de articulação das análises micro e macropolíticas" (p. 69).

O pensamento de Foucault tem contribuído, portanto, para compreendermos os fenômenos políticos a partir: a) da problematização de "verdades" naturalizadas na dinâmica social, inclusive no âmbito científico; b) dos efeitos desses regimes de verdade na produção de modos de subjetivação; c) da construção de um olhar micropolítico que aposta na potencialidade de resistências cotidianas frente a relações de dominação, afastando-se de teorizações apriorísticas sobre o processo de mudança social.

Teoria das Representações Sociais

A teoria das Representações Sociais foi formulada inicialmente por Serge Moscovici, nos anos 1960, tendo o autor a preocupação em compreender a produção do pensamento cotidiano e os processos que estão na base da mudança do pensamento e das práticas sociais, a partir da concepção que os sujeitos possuem diferentes inserções sociais, históricas, políticas, culturais sob as quais elaboram suas representações da realidade (Arruda, 2009). De acordo com Chaves e Silva (2011),

> estudar as representações sociais é identificar a 'visão de mundo' que os indivíduos ou grupos têm e empregam na forma de agir e

> de se posicionar. Segundo Abric (1998), de acordo com a teoria das Representações Sociais, toda realidade é representada, reapropriada pelo indivíduo ou grupo, reconstruída no seu sistema cognitivo, integrada no seu sistema de valores e dependente de seu contexto sócio-histórico e ideológico. (p. 300)

De acordo com Camino e Torres (2011), a teoria das Representações Sociais, para o próprio Moscovici, trata-se mais de um vasto campo de teorização e pesquisa do que de uma teoria fechada, tendo sido desenvolvidas diferentes formas de compreensão das representações sociais. Apesar disso, os autores afirmam que "a representação social pode ser concebida como uma forma de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada por uma comunidade e que se destina a guiar a prática e, concomitantemente, participa da construção da realidade" (p. 87).

Os 19 artigos selecionados na pesquisa que explicitam no resumo basearem-se na teoria das Representações Sociais foram publicados entre 2001 e 2014. O que indica que, ainda que essa perspectiva teórica tenha sido introduzida no Brasil nos anos 1970 (Chaves & Silva, 2011), continua presente na produção atual da psicologia social brasileira.

A introdução da teoria das Representações Sociais no Brasil articula-se com o momento de emergência da crise da psicologia social brasileira, devendo ser entendida como uma das possibilidades de construção crítica na psicologia social. A produção teórica de Moscovici – a qual não se reduz à teoria das Representações Sociais, cabendo-nos salientar a conceituação sobre minorias ativas –, juntamente com a teoria da Identidade Social, de Henri Tajfel, representou uma alternativa à cognição social no contexto da crise da psicologia social na Europa. Essa crise, como aponta Camino (1996),

> não implicou, como foi o caso da América Latina, numa ruptura com a produção científica da psicologia social norte-americana nem com o método experimental empregado por ela. Na Europa esta procura de identidade implicou numa reflexão mais filosófi-

> ca sobre a natureza da psicologia social. Esta reflexão centrou-se sobre a oposição clássica entre o indivíduo e a sociedade, sobre a interdisciplinaridade inerente ao estudo do social e, finalmente, sobre a própria natureza da psicologia social. (p. 20)

De acordo com Montero (1996), a teoria das Representações Sociais trata-se de uma proposta teórica que desde a década de 1970 apresenta grande impacto na psicologia social europeia. Para a autora, essa teoria introduz elementos de uma nova concepção de ciência e, ao mesmo tempo, conserva laços com o modelo dominante com o qual busca romper: por um lado, enfatiza o estudo da vida cotidiana, a necessidade de estudar o conflito, propõe maior relevância aos processos de mudança do que aos de equilíbrio e conformidade; por outro lado, conserva a estrutura tripartite própria das teorias de equilíbrio (conação, cognição, emoção), o método experimental e o dualismo, sendo este decorrente "do fato de que as representações sociais são feitas por indivíduos, expressas através da linguagem, que reconstituem o mundo exterior ao sujeito" (p. 112, tradução nossa).

Apesar de críticas como essa de Montero (1996) à preservação do dualismo indivíduo-sociedade, como apontara Camino (1996), a reflexão sobre essa dicotomia foi um dos elementos centrais da proposta de Moscovici. De acordo com Guareschi (2000), a teoria foi uma tentativa de avanço e superação de dicotomias que se formaram no decorrer da história da psicologia social – como individual x social, interno x externo – diante de duas vertentes aparentemente antagônicas que a caracterizaram: o psicológico (individual) e o social (entendido, muitas vezes, como oposto ao individual).

Moscovici (2003), em um texto originalmente publicado em 1972, aponta duas problemáticas importantes no contexto da crise da psicologia social: o individualismo, pautado numa concepção biologicista dos indivíduos, e a ênfase na adaptação social em detrimento de investigações sobre a mudança social:

> A pergunta principal que os psicólogos sociais faziam era: quem socializa o indivíduo? Os psicólogos negligenciaram o segundo aspecto do problema contido na sua pergunta: quem socializa a sociedade? Um novo enfoque com respeito à relação entre indivíduo e sociedade deveria tomar em consideração dois fenômenos básicos. O primeiro é o de que o indivíduo não é apenas um produto biológico, mas um produto social; e o segundo é o de que a sociedade não é um ambiente destinado a treinar o indivíduo e a reduzir suas incertezas, mas um sistema de relações entre 'indivíduos coletivos'. Esta visão da dinâmica social possui implicações científicas imediatas, assim como importância psicológica e política; ela nos obriga a encarar o controle social e a mudança social em uma perspectiva comum e a não tratá-los separadamente como aconteceu no passado. Não existe razão nenhuma para conceder prioridade aos aspectos da socialização que tendem para a transmissão das tradições existentes e da estabilidade do status quo; as tendências opostas, que possibilitam reformas e revoluções, são igualmente importantes. (Moscovici, 2003, p. 158)

Segundo Arruda (2009), o pensamento moscoviciano concebe "o social e o individual como fios entrelaçados num mesmo tecido, [considerados] de forma aberta e múltipla, sem barreiras disciplinares" (p. 741). A psicologia social é entendida como uma área de interface entre a psicologia e as ciências sociais, estando a teoria das Representações Sociais no coração dessa relação, caracterizando-se "como uma abordagem de interpenetração da Psicologia com a Sociologia" (Arruda, 2009, p. 741).

Para essa perspectiva teórica, a representação social não significa reflexo da realidade; muito diferente disso, trata-se de uma construção social, sendo toda representação entendida como

> representação de alguém e de alguma coisa, indicando que esse alguém integra pertenças sociais variadas, se situa num tempo histórico, numa sociedade dada, em um lugar dela que faz parte da forma como ela se organiza, e que o coloca em contato com formas de comunicação, institucionalidades, ideologias, culturas específicas. (Arruda, 2009, p. 744)

Enfatizando essa relação intrínseca entre indivíduo e sociedade na concepção das representações sociais, a autora afirma que "o(s) espaço(s) social(is) pelos quais cada um transita marcam-no, mas também é(são) tingido(s) pela sua tonalidade específica" (p. 746). Desse modo, o pensamento dos indivíduos está atravessado pelo "social", isto é, por seus grupos de pertença, pelo momento histórico, pela memória, por suas posições sociais, sendo seres contextuados (Arruda, 2009). Entretanto, trata-se não de uma retradução do grupo, mas de mistura de elementos que "envolvem interesses, exercícios de poder, desejo de aceitação, eventuais questões circunstanciais, compondo um novo desenho traçado pelos diversos atravessamentos do social" (p. 747).

Também frisando a relação entre indivíduo e sociedade, Rocha (2014) aponta a superação do individualismo metodológico como a principal ruptura da teoria das Representações Sociais em relação às teorias tradicionais da psicologia social. Para o autor, essa teoria deslocou a análise do nível individual para o nível social, preocupando-se com "os fenômenos produzidos pelas construções particulares da realidade social" (p. 55).

Diante dessa mudança do nível de análise, Álvaro e Garrido (2006) afirmam que o foco da análise deve estar não nos processos cognitivos individuais, nos quais se centrava a psicologia social cognitiva, "mas nas formas de conhecimento grupais, socialmente compartilhadas e recriadas no decorrer das conversações cotidianas, de onde vem a sua dimensão simbólica além da cognitiva" (p. 288).

Cabe-nos ressaltar que Moscovici (2003) alerta para a ilegitimidade de se igualar comportamento simbólico e processos psicológicos chamados "cognitivos", como se fez nas teorias "cognitivas": o foco de análise nos processos cognitivos permanece no nível do indivíduo, enquanto o "comportamento simbólico é fundamentado e torna-se possível pelas normas sociais e regras e por uma história comum que reflete o sistema de conotações implícitas e pontos de referência que, invariavelmente, se desenvolvem em todo ambiente

social" (p. 161). O que distingue o campo da psicologia social em relação à psicologia geral, segundo o autor, é exatamente o interesse pelo modo simbólico do comportamento.

Podemos observar como contribuições importantes da teoria das Representações Sociais para a análise de fenômenos políticos: a) a busca pela superação do individualismo na psicologia social; b) a compreensão do social não como um estímulo que atinge o indivíduo, mas como um contexto de relações onde o pensamento é construído (Chaves & Silva, 2011); c) a legitimidade atribuída ao conhecimento do senso comum; d) a crítica à disciplinarização da psicologia social; e) a consideração dos sujeitos "não como indivíduos isolados, mas como atores sociais ativos, afetados por diferentes aspectos da vida cotidiana que se desenvolve em um contexto social de interação e de inscrição" (Jodelet, 2009, p. 696); f) a demarcação do caráter simbólico das relações sociais.

Estudos de Gênero

Entre os artigos analisados na pesquisa, 17 foram categorizados de acordo com essa perspectiva, tendo sido publicados entre os anos 2000 e 2014. Essa categoria é ampla, dificultando, inclusive, concebê-la como uma perspectiva teórica, ainda que estejamos abordando-a como tal. Ela abarca: a) termos que não indicam com precisão a que se referem - "perspectiva de gênero", "estudo de gênero"; b) termos que, ainda que sejam mais precisos, não necessariamente remetem a uma mesma abordagem teórica e política: "teoria feminista", "perspectiva feminista de gênero", "teoria feminista e queer"; "pressupostos do movimento feminista", "teoria do sexismo ambivalente", "teoria das relações intergrupais e do sexismo no trabalho". Além disso, é importante considerarmos que há nesta categoria artigos presentes nas perspectivas teóricas anteriores: um afirma também se basear no pensamento de Foucault e outro na teoria das Representações Sociais.

De acordo com Matos (2002), ainda que a categoria gênero possa estar vulgarmente presente em produções científicas como sinônimo de mulher, seu caráter relacional "procura destacar que a construção do feminino e do masculino define-se em função do outro, uma vez que se constituíram social, cultural e historicamente em um tempo, espaço e cultura determinados" (p. 244). Assim, os estudos de gênero evitam oposições binárias, fixas e naturalizadas, entendendo as relações de gênero como constitutivas das diferenças hierárquicas que distinguem os sexos, sendo, em razão disso, "uma forma primária de relações significantes de poder" (p. 244).

Galinkin e Ismael (2011), remetendo-se a John Scott, afirmam que gênero, como categoria analítica,

> dissocia da biologia as distinções e desigualdades sociais entre homens e mulheres, assim como as várias orientações afetivo-sexuais e características psicológicas tidas como inerentes ao sexo masculino e ao feminino, atribuindo tais diferenciações a construções histórico-culturais. (p. 503)

Segundo essas autoras, na década de 1980, um grande número de estudos sobre gênero foi desenvolvido na área denominada "Estudos de Mulheres", "caracterizada por polarizar a situação da mulher contra a situação do homem" (p. 547). Posteriormente, muitas pesquisas foram desenvolvidas no campo denominado "Estudos de relações de Gênero", perspectiva que "pretende explorar a multiplicidade das dimensões constitutivas das práticas sociais e individuais femininas e também masculinas" (p. 548). Diante de uma concepção relacional e plural,

> gênero sai do âmbito das discussões sobre mulheres e direitos femininos e incorpora discussões sobre o papel e a construção ou reconstrução social do homem e do masculino, e de outros atores sociais que reivindicam identidades sexuais e de gênero fora dos modelos tradicionais [como os LGBT]. (Galinkin & Ismael, 2011, p. 549)

Segundo Matos (2002), a categoria gênero encontrou terreno fértil nas ciências humanas brasileiras contemporâneas, desnaturalizando identidades sexuais e focalizando a dimensão relacional, tendo os estudos de gênero impactado o ensino e a pesquisa nas ciências sociais em termos temáticos, teóricos e metodológicos:

> o sujeito universal cede lugar a uma pluralidade de protagonistas, deixando de lado a preocupação com a centralidade. Conjuntamente, também se pode perceber como ganho uma gradual "dessencialização" de homens e mulheres em nossa sociedade e em outras sociedades, tornando-os plurais. ... O método único e racional do conhecimento foi questionado em suas concepções totalizadoras e impositivas, sendo substituído pela multiplicidade de abordagens ... a incorporação do desconstrutivismo, da crítica dos poderes, da hermenêutica e da descrição densa produziu uma desnaturalização metodológica. Essa produção tem revelado os limites da utilização de certas categorias descontextualizadas ... Quanto às categorias de análise, nota-se uma preocupação explícita de se libertar de conceitos abstratos e universais e, ao mesmo tempo, resgatar as experiências de outras protagonistas ... Procurar historicizar os conceitos e categorias com que se tem trabalhado (entre elas a própria categoria gênero), construindo-os durante o processo de pesquisa e incorporar as mudanças, aceitando conscientemente a transitoriedade dos conceitos e do próprio conhecimento, são preocupações que norteiam o trabalho do pesquisador. (Matos, 2002, pp. 245-246)

Essas implicações na produção científica podem ser compreendidas como articuladas com a atuação do movimento feminista e com a construção de um pensamento feminista que, longe de ser homogêneo, produziu conflitos e antagonismos não apenas na ciência, mas no interior do próprio feminismo. Como apontam Galinkin e Ismael (2011),

> os movimentos feministas tiveram um papel fundamental nas discussões sobre gênero, sexualidade, relações socioculturais e históricas entre homens, mulheres e os sujeitos sociais derivados dessas

> matrizes ... [tendo se caracterizado] tanto como movimentos reivindicatórios e políticos, quanto acadêmicos. (p. 527)

A psicologia social, desenvolvida no início do século XX sob a episteme positivista, baseada em uma posição biológica e essencialista dos fenômenos sociais, nos estudos sobre diferenças sexuais e de gênero interpretou "as diferenças entre os sexos como inerentes aos indivíduos, sejam de origem biológica ou das práticas de socialização" (Galinkin & Ismael, 2011, p. 551). No último caso tratava-se de localizar traços ou qualidades (personalidade, cognição, julgamento moral) dentro dos indivíduos, assumindo-os como entidades psicológicas femininas e masculinas.

Nos anos 1960 e 1970, segundo Galinkin e Ismael (2011), pesquisas em psicologia social começaram a ser dirigidas para a temática do gênero. Entretanto, os primeiros estudos buscavam identificar diferenças entre homens e mulheres a partir de pesquisas experimentais em laboratório, remetendo-se a sexo, e não a gênero. A construção de escalas foi uma característica dessa vertente empirista, individualista e positivista que mantinha o dualismo sexual e buscava medir características que seriam inerentes aos indivíduos e quantificá-las, acabando por legitimar ideologias vigentes.

Na crítica a posturas como essas é que podemos compreender, como afirma Borges (2014), que as histórias do pensamento feminista e de vertentes teóricas da psicologia social crítica (a autora centra-se na psicologia socioconstrucionista) aproximam-se no que se refere à crítica radical "à ideia de uma ciência universal, descontextualizada, denunciando o caráter particularista, ideológico, racista e sexista da ciência moderna" (p. 280).

Assim, afirmam o caráter político do conhecimento e da ação social ao denunciarem a naturalização dos processos sociais relativos a relações de dominação, concebendo-os como históricos e imbricados com o poder, e ao compreenderem a reflexividade na produção do conhecimento como uma prática científica, sendo

essa orientada para a transformação social. De acordo com Borges (2014) que, para tanto, recorre a Haraway (1995):

> uma posição reflexiva em pesquisa implica que o/a investigador/a explicite e revele suas posições e interpretações, evidenciando os valores implicados na sua perspectiva de análise. Este seria um passo importante para se garantir uma ética em direção à justiça e à emancipação, evidenciando, sem constrangimentos, a imbricação do projeto científico com o campo político. (Borges, 2014, p. 283)

Essa postura que articula ativismo e academia, entretanto, segundo Borges (2014), não se fez e nem se faz sem atritos. É muitas vezes vista com desconfiança devido, por um lado, à ideia tributária de um purismo intelectual e, por outro lado, à crença que a ação política é a única estratégia de mudança social.

Galinkin e Ismael (2011) apontam que o crescimento da produção acadêmica sobre gênero, nos anos 1980 e 1990, no Brasil não implicou o fim da marginalidade desses estudos nas áreas científicas, inclusive na psicologia social, denotando o conservadorismo do meio acadêmico em relação a esse fenômeno político. Atualmente, contudo, como observa Borges (2014),

> temas essenciais para o feminismo, entre eles gênero e sexualidade, vêm se firmando como categorias importantes dentro da psicologia social. Por outro lado, autores/as construcionistas têm contribuído com reflexões sobre os mecanismos discursivos presentes na construção da sexualidade, do corpo e das posições identitárias. (p. 287)

Não só no âmbito acadêmico, entretanto, observam-se tensões. No interior do próprio movimento feminista fizeram-se presentes conflitos em relação à concepção de gênero. Nesse sentido, cabe-nos considerar que, nos anos 1980 e 1990, feministas negras, lésbicas e do Terceiro Mundo questionaram paradigmas unitários de gênero construídos nos anos 1960 e 1970, apontando para a insuficiên-

cia do enfoque dado ao gênero como exclusiva fonte de opressão às mulheres. Para aquelas feministas, era necessário estabelecer relações entre sexismo e outras formas de dominação como as relativas à raça e à sexualidade (Mayorga, 2014).

Foi diante desses conflitos no próprio feminismo que emergiu, segundo Mayorga (2014), a noção de interseccionalidade entre categorias sociais distintas (raça, classe, gênero, sexualidade). De acordo com a autora, tratou-se de "uma resposta à necessidade evidente em nossas sociedades para compreender as formas de opressão de forma articulada, considerando a complexidade das sociedades contemporâneas, bem como para construir enfrentamentos que possam ser não fragmentados" (p. 228).

A autora ressalta que o conceito de interseccionalidade não significa somatório de opressões, sendo necessário historicizar cada uma das categorias sociais e analisar como foram se transformando em categorias políticas. Essa proposta reconhece que as categorias referem-se a sistemas de poder distintos, mas podem ser colocadas analiticamente em interação, pois cada um daqueles sistemas tem efeito de naturalização e legitimação das desigualdades sociais e das dinâmicas de poder que as constituem.

Esse movimento analítico, segundo Mayorga (2014), pode ser tomado como ponto de partida para processos de intervenção construídos pela psicologia social comunitária, campo que, desde as décadas de 1960/1970, na América Latina, ao se contrapor ao modelo de ciência que caracterizava a psicologia social hegemônica, tem concebido as desigualdades sociais latino-americanas como objeto de reflexão, atentando para a construção de estratégias de emancipação.

A noção de interseccionalidade implica, inclusive, como aponta Mayorga (2014), interpelar as próprias construções teórico-práticas construídas na emergência da psicologia social comunitária: as situações de opressão e exploração se complexificaram, não sendo pos-

sível concebê-las apenas pelo pertencimento de classe, enfocado na época a partir da influência marxista que embasou grande parte das leituras sobre as formas de desigualdade social.

Podemos compreender que os estudos de gênero, ainda que não se trate de um campo teórico e politicamente homogêneo, contribuem para a análise de fenômenos políticos ao problematizar binarismos e reducionismos na análise de relações de dominação presentes na sociedade brasileira. Salientam a necessidade das análises afastarem-se de posturas biologistas, bem como articularem diferentes formas de opressão, ressaltando o caráter histórico e político das relações sociais.

Considerações Finais

Não tivemos a pretensão neste texto de realizar um debate pormenorizado de cada uma das perspectivas teóricas abordadas. Nosso objetivo foi somente apresentar algumas considerações relativas à introdução dessas perspectivas na psicologia social e contribuições delas para a análise de fenômenos políticos. Dessa maneira, conceitos e pressupostos importantes a cada uma delas ficaram ausentes da discussão.

A presença dessas três perspectivas teóricas na produção da psicologia social brasileira demonstra, por um lado, uma semelhança de interesses, sendo eles convergentes com críticas realizadas na emergência da crise da psicologia social; por outro lado, a presença de caminhos distintos no debate sobre fenômenos políticos, denotando uma pluralidade teórica que impede concebermos a psicologia social homogeneamente e que questiona tentativas de discipliná-la.

Como fomos apontando ao longo do texto, as três perspectivas reconhecem a relação entre ciência e política, enfatizam a mudança social, focalizam o caráter simbólico e contingente da realidade e, assim, questionam a ideia de uma Verdade universal; opõem-se à redução dos fenômenos sociais a níveis de análise intra ou in-

ter-individual e buscam superar a dicotomia indivíduo-sociedade. Ademais, analisam diferentes fenômenos políticos.

Essas semelhanças, contudo, não nos permitem englobá-las conjuntamente como se tratassem de diferenças no interior de um corpo coerente de conhecimento, de uma mesma visão de mundo. Essas perspectivas apresentam concepções distintas, por exemplo, de poder e de mudança social, e diferenciam-se quanto às dimensões ontológica, epistemológica, metodológica.

Poderíamos, assim, perguntar: se temos uma pluralidade, o que distingue a psicologia social como campo de conhecimento? Ao invés de uma resposta definitiva para essa pergunta, concebemos ser mais adequado reconhecer que o próprio dizer sobre o que é a psicologia social está em disputa, bem como seus modos de fazer. Assim, ainda que entendamos que a psicologia social não se distingue como especialidade de uma disciplina ou por um objeto de estudo, mas pela forma de conceber as relações sociais, preocupando-se em compreender a relação entre indivíduo e sociedade, os modos de estabelecer essa relação e cada um desses elementos também se encontram sob tensão.

Nesse sentido, consideramos que, se a pluralidade e as tensões que essa implica se fazem presentes no campo da psicologia social, é fundamental a explicitação clara dos pressupostos teóricos e metodológicos na produção científica. Distintamente, contudo, 44% dos artigos analisados em nossa pesquisa não explicitam, nos resumos, a perspectiva teórica que orienta a análise.

A explicitação dos pressupostos permite potencializar o debate entre as produções científicas e, portanto, sobre as formas como os objetos estão sendo estudados. Na ausência desse debate, pouco estaremos a contribuir para o enriquecimento da formação e produção em psicologia social. Correremos o risco do isolamento teórico e metodológico, acompanhado da ideia de que a teoria e a metodologia nas quais nos entrincheiramos são capazes de explicar tudo e qualquer

fenômeno. Situação que não apenas serve para a construção de intolerâncias teóricas e metodológicas, mas também contraria o próprio reconhecimento de que as teorias e metodologias são ferramentas parciais que nos auxiliam a construir conhecimento, de modo que o que alcançamos não se trata de uma verdade sobre o real, mas de uma possibilidade, sempre parcial, histórica e contingente, de compreender os fenômenos analisados.

A crítica, tão importante para refletirmos sobre um campo de conhecimento, diante da não explicitação dos pressupostos e do isolamento teórico e metodológico, pode acabar por ficar restrita ao momento histórico de emergência das perspectivas teóricas, ao invés de manter-se continuamente presente em nossas produções científicas.

Referências

Allport, F. (1924). *Social Psychology*. Boston, New York, Chicago, Dallas, San Francisco: Houghton Mifflin Company; The Riverside Press Cambridge.

Álvaro, J. L. & Garrido, A. (2006). *Psicologia social: perspectivas psicológicas sociológicas.* São Paulo: McGraw-Hill.

Arruda, Â. (2009). Teoria das Representações Sociais e Ciências Sociais: trânsito e atravessamentos. *Sociedade e Estado, 24*(3), 739-766.

Borges, L. S. (2014). Feminismo, teoria queer e psicologia social crítica: (re) contando histórias... *Psicologia & Sociedade, 26*(2), 280-289.

Camino, L. (1996). Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político. *Psicologia & Sociedade*, *8*(1), 16-42.

Camino, L. & Torres, A. R. R. (2011). Origens e desenvolvimento da psicologia social. In L. Camino, A. R. R., Torres, M. E. O. Lima, & M. E. Pereira, (Orgs.), *Psicologia social*: *temas e teorias* (pp. 23-99). Brasília, DF: TechnoPolitik.

Chaves, A. M. & Silva, P. L. (2011). Representações sociais. In L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O Lima, & M. E. Pereira (Orgs.), *Psicologia social*: *temas e teorias* (pp. 299-349). Brasília, DF: TechnoPolitik.

Costa, F. A. (2014). *A dimensão do político na Psicologia Social no Brasil (1986-2011): uma análise da produção científica a partir da Teoria Democrática Radical e Plural.* Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Ferreira, M. C. (2010). A psicologia social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 26*(n. spe.), 51-64.

Galinkin, A. L. & Ismael, E. (2011). Gênero. In L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O Lima, & M. E. Pereira (Orgs.), *Psicologia social: temas e teorias.* Brasília, DF: TechnoPolitik.

Guareschi, P. A. (2000). Representações sociais e ideologia. *Revista de Ciências Humanas*, (n. spe.), 33-46. doi: http://dx.doi.org/10.5007/24122

Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 07-41.

Hüning, S. M. & Guareschi, N. M. F. (2009). Efeito Foucault: desacomodar a psicologia. In N. M. F. Guareschi & S. M. Hüning, (Orgs.), *Foucault e a psicologia.* Porto Alegre: EDIPUCRS.

Jodelet, D. (2009). O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. *Sociedade e Estado*, *24*(3), 679-712.

Kuhn, T. S. (1998). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.

Matos, M. I. S. (2002). Da invisibilidade ao gênero: percursos e possibilidades nas ciências sociais contemporâneas. *Margem*, 15, 237-252.

Mayorga, C. (2014). Algumas contribuições do feminismo à psicologia social comunitária. *Athenea Digital*, *14*(1), 221-236.

Montero, M. (1996). Paradigmas, corrientes y tendências de la psicologia social finisecular. *Psicologia & Sociedade*, *8*(1), 102-119.

Moscovici, S. (2003). Sociedade e teoria em psicologia social. In *Representações sociais: investigações em psicologia social* (pp. 111-166). Petrópolis, RJ: Vozes.

Popper, K. R. (1968). *The logic of scientific discovery*. New York: Harper & Row.

Prado, K. (2011). Para uma arqueologia da psicologia social. *Psicologia & Sociedade, 23*(3), 464-468.

Rocha, L. F. (2014). Teoria das representações sociais: a ruptura de paradigmas das correntes clássicas das teorias psicológicas. *Psicologia Ciência e Profissão*, *34*(1), 46-65.

Rocha, M. L. & Aguiar, K. F. (2003). Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia: Ciência e Profissão***,** *23*(4), 64-73.

Santos, M. F. S., Andrade, D. A., Morais, E. R. C., Félix, L. B., Acioli Neto, M. L., & Sousa, Y. S. (2013). An overview on social psychology in Brazil: theoretical contributions from the production of journals. *Estudos de Psicologia, 18*(1), 17-23.

Stralen, C. J. (2005). Psicologia social: uma especialidade da psicologia? *Psicologia & Sociedade*, *17*(1), 17-28.

Educação:

a extensão na escola e a formação em Psicologia Social

Érica Silva Fróis
Luiz Carlos Castello Branco Rena
Maria dos Anjos Lara e Lanna

Introdução

Identificar o espectro de atuação da Psicologia no âmbito social e conhecer as possibilidades de auxílio à população, bem como os desafios frente a esse cenário requer, a partir de experiências de campo obtidas por meio de projetos de extensão no âmbito universitário, uma compreensão sensível. No texto que se segue, a partir de três experiências de projetos de extensão universitária da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) com parcerias municipais, podem-se apreender conceitos alusivos à prática da psicologia social, compreendendo seus constantes fazer e afazer.

O presente capítulo resulta de trabalhos apresentados no XIX Encontro Regional da ABRAPSO Minas (Betim), em 2014, e se organiza em três partes que visam a apresentar o enredo teóri-

co-prático de três projetos de extensão desenvolvidos entre 2013 e 2015 nas cidades de Arcos, Belo Horizonte e Betim. Os respectivos projetos – "O brincar e o desenvolvimento psicomotor da criança: intervenções psicossociais na infância", "Projeto Fala Sério: construindo estratégias de prevenção na escola" e "Intervenções Psicossociais na adolescência" – são apresentados em uma dinâmica ampla na qual se dispõem seus objetivos, a metodologia envolvida, o cenário de intervenção, bem como os desafios e avanços proporcionados à população atendida. Nos relatos sobre a experiência vivida nos projetos, os professores coordenadores, respectivamente, professora Érica Fróis, professor Luiz Rena e professora Maria dos Anjos Lanna, juntamente com as equipes de alunos dos cursos de Psicologia e, no projeto "Fala Sério", também alunos do curso de Enfermagem, contam como tais ações atuam de modo informativo e formativo, construindo dialeticamente o conhecimento acadêmico, bem como atendendo à missão institucional da universidade PUC Minas de comprometimento com a transformação social.

As tessituras teóricas apresentadas ao longo do texto trazem à tona contribuições sócio-históricas que visam a sustentar compreensões envolvendo os relatos de experiências e o processo de construção de conhecimento acerca do diálogo teórico-prático em Psicologia Social. Dialogando com autores como Barbier, Vygotsky e Paulo Freire, as histórias e experiências advindas dos projetos de extensão desenvolvidos na PUC Minas ganham escopo reflexivo, analítico e acadêmico. Embora não seja o intuito propor métodos de ação-reflexão junto ao campo social de modo generalizante, o presente capítulo visa a apresentar reflexões que contribuem para o processo de construção dialética do fazer da Psicologia Social. Tal processo favorece o trabalho nesse âmbito, a formação de graduandos em Psicologia e Enfermagem, bem como amplia os espaços de produção de saber. Nessa medida, o presente escrito visa a contribuir para a formação de alunos e profissionais interessados na área da Psicologia

Social, bem como colabora também com uma ação analítica, reflexiva e transformadora dos projetos de extensão descritos no texto.

A Extensão Universitária Como Lugar de Aprender a Fazer

O curso de psicologia prepara profissionais para a produção de cuidados enfatizando a importância da relação com a comunidade e com os serviços como componente indispensável à formação integral que é desenvolvida na graduação:

> O curso deve formar psicólogos sobretudo conscientes das implicações sociais do exercício da profissão e comprometidos com a busca da melhoria das condições de vida da população ... O curso de psicologia deve constituir os seus estágios como um momento que harmonize e integre as necessidades de formação profissional do aluno, juntamente com uma verdadeira prestação de serviços voltados para o atendimento das necessidades das pessoas, grupos e instituições, em situações reais de vida. (PUC Minas, 1998, pp. 7-8)

É importante considerar, também, que as ações extensionistas contribuem sobremaneira para o cumprimento das diretrizes propostas pela política de extensão da PUC Minas no que se refere ao envolvimento da comunidade acadêmica na produção do cuidado das populações mais vulneráveis, discriminadas por sua condição: "expressão da igualdade e diferença entre as pessoas, iguais porque humanos e diferentes porque singulares" (PUC Minas, 2006, p. 18). Ao estabelecer parceria com as escolas públicas, pretende-se favorecer o encontro dialógico dos estudantes da PUC Minas com outros estudantes e professores, promovendo espaços de partilha e socialização do conhecimento produzido na universidade, bem como permitindo o fluxo de conhecimento oferecido pelos interlocutores da comunidade para dentro das nossas salas de aula. Esse movimento de troca de saberes está em sintonia com o que preconizam as diretrizes da extensão universitária na PUC Minas: "A extensão como

prática acadêmica dialógica entre a universidade e a sociedade, que se realiza na relação com o ensino e a pesquisa. A extensão como produtora e disseminadora de conhecimentos advindos da comunidade acadêmica" (PUC Minas, 2006, p. 18).

Entendemos que o envolvimento de estudantes e docentes do curso de psicologia em práticas de prevenção de situações de risco social, fortalecendo os laços afetivos das crianças e adolescentes com suas famílias, com as escolas e com a comunidade, vem ao encontro das diretrizes e objetivos da política de extensão da PUC Minas:

> a extensão como instrumento para problematizar e buscar respostas às questões sociais, objetivando a qualidade de vida da população, em especial local e regional ... como uma ação que deve ser desenvolvida de modo a tornar as comunidades autônomas, evitando-se dependência ou assistencialismo. (PUC Minas, 2006, p. 18)

É consenso no meio docente que a formação teórica oferecida na sala de aula é indispensável, mas não é suficiente para assegurar a profissionalização com capacidade de responder às demandas que a realidade apresenta. Nesse sentido, as práticas extensionistas se tornam espaço privilegiado de exercício da escuta psicológica e ensaio para a vida profissional e para o compromisso ético-político com as práticas de transformação social.

O esforço de apropriação do conhecimento teórico acumulado pelas gerações anteriores é insuficiente para dar segurança aos profissionais dos nossos dias, exigindo do estudante outros aprendizados: "aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser" apontados pela UNESCO como os quatro pilares da educação. ... No mundo contemporâneo e globalizado não basta o domínio do instrumental teórico disponível. Se faz necessário saber escolher, saber manejar e, às vezes, saber reinventar as ferramentas práticas de intervenção na realidade; realidade essa constantemente em movimento e em transformação (Rena & Paula, 2012, p. 4).

As situações de aprendizagem e experimentação dessas ferramentas se multiplicam nas iniciativas de extensão e pesquisa e constituem o foco das práticas de supervisão compreendidas como encontros pedagógicos. Sendo assim, para além do cumprimento formal das diretrizes curriculares, entendemos que a supervisão só agrega valor à bagagem de estudantes e docentes quando se impõe como lugar privilegiado de análise crítica das experiências relevantes, individuais e coletivas, compartilhadas com o grupo.

A Formação Para a Prática Extensionista na Perspectiva Sócio-Histórica

A extensão é um dos tripés da universidade, juntamente com o ensino e a pesquisa. Na universidade, essa relação possibilita que discente e docente experimentem a articulação da formação teórica, prática e ética, voltando-se ao aprimoramento profissional juntamente com o compromisso social de promover o bem-estar da comunidade e população envolvidas. O projeto de extensão "O Brincar e o Desenvolvimento Psicomotor da criança: intervenções psicossociais na infância" é um desses desmembramentos da universidade na sociedade. Desenvolvido na cidade de Arcos e nas regiões Norte e Nordeste de Belo Horizonte, o projeto de extensão revela uma parceria entre a PUC Minas e a prefeitura dessas cidades. A partir dessa parceria, docentes e discentes do curso de Psicologia da universidade desenvolvem oficinas psicomotoras com crianças entre 3 e 7 anos, bem como atendimentos na perspectiva educativa com grupo de educadores e cuidadores, envolvidos no processo de desenvolvimento psicossocial e afetivo das crianças assistidas. Pretende-se articular nesse diálogo os modos de intervenção e de formação da equipe de docentes e discentes envolvidos no projeto, bem como dos próprios usuários do serviço. Compreender a experiência de extensão a partir do projeto "O brincar..." requer pensar uma prática formativa, reflexiva e investigativa, formada por fazeres e afazeres

entrelaçados pelos conhecimentos de todos os atores envolvidos no processo: alunos, professor, educadores, crianças e seus familiares.

O projeto surgiu com o propósito de auxiliar a formação de crianças em situação de vulnerabilidade. A partir de um mapeamento realizado pelo CRAS da cidade de Arcos e pela prefeitura de Belo Horizonte, observou-se que crianças de determinados bairros da cidade se encontravam em situação de vulnerabilidade social, o que compromete seu desenvolvimento geral. Os prejuízos envolviam, além de algum problema físico ou biológico de saúde, dificuldades cognitivas, de socialização e afetivas. Dessa forma, o projeto foi proposto de modo a auxiliar no amplo desenvolvimento das capacidades psicossociais de crianças em vulnerabilidade. Ou seja, o trabalho desenvolvido pelo projeto "O brincar..." foi proposto de modo a atender à criança que se encontra em uma situação de risco social, bem como os cuidadores dessa criança e educadores escolares envolvidos. Os objetivos do projeto podem ser assim destacados: (a) Promover o desenvolvimento psicossocial de crianças de 3 a 7 anos em situação de vulnerabilidade social por meio de práticas psicomotoras ofertadas às crianças e a seus cuidadores, embasadas no método Aucouturier; (b) Possibilitar a graduandos de Psicologia a oportunidade de vivenciar o processo dialético ofertado pela extensão, que envolve pesquisa, ensino e atuação prática de conhecimentos prévios adquiridos no decorrer do curso.

O conjunto teórico que subsidiou as ações do projeto de extensão "O brincar..." foi principalmente sustentado por uma perspectiva psicomotora em que a premissa é a de que o homem atua no mundo pela via do corpo em movimento. Desse modo, a corporeidade do indivíduo conta histórias socioculturais, psicossociais e vivenciais construídas na relação corpo-mundo. A partir da perspectiva psicomotora, a metodologia norteadora dos encontros esteve embasada no Método Aucouturier.

Aucouturier é um estudioso francês que propôs uma metodologia capaz de entender e intervir pensando o corpo na sua integralidade.

Não se trata de um treino psicomotor, como muitas vezes é percebido. O Método Aucouturier propõe uma organização dos encontros da prática educativa norteados por um brincar livre e espontâneo, propiciando ao usuário do serviço – criança, educador e/ou cuidador – contar suas histórias pela via do corpo em movimento na ação lúdica. Essa vivência é permitida e mediada pelos extensionistas que atuam como facilitadores na prática psicomotora educativa. Nessa relação lúdica com a criança, o graduando em psicologia colabora para a expressividade infantil, simbolização e problematização de questões trazidas à cena das oficinas, seja pela via da criação inventiva do brincar, seja pelo diálogo e escuta.

Os laços teóricos que sustentam o projeto falam de uma perspectiva voltada para a relação construída entre crianças, educadores, pais, docentes e discentes envolvidos no projeto. Aproximam-se também de uma perspectiva sócio-histórica e psicossocial, ao considerarem o indivíduo nessa relação cultural e dialética, bem como os aspectos da implicação e aprendizagem frente ao compromisso de bem-estar social.

As ações do referido projeto aconteceram ao longo de 2014, em duas cidades distantes, porém com cenários similares de vulnerabilidade social: a cidade de Arcos e as regiões Norte e Nordeste de Belo Horizonte. O projeto atendeu a crianças de 3 a 7 anos, nas escolas ou em lugares com propostas de formação educativa como, por exemplo, o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). Foram desenvolvidas oficinas psicomotoras com esse grupo de crianças, bem como com grupos de pais e/ou educadores, cuidando-se de aspectos do desenvolvimento infantil. O projeto aconteceu uma vez na semana em cada campo atendido, envolvendo as oficinas psicomotoras e as oficinas com educadores e cuidadores das crianças.

Estar em ação nos locais de intervenção requer amplas habilidades para além de seguir um roteiro. Envolve habilidades éticas, humanas, técnicas e críticas, de modo a atender às exigências dinâmicas e mutáveis manifestas pelos grupos de crianças, pais e educadores.

Cumprir o compromisso social frente às demandas da comunidade assistida requer habilidades de escuta, perspectiva propositiva e crítica, o que, muitas vezes, se apresenta como um desafio à equipe. De modo a atender tais desafios, todo o grupo formado por docentes e discentes precisa atentar à preparação técnico-cientifica e humana em prol de garantir disponibilidade que permita a expressividade das demandas das crianças, educadores e cuidadores envolvidos no trabalho. Tal perspectiva atende à dimensão crítica frente a uma realidade social que a todo tempo reprime e invalida a participação da população em situação de vulnerabilidade, no meio em que vive. Estar disponível para permitir a expressividade do outro é o ponto de partida para garantir o sucesso de atuação do projeto de extensão, mas também um dos maiores desafios para toda a equipe. Construir com o público-alvo um ambiente lúdico patrocinador da expressividade motora é uma prática constante que envolve reflexões e interação entre a comunidade e toda a equipe.

A criança, na ação do projeto, também possui sua bagagem construída ao longo de sua formação, tem o seu próprio pensar sobre seu fazer no mundo. O aluno que está executando a ação também possui uma bagagem técnico-científica e assim também os docentes envolvidos no processo. Nessa relação, é fundamental considerar que não há apenas um paradigma de conhecimento nem há uma verdade social única a ser mantida e considerada. Há vários processos circundantes que indicam implicações diversas, o que nos permite dialogar com a ideia de Barbier (1985) sobre o aspecto dinâmico e interacionista do processo de aprendizagem e de formação. É nessa medida que se entrelaçam os conceitos de dialética, implicação e aprendizagem, na perspectiva da Psicologia Social.

Esse processo de formação a partir da extensão, quando pensado à luz da perspectiva social, remete a uma atuação sobre uma linha sempre tensa e dinâmica, que precisa ser problematizada a todo instante. Trata-se de uma perspectiva formativa ampla que indica um espaço indissociável entre aprendizagem, dialética e implicação, no

qual o professor, o aluno e o público-alvo da ação do projeto de extensão estão atuantes, coconstruindo as realidades de modo relacional e transformativo.

A partir de uma perspectiva dialética e vigotskyana, propõe-se pensar como as práticas extensionistas potencializam a aprendizagem como um processo que engaja todos os envolvidos na ação: docentes, discentes e usuários. Nesse lugar dialético, os sujeitos que intervêm em campo também se formam e contribuem para a formação dos seus docentes. A comunidade envolvida também pode ser percebida nesse processo de aprendizagem dialética. Na mesma medida que recebe a ação proposta pelo projeto, ela colabora com informações que fomentam a pesquisa e a formação dos alunos e professores que praticam a ação. Pensar a extensão universitária como experiência que articula, necessariamente, a intervenção e a formação caracterizada pelo mesmo princípio dialético da aprendizagem implica conceber o ensino, a pesquisa e a extensão como elementos de um mesmo processo de construção do profissional como sujeito.

Outro ponto importante a se considerar nesse processo é o do caráter transformador e inventivo da ação. Na medida em que o processo de aprendizagem alcança a todos, a ação, a investigação e a formação nunca serão pontos estáticos a serem introjetados. De modo constante, haverá a dimensão transformadora da aprendizagem na ação do fazer. Isso implica desmitificar a aprendizagem como um processo de captura e sistematização de informação. Trata-se de um processo de mudança, de transformação e de ação. Não há como se pensar e planejar uma ação sem considerar que no ato do fazer haverá um afazer, isto é, nesse momento, um novo elemento, que advém da relação com o outro, subsidiará a construção de uma nova dinâmica, diferente daquela pensada pelo agente formador e pelo usuário do serviço. Para sustentar essa articulação é oportuno o conceito de implicação:

A implicação pode ser definida como o engajamento pessoal e coletivo do pesquisador em e por sua práxis científica, em função de

sua história própria e coletiva, do projeto sócio-político em ação, de tal modo que o investimento que resulte inevitavelmente de tudo isso seja parte integrante e dinâmica de toda a atividade de conhecimento (Barbier, 1985, p. 120).

A dinâmica da implicação, para o autor, abrange as dimensões psicoafetiva, histórico-existencial e estrutural-profissional que, respectivamente, se referem a considerar o saber que o sujeito está subsidiado para partir para a ação, o lugar de onde vem esse sujeito e o sentido do fazer nessa relação. Logo, cada participante da ação na prática extensionista tem seu nível de implicação e, para se construir um processo de aprendizagem com ganhos para todos os envolvidos, é preciso articular de modo convergente tais perspectivas. A implicação de todos, frente ao sentido da ação, aos saberes que circundam a prática e à validação do lugar de que cada ator da cena extensionista fala proporciona um processo de aprendizagem calcado na perspectiva dialética, já sustentada no início deste texto. É nessa perspectiva da implicação dos atores envolvidos no processo da extensão que a ação investigativa e a de aprendizagem vão sendo construídas e sustentadas.

Embora o aspecto processual esteja evidente na dinâmica da aprendizagem, há que se considerarem dois pontos importantes da formação a partir da extensão. Ao se pensar na formação tanto dos extensionistas e docentes quanto daquelas pessoas no campo que estão recebendo e agindo sobre as ações do projeto, é importante destacar o projeto e o conceito de práxis. Faz-se fundamental que o projeto tenha elementos que sustentem a ação, não só uma estrutura coerente, na qual esteja evidente a construção teórica e prática sustentadora das reflexões e análises, mas também o aspecto transformador do fazer na ação. Esse "fazer em ação" a que o conceito de práxis se refere implica visitar o lugar teórico-prático sem perder a vivacidade da dinâmica dialética do processo. É poder construir, na ação, um fazer que considere o fazer do outro, produzindo e provocando novos fazeres.

Ao retomar o conceito de implicação de Barbier (1985), há de se refletir que a dimensão histórico-existencial coloca, muitas das vezes em lugares opostos, discentes, docentes e a comunidade que vive a ação do projeto. Isso porque cada um tem a sua história e também fala de lugares sociais diferentes, incumbindo-nos de refletir sobre saberes e posições sociais distintos. Então é importante refletir que não se trata de abandonar o próprio referencial para ceder lugar ao referencial do outro. Caso assim agíssemos estaríamos a considerar apenas a implicação do sujeito que vive a ação sem considerar a implicação que precisa abarcar o aluno que executa a ação, bem como o professor. Logo, ainda tendo como pano de fundo o conceito de Barbier (1985), há que se destacarem pontos de intercessão entre o próprio lugar do qual se fala e as diferenças para com o lugar daquele com quem se fala. É necessário um movimento de problematização no qual a posição de todos os participantes da ação seja considerada, no qual se implicam todos os envolvidos na ação, o que traz mais uma vez Barbier (1985) ao diálogo. Trata-se de administrar uma constante linha de tensão que precisa ser problematizada de modo frequente. Significa visitar e revisitar constantemente o campo de ação, o conjunto teórico-prático, percepções e lugares histórico-existenciais de todos os envolvidos na ação formativa e informativa da prática de extensão.

Ao pensar na formação e na atuação do projeto de extensão "O Brincar...", é possível visualizar esse processo de aprendizagem na perspectiva dialética e no conceito de implicação já pontuado por Barbier (1985). Implicar-se com o fazer lúdico do corpo em movimento proposto pela Psicomotricidade e pelo método Aucouturier requer perceber, compreender e atuar sobre todos os conteúdos que emergem na cena da prática: elementos psicoafetivos, histórico-existenciais e profissionais de todos os atores. Logo, cada um com seu saber pode se aproximar e se distanciar dos conteúdos manifestos efetivando sua ação expressiva e reflexiva no ambiente da prática. Nessa medida o conjunto de saber que permeia a ação precisa estar

em constante problematização, de modo a se construir um processo formativo capaz de considerar o conhecimento e as percepções de todos os envolvidos.

A Psicologia Social como Referência na Prática Extensionista em Betim/MG

No segundo semestre de 2004, a comunidade educativa da Escola Estadual Nossa Senhora do Carmo, Betim/MG, foi impactada pelo suicídio de um adolescente e pela morte por assassinato de outros dois de seus alunos. Atos de violência dessa gravidade – para além do sofrimento imediato que causam aos familiares e amigos – reforçam as posturas de banalização da vida e instalam um sentimento de medo, impotência e vulnerabilidade que não podem ficar sem resposta. O "Projeto Fala Sério: construindo estratégias de prevenção na escola" foi oferecido por professores e alunos dos cursos de enfermagem e psicologia da PUC Minas Betim como contribuição para o enfrentamento do desafio da violência que atinge os adolescentes de nosso tempo. A violência urbana que se alastra como uma epidemia é um dos grandes desafios que marcam a sociedade brasileira neste princípio de século. Entendemos, portanto, que a universidade, em parceria com outras instituições, pode constituir uma aliança estratégica em função da proteção e da defesa da vida e dos direitos de crianças e adolescentes das comunidades. Entre 2009 e 2012, o "Projeto Fala Sério..." foi oferecido aos adolescentes de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Betim por intermédio do Programa Escola da Gente. Em 2013, foram retomadas as parcerias com escolas municipais e estaduais, diretamente com as direções das escolas, sendo que, em 2015, as ações do "Projeto Fala Sério..." ocorreram em duas escolas.

Uma década depois dos episódios da Escola Estadual Nossa Senhora do Carmo, a situação em que se encontra a maior parte dos adolescentes e jovens brasileiros persiste como enorme desafio socio-

político e cultural, exigindo o esforço de profissionais e instituições diversas em aprofundar o diagnóstico e propor respostas para esses desafios. Segundo Waiselfisz (2015):

> as causas externas de mortalidade vêm crescendo de forma assustadora nas últimas décadas: se, em 1980 representavam 6,7% do total de óbitos na faixa de 0 a 19 anos de idade, em 2013 a participação elevou-se de forma preocupante: atingiu o patamar de 29%. Tal é o peso das causas externas, que em 2013 foram responsáveis por 56,6% – acima da metade – do total de mortes na faixa de 1 a 19 anos de idade. (p. 9)

É preciso reconhecer também que, por detrás das mortes violentas, das gestações não planejadas, dos índices crescentes de contaminação pelo HIV, está uma compreensão do que vem a ser homem e mulher na sociedade brasileira contemporânea, o que dá sustentação a discursos discriminatórios e a práticas opressivas em todos os espaços por onde se circula. Um olhar mais atento sobre a realidade brasileira, historicamente marcada pela tradição patriarcal, permitirá perceber sinais muito evidentes da estrutura hierárquica que se perpetua, resistindo à reorganização dos modos de produção da sociedade brasileira, atravessando gerações, permeando as classes sociais, manifestando-se na cidade e no campo.

As ações desenvolvidas pelo "Projeto Fala Sério..." tiveram como objetivo último fortalecer e ampliar as ações da escola pública no sentido de promover a saúde dos e das adolescentes por meio da construção da consciência do autocuidado e do cuidado do outro, construindo-se estratégias nos níveis do indivíduo e da comunidade, em parceria com o serviço de saúde local. Em 2015, os objetivos foram ampliados, incorporando-se as questões da homofobia. Incluiu-se, no público-alvo, jovens homoafetivos da graduação, tendo-se em vista a superação de práticas de risco e de condições de vulnerabilidade, adotando-se estratégias nos níveis do indivíduo e da comunidade. Em torno desses objetivos, estudantes e docentes

dos cursos de enfermagem e psicologia se aproximam, pois os dois cursos preparam profissionais para a produção de cuidados. É importante lembrar também que esses cursos enfatizam a importância da relação com a comunidade e com os serviços como componente indispensável à formação integral que é desenvolvida na graduação, como afirma o Projeto Pedagógico do curso de Psicologia da PUC Minas em Betim:

> O curso deve formar psicólogos sobretudo conscientes das implicações sociais do exercício da profissão e comprometidos com a busca da melhoria das condições de vida da população ... O curso de psicologia deve constituir os seus estágios como um momento que harmonize e integre as necessidades de formação profissional do aluno, juntamente com uma verdadeira prestação de serviços voltados para o atendimento das necessidades das pessoas, grupos e instituições, em situações reais de vida. (PUC Minas, 1998, pp. 7-8)

O curso de Enfermagem explicita em seu projeto político-pedagógico o compromisso de formar um profissional sintonizado com as exigências da realidade brasileira e comprometido com o fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS, preparado também para as ações educativas junto à população:

> É importante ressaltar que as diretrizes propostas para os cursos de Enfermagem distanciam, definitivamente, o ensino e o exercício de enfermagem do modelo biomédico e desafiam as instituições de ensino para a formação de profissionais mais comprometidos com as demandas sociais da população. (PUC Minas, 1999, p. 9)

Nessa perspectiva, o envolvimento dos alunos em ações educativas constitui uma exigência curricular. O curso deve oferecer à sociedade o profissional generalista dotado de instrumental para ser:

> apto a desenvolver ações com terminalidade e resolutividade no âmbito da promoção, prevenção, proteção e reabilitação da saúde, no nível individual e coletivo.

> Crítico e reflexivo, capaz de compreender a realidade sócio-econômica e política do país e de instrumentalizar-se para a participação ativa no âmbito do planejamento, da produção e da oferta das ações de saúde.
>
> Capaz de buscar e produzir conhecimento para o desenvolvimento de sua prática profissional.
>
> Planejar e implementar programas de educação com vistas ao desenvolvimento de recursos humanos e promoção da saúde de grupos nas diferentes fases do ciclo vital. (PUC Minas, 1999, pp. 13-14)

Portanto, o "Projeto Fala Sério..." se constituiu como possibilidade valiosa de ampliação dos vínculos da universidade com a comunidade e de oportunidade de inserção do aluno da graduação na dinâmica das instituições de serviço com os quais ele vai se deparar no exercício da profissão.

Para alcançar esse objetivo, adotamos uma metodologia pautada nos princípios da educação libertadora de Paulo Freire, observando os seguintes cuidados metodológicos: (a) A participação dos envolvidos na experiência é um valor e a contribuição e a criatividade de cada um devem ser reconhecidas e valorizadas; (b) Cada um constrói, durante sua trajetória de vida, um saber que integra sua bagagem. Essa diversidade de "saberes" é uma riqueza a ser compartilhada; (c) Educador e educando detêm saberes diferentes e são parceiros no esforço de aprender e construir conhecimento; (d) A interação é indispensável e todas as possibilidades de comunicação e troca devem ser igualmente valorizadas; (e) A constituição e a manutenção do vínculo grupal é um desafio permanente.

Trabalhar com grupos exige uma postura de leitura constante de cada um e de todos os envolvidos nas teias das relações que se estabelecem no interior do grupo. Esses princípios metodológicos estão contemplados na prática das "Oficinas" como estratégia de intervenção pedagógica e psicossocial. Efetivamente o grupo se torna

por algumas horas a possibilidade real de experimentação de novos padrões de relacionamento, de problematização dos papéis sociais e de relativização das identidades monolíticas: "Como seres humanos e, portanto, ontologicamente sociais, passamos a construir a nossa história só e exclusivamente com a participação dos outros e da apropriação do patrimônio cultural da humanidade" (Martins, 2016, p. 113).

É essa intencionalidade pedagógica e esse olhar psicossocial que nos permite afirmar que as "Oficinas" constituem um método de trabalho para profissionais inseridos em processos de educação em saúde. Considerando que nesse projeto o adolescente é percebido como sujeito histórico capaz de contribuir para os processos de transformação sócio-histórica quando assim o deseja, combinam-se duas estratégias de abordagem: a Roda de Conversa e a Oficina.

As Rodas de Conversa ocorrem quando se coloca a possibilidade de trabalhar com grupos maiores, acima de 15 pessoas. Isso acontece quando a escola possibilita uma abordagem da turma inteira envolvendo até 45 adolescentes. Nessa estratégia, a palavra é o instrumento de mediação privilegiado e os participantes são convidados a construir uma prática de diálogo mais organizado e ordenado por regras construídas coletivamente na interação com o próprio grupo. Martins (2016), citando Vigotsky, afirma:

> A fala, uma das formas de linguagem através da qual os significados sociais são compreendidos e acordados, encontra-se permeada por expressões afetivas que se tornam igualmente alvo das interações: preferências, antagonismos, concordâncias, simpatias e antipatias. A ação e a fala unem-se na coordenação de várias habilidades, entre elas o pensamento discursivo. (p. 115)

O lugar do facilitador ou mediador é ocupado necessariamente por alguém de fora do contexto do grupo. Essa pessoa poderá atuar com autonomia e isenção na coordenação das atividades da Roda de Conversa, a qual tem como ponto de partida uma questão relevante

para o grupo, dentro da temática proposta pelo projeto. Essa questão pode ser colocada de diferentes formas, na roda: uma pergunta bem fundamentada, uma notícia, o fragmento de um poema, uma cena de novela, uma situação-problema etc. Considerando o número de participantes e o tempo disponível (90 minutos) para a roda, não se pode pretender que a discussão seja em profundidade. Mas é importante que os aspectos centrais sejam tocados e que todos tenham assegurado seu direito à palavra. No espaço das rodas, são identificados os adolescentes com potencial de protagonismo social para atuação como educadores de outros adolescentes.

As Oficinas foram oferecidas em horário extraclasse para aqueles e aquelas selecionados(as) para o grupo de adolescentes educadores. As Oficinas implicavam um esforço de aprofundamento maior dos conteúdos discutidos e a apropriação, através da vivência, de uma metodologia de abordagem. A vivência das oficinas pressupõe dedicação semanal de duas a três horas e permite ao pequeno grupo (até 15 componentes) um alto grau de comprometimento com os objetivos do projeto, a instalação de um vínculo grupal mais consistente, a possibilidade de criação individual e coletiva, o estabelecimento e o cumprimento de tarefas coletivas.

A primeira Roda de Conversa ocorreu em maio de 2005. A condução das Rodas de Conversa implica o exercício de uma habilidade indispensável à atuação dos profissionais da enfermagem e da psicologia: a gestão de processos grupais. Tal processo pressupõe a vivência de várias fases: mobilização dos sujeitos para a experiência de grupo; aproximação e construção de vínculo; identificação das demandas; organização da resposta às demandas assegurando metodologia adequada e qualidade no conteúdo; definição de estratégias de avaliação em diferentes níveis que alcancem os vários atores envolvidos. O atendimento às demandas explicitadas pelos adolescentes nas primeiras Rodas de Conversa exigiu maior discussão e elaboração teórica do grupo, sobretudo no esforço de eleger o que é mais fundamental dentro dos grandes temas identificados.

Quando indagados sobre quais temas deveriam compor a agenda de um grupo que pretendia pensar a questão do cuidado com a vida, os adolescentes apontaram: relacionamento, amizade, respeito, criminalidade, violência, violência doméstica, vício, alcoolismo, drogas, overdose, maturidade, adolescência, namoro, amor, sexo, sexualidade, DST/AIDS, preservativo, gravidez, aborto, escola e família, preconceito, pena de morte, eutanásia, doação de órgãos, política, futuro, tecnologia.

Após dez anos de atuação em diferentes comunidades escolares, podemos afirmar que as temáticas permanecem quase as mesmas, acrescidas das questões que emergem da experiência do mundo virtual como novo espaço de sociabilidade construído diariamente pelos adolescentes e jovens. A ênfase na reflexão sobre a afetividade-sexualidade e as situações de homofobia abriu espaço, também, para agregar novas questões:

> *Por que a pessoa na sua primeira vez esquece de usar preservativas "e em outros"? Na nossa idade e correto ter a primeira relação sexual? Quando nós adolescente sabemos "qui" já estamos prontos para o sexo? O homem sente prazer na hora que faz sexo com a mulher? Porque os pais não gosto muito que a gente começa a namora com 13 e 14 anos! Por que algumas meninas quando perdem a virgindade e começam a tomar a pílula elas engordam? A "parti" de quantas vezes que a mulher já praticou sexo, que ela não vai sentir mais dor? Se beijar na boca da sapinho, me leve pra lagoa de barco ou de canoa e lá que eu vou morar? Por que o pênis de menino gordo é menor? Como "qui" rola uma relação sexual de homem para homem? Por que a mulher as vezes não conseguem sentir prazer na hora da relação sexual? E até quanto tempo ela pode ter orgasmo? Por que a maioria dos meninos gosta de passar a mão no corpo, e porque eles se excitam muito rápido? Quando nós adolescentes formos fazer sexo, o homem e a mulher precisam usar camisinha? Na relação sexual, como que se forma gêmeos? Na relação sexual, qual dos dois sente mais prazer no sexo? A mulher ou homem? Quais são as posições na transa "sexo"? Com quantos anos o nosso corpo está preparado para ter uma relação sexual?* (Alunos da EMGJS, Betim/2013)

As avaliações com diferentes atores envolvidos no Projeto revelam o alto grau de adesão dos adolescentes, com forte implicação nas atividades e vivências propostas nas Rodas de Conversa e nas Oficinas. As falas dos adolescentes durante a Oficina de Avaliação vêm confirmar a percepção da direção da escola. 82% dos adolescentes avaliaram positivamente a forma como os temas foram abordados, bem como a condução das técnicas e vivências pelos estudantes extensionistas, e 76% alegaram que os temas atenderam às suas dúvidas.

> *Gosto do "Fala" Sério porque esclarece, ensina e alerta sobre muitas coisas que já passamos ou que ainda iremos passar. O "Fala Sério" tem um ensino divertido, o que é difícil de perguntar e aprender se torna fácil.* (Adolescente, turma 9)

> *É sempre bom sabermos sobre nosso corpo e as transformações na qual passamos. Também é bom termos conhecimento sobre doenças, pois, afinal, todos estamos sujeitos a elas, e é necessário estar bem informado para poder se prevenir.* (Adolescente, turma 9)

> *Quando as monitoras começam a falar e explicar fica fácil de entender o que realmente dá sentido ao que fala sobre a "sexualidade".* (Adolescente, turma 9)

Com relação à frequência com que os temas sexualidade e afetividade são tratados em casa, os relatos demonstraram que 42% dos adolescentes assinalaram que, às vezes, eles são tratados em casa, enquanto 35% assinalam que nunca são tratados. Esse dado aponta para a relevância do projeto "Fala Sério", até mesmo porque não se tem clareza se, quando tratados em casa, os temas são falados clara e corretamente. A prática no projeto revela que muitos adolescentes trazem de casa informação distorcida:

> *minha mãe me disse que era pra eu tomar cuidado, porque quando a gente beija o menino o espermatozóide atravessa a cueca, a calça e vai parar dentro da menina.* (Adolescente, turma turquesa)

> *meu pai fala que depilar a axila é coisa de mulher.* (Adolescente, turma 9)
>
> Outros relatos apontam a dificuldade de se tratar o tema sexualidade e afetividade na família:
>
> *eu acho que é a hora de conversar o que você não conversa com seus pais, até mesmo para você se conscientizar para o futuro. (Adolescente, turma turquesa)*
>
> *por que o pai não responde perguntas sobre sexo?* (Adolescente, turma 6)

Contudo as questões trazidas pelos estudantes para a supervisão docente nos permitem identificar alguns desafios: (a) A interferência na agenda dos professores. (b) A disputa pelo espaço físico com os professores. (c) Desinformação dos professores quanto à agenda das Rodas de Conversa previamente definida com a orientadora da escola. (d) A obrigatoriedade da participação no debate de questões que resgatam eventos da intimidade e mobilizam sentimentos e emoções. (e) A expectativa, em algumas turmas, de uma continuidade do modelo de sala de aula, reproduzindo uma relação professor-aluno verticalizada e autoritária, com dificuldades para assumir a corresponsabilidade no processo. (f) A indisciplina e a falta de limites dos adolescentes. (g) A dificuldade dos adolescentes de conviver com a diferença. (h) A indisponibilidade para o diálogo, a dificuldade de escutar. (i) O número muito grande de alunos por turma.

Como resposta a essas dificuldades, renegociamos o projeto com a escola e acordamos as seguintes mudanças: (a) Adesão livre dos adolescentes ao projeto por meio de ficha de inscrição, exposição de motivos e concordância da família. (b) Transferência das atividades para o Campus da PUC Betim, solucionando o problema da disputa pelo espaço físico. (c) Insistência no exercício da participação, tendo a palavra como principal instrumento de participação nas rodas. (d) Controle rigoroso da presença por meio da assinatura do aluno. (e) Em caso de ausência, garantia de comunicação à escola e à família,

no mesmo dia. (f) Afastamento do projeto após três ausências sem uma justificativa aceitável. (g) Oferta de certificado de participação para aqueles com 85% de frequência nas atividades do projeto. (h) Envolvimento dos professores, oferecendo Oficinas de Atualização dentro das temáticas abordadas no Projeto.

Projeto "Intervenções Psicossociais na Adolescência" em Arcos/MG

Para se pensar a extensão na escola, faz-se necessário refletir sobre os processos psicossociais envolvidos na prática extensionista. Por isso, a ideia de apresentar as contribuições das experiências da extensão universitária numa escola, para refletirmos sobre a formação em Psicologia, particularmente, em Psicologia Social.

O projeto "Intervenções Psicossociais na Adolescência"[1] teve início em 2012, tornando mais abrangente o trabalho realizado com adolescentes em situação de vulnerabilidade monitorados pelo Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) do município de Arcos-MG, no âmbito de um estágio obrigatório do Curso de Psicologia da PUC Minas em Arcos, supervisionado pela Professora Érica Fróis. Com a implantação do projeto, propiciada pelo financiamento da PROEX/ PUC Minas, a parceria estabelecida entre o Curso de Psicologia da PUC Minas em Arcos e a Prefeitura Municipal desse município mineiro permitiu que as extensionistas de Psicologia atuassem também junto a grupos de alunos de uma escola que buscava, junto ao CRAS, formas de enfrentar a agressividade, a violência e o uso de drogas em seu ambiente. Em cada um de seus dois primeiros anos de intervenções psicossociais, sob a coordenação de Érica Fróis, o projeto atendeu em torno de 40 a 50 adolescentes. Nos dois anos seguintes, sob a coordenação de Maria dos Anjos Lara e Lanna, mas ainda com a colaboração da primeira, esse número alcançou aproximadamente 100 adolescentes por ano, além de alguns professores.

[1] Projeto financiado pela PROEX/PUC MINAS, entre os anos de 2012 e 2015.

Durante seus quatro anos de existência, o projeto "Intervenções Psicossociais na Adolescência" teve como alvo essa população de jovens, considerada "de risco" pelas avaliações feitas pela Prefeitura Municipal de Arcos, tendo em vista sua baixa frequência escolar, o pouco ou nenhum cuidado com sua saúde física e mental, a vulnerabilidade social de suas famílias, com precárias condições de moradia e alimentação, além da presença de violência intrafamiliar. Ressalta-se ainda o fato de que os bairros de residência ou frequentação da maior parte desses adolescentes são considerados, pelo CRAS e Prefeitura de Arcos, como marcados pelo tráfico de drogas e pelo alto índice de marginalidade.

As principais questões norteadoras do projeto "Intervenções..." são a inclusão social e a formação cidadã dos adolescentes participantes. Com o foco nessas questões, pretende-se promover o desenvolvimento psicossocial dos participantes, que vivem em situação de vulnerabilidade social, contribuindo, de modo específico, para o processo de construção da sua autovalorização. Pautado nesses objetivos, o projeto se desenvolve por meio de oficinas das quais participam adolescentes vinculados ao CRAS da cidade de Arcos, articulando uma dupla demanda, institucional e subjetiva. A demanda institucional relaciona-se ao cenário de violência e vulnerabilidade social em que vivem os adolescentes e aos programas voltados para a construção da cidadania. Assim, as oficinas contemplam a escuta de adolescentes participantes do programa "Garoto Cidadão", além de turmas de alunos de uma escola estadual de ensino fundamental e médio, localizada na área de abrangência do CRAS e considerada por esse órgão como incluída em situação de vulnerabilidade social. A demanda institucional fica como um pano de fundo, de modo que, no cotidiano do projeto, a escuta da demanda subjetiva feita pelos adolescentes fica em primeiro plano. Por exemplo, no Programa "Garoto Cidadão", busca-se valorizar os temas propostos pelo CRAS a cada semestre, sendo eles incorporados em oficinas planejadas passo a passo, conforme a escuta diferenciada que as extensionistas fa-

zem dos adolescentes. Parte-se, portanto, do interesse e mobilização dos adolescentes, desenvolvendo-se ações conjuntas que contribuam significativamente para a construção de sua cidadania. Tais oficinas incluem de 10 a 15 participantes, sendo que, na escola atendida, os grupos se constituem por indicação da equipe diretora, frequentemente a partir das queixas feitas pelos professores relativamente ao comportamento dos alunos de determinadas turmas. Diferentemente do Programa "Garoto Cidadão", nesses grupos os temas são definidos desde o início pelos próprios participantes das oficinas. Além disso, nos grupos do "Garoto Cidadão", a participação é fluida, implicando variação de idade e gênero, não somente de um semestre para o outro, mas também de uma semana para outra. Já na escola, como os grupos se formam a partir da subdivisão de uma turma, eles apresentam menor variação de idade, mas podem incluir uma decisão inicial, tomada por eles próprios quanto à divisão ou não por gênero. Quanto às estratégias de intervenção utilizadas, ressaltam-se oficinas temáticas, dinâmicas de grupo, discussões de filmes, dentre outras.

Tendo em vista esse contexto, refletiremos sobre a atividade desempenhada pelas extensionistas na escola e sobre o processo de supervisão, tomando como referencial teórico a abordagem sócio-histórica. Tal abordagem nos permite, por um lado, focalizar a adolescência não como uma fase da vida biológica, mas como um processo de construção social que não está definido desde sempre como tendo características prontas. Ao contrário, precisamos pensar nesses adolescentes como sujeitos que interagem num determinado contexto social, historicamente situado; portanto, como sujeitos participantes de práticas discursivas portadoras de ideologia, que vão marcar suas identidades, tanto no sentido pessoal quanto social.

Por outro lado, a abordagem sócio-histórica nos leva a ressaltar a importância dos conceitos de "mediação" e de "zona de desenvolvimento proximal" (Vigotsky, 1998), para pensarmos o lugar das extensionistas na dupla articulação do desenvolvimento psicosso-

cial dos adolescentes e da própria formação profissional. Com base nesses conceitos, podemos pensar a atividade das extensionistas no campo como uma intervenção que medeia o desenvolvimento psicossocial dos adolescentes. De fato, podemos extrapolar a noção de zona de desenvolvimento proximal, concebida por Vigotsky para explicar a relação entre aprendizado e desenvolvimento das crianças, para o âmbito das relações sociais dos adolescentes nos seus diversos contextos de convivência. No projeto "Intervenções...", a ideia é proporcionar essa mediação em torno da relação social e afetiva, para que os adolescentes passem a fazer com autonomia aquilo que num primeiro momento fazem com ajuda ou por imitação das extensionistas, incluindo-se aí modos mais efetivos de expressão dos afetos, tanto os "positivos" quanto os "negativos". Desse modo, as relações que os adolescentes estabelecem com a escola, a família e a sociedade em geral, nos diferentes lugares que ocupam em seus contextos de vida, vão sendo reconstruídas pela relação mediada pelas extensionistas ao longo das oficinas.

Essa mediação tem proporcionado aos jovens a valorização de sua autoestima, além da possibilidade de exercício de direitos humanos fundamentais, como a liberdade de expressão, levando em conta a reflexão sobre o respeito às posições relativas de cada sujeito na interação. No espaço dedicado a esses adolescentes, eles conseguem trazer livremente expressões de seus sentimentos, ações e experiências, não só na escola, mas também em outros contextos. Essa relação tem permitido a eles se desenvolverem no sentido de se tornarem sujeitos capazes de lutar pela garantia de seus direitos como cidadãos e assumir responsabilidade na escolha de suas ações no mundo.

Assim, as mediações feitas pelas extensionistas têm possibilitado uma efetiva inclusão dos adolescentes nos processos educativos, uma vez que eles conseguem sair do lugar de "lixo"[2] nas salas de aulas, demarcando seu lugar, inclusive com resultados acadêmicos. Uma

[2] Fala de um dos adolescentes expressando o modo como sentia ser tratado na escola.

das turmas participante do projeto ficou em primeiro lugar na classificação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o que nos leva a considerar que a nossa participação no processo formativo desses jovens é significativa, não só para a inclusão na escola, mas para suas relações sociais como um todo.

Já no espaço da Universidade, vamos pensar a atividade das extensionistas como mediada pelas professoras supervisoras, tendo em vista a formação profissional daquelas. Nesse sentido, a participação das extensionistas no projeto de extensão se articula em torno da construção de autonomia dos sujeitos envolvidos nos dois espaços de diálogo que vão se entremeando de modo dialético: ao fazerem a mediação das relações sociais e afetivas junto aos adolescentes, as próprias extensionistas se inserem na zona de desenvolvimento proximal, de maneira que cada uma vai desenvolvendo o seu jeito de intervir, na medida da própria construção de seu saber fazer psicologia social, na relação com as professoras supervisoras e, também, com as colegas. Esse movimento vem possibilitando às extensionistas uma reflexão crítica e, também, uma forma de fazer psicologia social na comunidade, que se inicia na prática e perdura até a formação.

Para finalizar, cabe ressaltar que toda psicologia deve ser social, já que devemos levar em conta o fato de que estamos imersos e implicados nas relações sociais. Portanto, é importante que, na formação profissional do psicólogo, se inclua a reflexão crítica que envolve a prática da escuta, a valorização dos integrantes do grupo e principalmente a abertura para a percepção do lugar que cada um ocupa na sociedade, a partir da teia de relações estabelecidas.

Nesse sentido, a atuação das extensionistas como mediadoras no processo de construção da identidade pessoal e social desses adolescentes em situação de vulnerabilidade social vem possibilitando a elas um direcionamento para o mercado de trabalho, marcado por uma consciência cidadã crítica, comprometida e sensibilizada com os problemas da coletividade.

Entretanto, cabe ressaltar que restam muitos desafios para que a promoção da cidadania e da autonomia dos adolescentes em situação de vulnerabilidade no município de Arcos contribua de modo mais efetivo e duradouro para o desenvolvimento de novas formas de sociabilidade. Além do alcance do projeto se restringir a uma população relativamente pequena de adolescentes, o projeto atua apenas indiretamente junto a suas famílias. Além disso, a iminência de encerramento das atividades do projeto "Intervenções..." deixa uma lacuna na perspectiva da mediação como processo de desenvolvimento dos sujeitos participantes, seja no que se refere à atuação das extensionistas junto aos adolescentes, no âmbito da parceria entre políticas públicas e universidade, seja no que se refere à continuidade da articulação entre teoria e prática na formação dos futuros profissionais da Psicologia.

Conclusão

Construir aprendizagem a partir de um lugar dinâmico envolve habilidades como sensibilidade de análise, apropriação de conceitos e uma formação humana e acadêmica convergentes a uma dinâmica processual e dialética. Diante de tais atributos, o capítulo pode ilustrar, a partir da prática em extensão, como a construção de conhecimentos, ao ser fluida, é integradora, apresentando uma visão de aprendizagem transformadora para todos os atores envolvidos. Embora partam de experiências diferentes, com públicos e realidades específicas, os relatos e as análises feitas ao longo do capítulo puderam mostrar ao leitor como a prática em Psicologia Social conta com uma visão processual e transformadora articulando em um continuum a dinâmica teórica e o fazer prático. Esse enlace constitui uma tessitura considerável capaz de produzir ação e reflexão, colaborando com os ideais universitários e sociais a que a prática de extensão universitária se incumbe.

A partir dos relatos dos três projetos apresentados – "O brincar e o desenvolvimento psicomotor da criança: intervenções psicossociais na infância", O "Projeto Fala Sério: construindo estratégias de prevenção na escola" e "Intervenções Psicossociais na adolescência" –, foi possível compreender modos da Psicologia Social se fazer presente na prática acadêmica e extensionista da PUC Minas. Nessa perspectiva, torna-se possível compreender que o próprio pensar em Psicologia no âmbito social contempla um exercício dialético, criativo e construtor, pois, na mesma medida em que o processo de aprendizagem é contemplado, tal processo produz novamente um material a ser repensado, ampliado, transformado, constituindo-se um ciclo de ação-transformação ininterrupto. A dinâmica presente nos projetos expostos também se revela na engrenagem dos textos que foram apresentados neste capítulo, colaborando assim com o processo de construção de conhecimento a que o leitor, ao se deter neste texto, pode se enveredar.

Referências

Barbier, R. (1985). O conceito de implicação na pesquisa ação em ciências humanas. In *A pesquisa-ação na instituição educativa* (Capítulo 1, pp. 105-119). Rio de Janeiro: Zahar.

Martins, J. C. (2016). *Vygotsky e o Papel das Interações Sociais na Sala de Aula: Reconhecer e Desvendar o Mundo*, recuperado de http://togyn.tripod.com/o_papel_das_interacoes_na_sala.pdf

Pontifícia Universidade Católica de Minas - PUC Minas. (1998). *Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia*. Betim: PUC Minas.

Pontifícia Universidade Católica de Minas - PUC Minas. (1999). *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem*. Betim, MG: PUC Minas.

Pontifícia Universidade Católica de Minas - PUC Minas. (2006). *Política de Extensão Universitária da PUC Minas*. Belo Horizonte: PUC Minas.

Rena, L. C. C. B. & Paula, P. A. F. (2012, setembro). A supervisão docente na formação em psicologia: integrando estágio, extensão e pesquisa. In *Anais do VIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - ABEP*. Goiânia. ABEP.

Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência 2015*. A*dolescentes de 16 e 17 anos do brasil.* Rio de Janeiro: FACSO.

Vigotsky, L. S. (1998). *A formação social da mente*: *o desenvolvimento dos processos mentais superiores* (6ª edição). São Paulo: Martins Fontes.

Os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) de Fortaleza/CE e o desafio da realização de ações de saúde mental em tempos de retrocesso

Aluísio Ferreira de Lima

Embora apresente inevitavelmente avanços em nível local e nacional, a reforma psiquiátrica ainda encontra diversos desafios e impasses para a efetivação de uma rede de atenção em saúde mental, sobretudo, no que se refere à Atenção Primária em Saúde (APS). Em um país periférico e pós-colonial como o Brasil, onde a naturalização da desigualdade social pode ser mais adequadamente percebida como consequência do desejo de modernização e importação dos ideais eugenistas e positivistas iniciados no século XIX

(Lima, 2010), a construção de um sistema assistencial em saúde mental inspirado nos reclames da desinstitucionalização psiquiátrica exige muito mais que a implantação de políticas e projetos terapêuticos substitutivos.

Como sabemos, um dos encaminhamentos necessários para o avanço da reforma psiquiátrica no Brasil ocorreu durante a IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial (CNSM-I), em 2010, quando o investimento nas diferentes ações de Saúde Mental na Estratégia de Saúde da Família, através dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), apareceu como uma das ações imprescindíveis para a ampliação do escopo da capacidade de resolução dos problemas resultantes do sofrimento mental na APS.

Os NASFs surgiram como resultado dos questionamentos e tensionamentos produzidos na busca por uma Atenção Primária à Saúde (APS) efetiva (Franco & Merhy, 2011; Favoreto & Camargo, 2002; Merhy, 1998; Oliveira, 2013), bem como a partir das experiências de trabalho na lógica multiprofissional de equipes ampliadas na Estratégia de Saúde da Família (ESF). Eles nascem, assim, com o objetivo de ampliar a capacidade resolutiva das ações das Equipes Regionais de Saúde da Família (ERSF), contando com a participação de novas categorias profissionais que buscam a efetivação da integralidade nos serviços de saúde.

Os NASFs devem, em sua inserção na ESF, ser formados por equipes multiprofissionais (5 a 7 profissionais de distintas categorias). E, embora atuem para a ampliação da efetividade das ações, não são considerados "portas de entrada do sistema", seguindo a lógica de responsabilização compartilhada entre as Equipes de Saúde da Família (Portaria Interministerial MS/MEC nº 421, 2010).

As profissões que foram habilitadas inicialmente para compor as equipes, de acordo com a Portaria 124/2008, são: Médico Acupunturista, Assistente Social, Professor de Educação Física, Farmacêutico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médico Ginecologista, Médico

Homeopata, Nutricionista, Médico Pediatra, Psicólogo, Médico Psiquiatra e Terapeuta Ocupacional. Em 2011, com a nova Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) (Brasil, 2011), foram inseridas ainda as profissões: Médico Ginecologista/Obstetra, Médico Geriatra, Médico Internista (clínica médica), Médico do Trabalho, Médico Veterinário, profissional com formação em arte e educação (arte-educador) e profissional de saúde sanitarista (profissional graduado na área de saúde com pós-graduação em saúde pública ou coletiva ou graduado diretamente em uma dessas áreas).

> O atual marco regulatório do NASF também propõe que as equipes de NASF, além de atuar de maneira integrada com as Equipes de Saúde da Família (ERSF), devem também apoiar os profissionais das Equipes de Atenção Primária para populações específicas, como as equipes de consultórios na rua, equipes ribeirinhas e fluviais (no caso do interior do país) e academia da saúde, compartilhando as práticas e saberes em saúde nos territórios sob responsabilidade destas equipes. (Oliveira, 2013, p. 26)

No que se refere à distribuição das equipes NASF, pelo menos teoricamente, cada uma delas deveria vincular suas atividades a, no mínimo, oito e, no máximo, quinze Equipes de Saúde da Família. Existe uma exceção para os NASFs localizados em municípios com menos de 100.000 habitantes que, nesse caso, deveriam se apoiar entre três e sete equipes. A primeira e a segunda modalidades de NASF são denominadas, respectivamente, "NASF 1" e "NASF 2". Existia ainda a modalidade "NASF 3" até 2010, mas essa foi extinta por ter sido entendido que ela estava direcionada para a demanda de Saúde Mental, o que concerne ao uso problemático de álcool e outras drogas.

A ideia era que, a partir da diretriz normativa de 2011, as modalidades de NASF passariam a ser definidas segundo a quantidade populacional, independentemente do tipo de "clientela".

> Apesar de recente, desde 2008, a evolução da implementação das equipes dos NASF é crescente e, atualmente, estão presentes em 975 municípios. A implantação dos Núcleos no estado do Ceará teve início em junho de 2008 em 29 municípios, entre os quais podemos destacar Juazeiro do Norte, com a implantação de 7 equipes de NASF 1; Maranguape e Morada Nova, com a implantação de 2 equipes de NASF 1; e Tauá, com a implantação da primeira equipe de NASF 2. Atualmente, o estado do Ceará possui 1852 Equipes de Saúde da Família e conta com 146 equipes de NASF, sendo: 143 equipes de NASF 1 e três equipes de NASF 2, estando presente em 137 municípios do estado. (Oliveira, 2013, pp. 26-27)

A quantidade de equipes de NASF é variável. Isso porque, desde a publicação da Portaria 154/2008 (primeira regulamentação do NASF), estava prevista a suspensão dos recursos destinados para os Núcleos caso pudessem ser percebidas as seguintes situações: (a) inexistência de unidade de saúde cadastrada para o trabalho das equipes e/ou; (b) ausência de qualquer um dos profissionais da equipe por período superior a 90 dias, com exceção dos períodos em que a contratação de profissionais estivesse impedida por legislação específica e/ou; (c) descumprimento da carga horária mínima prevista para os profissionais dos NASF e/ou; (d) inexistência do número mínimo de ESF vinculadas ao NASF, sendo consideradas para esse fim as ERSF completas e as incompletas por período de até 90 dias (Portaria GM nº 154, 2008).

Uma vez que as atuações dos NASF e das ESF devem estar articuladas, ocorrem inevitavelmente alguns desafios, principalmente no que se refere à integração de ambas. De acordo com as diretrizes do NASF, o ideal é que o processo de trabalho das equipes siga dois focos: (a) a população (que se refere às formas de cuidado e assistência) e (b) a Equipe de Saúde da Família (que se refere ao auxílio no planejamento e desenvolvimento de ações). Vale apresentar aqui uma citação de Oliveira (2013, p. 68), que, embora seja um pouco extensa, expõe de forma clara como funciona esse processo de trabalho:

É proposto no modelo NASF a inserção de linhas de ações estratégicas em que, considerando a composição multiprofissional e a capacidade de uma ou outra profissão ter mais habilidades com uma ou outra demanda com mais propriedade, o núcleo deveria fomentar o desenvolvimento no processo de trabalho das equipes de referência na ESF. Seriam esses Eixos Estratégicos: Saúde da Criança e Adolescente; Saúde da Mulher; Saúde Mental; Serviço Social; Assistência Farmacêutica; Atividades Físicas/Práticas Corporais; Práticas Integrativas e Complementares; Reabilitação/Saúde Integral da Pessoa Idosa; Alimentação e Nutrição.

No Eixo Estratégico da Saúde Mental, por exemplo, o profissional psicólogo e terapeuta ocupacional (TO) deveria se ocupar de promover estratégias para a organização do processo de trabalho que fomentassem ações nesse âmbito, inseridos no cotidiano na ESF. Como o NASF não é ele mesmo o promotor das ações, mas apoiador de ações de cuidado que ampliem aquelas produzidas pela ERSF, como foco tanto na população quanto na própria ERSF, os profissionais psicólogo e TO deveriam, então, realizar ações que abrissem possibilidades da ampliação do cuidado desenvolvidas pela ERSF também nessa área: SM na APS.

Todas as ações no NASF podem e devem, segundo as atuais diretrizes, ser realizadas de forma multiprofissional, considerando a dimensão interdisciplinar do processo saúde-doença. Entretanto, ações nesses Eixos Estratégicos remetem tradicionalmente a núcleos profissionais ou à ação especializada, que com as ferramentas de atuação interdisciplinares podem ser compartilhadas, mas devem ser fomentadas por categorias profissionais específicas, já que os eixos são sugeridos à divisão por categoria profissional.

Se ao NASF compete desenvolver linhas de cuidado conectadas ao território, apoiando as equipes mínimas de Saúde da Família, ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) – principal dispositivo de cuidado ao paciente com sofrimento psíquico, fruto das lutas da Reforma Psiquiátrica Brasileira, mais à frente discutida – cabe, também, segundo o Ministério da Saúde (Brasil, 2002) "territorializar-se" e coordenar conjuntamente com outros níveis de atenção os cuidados em Saúde Mental.

Assim, a Saúde Mental na ESF, por meio do NASF, possibilitaria a ampliação da capacidade de resolução da Atenção Primária, seguindo os pressupostos da reforma psiquiátrica, tal como assinalado anteriormente. No caso do estado do Ceará, essa proposta não aparece como novidade; afinal, existiria, de acordo com (Fortes, Tófoli, Ballester, Goncalvez, Chazan, Almeida, Carvalho, & Sá, 2009; Sampaio, Guimarães, Carneiro, & Garcia Filho, 2011), uma grande preocupação de fazer assistência à Saúde Mental em articulação com a Atenção Primária. De fato, o Relatório de Gestão de 2009 corrobora com essa afirmação ao assinalar que os NASF fizeram parte da aposta na implementação da atenção integral no município de Fortaleza, pois nasceram com a missão de garantir a plena integralidade no cuidado físico e mental dos usuários do SUS, por meio da qualificação e complementaridade das ações das ERSF (Secretaria Municipal de Saúde, 2011).

Até o início de 2013, Fortaleza contava com 25 equipes, formadas por 183 profissionais, distribuídas para atuar junto aos Centros de Saúde da Família (CSF) municipais. As equipes eram compostas pelas seguintes categorias profissionais: farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, nutricionista, assistente social, educador físico, psicólogo e terapeuta ocupacional. Segundo informações do município, na época, a composição das equipes foi organizada de acordo com critérios de prioridade identificados a partir das necessidades locais e da disponibilidade de profissionais em cada uma das diferentes ocupações (Secretaria Municipal de Saúde, 2011). Além disso, as equipes multiprofissionais se distribuíam em seis Secretarias Executivas Regionais (SER), além de uma equipe tarde/noite que realizava atividades de abordagem aos moradores de rua no Centro da cidade, conforme a tabela 1.

O Relatório de Gestão desse período evidencia, de fato, certa preocupação com as ações de saúde mental pelas equipes do NASF (o que estaria em consonância com o relatório da CNSM-I); todavia aparece de forma explícita no mesmo relatório que essas ações não

são o foco dos NASFs, sendo prioritárias: (a) atenção aos pacientes acamados e (b) atividades relacionadas à demanda da criança e adolescente em idade escolar através do Programa Saúde na Escola (PSE). Como bem assinala Oliveira (2013, p. 68),

> Apesar de o município ter adotado a estratégia do Apoio Matricial, nenhuma linha de intervenção ou consolidação de ações presentes nos instrumentos de gestão tem colocado a equipe NASF como promotora de interface entre SM na APS. Por outro lado, a Rede de Saúde Mental em Fortaleza, principalmente entre os anos de 2006 e 2007, no mesmo período em que se assistiu ao incremento da ESF descrita acima, também implantou a Rede Assistencial em Saúde Mental com base nas diretrizes da Reforma Psiquiátrica.

Tabela 1. Distribuição do número de equipes e profissionais do NASF por Secretaria Executiva Regional (SER) em Fortaleza, 2011

Equipes – Profissionais	SER I	SER II	SER III	SER IV	SER V	SER VI
Equipes	**3**	**3**	**4**	**3**	**6**	**5**
Fisioterapeuta	8	7	10	6	14	12
Psicólogo	2	3	3	1	4	5
As. Social	4	4	4	3	5	6
Farmacêutico	2	1	2	2	3	2
Educador Físico	2	2	3	2	6	6
Fonoaudiólogo	2	1	3	2	3	4
T. Ocupacional	2	3	6	2	6	4
Nutricionista	1	3	2	1	2	2
Profissionais	**23**	**24**	**33**	**19**	**43**	**41**

Fonte: Adaptado de Célula da Atenção Básica/Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza (Secretaria Municipal de Saúde, 2011) por Oliveira (2013).

A ampliação da Rede de Saúde Mental, embora tenha disparado alguns processos (dentre os quais apenas a transformação do Caps do Tipo II da SER II em Caps III – 24h e a implantação do Centro de Referência do Crack Intersetorial foram efetivados), não avançou muito após a implementação da Rede Substitutiva em 2006. O que não é de se estranhar quando sabemos que o crescimento da rede substitutiva em Fortaleza, que foi um dos últimos municípios a aderir plenamente à reforma psiquiátrica no Ceará, não foi um processo resultante da forte reivindicação do fechamento dos hospitais psiquiátricos e abertura de serviços substitutivos, mas resultado de interesses político-econômicos (Fortes et al., 2009). Não por acaso, a justificativa dada à pausa no avanço de implementação da rede substitutiva no Relatório de Gestão foi a escassez de financiamentos específicos do Governo Federal.

Aliás, a relação dos avanços com os interesses político-econômicos, a despeito de qualquer reivindicação de movimentos sociais (como tem sido feito pelo Fórum de Luta Antimanicomial), fica ainda mais explícita com a mudança da gestão municipal em 2013, quando passou a ocorrer um desinvestimento nas ações de saúde mental, a partir da crescente privatização, por meio de contratação de equipes terceirizadas para os serviços substitutivos existentes.

No que se refere às ações de saúde mental voltadas à questão de álcool e outras drogas, por exemplo, ocorreu amplo apoio às comunidades terapêuticas (proposta de campanha do prefeito eleito) e abandono dos serviços substitutivos destinados a essa mesma clientela, o que gerou uma cobrança ainda maior da gestão por mais encaminhamentos dos usuários de drogas para as comunidades terapêuticas após a implementação da Secretaria de Políticas sobre Drogas do Ceará, em março de 2015, demonstrando uma intenção de institucionalização e uma tendência a um caráter higienista.

Quanto aos NASFs, com a mudança da gestão municipal, as equipes multiprofissionais que se distribuíam nas seis Secretarias Executivas Regionais, praticamente deixaram de existir, conforme

podemos observar nos dados atualizados apresentados na tabela abaixo:

Tabela 2. Distribuição do número de equipes e profissionais do NASF por Secretaria Executiva Regional (SER) em Fortaleza, 2016

Equipes – Profissionais	SER I	SER II	SER III	SER IV	SER V	SER VI
Equipes	**4**	**3**	**2**	**2**	**1**	**5**
Fisioterapeuta	4	6	3	3	-	6
Psicólogo	1	3	-	-	-	1
As. Social	5	2	1	2	1	-
Farmacêutico	-	-	-	1	-	-
Educador Físico	-	-	-	-	-	1
Fonoaudiólogo	-	-	-	-	-	-
Médico	-	-	-	2	-	-
T. Ocupacional	3	1	1	-	-	-
Nutricionista	-	-	-	1	-	-
Profissionais	**13**	**12**	**5**	**9**	**1**	**8**

Fonte: Produzido pelo autor a partir dos dados fornecidos pela coordenação da atenção primária, em janeiro de 2016

Atualmente, conforme podemos observar na tabela acima, as equipes NASF do município de Fortaleza passaram a apresentar um quadro de profissionais com apenas 47 trabalhadores, divididos em 16 equipes, das quais somente cinco possuem o número mínimo de integrantes para ser considerada completa. As demais equipes encontram-se incompletas e, em alguns casos, sequer existe uma equipe, uma vez que há apenas um profissional como representante

dessa estratégia nas unidades de Saúde. Em alguns postos de Saúde, a estratégia NASF não está mais sendo utilizada, o que significa que oito equipes NASF foram extintas.

Em uma pesquisa que tenho coordenado e que está em vias de finalização[1], visitamos cada uma das equipes/profissionais que estão atualmente relacionados ao NASF de Fortaleza e convidamos aqueles que se encontravam presentes para a participação de uma entrevista.

As análises iniciais do conteúdo das entrevistas permitem dizer que a atual configuração dos NASFs apresenta uma estrutura fragilizada que descaracteriza o serviço da própria estratégia do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). A maior parte dos profissionais que compõem as unidades está há menos de um ano no serviço e a maioria deles se recusou a participar da entrevista "com medo de que não soubesse nada sobre saúde mental e de algum modo fosse demitida" (sic). Daqueles que participaram das entrevistas (19 profissionais), uma parte significativa não possui formação alguma sobre a política de redução de danos. Todos apresentaram em suas falas e sentimentos de insegurança e impotência, evidenciando o despreparo para desempenhar as propostas do NASF.

Esses resultados, infelizmente, aproximam-se dos apresentados, ainda em 2011, por Sampaio (et al., 2011). Nessa pesquisa, ao analisarem as condições de trabalho a que estavam submetidos os traba-

1 Refiro-me a uma das pesquisas que coordeno atualmente: Concepções e ações de profissionais dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF de Fortaleza – CE sobre Saúde Mental, Drogas (crack, álcool e outras drogas) e Redução de Danos na Atenção Primária, realizada com auxílio da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que será finalizada em setembro de 2016. As entrevistas foram realizadas por um grupo de pesquisadores colaboradores treinados na padronização da aplicação de um instrumento composto por cinco partes, a saber: Introdução (contendo questões de caráter sociodemográfico, por exemplo), Concepções Morais, Conhecimentos sobre Drogas, Redução de Danos e percepção do entrevistador sobre o entrevistado. Para minimizar as recusas, tratamos de agendar com os profissionais o melhor horário para aplicação do questionário e aqueles que estavam de férias, licença ou em serviço/curso externo nas datas de aplicação foram automaticamente excluídos.

lhadores dos CAPS de Fortaleza, os autores verificaram dissonâncias entre as diretrizes da política de saúde mental e a operacionalidade dos serviços. Nas palavras dos autores:

> No caso dos CAPS de Fortaleza, o sofrimento psíquico tem se manifestado como: decepção com o serviço e com o trabalho desenvolvido; angústia; sentimentos de culpa por não alcançar os resultados esperados, mesmo que não dependa somente de sua atuação. Evidencia-se, ainda, danos à saúde física, expressos nas queixas de estresse e dores decorrentes do trabalho. (Sampaio et al., 2011, p. 4691)

Os profissionais do NASF têm encontrado inúmeras dificuldades que impedem o desenvolvimento das ações de saúde mental propriamente ditas. Já de início, precisam lidar com a ausência de uma rede de saúde mental estruturada e devidamente articulada com as demais redes assistenciais. Se, como bem assinalou Dimenstein (2009, p. 6), "a constituição de uma rede de serviços substitutivos integrada entre si e com outros equipamentos sociais presentes nas comunidades é algo imprescindível para o avanço da reforma", o desinvestimento econômico-político, associado ao descaso e abandono dos poucos profissionais lotados nos NASF de Fortaleza, mostram que a atual gestão municipal tem seguido na contramão da reforma psiquiátrica.

Uma vez que os NASF de Fortaleza inevitavelmente lidam com demandas de Saúde Mental, é preciso que acompanhemos de perto como têm sido desenvolvidas as formas de cuidado. Os desafios, como podemos observar, são muitos e devemos encará-los de frente, convocando a sociedade civil, identificando as demandas dos profissionais e fortalecendo os movimentos de luta contra o desinteresse político pela saúde mental. Afinal, como bem assinalam Gonçalves (2002) e Queiroz (2005), é justamente na Atenção Primária que parece ser possível desenvolver ações de Saúde Mental que podem ajudar a reconstruir uma concepção de saúde implicada com os problemas reais e concretos da população.

Referências

Dimenstein, M. (2009). Desinstitucionalizar é ultrapassar fronteiras sanitárias: o desafio da intersetorialidade e do trabalho em rede. *Cad. Bras. Saúde Mental*, *1*. (CD-Rom).

Favoreto, C. A. O. & Camargo, K. R. (2002). Alguns desafios conceituais e técnico-operacionais para o desenvolvimento do Programa de Saúde da Família como uma proposta transformadora do modelo assistencial. *Physis, Revista de Saúde Coletiva, 12*(1), 59-75.

Fortes, S., Tófoli, L. F., Ballester, D. A., Goncalvez, D. A., Chazan, L. F., Almeida, N. S., Carvalho, M. Z., & Sá, R. C. S. K. (2009). Brasil: Cuidados primários integrados para a saúde mental na cidade de Sobral [colaboração na elaboração desta seção]. In Organização Mundial de Saúde (OMS), & Organização Mundial de Médicos de Família (WONCA) (Orgs.). *Integração da saúde mental nos cuidados de saúde primários: uma perspectiva global*. (pp. 99-108). Portugal: Coordenação Nacional para a Saúde Mental.

Franco, T., & Merhy, E. E. (2011). *PSF: contradições e novos desafios*, recuperado de <http://www.datasus.gov.br/cns/temas/tribunas/PsfTito.htm

Gonçalves, A. M. (2002). *Cuidados diante do abuso e da dependência de drogas*: *desafio da prática do Programa Saúde da Fam*ília. (Tese de Doutorado), Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Lima, A. F. (2010). *Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica*. São Paulo: EDUC.

Merhy, E. E. (1998). A perda da dimensão cuidadora na produção de saúde. Uma discussão do modelo assistencial e da intervenção no seu modo de trabalhar a assistência. In D. C. Malta, L. M. Ferreira, A. T. Reis, & E. E. Merhy. *Sistema Único de Saúde em Belo Horizonte*: *reescrevendo o público.* (p. 103-120). São Paulo: Xamã.

Oliveira, P. R. S. (2013). *"Esse Caso é de NASF?": Compreendendo práticas de Saúde Mental na Atenção Primária em Fortaleza - CE.* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

Portaria GM nº 154, de 24 de janeiro de 2008. (2008). Brasília, DF: Ministério da Saúde.

Portaria Interministerial MS/MEC nº 421 de 03/03/2010. (2010). *I*nstitui o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET Saúde) e dá outras providências. Brasília, DF: MS/MEC

Portaria Nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. (2011). *Nova Política Nacional da Atenção Básica.* Brasília, DF: Ministério da Saúde.

Queiroz, I. S. (2005). *Adoção de ações de redução de danos direcionados aos usuários de drogas: concepções e valores de equipes do programa de saúde da família*. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais.

Sampaio, J. J. C., Guimaráes, J. M. X., Carneiro, C., & Garcia Filho, C. (2011). O trabalho em serviços de saúde mental no contexto da reforma psiquiátrica*:* um desafio técnico, político e ético. *Ciência e Saúde Coletiva, 16*(12), 4685-4694.

Secretaria Municipal de Saúde. (2011). *Relatório de Gestão 2010: Saúde, qualidade de vida e a ética do cuidado.* Fortaleza: Secretaria Municipal de Saúde.

Sistema Único de Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Organizadora da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial. (2010). *Relatório Final da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial. 27 de junho a 1 de julho de 2010.* Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

O papel do psicólogo nos Centros de Referência de Assistência Social de Minas Gerais:

avanços e desafios[1]

Luiz Felipe Viana Cardoso

Maria de Fátima Aranha de Queiroz e Melo

Na última década, temos presenciado a expansão das políticas públicas no Brasil, especialmente no que se refere à assistência social que vem sendo tema de estudo para as ciências sociais e humanas, dentre essas a psicologia que, historicamente, se desenvolveu como

[1] Texto elaborado a partir dos resultados de pesquisa de Iniciação Científica financiada pelo CNPq/UFSJ sobre o papel do psicólogo nos CRAS de Minas Gerais e apresentada na mesa "Relações entre práxis em comunidade e vida cotidiana: dimensões do comunitário e da participação na perspectiva da psicologia social comunitária", durante o XIX Encontro Regional da ABRAPSO Minas, em 2014, na PUC Minas, Campus Betim - MG.

uma área de conhecimento voltada para a subjetividade humana. Tradicionalmente vista pela sua prática de atendimento clínico em consultórios, a psicologia, a partir das novas demandas sociais e da necessidade de intervir no espaço coletivo visando à transformação dos coletivos, passa a ser chamada a adentrar cada vez mais no campo das políticas públicas, se constituindo como um saber para pensar na autonomia do sujeito.

Em sua história, a assistência social no Brasil esteve ligada aos serviços assistenciais filantrópicos ou de caridade, prestados principalmente pela Igreja Católica às pessoas com pouco poder aquisitivo e desamparadas (Eidelwein, 2007). Um longo caminho foi percorrido até que atingíssemos a configuração atual da assistência social no Brasil. Recentemente, os artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988 instituíram o serviço de assistência social no Brasil e, em 1993, tivemos como resultado a promulgação da Lei n° 8.742, a chamada Lei Orgânica da Assistência Social/LOAS, que dispunha sobre a organização da assistência social no país, colocando-a como um dos setores da seguridade social, junto à saúde e previdência social (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, 2004). Mas foi só a partir do ano de 2005, com base na LOAS e na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que se deu o processo de implementação, de fato, do SUAS, vindo a promulgação da Lei nº 12.435 (2011), a chamada lei do SUAS que alterou a antiga LOAS, criando o CRAS e o CREAS como instituições sociais do sistema.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) organizou a assistência social no Brasil em um único sistema descentralizado e participativo que tem o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)[2] como os dispositivos responsáveis por oferecer os serviços

[2] Como o nosso objeto se limita ao CRAS, achamos oportuno explicar que o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), responsável pela assistência social especial, desenvolve suas ações visando à recuperação dos vínculos que foram desfeitos e dos diretos que foram violados nas famílias em situação vulnerável.

de assistência social básica e especial, respectivamente, nos municípios brasileiros. A proteção social básica, gerenciada pelos CRAS, tem como foco o enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social das comunidades, sendo o equipamento que articula, no território das comunidades atendidas, os serviços e ações, como também os projetos e programas de governo, dentre eles o PAIF – Programa de Atenção Integral à Família – e o programa de transferência de renda Bolsa Família, que visam a potencializar a proteção e a emancipação das famílias. Desse modo, o CRAS é visto como a "porta de entrada" para os programas socioassistenciais no Brasil (MDS, 2004). Trata-se de uma política federal que se desdobra em cada estado e município de maneira muito particular e localizada. Para tanto, vários profissionais (psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais etc.) foram mobilizados para atuar nesses Centros, convergindo ações na concretização desses propósitos. Os profissionais da Psicologia, desde então, foram convocados a reinventar suas práticas num campo em que ainda tinham pouco domínio, suscitando controvérsias em relação à sua atuação.

Definindo de maneira bastante simples as controvérsias, podemos dizer que são situações de discordância em que os atores ainda não têm uma referência clara dos fatos e estão longe de chegar a um consenso. Segundo Venturini (2009), as controvérsias são capazes de apresentar o social em sua forma mais dinâmica e, portanto, como instável e absolutamente incerto. O que parecia facilmente identificável como plano de ação para um assistente social se revelava complexo e indefinido para os psicólogos que ingressavam no trabalho. Antigas fórmulas calcadas numa prática mais individualizada de consultório foram colocadas à prova num modelo voltado para o atendimento de amplas camadas da população que faziam jus a esse programa socioassistencial. Profissionais da psicologia e seus conselhos (federal e regionais) ainda se pronunciam sobre as maneiras de realizar as tarefas previstas para os CRAS, marcadas pela indefinição, principalmente em relação ao campo da Assistência Social.

Para mapear os possíveis modelos que orientam a atuação do psicólogo na rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e compreender como esse profissional se insere nas práticas empreendidas nos CRAS e como articula seu trabalho com os demais atores da rede de assistência social, duas ações foram empreendidas: num primeiro momento, buscamos na literatura o que já havia sido alvo da preocupação de alguns autores em relação a essas práticas; num segundo momento, realizamos, entre os anos de 2012 e 2013, com financiamento do CNPq, uma investigação que envolveu 61 psicólogos de todas as regiões do Estado de Minas Gerais, tendo como aporte teórico-metodológico a Teoria Ator-Rede (TAR), uma vez que essa se propõe a seguir fenômenos em construção, para buscar mapear as conexões que vão se estabelecendo entre os atores para a produção de efeitos nem sempre previsíveis numa rede mesclada de elementos heterogêneos, como psicólogos, assistentes sociais, outros técnicos, políticas públicas, leis, usuários do CRAS, referências e diretrizes. Pretendemos flagrar principalmente o que os psicólogos trabalhando nos CRAS pensavam e faziam nas suas rotinas diárias, de quais respaldos lançavam mão nessa prática, em quais modelos se apoiavam.

Mapeando a Literatura

De acordo com as diretrizes para o trabalho do psicólogo na assistência social, espera-se desse profissional a capacidade de articular ações que atendam às demandas de atenção e de prevenção para a comunidade em situação de risco dentro do território do CRAS. O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP)[3] define que é papel do psicólogo desenvolver atividades que contribuam para o fortalecimento dos vínculos familiares e co-

[3] O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) é um órgão do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que tem como objetivo estabelecer referências técnicas para o trabalho do psicólogo inserido em um contexto de políticas públicas.

munitários por meio de ações que privilegiem a potencialidade dos usuários (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas [CREPOP], 2007). No que toca a essa orientação geral, vários autores têm levantado questões a respeito da prática do psicólogo no CRAS. Afonso, Vieira-Silva, Abade, Abrantes e Fadul (2012) entendem que, nas políticas públicas de assistência social, o psicólogo deve estar atento para a subjetividade como condição fundamental de exercício da cidadania e do resgate da autonomia e potencialidades do sujeito, tomando-o como protagonista de sua transformação social.

Em pesquisa realizada sobre o SUAS, que também envolveu o Estado de Minas Gerais, Yazbek, Mestriner, Chiachio, Raichelis, Paz e Nery (2011) apontam que há uma preocupação por parte dos trabalhadores que atuam nos CRAS quanto ao entendimento que o usuário tem sobre o papel desses profissionais e da própria unidade. Nessa perspectiva, as autoras ainda colocam que, apesar da implantação de uma nova política de assistência social no Brasil ter sido um avanço, reconhece-se que, sendo um processo de mudança, traz consigo incertezas e inseguranças. Foram identificados também, nesses estudos, indícios de fragilidade não apenas no sentido do emprego das normas e diretrizes das políticas, mas também na gestão do próprio sistema.

Cruz (2009), em sua pesquisa, compreende que o psicólogo, antes excluído das políticas de assistência social, vem ganhando agora cada vez mais espaço nesses serviços, e são vários os desafios a serem superados pela psicologia nesse contexto. De acordo com o autor, são necessários investimentos na qualificação e capacitação desse profissional, cujas atividades devem ser desenvolvidas de forma interdisciplinar, sobretudo em consonância com o Serviço Social. Por fim, ele observa que a formação oferecida pelas universidades nem sempre fornece subsídios necessários para a atuação do psicólogo em políticas públicas socioassistenciais, o que demanda um processo de formação/capacitação paralelo à inserção

do mesmo nas ações preconizadas para esses fins. Em relação a essa preocupação, Silva e Corgozinho (2011) questionam sobre a forma como tem se dado tal processo nas universidades, fator que consideram muito importante para uma atuação de qualidade desses profissionais nas políticas públicas de assistência social.

Estudos como os de Costa e Cardoso (2010) pontuam que a psicologia se configurou como uma profissão elitizada. Suas práticas se referenciaram desde o início à clínica individual, o que a distanciou das pessoas com condições socioeconômicas pauperizadas. As autoras veem a entrada do psicólogo no SUAS como mais uma oportunidade para o campo de atuação profissional, mas que também abre espaço para dúvidas quanto ao real papel da psicologia nos serviços socioassistenciais. É colocado então um desafio para psicologia: produzir referenciais teóricos que permitam melhor compreender o trabalho do psicólogo no CRAS/SUAS. Nessa direção, Oliveira, Dantas, Solon e Amorim (2011) apontam, a partir de estudos feitos, que há maior dificuldade de o psicólogo se inserir no CRAS do que o assistente social. O campo dos serviços socioassistenciais ainda é algo novo e que tem demandado questionamentos sobre qual é o papel do psicólogo frente às questões da assistência social.

Andrade (2010) aponta que, observados os manuais de orientações técnicas para o funcionamento do CRAS, não há uma distinção específica entre o trabalho do psicólogo e o do assistente social, sendo que esses técnicos devem formar uma equipe de trabalho inter/transdisciplinar. Conforme Eidelwein (2007), tanto o psicólogo quanto o assistente social pertencem a uma mesma rede, na qual as relações e as condições de trabalho são fatores que interferem nas possibilidades e limitações da sua prática, o que não permite que esses profissionais tenham controle total sobre o seu próprio processo de atuação. A autora problematiza sobre a peculiaridade de atuação de cada área, já que, na realidade do trabalho no SUAS, não é exclusivo do assistente social o trabalho com as questões sociais e nem é limitado ao psicólogo trabalhar com a subjetividade.

Andrade e Romagnoli (2010) defendem que, sendo o CRAS ainda recente, é necessário continuar a desenvolver estudos para conhecer as diferentes práticas empreendidas por esses equipamentos públicos, cabendo à psicologia, como uma das áreas de conhecimento inseridas nas políticas públicas, participar desse processo e buscar levantar questionamentos a respeito do seu campo de atuação, bem como da sua relação com as demais profissões inseridas nos serviços de assistência social e com o que se desdobra como efeito para os seus usuários.

Ximenes, Paula e Barros (2009) acreditam que o processo de desenvolvimento das práticas psicológicas dentro dos serviços de assistência social implica diálogo e colaboração entre os diferentes atores implicados. Nesse contexto, o psicólogo trabalhador do SUAS se depara com o desafio de desenvolver uma prática que corrobore os objetivos das políticas públicas de assistência social.

Entendemos que, pela sua recenticidade, o trabalho do psicólogo nos CRAS ainda é uma questão controversa, constituindo o que Pedro (2010) chama de caixa translúcida, por oposição a caixa preta[4], ou seja, um assunto que ainda não atingiu o consenso dos envolvidos e ainda não se consolidou como um fato inegável e aceito por todos como uma questão fechada. O que se percebe é que há um burburinho de vozes que tentam se fazer ouvir das mais diversas formas, ora buscando respaldo político, ora buscando respaldo técnico, numa prática em que as incertezas ainda imperam.

Seguindo os Atores

Nosso recorte teve como foco psicólogos de todas as regiões de Minas Gerais que tivessem no mínimo um ano de atuação em um

[4] Uma caixa-preta é quando um fato ou um artefato é dado como pronto, adquirindo uma estabilidade provisória na medida em que cessam as controvérsias ao seu redor. Diz-se então que fechamos a caixa e ela assim permanecerá enquanto fato e artefato funcionarem bem. Se alguma coisa deixa de funcionar ou se algo ou alguém ficou excluído, voltamos às controvérsias e reabrimos a caixa (Latour, 2000).

CRAS e que tivessem disponibilidade para responder a um questionário eletrônico, fruto do trabalho de extensão realizado anteriormente pelos pesquisadores em um CRAS. Inicialmente, foram mapeados todos os CRAS do Estado de Minas Gerais, constituindo-se o que Latour (2012) chamou de visão panóptica[5]. Conforme o senso SUAS 2012[6], são 7.917 CRAS em todo Brasil e só no Estado de Minas Gerais são 1.102 CRAS. Optamos por utilizar a divisão de Planejamento ao invés da divisão por regiões administrativas (mesorregiões) adotadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando que a primeira classificação agrupa os municípios considerando não só aspectos geográficos, mas também socioculturais.

O questionário eletrônico utilizado como instrumento para mobilizar informações foi construído no Software Google Formulários, contendo um total de 50 questões, sendo 40 fechadas e 10 abertas. Segundo Latour (2000), um pesquisador, ao usar os questionários como instrumento para coletar dados, deve fazer com eles "aquilo que fizeram com as pessoas, ou seja, extrair deles alguns elementos e colocá-los em outro formulário mais móvel e mais combinável" (p. 380). As questões foram agrupadas em cinco blocos temáticos que nos permitiram: (a) conhecer o perfil profissional; (b) compreender como se dá a atuação do psicólogo no CRAS; (c) identificar sua formação; (d) compreender o papel que esses profissionais desempenham na malha da assistência social; (e) identificar as fontes de informações técnicas/profissionais; e (f) compreender as condições de trabalho dos psicólogos entrevistados. O questionário passou por um estudo piloto testado com psicólogos de dois CRAS de um mu-

5 Com alguma inspiração em Foucault, Latour descreve a visão panóptica como panorâmica, que tudo vê e só pode ser alcançada estatisticamente, mas nos deixa privados de ver o que ocorre nas interações locais, enquanto acontecem.

6 Os dados citados foram retirados da página do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no dia 26/08/2013, e se referem ao número total de CRAS ativos. Considerados apenas os CRAS que responderam ao Censo SUAS 2012 em Minas Gerais foram 1.066 unidades do CRAS. Recuperado de http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/simulacao/status_censo_2012/relatorio_status_censo_uf.php.

nicípio mineiro, visando avaliar e fazer os ajustes necessários da ferramenta antes de disponibilizá-la ao público-alvo da pesquisa.

Foram enviados e-mails endereçados aos psicólogos para os CRAS selecionados, a princípio, 10 municípios de cada Região de Planejamento de Minas Gerais, mas, devido à baixa devolução dos questionários, optou-se posteriormente por enviar para todos os CRAS. A mensagem continha um "convite" que direcionava a um link onde estava hospedado o questionário, sendo necessário ao participante da pesquisa ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e dar o seu "de acordo" para passar a responder às perguntas.

Após a etapa de envio dos questionários, foi realizada a análise qualitativa das questões discursivas e a análise quantitativa das questões de múltipla escolha. Para ambas as análises, os dados foram devidamente tabulados para operacionalizar o processo.

Com base na Teoria Ator-Rede, o pesquisador tem a tarefa de apresentar como os diversos elementos que compõem uma rede heterogênea se interligam uns aos outros. Para cartografar uma controvérsia é preciso que o pesquisador (a) busque uma porta de entrada nessa rede; (b) identifique seus porta-vozes; (c) acesse os dispositivos de inscrição, textos e documentos que dão objetividade à rede; e (d) mapeie as ligações da rede (Latour, 2000). O processo de análise para a Teoria Ator-Rede não é simplesmente interpretar os dados coletados, mas compreender como os atores produzem efeitos nas redes a que pertencem, como suas ações se articulam com as de outros atores, sendo esses humanos ou híbridos (como, por exemplo, leis, documentos, recursos, espaços) e outros elementos que compõem as interações.

Depois do levantamento do que já havia sido produzido sobre o tema, procedemos ao envio desse instrumento, tentando acesso através dos questionários (nossa porta de entrada) aos psicólogos (nossos porta-vozes) que trabalham nos CRAS. Participaram desta pesquisa 61 psicólogos lotados nos CRAS de Minas Gerais. Em relação ao perfil dos participantes, 87% são do sexo feminino, e 92% com ida-

de até 40 anos. 74% concluíram a graduação após o ano de 2005 e 67% possuem pós-graduação concluída ou em curso. 56% dos psicólogos envolvidos estão há cerca de um ano atuando em CRAS. Todas as regiões de Planejamento de Minas Gerais foram representadas, conforme tabela abaixo:

Tabela 1. Número de psicólogos envolvidos por Regiões de Planejamento de Minas Gerais

Região de Planejamento de Minas Gerais	Nº de psicólogos participantes
Região Central	12 (20%)
Região da Zona da Mata	4 (7%)
Região Sul de Minas	18 (30%)
Região do Triângulo	6 (10%)
Região do Alto Paranaíba	4 (7%)
Região Centro-Oeste	3 (5%)
Região Noroeste	3 (5%)
Região Norte	2 (3%)
Região Jequitinhonha-Mucuri	4 (7%)
Região Rio Doce	5 (8%)

Os Atores por Eles Mesmos

Na percepção dos psicólogos respondentes, o CRAS possibilita que o serviço de assistência social seja oferecido aos usuários no seu próprio contexto sociocultural, por meio da política de referência ao território no qual se insere, contribuindo para a redução da burocracia e do tempo de atendimento nos programas sociais, bem como o acompanhamento das famílias vulneráveis por meio do PAIF. Além disso, oferece à comunidade envolvida: acesso aos direitos assistenciais; um espaço para escuta e reflexão dos problemas enfrentados pe-

las famílias; oficina e projetos socioeducativos; proteção dos vínculos familiares e comunitários; atendimento especializado de psicologia e assistência social; atividades de convivência; informação sobre saúde e educação; socialização; fortalecimentos dos vínculos fragilizados; autonomia; acessibilidade do público às políticas públicas; combate à discriminação; potencialização do indivíduo; rompimento com a lógica do assistencialismo; gestão dos programas de transferência de renda; e aumento da participação social.

Desse modo, a percepção que os psicólogos têm sobre a importância do CRAS converge com o que é estabelecido pelo Guia de Orientação Técnica para a Proteção Básica de Assistência Social (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, 2005, p. 6), para o qual o CRAS deve buscar "prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários". Podemos encontrar este princípio norteador na seguinte fala de um dos respondentes:

> *O CRAS contribui para o desenvolvimento da comunidade em vários aspectos, principalmente quanto ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, munindo as pessoas de conhecimento para serem agentes de mudança. Além disso, atua no fortalecimento dos direitos humanos (por ex., saúde, assistência social, educação e até segurança), por agir na prevenção, mas acaba atuando também quando os problemas já surgiram. Através de orientação psicológica, oficinas terapêuticas e atividades esportivas, atua também no desenvolvimento das potencialidades individuais e socialização. Trabalha para evitar e combater todo tipo de discriminação.* (W.)

Entendendo que o trabalho do psicólogo nos CRAS faz parte de uma engrenagem mais complexa que é o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a atuação desse profissional é perpassada por elementos tanto no nível local (o CRAS, a comunidade envolvida e o município) quanto no nível global (o SUAS, as políticas, a federação, os conselhos, as diretrizes de trabalho e os gestores). Sua rotina

de trabalho envolve tarefas padronizadas pela política – visita às famílias, busca ativa, realização de oficinas socioeducativas, benefícios assistenciais, PAIF, intervenções grupais – e até mesmo afazeres que escapam às suas atribuições, como o trabalho administrativo, cuidado com lanche e limpeza do espaço físico. A intervenção psicossocial é algo presente no discurso da maioria dos psicólogos que participaram da pesquisa. Dentre as atividades descritas pelos participantes, observa-se que há uma diversificação das atribuições dos psicólogos e que os modelos de atuação profissional variam conforme as especificidades de cada CRAS e região na qual está inserido.

Afonso (2011) considera que a intervenção psicossocial nas políticas públicas deve visar à autonomia do sujeito, em um trabalho de interpretação e processo de mudança que também inclui a própria sociedade. Assim, as oficinas e demais grupos desenvolvidos pelo CRAS devem ter como objetivo trabalhar questões referentes à participação social e cidadania. Cardoso e Queiroz Melo (2013) consideram que, no âmbito das políticas públicas de assistência social, a intervenção psicossocial deve ser realizada por meio do trabalho com grupos, como já posto pelo CREPOP. Conforme o Conselho Federal de Psicologia [CFP] (2011), a intervenção psicossocial corresponde a um modelo de intervenção psicológica pautado não apenas nas questões individuais, mas na relação entre indivíduo e seu contexto social. Outro ponto importante é que o trabalho do psicólogo nos CRAS deve ser feito em parceria com outras instituições da rede, como levantado por um dos psicólogos entrevistados:

> *Orientação em grupo (grupo de crianças, de adolescentes, de pais e de mulheres, que acaba tendo uma consequência terapêutica, embora não seja psicoterapia). Orientação individual, sempre com foco nas relações familiares e no desenvolvimento das potencialidades do usuário. Atendimento familiar, também com os objetivos anteriores. Trabalho interdisciplinar com assistente social, instrutores de esporte e instrutoras das oficinas, discutindo melhores formas de intervenção no interior do CRAS e encaminhamento para outros serviços públi-*

> *cos. Interlocução com a rede no campo da saúde e segurança (CAPS, ESF, Delegacia, APAE, clínicas de psicologia e odontologia de faculdades, ONGs e instituições religiosas)*. (W.)

Sobre os principais referenciais teóricos e metodológicos utilizados na prática dos psicólogos entrevistados, são citados conhecimentos da psicologia social e comunitária, da psicologia clínica, da fenomenologia-existencial, da psicologia humanista, psicologia cognitiva e comportamental focada a grupos, psicanálise, sistêmica familiar, psicologia organizacional, análise institucional e psicologia do desenvolvimento. Como se pode notar, não há apenas uma área de concentração teórico-metodológica que orienta o psicólogo entre os profissionais dos CRAS pesquisados, mas uma diversidade de interações entre os referenciais estudados durante a formação em psicologia.

Questionados sobre os principais autores da psicologia ou de áreas afins que norteiam a prática no CRAS, os participantes citaram pelo menos uma vez os seguintes nomes aqui listados por ordem alfabética para evitar hierarquizações: Aaron Beck, Ana Bock, Antônio da Costa Ciampa, Bader Sawaia, C. Yung, Carl Rogers, Célio Garcia, E. Pichón-Rivière, Eugéne Henriquez, Georges Lapassade, Gregorio Barmblitt, Gustave Le Bon, J. Piaget, Jaques Lacan, José Bleger, Judith Cunha, K. Marx, Kurt Levin, Lúcia Afonso, Maritza Montero, Mauro Amatuzzi, Max Horkheimer, Michel Foucault, Paulo Freire, Regina Helena Campos, S. Freud, Salvador Minuchin, Silvia Lane, Skinner, T. Adorno, Vigotsky, Violet Oaklander, Wanderley Codo e Willian Cesar Castilho Pereira.

Assim como nas perspectivas teóricas, não há concentração em apenas um autor da psicologia, mas os psicólogos relataram realizar uma aproximação entre autores de um mesmo campo teórico. Contudo, nota-se que, dentre os autores citados, a maior parte é constituída de teóricos da Psicologia Social e Comunitária, numa perspectiva psicossocial, que é a área da psicologia que mais se aproxima do que é demandado pelas diretrizes de trabalho no CRAS/SUAS.

Os psicólogos que contribuíram com este estudo declararam encontrar dificuldades para afirmar a sua identidade profissional frente aos usuários que esperam desse profissional uma tarefa caracterizada pela clínica individual. Muitos psicólogos relataram receber dos usuários demandas para psicoterapia e que, muitas vezes, essas solicitações partem de outros setores do município que ainda desconhecem a função do psicólogo no CRAS. Esse fato corrobora com o argumento de Pedro (2010), que define a rede "como produto de um projeto que a antecede" (p. 5), ou seja, ao deslocar-se do trabalho clínico para o trabalho assistencial, o psicólogo ainda traz como herança a tarefa que lhe era atribuída na rede anterior (nesse caso o próprio Sistema Único de Saúde/ SUS, que é o serviço público no qual o maior número de psicólogos se encontra no trabalho com as políticas públicas). A entrada da psicologia numa rede como a da assistência social no Brasil, atravessada por forte caráter histórico assistencialista que vem sendo desconstruído pelas atuais políticas públicas, pode ser percebida como o estabelecimento de novos nós nessa rede ainda em formação e, portanto, longe de ser consolidada. A psicologia, antes ausente do debate da assistência social, começa agora a fazer parte dela como área de conhecimento que busca contribuir para se pensar a construção dessa política e não mais ser vista como apenas um conhecimento a ser aplicado.

Segundo os participantes da pesquisa, considerando que o SUAS ainda está implantando suas ações, é grande o esforço para vencer o ranço assistencialista deixado pela trajetória da assistência social antes tida como "favor". No âmbito municipal, estamos saindo de um modelo em que a assistência social era antes concentrada pela figura da "primeira dama" como papel de solidariedade para uma política de direito que visa à emancipação dos usuários como sujeitos protagonistas de sua própria história, embora essa ainda não seja a realidade de todos os municípios. Os psicólogos colocam esse fato como um desafio a ser enfrentado, não só do ponto de vista dos gestores, mas também de um olhar que parte da resistência dos usuários. A

falta de preparo dos municípios para gerir as políticas de assistência social, as condições precárias de trabalho, o acréscimo de atividades administrativas, equipes insuficientes para o volume de trabalho demandado, omissão no oferecimento de serviços pela administração do município e a falta de investimentos na formação dos técnicos dos CRAS também são vistos como dificuldades para a consolidação dessa política. Além disso, os psicólogos dos CRAS relatam receber, em seu cotidiano de trabalho, demandas que não fazem parte das diretrizes para a prática no CRAS, advindas do judiciário, ministério público e outros órgãos que, muitas vezes, desconhecem o papel e o objetivo desse serviço. Além desse, outros desafios para a prática do psicólogo, como a falta de capacitação dos gestores responsáveis pelo sistema, falta de recursos financeiros e a precariedade do trabalho podem ser identificados na fala de um dos entrevistados:

> *Lidar com a falta de capacitação dos gestores e profissionais que atuam na Política de Assistência Social, falta de apoio financeiro para o desenvolvimento das atividades inerentes ao CRAS, a precarização do trabalho (como contratação terceirização dos profissionais dentro do CRAS que contribui com a rotatividade de pessoal), falta de conhecimento do papel do psicólogo por parte da rede socioassistencial e intersetorial, bem como Ministério Público, Conselho Tutelar, etc.* (D. T.)

Quanto à sua formação, os participantes relataram que não foram oferecidas disciplinas que tratassem da assistência social ou de políticas públicas no currículo de seus cursos. Considerando que mais de 74% dos psicólogos que participaram do estudo concluíram a graduação de psicologia depois de 2005, ano que o SUAS foi criado, os cursos de formação de psicólogos ainda precisam se adaptar a essa nova realidade de trabalho dos psicólogos. Os psicólogos têm buscado a formação para o trabalho no CRAS em cursos especializados, pós-graduações e leitura de referências para sua práxis.

Uma questão levantada com frequência pelos participantes se refere à indefinição do papel do psicólogo no CRAS, considerando que a atu-

ação do psicólogo no SUAS está em processo e terá legitimidade tanto mais coletiva for essa identidade em construção. No que se refere à diferença entre os papéis profissionais dos psicólogos e assistentes sociais no CRAS, os entrevistados relataram que, tendo em vista que na tipificação dos serviços (como a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS de 2007) os profissionais de nível superior no CRAS são técnicos e que, apesar da obrigatoriedade da presença de alguns profissionais, não há de fato uma separação do trabalho de cada técnico. Ao contrário, todos os técnicos do CRAS devem trabalhar tanto para a participação social como para a autonomia do indivíduo, pois, como colocado por Eidelwein (2007), trabalhar com questões da subjetividade não se limita à psicologia. Contudo, na prática, os entrevistados trouxeram algumas contradições em relação às diferenças entre o trabalho do psicólogo e do assistente social nos CRAS investigados, como observado nas seguintes falas:

> *A atuação se mistura muito, porém a demanda por orientações acerca de benefícios eventuais (cesta básica, alimentação), inserção em programas do governo (Bolsa Família), ou Benefícios do INSS (BPC), ficariam a encargo do assistente social. Em relação a acompanhamento, que envolve atendimento individual, familiar, visitas domiciliares, tanto o psicólogo e o assistente social têm a competência de exercer. Quanto a grupos, a experiência tanto com o psicólogo quanto com o assistente social foram satisfatórios.* (F.)

> *Percebo que a atuação do Assistente Social e do Psicólogo se complementam no desenvolvimento das atividades no CRAS, porém, o Assistente Social atua diretamente na garantia e efetivação dos direitos dos usuários, enquanto os psicólogos buscam entender e trazer à compreensão os processos subjetivos que levam os sujeitos e suas famílias às situações de vulnerabilidade, ciclo de violência, etc., até mesmo à superação destas vulnerabilidades. O psicólogo foca na subjetividade e intersubjetividade, nos aspectos psicológicos e relacionais envolvidos em cada situação. Já os assistentes sociais focam na satisfação das necessidades básicas (alimentação, renda, moradia). Porém essa separação não é rígida e ambos os profissionais são tocados por todas essas dimensões.* (D. T.)

Os relatos anteriores demonstram o que Oliveira et al. (2011) constataram em sua pesquisa em relação à maior dificuldade do psicólogo para inserir sua atuação nas políticas públicas de assistência social, se comparado ao assistente social. Devido à natureza do serviço, o segundo tem mais familiaridade inicial com o que deve ser feito, pelo menos em tese. Desse modo, as duas áreas de conhecimento devem ser vistas como dois campos profissionais que podem intercambiar saberes e práticas ao invés de simplesmente justapô-las. Nota-se que, embora as diretrizes coloquem a atuação dos técnicos em igual nível de intervenção, o que vai de fato singularizar a prática desses profissionais, no dia a dia, é a formação de cada um. Nesse sentido, Lúcia Afonso e colaboradores destacam que:

> Como trabalhadores da assistência social, os psicólogos devem contribuir para criar condições sociais para o exercício da cidadania (promoção dos direitos socioassistenciais) bem como favorecer as condições subjetivas para o seu exercício (circular informação, fortalecer participação, desenvolver potencialidades, facilitar processos decisórios, dentre outros). (Afonso et al., 2012, p. 197)

A respeito da entrada da psicologia no Sistema Único de Assistência Social, os psicólogos percebem como positiva a inserção da psicologia nas políticas públicas de assistência social, visto que a ciência psicológica pode contribuir para pensar as questões de autonomia dos indivíduos e da participação social. Sobre essa entrada, é ilustrativa a fala de um dos entrevistados:

> *De extrema importância, visto que dentro das políticas públicas o acesso dos menos favorecidos aos profissionais da Psicologia é extremamente restrito. O psicólogo dentro do serviço PAIF/CRAS viabiliza um espaço de convivência e reflexão em grupo possibilitando uma melhoria nas relações familiares/comunitárias, bem como a possibilidade de estruturação familiar e dos vínculos afetivos*. (PSI).

Mesmo que haja conflitos teórico-metodológicos na atuação do psicólogo, o SUAS ampliou o mercado de trabalho para o psicólogo.

Depois do Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tem sido o que mais emprega psicólogos no serviço público. Conforme o Conselho Federal de Psicologia (CFP)[7], em 2013, foram estimados aproximadamente 21 mil psicólogos atuando no SUAS em todo o país. Nesse sentido, Costa e Cardoso (2010) reiteram que a inserção da psicologia no campo da assistência social traz nova possibilidade de atuação para o profissional, o que pode ser ilustrado na seguinte resposta de um participante, quando lhe perguntamos sobre como percebia a inserção da psicologia no SUAS: "*Extremamente positiva, pois não só amplia o mercado de trabalho como contribui para a compreensão dos fenômenos sociais e de maneira mais ampla já introduz a possibilidade de mais uma perspectiva*" (A. F. S.).

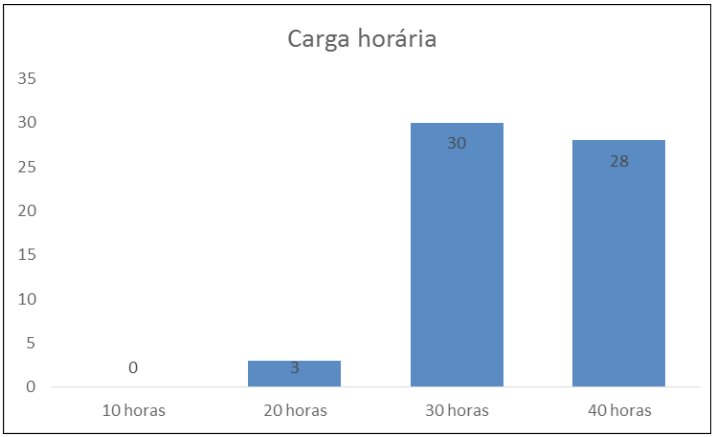
Embora a avaliação seja maciçamente positiva, os desafios são muitos, como falta de investimento na formação profissional, equipes reduzidas, acúmulo de funções e a falta de articulação entre os serviços da rede, como outros fatores que contribuem para a precariedade do trabalho dos psicólogos nos CRAS. Além disso, a falta de mais psicólogos na rede faz com que muitas vezes um único psicólogo seja responsável por uma parcela grande da população do território, afetando serviços como a visita domiciliar e a busca ativa, como demonstra um dos entrevistados:

> *Acho que ainda não ficou definido realmente qual o seu papel no CRAS. No meu município, faltam psicólogos na rede municipal de saúde, ou melhor, existe um psicólogo para um município de aproximadamente 80.000 mil habitantes. A população fica confusa e nós psicólogos de CRAS encurralados*. (V.)

A respeito da carga horária de trabalho, 5% dos entrevistados relataram trabalhar até 20 horas semanais, 49% trabalham até 30 horas semanais e 46% trabalham 40 horas na semana.

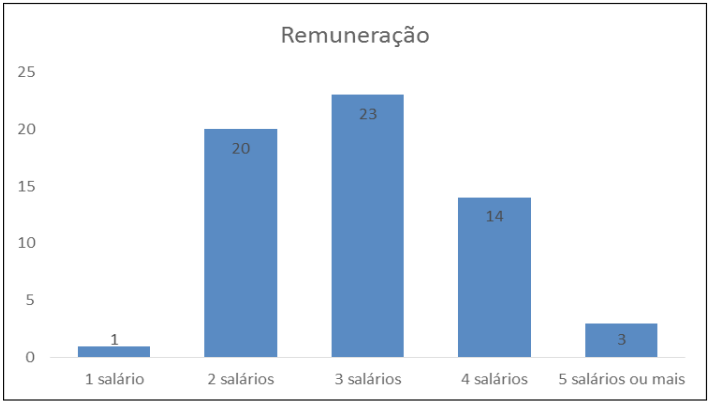
7 Dado retirado do site do Conselho Federal de Psicologia, em reportagem intitulada "Seminário online", publicada em 21/08/2013, disponível em: http://site.cfp.org.br/seminario-debate-atuacao-da-psicologia-na-assistencia-social/.

Figura 1. Relação de carga horária dos entrevistados



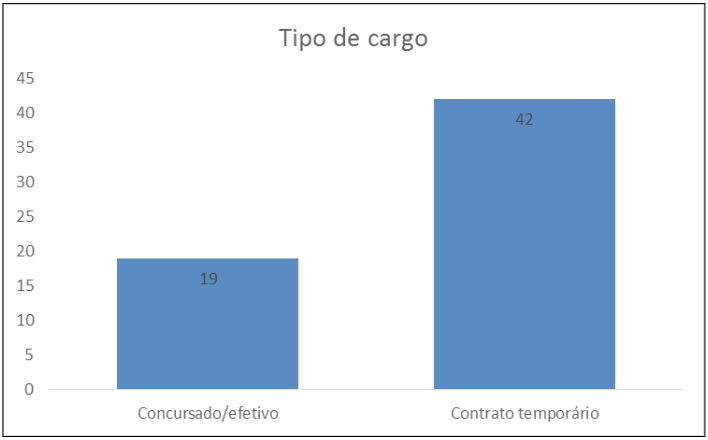
Em relação à remuneração salarial dos psicólogos entrevistados, 1% relatou receber até um salário mínimo, 94% recebem entre dois e quatro salários e 5% recebem cinco ou mais salários.

Figura 2. Relação da remuneração dos entrevistados



Questionados em relação à forma como ocuparam o cargo de psicólogo nos CRAS, 31% dos entrevistados relataram serem efetivos no cargo por meio de concurso público e 69% são contratados temporariamente pelo município. Nota-se que a forma mais comum que os municípios têm utilizado para realizar as contratações de psicólogos para o CRAS/SUAS é por meio de contratos temporários, o que coloca em questão a insegurança dos técnicos e a instabilidade do serviço, pois a rotatividade dificulta a manutenção do serviço e das ações implementadas pela equipe de referência técnica.

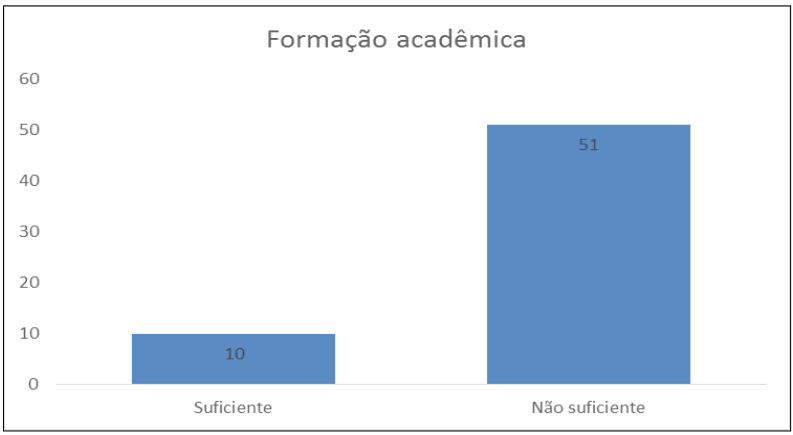
Figura 3. Relação do tipo de cargo dos entrevistados



Outra questão levantada foi se os entrevistados consideraram que a formação acadêmica foi suficiente para o desempenho de seus trabalhos no CRAS. A esse respeito, 84% consideraram a formação insuficiente e apenas 16% avaliaram como suficiente a formação recebida durante a graduação em psicologia, indo ao encontro do estudo de Cruz (2009), que chama atenção para o fato de que a formação acadêmica do psicólogo nem sempre acompanha o movimento da

inserção da psicologia no contexto da assistência social, sendo necessário que o profissional invista em se aprimorar para além da formação recebida durante a universidade.

Figura 4. Formação acadêmica dos entrevistados



Considerações Finais

Considerando a recenticidade do Sistema Único de Assistência Social e, por conseguinte, a inserção do psicólogo nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), entendemos que a rede da qual o psicólogo faz parte vem sendo constituída pela conexão de diversos outros elos e atores. Há uma política nacional de assistência social que, ao tornar-se lei, criou novos pontos nessa teia. O trabalho do psicólogo não é solitário, pois se relaciona com múltiplos actantes[8] (governo, políticas, conselhos, usuários e diretrizes)

[8] Latour (2001) utiliza a expressão actantes ao invés de atores, por considerar que o primeiro termo não se limita a humanos, ou seja, inclui também agentes não humanos, como leis, objetos e demais dispositivos que compõem uma rede mesclada, modificando-a e sendo modificada por ela.

que modificam o seu cotidiano de trabalho no CRAS e, por sua vez, dinamizam novas formas de fazer conexões dentro dessa rede. Em sua prática, o psicólogo tem a possibilidade de fazer alianças com profissionais e setores que podem melhor atender os casos que lhe chegam, tornando a rede da qual faz parte um todo complexo e instável, sempre passível de assumir novas configurações em que lhe é possível desempenhar um papel de mediação.

Como mais um elemento dessa rede, o psicólogo tem buscado construir sua atuação no sentido de colaborar para os objetivos da política, visando à emancipação e ao empoderamento do sujeito e à transformação da realidade dos grupos nos territórios nos quais os CRAS estão localizados. Ogioni, Afonso, Peixoto, Gomes, Bicalho, Moreira e Silva (2009, p. 120) consideram que esse empoderamento está relacionado, além de outros fatores, às ações das políticas públicas que fazem com que o sujeito passe a "investir em seus projetos, buscar direitos, proteger os seus vínculos sociais e construir possibilidades para a sua vida".

A atuação do psicólogo no CRAS é pautada por uma intervenção psicossocial, não sendo a sua identidade referenciada apenas pelas diretrizes que norteiam o trabalho do psicólogo, mas vem sendo experimentada pelos diversos modelos de atuação desse profissional, impondo uma formação diferenciada dos modelos clínicos tradicionais. Mesmo reconhecendo as proporções do Estado de Minas Gerais quanto ao tamanho, à população e às diferenças regionais, em todas as regiões em que há psicólogos inseridos em um CRAS, o seu trabalho é atravessado por questões que são do nível local (o CRAS, a comunidade envolvida, o município e a gestão), mas também pelas elaborações que se dão no nível mais abrangente (leis, referências técnicas, conselhos regionais e federal de psicologia, governo). Nessa tensão, o profissional se equilibra tentando definir práticas que sejam compatíveis com a sua profissão, sem ignorar as demandas que lhe são colocadas pelos usuários.

Silva e Corgozinho (2011) acreditam que é necessário, no cenário das políticas públicas de assistência social, estudos que busquem compreender como tem sido desenvolvida a atuação dos profissionais do SUAS, tomando como base a bibliografia existente que referencia tal prática. Nesse sentido, o presente estudo buscou mapear as controvérsias apontadas pelos próprios psicólogos da rede, sem ter a pretensão de fechar essa caixa-preta, tal como colocada por Latour (2000). Novos estudos sobre essa questão são necessários, pois, como nos lembram Andrade e Romagnoli (2010), a inserção da psicologia no CRAS é um processo que se encontra em permanente modificação e, por isso, ainda em aberto.

Por ser recente, a entrada da psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como uma das áreas de conhecimento na construção desse sistema, cria mais uma conexão nessa rede, modificando-a e sendo modificada por ela. Sendo o psicólogo um dos atores dessa rede, não entendemos que a sua identidade foi perdida ou confundida com o trabalho do assistente social, apesar de ser vista assim por usuários que desconhecem a função do psicólogo no CRAS. A identidade do psicólogo no CRAS, pelo que pudemos concluir em caráter provisório a partir das respostas dos participantes da pesquisa, está em constante construção, traduzindo-se continuamente. Questões inéditas vão convocar novas estratégias de resolução a serem testadas pelos profissionais no campo. Como se trata de uma realidade multifacetada que assume contornos diferenciados em cada região, soluções localizadas vão se impor em cada caso, exigindo do profissional discernimento e flexibilidade em relação às certezas cristalizadas em seus processos de formação.

Referências

Afonso, M. L. M. (2011). Notas sobre sujeito e autonomia na intervenção psicossocial. *Psicologia em Revista*, *17*(3), 445-464.

Afonso, M. L. M., Vieira-Silva, M., Abade, F. L., Abrantes, T. M., & Fadul, F. M. A. (2012). A psicologia no Sistema Único de Assistência Social. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, *7*(2), 189-199.

Andrade, L. F. (2010). A atuação dos psicólogos nos CRAS. *Revista Psicologia Ciência e Profissão*, *7*(7).

Andrade, L. F. & Romagnoli, R. C. (2010). O Psicólogo no CRAS: uma cartografia dos territórios subjetivos *Revista Psicologia Ciência e Profissão*, *30*(3), 604-619.

Cardoso, L. F. V. & Queiroz e Melo, M. F. A. (2013). Uma proposta de intervenção psicossocial em um centro de referência de assistência social de Minas Gerais. *Revista Ciência e Extensão*, *9*(3),159-170.

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas [CREPOP] (2007). *Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/Suas*. Brasília, DF: CFP.

Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2011). *Como os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS): informações para gestoras e gestores.* Brasília, DF: Autor.

Costa, A. F. S. & Cardoso, C. L. (2010). Inserção do Psicólogo em Centros de Referência de Assistência Social. *Gerais Revista Interinstitucional de Psicologia*, *3*(2), 223-229.

Cruz, J. M. O. (2009). Práticas psicológicas em Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). *Psicologia em foco, Faculdade Pio Décimo*, *2*(1), 11-27.

Eidelwein, K. (2007). Psicologia Social e Serviço Social: uma relação interdisciplinar na direção da produção de conhecimento. *Revista Textos & Contextos*, *6*(2), 298-313.

Latour, B. (2000). *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora.* São Paulo: UNESP.

Latour, B. (2001). *A esperança de Pandora*. Bauru, SP: EDUSC.

Latour, B. (2012). *Reagregando o social: uma introdução à teoria Ator-Rede.* (Gilson César Cardoso de Sousa trad.). Bauru, SP: Edusc.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. (2004). *Política Nacional de Assistência Social.* Brasília, DF: Autor.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. (2005). *Guia de Orientação Técnica – SUAS Nº1 – Proteção Social Básica de Assistência Social*. Brasília, DF: Autor.

Ogioni, A., Afonso, L., Peixoto, C., Gomes, D. D., Bicalho, G., Moreira, N., & Silva, W. C. (2009). Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, *4*(1).

Oliveira, I. F., Dantas, C. M. B., Solon, A. F. A. C., & Amorim, K. M. O. (2011). A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. *Psicologia & Sociedade, 23*(n.spe.), 140-149.

Pedro, R. (2010). Sobre redes e controvérsias: ferramentas para compor cartografias psicossociais. In A. A. L. Ferreira, L. L. Freire, M. Moraes, & R. J. J. Arendt (Orgs.). *Teoria Ator-Rede e Psicologia* (pp.78-96). Rio de Janeiro: Nau.

Silva, J. V. & Corgozinho, J. P. (2011). Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações. *Psicologia & Sociedade*, *23*(n.spe.), 12-21.

Venturini, T. (2009). *Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory,* recuperado de http://www.tommasoventurini.it/web/uploads/tommaso_venturini/Diving_in_Magma.pdf

Ximenes, V. M., Paula, L. R. C., & Barros, J. P. P. (2009). Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. *Psicologia Ciência e Profissão*, *29*(4), 686-699.

Yazbek, M. C., Mestriner, M. L., Chiachio, N. B., Raichelis, R., Paz, R., & Nery, V. (2011). O sistema único de assistência social em São Paulo e Minas Gerais: desafios e perspectivas de uma realidade em movimento. In B. R. Couto, M. C. Yazbek, M. O. S. Silva, & R. Raichelis (Orgs), *O sistema único de assistência social no Brasil: uma realidade em movimento* (2a ed.). São Paulo: Cortez.

Parte III

Revisitando o feminismo

Uma colcha de retalhos:

legado feminista para a Psicologia Social

Maria Ignez Costa Moreira

> *"é o presente que se destaca do passado, confere-lhe um sentido e torna-o inteligível."* Foucault (1975, p. 39)

Introdução

A Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso), fundada em 1980, abriu as portas para incluir a epistemologia e a metodologia feministas na pauta do ensino e da pesquisa em Psicologia Social no Brasil. O ato inaugural dessa aproximação está registrado no terceiro número da revista *Psicologia & Sociedade*, editada desde 1986 pela Abrapso.

O registro em questão é um artigo datado de setembro de 1987, com o título de "Delegacias de Mulheres", de autoria de Karin Ellen von Smigay. Esse artigo trata da violência contra a mulher e das experiências da então recém-criada Delegacia de Mulheres. A partir dele, com maior ou menor constância, as teorias de gênero, os es-

tudos sobre as mulheres, sobre as feminilidades e as masculinidades têm se mantido tanto nas publicações da revista *Psicologia & Sociedade* quanto nas disciplinas de Psicologia Social dos cursos de graduação e de pós-graduação em Psicologia.

Três décadas de história não cabem facilmente em um artigo, por isso alguns retalhos serão destacados e costurados. O primeiro é o da ressonância entre a Psicologia Social praticada no Brasil após o que se convencionou chamar de crise dos paradigmas da Psicologia Social brasileira, da década de 1970, e as práticas feministas; o segundo, o das relações entre o conceito de identidade, tão caro à Psicologia Social, e o conceito de gênero. A dimensão de gênero foi tomada no interior da Psicologia Social como um dos atributos da construção da identidade psicossocial dos sujeitos. Finalmente, o conceito de geração, que, associado ao conceito de gênero, contribui para a reflexão sobre as transformações das relações entre homens e mulheres ao longo da história, bem como sobre os legados transmitidos e ressignificados de geração em geração de pesquisadores da Psicologia Social.

As Ressonâncias Entre as Práticas Feministas e a Psicologia Social

A Abrapso foi fundada em 1980, década de intensas lutas, pois a sociedade brasileira estava há longos dezesseis anos sufocada, não sem resistência, pela ditadura militar. As universidades, embora perseguidas, se constituíam em espaços de luta. E nos cursos de Psicologia discutia-se a função social do psicólogo, a pertinência de teorias e metodologias importadas de outros contextos socioculturais e reproduzidas de modo acrítico entre nós.

Lane (1999) nos lembrará que os anos 1980 foram marcados pela chamada "crise do paradigma da Psicologia Social":

> Das críticas feitas detectamos que definições, conceitos, constructos que geram teorias abstratas em nada contribuiriam para uma

> prática psicossocial. Se nossa meta é atingir o indivíduo concreto, manifestação de uma totalidade histórico-social, temos de partir do empírico (que o positivismo tão bem nos ensinou a descrever) e através de análises sucessivas nos aprofundarmos, além do aparente, em direção a esse concreto, e para tanto necessitamos de *categorias* que a partir do empírico (imobilizado pela descrição) nos levem ao processo subjacente e à real compreensão do indivíduo estudado. (p. 16)

Já no final dos anos 1970 no Brasil, psicólogos sociais, fundamentados no materialismo histórico e na vertente da Psicologia Sócio -histórica elaborada por Vygotsky, lançaram críticas à neutralidade da ciência defendida pelos pesquisadores inspirados na Psicologia Social norte-americana. Entre as referências críticas à Psicologia Social brasileira destaca-se Lane (1999), que afirmava:

> O primeiro passo para a superação da crise foi constatar a tradição biológica da Psicologia, em que o indivíduo era considerado um organismo que interage no meio físico, sendo que os processos psicológicos (o que ocorre "dentro" dele) são assumidos como causa, ou uma das causas que explicam o seu comportamento. Ou seja, para compreender o indivíduo bastaria conhecer o que ocorre "dentro dele", quando ele se defronta com estímulos do meio. [...] O ser humano traz consigo uma dimensão que não pode ser descartada, que é a sua condição social e histórica, sob o risco de termos uma visão distorcida (ideológica) de seu comportamento. (p. 11)

A Psicologia Social buscou romper com a representação de uma ciência neutra e, segundo Sawaia (1995), o argumento fundamental foi construído em torno da impossibilidade de separar a ciência da ética:

> É preciso entender que as ciências, especialmente as humanas, estão inseridas no reino da ética e que o debate epistemológico é regulado por valores de vida, morte e poder. Enunciar um discurso sobre a relação homem e sociedade é formular um discurso sobre valor. (p. 48)

Esse princípio, ainda segundo Sawaia (1995), implica que a dimensão psicossocial é eminentemente ética, e não uma ética retórica ou vazia, como adverte a autora, mas uma ética intrínseca ao fazer da ciência.

É nesse contexto político e acadêmico que os caminhos da Abrapso e das feministas de Belo Horizonte se cruzaram, tanto nas ruas quanto no *campus* universitário. O movimento feminista brasileiro, nos finais dos anos 1970 e início dos anos 1980, levantou a bandeira de luta pelo fim da impunidade da violência contra a mulher. Belo Horizonte foi palco de diversas manifestações. Smigay (2001)[1] narra o ato público histórico que aconteceu nas escadarias da Igreja São José, no centro da cidade:

> Em agosto de 1980 um grupo não articulado entre si, de feministas, que compunham grupos de reflexão, grupos de estudo ou mesmo buscavam introduzir o tema no interior de organizações partidárias, monta um ato público nas escadarias da Igreja de São José, centro nevrálgico da cidade de Belo Horizonte/ Minas Gerais. Nesse momento algumas mulheres, pertencentes a estratos sociais privilegiados, tinham sido assassinadas por seus companheiros, num espaço de apenas três meses, sob os mesmos argumentos e sem oportunidade de qualquer defesa. (Entrevista concedida em 17 de novembro de 2001).

Nessa manifestação estavam presentes psicólogas e estudantes de Psicologia, algumas identificadas com o feminismo, outras não, mas todas irmanadas pela palavra de ordem: "Quem ama, não mata".

Em Belo Horizonte foi fundado ainda em 1980 o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher (CDM), com o objetivo de pres-

1 Entrevista concedida por Karin Ellen Von Smigay a Adriano Henrique Nuernberg, durante o XI Encontro Nacional da Abrapso, no dia 17 de novembro de 2001, em Florianópolis, como parte da tese *Gênero no contexto da produção científica brasileira em Psicologia*, defendida em 2005 por Adriano Henrique Nuernberg no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. A entrevista foi publicada integralmente no CD *Karin Ellen Von Smigay: a alteridade masculina na letra de uma mulher*, organizado por Maria Ignez Costa Moreira e Maria Lúcia Miranda Afonso (2012).

tar atendimento psicológico, social e jurídico às mulheres que sofriam violência por parte de seus companheiros. O CDM, ligado ao movimento feminista, congregou psicólogas, sociólogas, assistentes sociais e advogadas, que, além do atendimento direto às mulheres, também se organizavam para reivindicar do Estado a criação de Delegacias Especializadas em Crimes Contra a Mulher e a inclusão da defesa dos direitos das mulheres na agenda política.

O trabalho cotidiano no CDM produziu uma série de questões de pesquisa: a violência contra a mulher revelava-se uma prática social extremamente complexa. Muitas integrantes do CDM eram também professoras universitárias nos cursos de Psicologia, de Ciências Sociais e Políticas, de Serviço Social, de Direito, o que possibilitou que as inquietações da militância não tardassem a ser traduzidas como questões de pesquisa e levadas às universidades.

A temática da violência contra as mulheres foi incorporada como questão da Psicologia Social. Buscava-se compreendê-la desde a perspectiva psicossocial, entendida como uma escolha teórico-metodológica capaz de produzir o rompimento das dicotomias: "social" *versus* "individual", "objetivo" *versus* "subjetivo". O fenômeno da violência contra a mulher revelava uma cultura da violência, produzida e compartilhada socialmente, entranhada de tal modo no cotidiano das relações entre homens e mulheres que era tomada como natural. Os comportamentos violentos eram tomados como inerentes aos homens e atributo da masculinidade, ao passo que a posição subalterna e frágil era tida como traço da personalidade das mulheres e signo de feminilidade. Nesse contexto homens e mulheres eram socializados e a cultura da violência subjetivada.

Por outro lado, a Psicologia Social brasileira visava a romper as práticas de pesquisa guiadas pelos princípios positivistas e experimentais em busca de pesquisar e compreender os contextos sócio-históricos concretos e as práticas cotidianas. Nesse momento a Psicologia Social brasileira se aproximava dos contextos comunitários, dos movimentos sociais, dos coletivos institucionais e organizacionais. Nesse

contexto estavam presentes os movimentos feministas e de mulheres, com suas causas e seus modos de organização.

O trabalho com grupos e coletivos concretos também exigia mudanças nas estratégias metodológicas. Entre as mudanças construídas podemos ressaltar a que buscou romper a lógica sequencial de primeiro conhecer a realidade, para só depois intervir nessa realidade. Passou-se a compreender que o próprio desenvolvimento da pesquisa significava uma intervenção e que a intervenção se configurava também como um momento de produção de conhecimento. A realidade que se pretendia alcançar não era um dado pronto e estanque, disponível à observação e descrição neutra do pesquisador, mas antes uma construção contínua e não linear no próprio contexto da pesquisa e por meio da interação entre pesquisadores e pesquisados.

Nesse sentido, as relações entre os pesquisadores e os pesquisados não seriam guiadas pela "isenção objetiva" dos primeiros e pela "posição conformada de objeto passivo de pesquisa" dos segundos. A pesquisa se desenvolvia em uma relação entre sujeitos ativos e "no reino da ética", como ensina Sawaia (1995, p. 48). Uma relação em que os dois sujeitos ocupam posições distintas, e por certo, relações de poder, mas que não devem ser, necessariamente, relações de submissão e de opressão de uns contra os outros.

As pesquisas que começavam a ser desenvolvidas nesse momento sobre a violência doméstica contra a mulher foram tomadas como um assunto de interesse da Psicologia Social, por várias razões. Sem a pretensão de esgotá-las, é possível apontar conexões entre as motivações feministas e os novos rumos da Psicologia Social.

Quem mais se interessava naquele momento em compreender a complexidade do fenômeno da violência doméstica praticada contra as mulheres eram as pesquisadoras, e essas mulheres não se colocavam em uma posição de neutralidade, antes tinham o compromisso ético-político de denunciar, enfrentar e transformar a cultura da violência contra a mulher. Elas buscavam desenvolver uma

escuta qualificada das mulheres em situação de violência: estas não seriam faladas, mas falantes. As estratégias metodológicas empregadas objetivavam possibilitar a expressão livre das mulheres, daí o uso das entrevistas abertas, valorizadas por serem muito próximas a uma conversação. Machado (2002) considera que esse tipo de entrevista "é definida como uma interação verbal que permite a obtenção do discurso de sujeitos determinados sócio historicamente" (p. 35).

Outra estratégia metodológica de pesquisa era a formação de rodas de conversação ou grupos de reflexão sobre a história de vida das mulheres. A Psicologia Social tinha uma longa tradição de pesquisa sobre os processos grupais e o dispositivo grupal foi utilizado desde Lewin (1938) como estratégia para a pesquisa-ação (Barros, 2007).

Os grupos de mulheres formados pelos coletivos feministas contavam com oito a dez participantes e desenvolviam-se em torno de temáticas geradoras, com utilização de recursos gráficos mediadores. Por exemplo, a construção coletiva da linha da vida. Pedia-se a cada participante que desenhasse em uma folha de papel uma linha que representasse a sua trajetória de vida. Depois, pedia-se que assinalassem nessa linha experiências significativas, tanto positivas quanto negativas. No momento seguinte cada participante era convidada a reproduzir sua linha individual em uma grande folha de papel pardo. Usualmente as linhas se cruzavam, o que contribuía para a reflexão sobre os elementos singulares da história de cada uma das participantes do grupo e, ao mesmo tempo, sobre as semelhanças das histórias e vivências comuns às mulheres (Lima, 1988).

Os estudos no campo da Psicologia Social sobre a violência cometida contra a mulher não foram deixados de lado e permanecem como objeto de interesse da Psicologia Social atualmente. Avançamos no arcabouço político-jurídico-assistencial de proteção das mulheres em situação de violência no Brasil. A violência doméstica, tomada como uma linguagem e produzida nas relações, trouxe a necessidade de se buscar a perspectiva do agressor.

Estratégias de intervenção voltadas aos homens agressores foram desenvolvidas e grupos de reflexão foram criados nos últimos anos para homens que cometem violência. Alguns desses homens são encaminhados compulsoriamente aos grupos de reflexão pela Justiça. Pretende-se, além da suspensão da impunidade dos homens, uma intervenção psicossocial que possa contribuir para romper o ciclo da violência, de modo que os homens possam aprender a lidar com suas frustrações sem violência. São estratégias cotidianas, moleculares, que visam a produzir a superação da cultura da violência.

Em síntese, as ressonâncias entre as lutas feministas e os novos rumos da Psicologia Social no começo da década de 1980 emanam dos princípios políticos e éticos que guiavam a produção de uma ciência encarnada, que objetivava a transformação social e a construção de uma sociedade justa e comprometida em combater a violência de todas as ordens, e, especialmente a violência contra a mulher, bandeira que agregava naquele momento as feministas.

Identidade e Gênero

A Psicologia já tinha tradição nos estudos sobre as diferenças entre homens e mulheres, como, por exemplo, as pesquisas desenvolvidas por Anne Anastasi (1972). A novidade trazida pelo conceito de gênero não estava relacionada, portanto, a esses estudos, mas ao questionamento dos princípios teóricos e metodológicos com os quais eram realizados. Nesse sentido, Machado (1994) considera que o feminismo acadêmico estabeleceu uma crítica aos próprios modos de produção do conhecimento:

> A novidade deste campo não é a sua temática, mas sim perspectivas de análise que se pensam devedoras não só de uma crítica feminista aos saberes, como também devedoras desses mesmos saberes, com eles estabelecendo uma interlocução crítica. Evidentemente, as questões em torno da diferença sexual, da divisão sexual de trabalho, da divisão sexual das emoções e das relações de poder entre os sexos sociais, já haviam sido objeto de análises pe-

> las diversas ciências humanas. O feminismo acadêmico se ocupará em questionar a própria produção dos saberes, abrirá espaço para que as mulheres passem de sujeitos falados a sujeitos falantes. A consideração de que a condição das mulheres não era natural, mas produzida no registro socio-histórico e cultural, e de que os processos de construção identitária das mulheres não poderiam ser reduzidos à sua anatomia e aos seus hormônios, mas que deveriam ser analisados considerando-se os atravessamentos complexos de ordem social, política, histórica, cultural, ética e estética. Uma vez que todos estes elementos são, afinal, constitutivos dos corpos e do psiquismo, de homens e mulheres. (p. 4)

No final dos anos 1980 a categoria analítica de gênero chegara aos trópicos pelas mãos de várias pesquisadoras, entre elas Joan Scott. O seu artigo circulou a princípio em tradução feita por um grupo feminista de Recife e, posteriormente, em 1990 foi publicado pela revista *Educação e Sociedade* (Porto Alegre). Nele Scott (1990) trata da categoria de gênero, mostrando a potencialidade teórica e metodológica do conceito para compreender os sentidos culturais, sociais e históricos produzidos e compartilhados para a explicação das diferenças percebidas entre os sexos. Essa face do conceito de gênero é tomada nesse primeiro momento como um recurso importante para desnaturalizar as diferenças entre homens e mulheres.

Portanto, a novidade do conceito de gênero estava em demonstrar que as diferenças eram tratadas como inatas, essenciais, imutáveis e determinadas em larga escala pelos aspectos biológicos. As diferenças descritas, dessa forma, revelavam desigualdades, que, além de naturalizadas, eram tratadas como intransponíveis entre homens e mulheres.

A violência contra a mulher perpetrada por seus companheiros e analisada segundo os pressupostos da Psicologia Diferencial poderia levar à conclusão equivocada de que os homens, por força de seus hormônios, seriam naturalmente propensos à violência.

A construção teórica de gênero, ao explicitar os elementos que compõem as relações de poder, assimétricas e desiguais, entre ho-

mens e mulheres, desconstrói as teses que naturalizam os sentidos das diferenças entre os sexos, bem como possibilita que o fenômeno da violência contra a mulher seja compreendido como produzido no contexto sócio-histórico.

O conceito de gênero é útil não só à História, como afirmou Scott (1990), mas também à Psicologia Social, quando possibilita discutir os processos de construção de identidade de homens e mulheres marcados pelos sentidos produzidos e compartilhados coletivamente para as diferenças entre os sexos, ou seja, a identidade de gênero é também uma construção situada no contexto de pertencimento dos sujeitos.

Para desnaturalizar as diferenças entre homens e mulheres, buscou-se naquele momento distinguir os conceitos de sexo e de gênero. Sexo passou, então, a ser um termo utilizado para nomear as diferenças orgânicas e anatômicas, ao passo que gênero foi tomado como a expressão dos sentidos construídos ao longo da história para as diferenças entre homens e mulheres.

O conceito de gênero aponta um elemento relacional, ou seja, não é possível pensar a condição social das mulheres sem que se pense a condição social dos homens. Esse aspecto relacional está presente também no conceito de identidade, como afirmou Ciampa (1999): "A identidade do outro se reflete na minha e a minha na dele" (p. 59).

O conceito de identidade elaborado por Ciampa (1999) é dialético. O autor afirma que a identidade se define a partir de três características articuladas entre si: "metamorfose"; "movimento" e "atividade". A metamorfose indica um movimento contínuo e simultâneo de transformação e conservação, ou seja, na trajetória de vida as pessoas se modificam por meio de suas experiências vividas em seu contexto sócio-histórico, mas permanecem sendo elas mesmas. A identidade é uma construção de sujeitos ativos, de modo que o fazer de cada um transforma ao mesmo tempo o contexto e a si próprio.

As reflexões sobre a identidade de gênero colocam em questão a igualdade, a diferença e a diversidade. Homens e mulheres são iguais do ponto de vista dos direitos humanos, civis, sociais e políticos, ou seja, o feminismo segue lutando pela equidade de gênero. Homens e mulheres são diferentes, mas a diferença não pode ser convertida em desigualdade, pois a desigualdade gera relações de opressão e submissão. A diferença foi tratada pelo feminismo como um direito, o slogan "somos diferentes, mas somos iguais" sintetizou a ideia.

Por outro lado, era também necessário desconstruir a ideia de homem universal e não correr o risco de produzir, em contraponto, uma mulher universal. A diversidade é uma questão potente nos estudos atuais no campo das teorias de gênero e das teorias de identidade e dos processos de subjetivação. A ideia de um homem universal tem sido desconstruída pela perspectiva da ciência nomeada como pós-moderna, que produziu o descentramento do sujeito. O homem universal é na verdade o homem da classe hegemônica: branco, proprietário e heterossexual. Há homens negros, homossexuais, transexuais, jovens, velhos, operários, enfim, os homens são diversos.

A afirmação da equidade entre homens e mulheres não poderia provocar a afirmação de uma mulher no singular, posto que também as mulheres são plurais: brancas, negras, heterossexuais, lésbicas, transexuais, proprietárias, operárias, jovens, velhas e tantos outros atributos que poderiam compor uma longa lista.

As reflexões feministas no campo da Psicologia Social sobre a condição da mulher nos levam à conclusão de que não há uma mulher ou um homem que sejam modelos universais, não há uma essência feminina ou masculina, uma identidade fixa, mas diversidades de mulheres e de homens. O construto de gênero como categoria relacional mostra ainda que as mudanças não só da posição social das mulheres, mas também da perspectiva do olhar sobre elas, alteram o lugar social dos homens e a perspectiva do olhar sobre eles.

Outro aspecto que compõe o conceito de gênero, segundo Scott (1990), é o da dimensão das relações de poder, tomadas como desiguais e assimétricas. A posição feminina é a submetida, enquanto que a masculina é a posição do opressor. Considerando que "gênero" não é sinônimo de "sexo", as posições de oprimido e opressor não são naturalmente ocupadas por pessoas do sexo feminino e pessoas do sexo masculino, respectivamente. Mas, em nossa sociedade, é recorrente que as mulheres, por serem mulheres, sejam colocadas no polo oprimido, sustentando-se, assim, as relações de desigualdade entre homens e mulheres.

A epistemologia feminista trouxe para o campo da Psicologia Social a categoria de gênero, que ampliou as reflexões sobre os processos de construção da identidade e sobre as relações de poder entre homens e mulheres. Essas relações não podem deixar de ser consideradas nas pesquisas e intervenções psicossociais nos mais diversos contextos.

Geração e Gênero: os Legados

A Psicologia Social na vertente sócio-histórica afirma o pressuposto de que a história singular de cada sujeito e a história social se atravessam mutuamente, uma vez que a singularidade é uma construção sócio-histórica e que os sujeitos são ativos e coprodutores de seus contextos.

Nesse sentido, consideramos que a categoria de geração é útil para compreendermos os processos de construção da identidade de gênero, uma vez que as posições de gênero ocupadas por homens e mulheres se transformaram ao longo das gerações. As transformações intergeracionais são solidárias às transformações dos papéis de gênero, como consideram Attias-Donfut e Segalen (1998).

O conceito de geração, assim como o de gênero, comporta um aspecto relacional, dado que uma geração produz a outra. E esse movimento entre as gerações é dialético, no sentido de que, para afir-

mar-se, uma geração nega a antecedente, ao mesmo tempo em que a perpetua. E, se examinarmos cada geração internamente, veremos que, por não ser monolítica, ela comporta ações e reações, invenções e permanências, em um movimento contínuo e dialético.

Segundo Mannheim (1962), os legados de uma geração para outra não podem ser considerados meros depósitos recebidos de forma passiva. Ele destaca que as experiências são incorporadas dialeticamente e a assimilação não se processa por agregação ou soma, mas pela interação entre as gerações e pela ação humana transformadora do cotidiano.

As relações entre homens e mulheres na sociedade brasileira são marcadas por tensões. A permanência de práticas sexistas e machistas convive com um movimento de mudança em direção ao estabelecimento de relações de equidade entre os gêneros e de garantia dos direitos de cidadania. Na questão da violência contra a mulher, por exemplo, encontramos avanços significativos do ponto de vista do arcabouço jurídico e de proteção social das mulheres. Entre as "Ordenações do Reino", vigentes no Brasil Colônia e que, como recorda Azevedo (1985), amparavam legalmente o uso da violência física dos maridos contra as suas esposas, e o atual dispositivo jurídico da Lei Maria da Penha (2006), que afirma a violência de qualquer natureza praticada contra a mulher como crime, foi percorrido um longo caminho e algumas conquistas foram alcançadas, embora a caminhada não tenha chegado ao fim e seja necessário remover muitas pedras do caminho.

Ao longo das gerações os processos de socialização para os papéis de gênero se transformam. Em alguns momentos nos aproximamos da construção de relações mais solidárias, pautadas pela equidade, mas não podemos ser ingênuos em acreditar nessa evolução, pois há momentos nos quais somos atacadas por forças reacionárias e conservadoras que insistem em afirmar que as mulheres devem ser subjugadas, silenciadas e dominadas pelos homens.

O movimento entre as gerações foi estudado por Ferrari (1874), cuja formulação foi retomada por Attias-Donfut (1988) no seu trabalho de revisão da literatura que trata das teorias de gerações. Italiano radicado na França, G. Ferrari afirmou que uma geração dura mais ou menos trinta anos. Esse seria o período de tempo necessário para a afirmação das mudanças, não só políticas, mas também filosóficas, científicas, literárias, artísticas, que se desenvolvem em um mesmo momento histórico.

Ferrari (1874) considerou que a primeira geração é a dos precursores, que anunciam mudanças, mesmo que não vá ela própria se encarregar de realizá-las. Em seguida vem uma geração revolucionária, que não só contesta a primeira, mas leva a cabo as mudanças apenas esboçadas pela anterior; essa é sucedida por outra, reacionária**,** que promove certa volta aos valores da primeira geração e esforça-se por conservá-los, o que significa uma resistência à mudança. Assim, tanto a tentativa de retornar ao passado quanto a de impedir as inovações são reações ao novo. Finalmente, essa geração é substituída por outra chamada de resolutiva, que teria como tarefa resolver os impasses, ou seja, promover a síntese dos legados recebidos e mais, produzir soluções inovadoras.

Como as gerações não são monolíticas, mas multifacetadas, no movimento de cada uma encontraremos traços que a tornam revolucionária e outros que, ao contrário, fazem dela uma geração reacionária.

Dependendo do momento histórico, os traços revolucionários poderão predominar sobre os traços reacionários ou vice-versa. Mas, de qualquer forma, ambos estarão presentes em alguma medida. Cada geração a seu modo é precursora das inovações que a geração seguinte realizará. Assim como cada geração a seu modo buscará produzir a síntese dos legados das três gerações antecessoras, colocando-se como resolutiva, ao mesmo tempo em que engendrará soluções inovadoras, já que a própria síntese é uma atividade de criação. Por

outro lado, em cada geração também encontraremos a resistência à mudança e o desejo de perpetuar o seu próprio *status quo.*

O modelo proposto por Ferrari (1874) é útil para compreendermos que as relações de gênero vêm se transformando ao longo das gerações, mas não de forma linear. São mudanças produzidas por avanços e recuos. A hierarquia entre os gêneros é (re)produzida nos processos de socialização realizados pelas instituições sociais, entre as quais a família e a escola. A hierarquia de gênero é associada a outras hierarquizações, como as de raça, de classe, de orientação sexual (Moreira, 2015).

No momento atual há uma forte atuação reacionária orquestrada por deputados federais e estaduais e por vereadores que representam, em sua maioria, tendências religiosas fundamentalistas. Esses atores lograram, em 2015, a retirada da temática das relações de gênero dos planos nacional, estadual e municipal da educação, que até então era tratada como tema transversal nos currículos do ensino fundamental e médio. Está em discussão, no Congresso Nacional, o Estatuto da Família, que exclui qualquer outra configuração familiar que não a heterossexual e nuclear; esse é outro exemplo de uma ação reacionária.

No entanto, os avanços conquistados no que se refere a relações de gênero mais igualitárias foram legados às gerações mais jovens e apropriados por parte delas, de modo que as dimensões revolucionárias também se manifestam nos dias atuais.

As categorias de geração e de gênero associadas trazem elementos importantes para a compreensão dos processos de construção de identidade. Afirmam que os sujeitos se constituem em seus contextos históricos e que os sentidos atribuídos às diferenças entre homens e mulheres são transformados ao longo das gerações.

Ao longo do tempo o conceito de gênero foi revisto, ampliado, criticado, reinterpretado. Butler (2003), considerada uma expoente na revisão do conceito de gênero, é reconhecida também pela elaboração crítica da heteronormatividade compulsória. A categoria de

gênero nascida da pesquisa e da militância feminista sobre as condições das mulheres é, por influência de Butler (2003), também tomada como categoria útil para examinar as diversas sexualidades e as diversas formas dos usos e construções dos corpos.

O modelo proposto por Ferrari (1874) possibilita também a leitura dos movimentos geracionais no interior da própria formação no campo da Psicologia Social. As pesquisadoras feministas históricas filiadas ao campo da Psicologia Social contribuíram para a formação de várias gerações de psicólogas e psicólogos sociais no campo da epistemologia feminista. Os legados dessas pesquisadoras para a Psicologia Social estão associados à afirmação de que o sujeito da Psicologia Social deve ser considerado em seu contexto sócio-histórico e que a condição de gênero e de geração, ao lado das condições de classe e de etnia, são seus atributos identitários.

Arremate Final

As teorias de gênero nos ensinaram a mudar a direção do olhar, como assinalou L. Machado (1994), e examinar o sujeito a partir de sua própria ótica. Esse princípio encontrou eco em uma determinada Psicologia Social que define o sujeito de sua prática como histórico, ativo e com potencialidade para transformar o seu contexto e a si próprio. Do ponto de vista do feminismo isso significou tratar das questões das mulheres a partir da ótica das próprias mulheres, provocando a superação de explicações essencialistas de uma ciência que tratava o sujeito de forma universal.

Desse modo, a questão dos sentidos da diferença entre homens e mulheres foi trazida para o debate no interior da ciência. E a ciência clássica foi interrogada sobre os métodos empregados para explicar as diferenças entre homens e mulheres. Percebeu-se que as mulheres foram examinadas como objetos não falantes e definidas a partir da comparação com os homens, da qual elas restaram faltosas e incompletas.

As pesquisas foram refeitas e entre o feminismo e a Psicologia Social foi possível encontrar outro ponto de conexão nas metodologias ativas que buscavam a produção do conhecimento nos contextos concretos da vida com as mulheres e os homens e não sobre as mulheres e os homens.

Passadas quase três décadas do encontro entre a Psicologia Social e o feminismo, ao rever a história constatamos que a incorporação da dimensão crítica da categoria de gênero nos estudos e pesquisas da Psicologia Social é um processo contínuo e não concluído. Se o encontro inicial aconteceu em um momento potente de denúncia e de rompimento das práticas acadêmicas, sociais e políticas autoritárias, realizadas pelos pesquisadores e psicólogos sociais congregados pela Abrapso e pelas feministas, hoje parece que vivemos um refluxo.

O ensino das teorias de gênero tem encontrado pouco espaço nas disciplinas de Psicologia Social, especialmente nos cursos de graduação em Psicologia; é o que se pode concluir dos depoimentos dados por mestrandos e doutorandos matriculados, em 2016, na disciplina de Teorias de Gênero de um programa de pós-graduação. A maioria deles declarou que desconhecia o conceito.

As teorias de gênero e as práticas feministas vêm sendo combatidas por setores fundamentalistas, de vários matizes religiosos, que buscam reduzi-las a uma "ideologia de gênero". A intolerância à diferença se manifesta com virulência.

Mas este é um capítulo da história, e não o fim da história. Nessa trajetória construímos ferramentas úteis para enfrentar e resistir aos reveses, mas é preciso que estejamos organizados, como nos ensinaram a Psicologia Social e o feminismo.

Referências

Anastasi, A. (1972). *Psicologia diferencial.* São Paulo: EPU.

Attias-Donfut, C. (1988). *Sociologie des génération*: *empreinte du temps*. Paris: PUF.

Attias-Donfut, C. & Segalen, M. (1998). *Grands-parents: La famille à travers les générations*. Paris: Odile Jacob.

Azevedo, M. A. (1985). *Mulheres espancadas*: *a violência denunciada.* São Paulo: Cortez.

Barros, R. B. (2007). *Grupo*: *a afirmação de um simulacro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Butler, J. (2003). *Problemas de gênero*: *feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Ciampa, A. (1999). Identidade. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia Social: o homem em movimento* (pp. 58-75). São Paulo: Brasiliense.

Ferrari, G. (1874). *Teoria dei periodi politici*. Milão: Hoepli.

Foucault, M. (1975). *Doença mental e Psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Lane, S. T. M. (1999). A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia Social: o homem em movimento* (pp.10-19). São Paulo: Brasiliense.s

Lima, M. J. (1988). Linha da vida ou grupo de autoconsciência: uma reflexão sobre a ótica feminista. In Coletivo Fempress-Brasil (Org.), *Como trabalhar com mulheres* (pp. 35-49). Petrópolis, RJ: Vozes.

Machado, L. Z. (1994). *Campo intelectual e feminismo: alteridade e subjetividade nos estudos de gênero.* (Série Antropologia, 170) Brasília, DF: Departamento de Antropologia da UnB.

Machado, M. N. M. (2002). *Entrevista de pesquisa: a interação pesquisador/ entrevistado*. Belo Horizonte: C/Arte.

Mannheim, K. (1962). *Sociologia sistemática. Uma introdução ao estudo da Sociologia*. (Marialice Mencarini Foracchi Trad.). São Paulo: Livraria Pioneira.

Moreira, M. I. C. (2015). *Diretrizes da educação para as relações de gênero na rede municipal de educação de Belo Horizonte.* Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Educação.

Moreira, M. I. C. & Afonso, M. L. M. (2012). *Karin Ellen von Smigay*: *a alteridade masculina na letra de uma mulher*. Belo Horizonte: Rede de cidadania Mateus Afonso Medeiros.

Sawaia, B. B. (1995). Psicologia Social: aspectos epistemológicos e éticos. In S. T. M. Lane & B. B. Sawaia (Orgs.), *Novas veredas da Psicologia Social* (pp. 45-54). São Paulo: Brasiliense.

Scott, J. (1990). Gênero: uma categoria útil para análise histórica**.** *Educação e Realidade, 16*(2), 5-22.

Smigay, K. E. (1987). Delegacias de mulheres. *Psicologia & Sociedade*, *3*(3), 34-37..

Surgimento dos movimentos de prostitutas (1964-1989):

ditadura, feminismo, violência e religião

Letícia Cardoso Barreto

Introdução

As décadas de 1960, 1970 e 1980 assistiram ao surgimento de movimentos de prostitutas em diversas partes do mundo, produzindo novas formas de se pensar e intervir sobre a prostituição. Esse processo apresentou características específicas em cada localidade, embora seja possível observar a frequência de sua origem na luta contra as violências policiais e o vínculo inicial com grupos religiosos.

Se tomarmos como marco inicial momentos como o da fundação da Coyote (1973) ou da ocupação das igrejas em Lyon (1975), o

movimento de prostitutas já tem mais de 40 anos de história. É fundamental destacar que essa emergência se configurou no mesmo momento em que se consolidaram movimentos de mulheres e feministas. Se nos EUA vemos a emergência das guerras do sexo, no Brasil, a luta principal era contra a ditadura, o que marcaria sobremaneira diferenças nas formas de se pensar movimentos feministas e de prostitutas.

Apesar dessa longa trajetória de organização e ocupação do espaço público com suas demandas, o movimento de prostitutas segue invisibilizado tanto como movimento quanto como movimento feminista. Reconstruir essa história e seus significados é essencial para uma prática da psicologia social compromissada socialmente e que leve em conta o processo de construção sócio-histórica das sujeitas[1], produzindo conhecimento posicionado e útil à transformação da realidade (Bock, Ferreira, Gonçalves, & Furtado, 2007) e possibilitando ações em espaços sociais concretos que são concebidos também como historicamente construídos (Martínez, 2003). Objetivo neste capítulo debater sobre o processo inicial de construção do movimento de prostitutas no Brasil, destacando as causas e vinculações a outros movimentos e aliadas que o caracterizaram naquele momento. Será enfocada a relação com os movimentos feministas, uma vez que compreendo que esse é também um movimento feminista e que o "putafeminismo" é uma pauta atual de reivindicação por parte de diversas prostitutas.

1 Durante a escrita do texto, optei pela adoção prioritária do uso do feminino como referente genérico, haja visto que a linguagem, ao adquirir novos usos, pode servir de ferramenta de mudança (Caldas-Coulthard, 2007). Dessa forma, pretendo evitar a depreciação, invisibilidade e exclusão linguística das mulheres, ocasionada pelo uso do masculino como referente genérico (Caldas-Coulthard, 2000), baseada nas proposições de Carmen Rosa Caldas-Coulthard. Adotei, como o fez Fernanda Cardozo, o uso do neologismo "sujeitas" para me referir às minhas interlocutoras, pois, assim como essa autora, considero ser uma forma adequada tanto ao fato de serem mulheres, em sua maioria, quanto por tal decisão se encaixar em uma perspectiva de "guerrilha da linguagem", como propõe Malcolm Coulthard (Cardozo, 2009; Coulthard, 1991).

Feminismos de Segunda Onda

O período que antecede a década de 1970 é marcado, para a historiadora e cientista política Céli Regina Jardim Pinto (2003), pela efervescência política e cultural. Tinha como centro a derrubada de dois mitos: nos EUA, as guerras da Coreia e do Vietnã traziam o fim do sonho do american way of life; na Europa, o sonho da revolução socialista (Pinto, 2003). Conforme Grossi (1998), os estudos de gênero surgem no bojo de movimentos libertários dos anos 1960 por vida melhor, mais justa e igualitária, tais como as revoltas estudantis em maio de 1968 em Paris, o movimento *hippie*, a luta contra a guerra do Vietnã nos EUA e contra a ditadura militar no Brasil. A esses se somavam ideias sobre o sexo como fonte também de prazer, a comercialização da pílula anticoncepcional e outras questões vinculadas à sexualidade (Grossi, 1998).

Mouffe (1988), cientista política belga, destaca que a emergência do capitalismo transformou o produto do trabalho humano em mercadorias e favoreceu a colocação em pauta de subordinações que já existiam. Ao se estabelecer o conflito em que o "nós" é visto como sendo impedido por "eles" de ter acesso a determinados recursos materiais e simbólicos, estabelece-se um conflito que marca os antagonismos e politiza as relações. Desigualdades antes tidas como naturais passam a ser percebidas como construídas em uma sociedade hierarquizada. Para ela, os antagonismos que fundam os movimentos sociais (ou as novas lutas democráticas, como propõe) podem emergir quando determinada sujeita coletiva encontra sua subjetividade negada por certos discursos e práticas e quando a percepção de negação pode vir relacionada à obtenção de direitos em outras esferas da vida. E a batalha efetivamente democrática deveria ser aquela que articula lutas diversas na eliminação da subordinação e na redução das desigualdades, reconhecendo as especificidades e autonomia de cada sujeita e assegurando o pluralismo (Mouffe, 1988).

De acordo com Adelman, Grossi e Guivant (2010), naquele período o cenário político, o social e o cultural observaram a emergência de novas sujeitas e de debates sobre noções de poder e de conflito social. Um importante acontecimento é a entrada das mulheres nas universidades, como alunas, professoras e pesquisadoras, acompanhada por indagações sobre as questões das mulheres e, mais tarde, as de gênero (fins dos anos 1970), provocando rupturas teóricas e epistemológicas, bem como de formas de produção de subjetividades (Adelman, Grossi, & Guivant, 2010). Em relação às mudanças comportamentais, no que toca especialmente à sexualidade, estudos como os executados por Sigmund Freud, Alfred Kinsey e Masters e Johnson levavam a profundas alterações nas formas de se pensar (Gagnon, 2006).

Tinha início a chamada Segunda Onda Feminista[2] (ou os feminismos de segunda onda) que, segundo a filósofa estadunidense Nancy Fraser (2009), surge num contexto específico de capitalismo organizado pelo Estado, em que os Estados são ativos no processo de condução de suas próprias economias. A autora destaca que as feministas daquele momento rejeitavam a ideia de injustiça como fruto exclusivamente da má distribuição de renda entre as classes, passando a politizar o pessoal e ampliar a ideia de justiça, para abarcar também assimetrias de poder político e hierarquias de status. Pensavam as injustiças como algo sistêmico e estrutural e focavam nas vinculadas

2 A história feminista é frequentemente dividida em ondas (três ou quatro, marcadas pela emergência de determinadas pautas que alterariam as formas de pensar sobre as mulheres e a sociedade). Uma visão cronológica ou geracional desse processo apresenta a primeira onda entre o século XIX e o início do XX (desigualdades legais, sufrágio universal); a segunda onda entre 1960-1980 (desigualdades culturais, pessoais e políticas) e a terceira a partir de 1990 (desigualdades entre mulheres, feminismos diversos). Há ainda aquelas pessoas que consideram que, desde os anos 2000, estaríamos na quarta onda. A terminologia das ondas indica um projeto incompleto, mas que produz impactos grandes nos locais que atinge. Algumas feministas propõem uma abordagem temática, enfatizando que nem todas as reivindicações foram tema de luta ou conquistadas no mesmo momento por mulheres em diferentes lugares do mundo, devendo as ondas ser pensadas como círculos concêntricos e o feminismo como múltiplo, variável e plural (Scholz, 2012).

ao gênero, o que nem sempre era bem visto por demais militantes de esquerda, além de almejarem transformar as instituições estatais, e não desconstruí-las. Seu projeto emancipatório relacionava lutas de gênero àquelas contra injustiças vinculadas a questões de raça, orientação sexual e/ou classe, trazendo o esboço do pensamento interseccional (Fraser, 2009).

Para Mouffe (1996), o pluralismo combativo é elemento que constitui a democracia moderna, radical e plural, sendo essencial a politização das relações sociais em que se delineiem conflitos de interesse entre um "nós" e um "eles", o que impossibilita a completa realização da democracia. O liberalismo permitiu a noção de cidadania universal; porém, as particularidades e diferenças foram relegadas ao espaço do privado, excluídas da esfera pública.

De acordo com Fraser (2009), nos anos 1970 e 1980, a emergência do neoliberalismo trouxe uma proposta de utilizar o mercado para domesticar a política, tendo a dívida externa como ameaça, implicando, nos países em desenvolvimento, abertura de mercados e corte de gastos sociais. Naquele momento, as reivindicações por justiça tinham como centro o reconhecimento da identidade e da diferença, deixando de lado o paradigma da distribuição; o feminismo acabou se adequando às propostas neoliberais.

Guerras do Sexo Feministas

Em 1975, foi publicado o livro *Against Our Will: Men, women and rape*, de Susan Brownmiller, também fundadora do *New York Radical Feminists*, que radicalizava visões sobre estupro ao afirmar que todas as mulheres são vítimas da violência sexual e subjugação de gênero masculina, além de que muitas profissionais do sexo foram abusadas durante a infância (Chateauvert, 2014). A autora havia estado presente na Conference on Prostitution de 1971, ocasião em que relatou ter feito alguns programas durante sua vida (Reisig, 1971). Em 1975, teve início a Women Against Violence

Against Women (WAVAW), em Los Angeles, e uma conferência sobre violência contra a mulher, em São Francisco, deu origem à Women Against Violence in Pornography and the Media (MAVPM).

Em 1979, foi fundada a Women Against Pornography (WAP), em Nova Iorque, sob influência da MAVPM, que repudiava veementemente a pornografia. No mesmo ano, foi publicado o livro *Pornography: Men possessing women*, de Andrea Dworkin, que se tornaria forte liderança do movimento (Hunter, 2006). Foi ainda adotada a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), tratado internacional da ONU. Essa convenção, ratificada pelo Brasil em 1984, estipula, em seu artigo 6º, que os Estados-Parte tomarão medidas adequadas para suprimir a exploração da prostituição da mulher e o tráfico de mulheres (Organização das Nações Unidas [ONU], 2006).

Na década de 1980, feministas radicais trouxeram, para o cerne de suas análises sobre a dominação masculina, a afirmação de que a pornografia é intrinsecamente violenta. Para elas, a chamada revolução sexual era uma falácia que servia estrategicamente aos homens para conseguir obter sexo sem precisar oferecer nada em troca. De acordo com Osborne (2002), o Feminismo Cultural tem suas raízes no Radical (surgindo a partir de meados dos anos 1970) e percebe os homens como sendo dotados de natureza agressiva, predadores sexuais. Para combater o patriarcado, seria necessário lutar contra a pornografia e produzir uma contracultura feminina, já que as mulheres seriam formadas por doçura, solidariedade e uma sexualidade não hierarquizada. Adota uma noção de lesbiandade como algo político, perdendo sua dimensão erótica. No Feminismo Radical, homens eram inimigos por se identificarem com o papel ocupado nas relações de poder; no cultural, por serem homens. O feminismo antipornografia atribui às prostitutas e às atrizes e modelos o lugar de mais exploradas e vitimizadas pela pobreza, pela coação ou pela ausência de consciência (Osborne, 2002).

La construcción sexual de la realidad: Un debate en la sociología, de Osborne (2002), relata que, em 1981, no volume da revista *Heresis, The sex issues*, aparece a primeira manifestação coletiva da dissidência feminista em relação à WAP e outros movimentos antipornografia. Foi então realizado um evento, em colaboração com a Universidade de Columbia, que trazia organizações que apoiavam, rejeitavam ou que produziam pornografia, levando à publicação de *Pleasure and Danger,* organizado por Carole Vance, o que consagrou a cisão (Osborne, 2002).

Em 1983, Catharine Mackinnon, advogada, e Andrea Dworkin, escritora, se aliando a forças ultraconservadoras, fizeram proposta para projeto de lei, nos EUA, no sentido que a pornografia fosse percebida como violação de direitos civis das mulheres, projeto que não foi aprovado. Elas e suas apoiadoras passam a ser consideradas antissexo e suas opositoras como pró-sexo ou anticensura, como era o caso da FACT (Feminist Anti-Censorship Taskforce) (Osborne, 2002).

Feministas Radicais acreditavam que, para enfrentar o patriarcado, as mulheres precisariam parar de servir aos homens, como ocorre na prostituição, e criar papéis femininos que não se restringissem a suas utilidades sexuais. Para profissionais do sexo, a emancipação poderia vir da livre negociação do sexo, sem medo de prisão ou de violência, retirando o poder de homens em determinar suas vidas. As discordâncias fundamentais se davam em relação à fonte primária da opressão feminina (homens ou sexo) e a estratégia para sua liberação (controlar os homens ou liberar as mulheres) (Chateauvert, 2014).

Os conflitos que tiveram suas raízes nesse período e seu ápice nos anos 1980 ficaram conhecidos como Sex Wars, Feminist Sex Wars ou Guerra dos Sexos Feministas. Lisa Duggan (2006), historiadora estadunidense, aponta que as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por batalhas políticas e culturais sobre a questão da sexualidade nos EUA. As disputas focavam temas como a regulação da pornografia, o escopo da proteção legal para gays, financiamento a

artes "obscenas", conteúdo da educação para o sexo seguro, escopo da liberdade reprodutiva das mulheres, dentre outras (Duggan, 2006).

Militantes da National Organization for Women (NOW), fundada em 1966 em Washington DC, lutaram para eliminar a pornografia e a favor da abolição da prostituição como forma de proteger as mulheres. Acreditavam serem essas formas de controle masculino sobre a sexualidade feminina, sendo as prostitutas as mais oprimidas entre as mulheres, devendo ser conscientizadas de sua opressão. Prostitutas se opunham a essa visão, argumentando que a prostituição passava pela liberdade sexual e pelo controle dos próprios corpos e que não eram submissas, pois os homens pagavam por sexo e elas podiam negociar preços, práticas e parceiros. A divisão entre liberais e radicais trazia questões sobre o espaço adequado para expressão sexual e se o sexo deveria ser considerado questão privada ou pública, de autodeterminação (Chateauvert, 2014).

Prostitutas Começam a se Organizar

A Nova Iorque da década de 1970 assistiu à implementação de diversas leis de repressão ao sexo público ou à prostituição que conferiam à polícia poderes de eliminar os abusos, o que acarretou milhares de prisões. Foi instaurada uma Comissão sobre Obscenidade e Pornografia que, no governo do presidente Richard Nixon, produziu um relatório (Chateauvert, 2014) que incluiu a revogação de leis que proibiam a distribuição de materiais sexualmente explícitos para adultos e implementavam um programa massivo de educação sexual (Hunter, 2006).

Os inícios dos movimentos de prostitutas, na segunda metade do século XX, são constantemente associados a momentos emblemáticos, como a fundação da Coyote (Call of Your Old Tired Ethics), em 1973, em São Francisco, EUA, e a manifestação que ocupou uma igreja em Lyon, França, em 1975. Contudo, Chateauvert destaca

que essas análises deixam de fora fatos como a participação de profissionais do sexo em Stonewall, em 1969, em Greenwich Village, Nova Iorque, EUA. Para a autora, relatos históricos negligenciam a forma como as frequentadoras locais ganhavam suas vidas, ao adotar uma visão politicamente correta dos fatos, que apaga a participação de profissionais do sexo, transgêneras e usuárias de drogas (Chateauvert, 2014).

Em 1971, foi realizada a Conference on Prostitution, na Chelsea High School, que marcou um dos primeiros confrontos entre profissionais do sexo e feministas. Em painel nomeado Eliminação da prostituição, feministas afirmavam se identificar com as prostitutas, pois todas elas já haviam trocado sexo por algo diverso do amor. Convocaram a ex-prostituta Fran Christman, voluntária do Fortune Society, que falou contra a atividade. Prostitutas que foram ao evento, sem ser convidadas, eram de classe média, estudantes universitárias, e reagiram rancorosamente à associação entre coerção e trabalho sexual, gerando alvoroço no auditório. Profissionais do sexo diziam que a irmandade, almejada pelas feministas, partiria da busca pela liberdade sexual e não do sexo. Sentiam-se liberadas e viam as feministas como vítimas da heterossexualidade monogâmica (Chateauvert, 2014; Reisig, 1971).

Em 1971, em São Francisco, foi fundada a Whores Housewifes and Others (WHO, em que o "O" representava as lésbicas), sob a liderança da prostituta Margo St. James[3], para confrontar a hipocrisia das leis de controle da sexualidade feminina, principalmente a prostituição, propondo um feminismo que almeja liberdades e direitos, inclusive de se realizar sexo consensual com qualquer pessoa ou motivo (Chateauvert, 2014).

Em 1973, Margo St. James funda, juntamente com Jennifer James, a Coyote, que lutava contra o estigma da puta e também

3 Margo St. James nasceu em 1937, em Washington, e é uma das principais militantes do movimento de prostitutas nos Estados Unidos, onde atua especialmente em São Francisco.

contra o rótulo de desviantes, paralelamente realizando *lobbys* para que o debate fosse tomado como pauta por movimentos feministas. O movimento já trazia uma aliança entre uma profissional do sexo e uma professora de antropologia: a primeira falava em nome do grupo, a segunda se tornando pesquisadora, consultora política, participando do NOW e de *lobbys* pela prostituição. A associação desenvolvia sessões fechadas de troca de experiências, que permitia que profissionais do sexo se identificassem com as demais e significassem suas vivências da "putafobia" (Chateauvert, 2014). Uma reportagem sobre o início do movimento traz Margo St. James afirmando que a prostituição é item essencial da indústria de serviços e que é hora de rever a forma de lidar com a prostituição e de "tirar os policiais de cima de nós", enfatizando a violência policial sofrida (Eugene Register, 1973). Ao longo da década de 1970, a Coyote conseguiu vitórias, tais como a alteração de penas de prisão por prostituição ou a abolição de testes obrigatórios para DST, que, embora pudessem ser limitadas a algumas localidades, ofereciam bases para outros movimentos e encorajavam profissionais do sexo a lutarem por seus direitos (Chateauvert, 2014).

A I National Hookers Convention (Primeira Conferência Nacional de Prostitutas) foi organizada pela Coyote em 1974, na Glide United Church, igreja metodista, com financiamento do San Francisco's Glide Foundation, e a segunda foi em 1976, em Washington DC. A conferência de 1974 tinha como lema "A nossa conferência é diferente: queremos que todas venham!" (a palavra "come", em inglês, é usada tanto para o verbo vir quanto para gozar), fazendo alusão ao fato de que todas eram bem-vindas, mas também que eram a favor do sexo. Na guerra dos sexos, as feministas identificadas com essa visão eram consideradas pró-sexo. O evento contou com a participação de mais de mil pessoas, sendo um quarto delas jornalistas, e incluiu atrações como shows de drag, de comédia e de bandas (Chateauvert, 2014). Entre as convidadas estavam putas militantes, advogadas e cientistas sociais (*Herald Journal,* 1974).

Em 1975, a igreja de Saint-Nizier em Lyon, França, foi ocupada por cerca de 100 prostitutas. As ocupantes protestavam contra medidas de repressão e prisão adotadas no país, no que o jornal *El Tiempo* considera uma postura paradoxal, que misturava proibição e tolerância ("Ocupada", 1975). Segundo Schaffauser (2014), uma das principais causas da mobilização foi uma série de assassinatos cometidos contra prostitutas na cidade. O movimento não conseguiu que o culpado fosse preso, mas diminuiu os crimes. As prostitutas contaram que algumas das que desejaram participar foram agredidas por seus cafetões e o mesmo foi feito pela polícia, agredindo-as para que deixassem a igreja (Schaffauser, 2014). O movimento se espalhou pelo país com a ocupação de outras igrejas.

Emergência da AIDS e de Novas Questões para o Debate

Até meados dos anos 1980, a AIDS não era questão prioritária para alguns movimentos de profissionais do sexo, mesmo com o engajamento de pessoas específicas na luta e, no Primeiro Congresso Mundial de Prostitutas, em Amsterdam, em 1985, o foco eram temas mais estigmatizantes, como a violência (Schaffauser, 2014). A expansão da epidemia da AIDS, a partir de 1983, fez com que prostitutas começassem a repensar formas de agir, pois, se estilo de vida (na época, dos gays) era um fator, elas estariam também em risco. A Coyote foi pioneira em ensinar sexo seguro e sugerir o uso do preservativo, e tanto Alexander quanto Leigh eram ativistas também do movimento de AIDS. Nas décadas de 1980 e 1990, a AIDS ganhou força como foco de debate entre profissionais do sexo nos EUA, seja em formas de proteção ou luta contra estigmatização social ou legal. As parcerias com ativistas da AIDS foram se mostrando mais frutíferas do que com as feministas (Chateauvert, 2014).

O primeiro programa de educação e distribuição de material dirigido a profissionais do sexo foi o California Prostitutes Education Project (CAL-PEP), um projeto desenvolvido pela Coyote para pes-

quisar a prevalência de AIDS entre essa população, considerando importante obter dados concretos e confiáveis. O programa ensinava a pesquisadoras como criar estudos com amostra representativa e a prostitutas como realizar sexo seguro. Priscilla Alexander, professora de inglês formada pela Bennington College, se torna voluntária da Coyote, posteriormente participando do processo de coleta e análise de dados sobre injustiças vivenciadas pelo grupo, tais como o fato de a grande maioria das que eram presas por prostituição serem negras. Juntamente com St. James, ela defendia que a "putafobia" e a "slut-shaming" (humilhar, condenar ou punir mulheres por práticas e comportamentos sexuais considerados desviantes em relação aos tradicionais) causadas pela criminalização tornavam profissionais do sexo mais vulneráveis a violências e menos empoderadas para realizar denúncias (Chateauvert, 2014).

A Luta Contra a Ditadura e o Feminismo em Segundo Plano no Brasil

No Brasil, esse momento era profundamente marcado pelo início do regime militar (1964-1985). No início da década de 1960, o país estava dividido entre um lado conservador, representado por partidos liberais, como a União Democrática Nacional (UDN), unidos sob a bandeira do anticomunismo; e a esquerda, representada por partidos como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e outros clandestinos, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), aliados a movimentos de camponeses, operários, intelectuais e parte da igreja católica. O golpe, em 1964, trouxe longos períodos de cassação de direitos, censura e prisões arbitrárias, que foram acirradas em dezembro de 1968, com a decretação do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), trazendo clandestinidade, exílio, luta armada ou apenas silêncio (Pinto, 2003). Os partidos políticos tiveram registros cassados e foram substituídos por duas agremiações institucionalizadas pelo regime: Arena e MDB. Muitas vezes, os companheiros de luta contra a ditadura

subestimavam a capacidade física e intelectual das mulheres, podendo haver superproteção na luta armada (Teles, 1993). Já se assistia a emergência de movimentos de mulheres, nas classes médias e populares, que não se identificavam com causas feministas, mas visavam a intervir no mundo desde seus lugares como donas de casa, esposas ou mães (Pinto, 2003).

O movimento feminista de segunda onda, que emergiria nesse contexto, seria marcado pela tensão entre a luta contra a ditadura e sua percepção, por movimentos de esquerda, como uma luta menor, frente à necessidade de alargamento do campo político. O início dos anos 1970 foi marcado também pela formação de grupos de reflexão e de troca de experiências entre mulheres, muitas vezes em espaços privados e íntimos. Por vezes, acusados de apolíticos pela esquerda nacional, esses grupos possibilitavam às mulheres falarem, expressarem suas opiniões, se identificarem umas com as outras (Pinto, 2003). Para Matos (2010), esse momento no Brasil e na América Latina abarca os anos 1960/1970 e alinhou resistência à ditadura à luta contra a hegemonia masculina, a violência sexual e pelo direito ao exercício do prazer.

Enquanto a guerra dos sexos tinha seu auge nos EUA, as feministas brasileiras estavam mais voltadas para a luta contra a ditadura e, depois, contra a violência contra as mulheres, a prostituição e a pornografia, temas que se tornaram centrais no debate apenas anos depois (Piscitelli, 2008). Maria Filomena Gregori (1993) informa que, se de 1975 até 1980 os grupos feministas, recém-formados no Brasil, eram marcados pela tensão entre lutas mais gerais da esquerda e lutas específicas das mulheres, a partir daí a violência contra a mulher passa a ser denunciada e incorporada como pauta central. Em Belo Horizonte, a mobilização pelo assassinato de duas mineiras levou à criação, em agosto de 1980, do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher, um dos primeiros com tais características no Brasil (Gregori, 1993).

O ano de 1975 é, para Pinto (2003), o momento inaugural do feminismo brasileiro[4], com a promessa do general Geisel de uma distensão política gradual e controlada, sua definição como Ano Internacional da Mulher, pela ONU, e o início da década da mulher, trazendo o debate de questões feministas para a esfera pública. Nesse período, as feministas se opunham ao regime militar, mas se dividiam entre aquelas que consideravam haver uma unidade entre mulheres e suas formas de opressão e outras que marcavam a importância de se pensar a questão de classe.

Foi realizado o encontro "O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira", no Rio de Janeiro, com a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, na mesma cidade, contando com a participação especialmente de mulheres da classe média intelectualizada. O Centro foi importante lócus de debate feminista no Rio até 1979, com a presença de representantes das diversas tendências: marxista, liberal, radical, tendo como focos a luta de classes, os direitos individuais ou a condição da mulher, respectivamente. As feministas radicais traziam debates sobre a opressão, mas não tinham uma plataforma coletiva clara (Pinto, 2003).

Em 1976, o 8 de março, Dia Internacional da Mulher[5], foi comemorado publicamente pela primeira vez desde 1964. Cerca de 300 pessoas se reuniram no auditório do MASP (Museu de Arte de São Paulo), a convite do jornal *Brasil Mulher* e do Movimento Feminino pela Anistia (Teles, 1993).

4 Sobre as narrativas fundadoras do feminismo no Brasil, Joana Maria Pedro destaca a ausência de uma concordância entre as feministas sobre o marco inicial, sendo a escolha enviesada por questionamentos e relações de poder (Pedro, 2006).

5 A data foi escolhida em homenagem a uma greve de operárias têxteis, em 1857, em Nova Iorque (EUA), em que a polícia ateou fogo à fabrica como forma de opressão às grevistas, levando à morte de 129 mulheres que reivindicavam direitos trabalhistas. Foi a partir do II Congresso de Mulheres Socialistas, em Copenhague (Dinamarca), que a data passou a ser celebrada (Teles, 1993).

A Redemocratização e a Institucionalização dos Movimentos Feministas no Brasil

Esse período que vai do final dos anos 1970 até o final dos 1980 é marcado pela anistia política (Lei da Anistia, de 28 de agosto de 1979) e pela reforma partidária, responsável pelo multipartidarismo que se seguiria, ambos ocorridos em 1979, e pelas eleições de 1982 que só não incluíram a disputa pela presidência. A anistia permitiu o retorno de militantes do exílio e também marcou uma época de maior liberalização e menor repressão. Outro fator importante foi esse exílio de homens e mulheres, muitas das quais identificadas com a esquerda, que se depararam com contextos de agitação cultural e social diversos do que estavam vivenciando no Brasil (Pinto, 2003).

O movimento feminista, antes concentrado no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), se dividiu, não em virtude de hierarquização de bandeiras de luta, mas entre partidos políticos: a princípio, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), além dos clandestinos PCdoB (Partido Comunista do Brasil), PCB (Partido Comunista Brasileiro) e MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro). Embora boa parte das feministas brasileiras se identificasse com posturas da esquerda, já no início da década de 1970 podemos observar articulações com a direita, por mais que a pauta feminista seja progressista em sua natureza, ao questionar a sociedade tradicional. As feministas se dividiam entre as que almejavam a institucionalização do movimento (PMDB) e as autonomistas, que evitavam a aproximação com o estado, frequentemente identificadas com o PT (Pinto, 2003).

O feminismo nesse período se viu marcado por conquista de espaços no plano institucional (Conselhos da Condição da Mulher e Delegacias da Mulher), presença de mulheres em cargos eletivos, formas alternativas de participação política. O Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), criado em 1985, era reflexo das lutas feministas organizadas no Movimento de Mulheres pelas Di-

retas Já, em 1983, e tinha status de Ministério. José Sarney, após a morte do presidente eleito indiretamente, Tancredo Neves, assumiu o compromisso firmado com mulheres do PMDB durante o processo eleitoral e criou o órgão. O CNDM foi importante articulador da consideração de direitos de mulheres no processo constituinte, com o slogan "Constituinte para valer tem que ter direitos da mulher!" e a elaboração da Carta das Mulheres, que enfocava temas como o direito ao aborto e a eliminação da violência contra as mulheres (Pinto, 2003).

Em março de 1979, ocorreu o I Congresso da Mulher Paulista, organizado por diversas entidades feministas e contando com cerca de 900 participantes que se reuniram no Teatro Ruth Escobar, obtendo grande repercussão midiática. As mulheres falavam de si e de seus problemas e, pela primeira vez, o tema do direito ao prazer sexual veio a público. No II Congresso, em 1980, participaram quatro mil mulheres (Teles, 1993).

A Assembleia Nacional Constituinte foi marcada por mobilização da sociedade civil para a elaboração de emendas populares: quatro delas tratavam dos direitos das mulheres, três promovidas por associações de mulheres e grupos feministas. O feminismo brasileiro se mostrava articulado em torno do chamado *Lobby do Batom* e capaz de pressão organizada para garantir suas bandeiras e intervir no campo político (Pinto, 2003).

Segundo Grossi (1998), nos anos 1980, no Brasil, cresceu o número de pesquisas sobre as mulheres brasileiras, marcadas pela percepção de que não era possível pensar em uma condição única feminina, pois esta era permeada por aspectos de classe, região e outros, mas mantendo uma visão calcada na questão biológica (Grossi, 1998). O conceito de gênero chegaria anos depois, a partir de influências estadunidenses, que permitiam, por exemplo, pensar as construções sociais que se produzem sobre a percepção das diferenças biológicas de sexo, como propunha Joan Scott (1995), que se tornaria leitura obrigatória às feministas brasileiras.

Durante esse período se tornou mais forte a luta feminista pelo fim da violência contra a mulher, questão que ganhou a mídia com o assassinato de Ângela Diniz por seu ex-marido, Doca Street, que alegou legítima defesa da honra, tendo sido posteriormente condenado. Surgiram inúmeras organizações, sendo a primeira delas o SOS Mulher, em 1981, no Rio de Janeiro, crescendo um feminismo profissionalizado dentro das Organizações Não Governamentais, prestando serviços. A primeira Delegacia Policial de Defesa da Mulher (DPDM) foi criada em 1985. Outra questão que se destacava no período era a saúde da mulher, com temas como planejamento familiar e aborto (Pinto, 2003). No ano de 1986, em agosto, ocorreu em Brasília o Encontro Nacional da Mulher pela Constituinte, promovido pelo CNDM, contando com 1.500 participantes, em que foram levantadas reivindicações que seriam apresentadas pelas constituintes (Teles, 1993).

As Prostitutas Brasileiras Começam a se Organizar

A parte do segundo volume do relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) que trata sobre as violências do estado ditatorial contra segmentos LGBT durante a ditadura (1964-1985) toma como exemplar o padrão de policiamento adotado em São Paulo, entre 1976 e 1982. Cabe enfatizar a importância dos relatórios produzidos pela Comissão da Verdade e que estão possibilitando reescrever fatos históricos que haviam sido apagados ou distorcidos. Nesse processo, fica evidente que alguns grupos, que antes eram tornados invisíveis no debate, também foram fortemente afetados pelo período da ditadura militar, como é o caso das prostitutas.

Em São Paulo, um dos fatos que marcou o período foram as rondas de policiamento ostensivo, sob o comando do delegado José Wilson Richetti que perseguia grupos vulneráveis e estigmatizados. A repressão se intensificou a partir de junho de 1980, durante o governo estadual de Paulo Maluf, com a visita do Papa João Paulo II à cidade e a execução da política "Limpeza", apelidada de "Rondão",

para "limpar" o centro da presença de prostitutas, travestis e homossexuais. Sob a acusação de contravenção penal de vadiagem, cerca de 300 a 500 pessoas eram levadas por dia à delegacia, podendo ser decretada prisão cautelar. O relatório indica que, em 6 de junho de 1980, a capa da *Folha de São Paulo* noticiava a organização de uma manifestação de prostitutas e travestis, a ser realizada na Praça Júlio de Mesquita, em resposta aos rondões; depois, outro ato público, no dia 13, com a participação de pessoas de diversos movimentos sociais (Comissão Nacional da Verdade, 2014). Durante essa manifestação, algumas feministas puxaram o refrão "Somos todas putas", que foi repetido por todas as presentes. A manifestação passou em frente a áreas de prostituição, mas as trabalhadoras, que já haviam sofrido represálias, apenas acenaram das janelas (Trevisan, 1980b).

Foi nesse contexto (embora um pouco antes do evento citado no relatório) que ocorreu a primeira manifestação de prostitutas no Brasil. O evento se deu em 1º de dezembro de 1979 e participaram dele cerca de cem prostitutas da Boca do Lixo, que percorreram o centro de São Paulo, terminando seu trajeto na Seccional da Polícia. Reivindicavam melhores condições de trabalho, o fim das extorsões e dos maus tratos. Foi realizada depois uma reunião no Teatro Ruth Escobar, incluindo a presença de "feministas, viados, lésbicas, deputados, estudantes", para pensar juntas como colaborar com as prostitutas (Trevisan, 1980a).

Gabriela Leite conta que esse foi um marco tanto para o movimento de prostitutas quanto para a sua militância política. De acordo com ela, a organização partiu das travestis que tiveram a adesão das prostitutas, somando milhares de pessoas[6]. Conta que as prostitutas não podiam nem mesmo permanecer nas ruas após o trabalho, podendo ser conduzidas à delegacia, onde elas eram duramente agredidas, o que levou à morte de duas travestis e uma mulher,

6 Podemos observar uma contradição entre o número de pessoas relatado por Gabriela e pelo *Lampião da Esquina*, o que pode ser devido ao fato de se confundirem as manifestações de 1979 e 1980.

que estava grávida, o estopim para o evento. A assembleia, no teatro Ruth Escobar, lotou o auditório, além de ter tido grande presença da mídia. O delegado acabou por ser afastado (Leite, 1992). A manifestação foi reprimida pela polícia que mandou fechar vários prédios (Leite, 2009).

Em junho de 1980, durante o Encontro Feminista de Valinhos, realizado no Estado de São Paulo para debater sobre autonomia e prioridades do movimento feminista (violência doméstica, controle da natalidade), uma militante do grupo Associação de Mulheres informou sobre o Núcleo de Defesa das Prostitutas e Travestis. O grupo, que incluía militantes de grupos homossexuais (Somos, Eros, Libertos), do Movimento Negro Unificado, Convergência Socialista, do grupo de mulheres do jornal *O Trabalho*, do departamento feminino da USP, da Comissão de Justiça e Paz e da Ordem dos Advogados era uma reação à Operação Pente Fino. A mulher conclamava as demais para a luta feminista em defesa das prostitutas e das travestis, ressaltando a dificuldade de mobilizá-las (Gregori, 1993). Durante o evento, os temas prioritários eleitos foram as lutas contra a violência doméstica e contra o controle da natalidade (pelo direito de decidir o número de filhas). A partir do encontro, foram criados o SOS-Mulher em São Paulo (depois em Rio de Janeiro e Pernambuco) e o Centro de Defesa da Mulher, em Minas (Teles, 1993).

Poucos dias antes do encontro, foi feita uma manifestação pública, no Teatro Municipal de São Paulo, que incluía a pauta da violência policial, mas também o desemprego, questões de raça e de direito de ir e vir. Junto a essa manifestação, houve uma passeata "pouco comportada", segundo Gregori (1993), o primeiro ato de denúncia na cidade com conotação de festa. Nesse evento havia demandas de ordens diversas, expressas em palavras de ordem como "somos todas putas", "abaixo o subemprego", "os gays unidos jamais serão vencidos", "abaixo a repressão, mais amor e mais tesão". O Encontro de Valinhos levou a uma retomada do caráter sério do movimento, deixando de lado essa união entre prazer e luta.

As Pastorais Iniciam seus Trabalhos Com as "Mulheres em Situação de Prostituição"

A história de atuação das Pastorais das Mulheres Marginalizadas (PMM) no Brasil tem início em 1963, com a vinda de três voluntárias francesas da organização Ninho da França (que realiza trabalho com prostitutas), Edit Benoist, Tânia Micherda e Geneviève Noél, conforme nos informa o site da instituição. Vieram a pedido de Dom Antônio Batista Fragoso, bispo do Maranhão, e implantaram ações também no Ceará e no Piauí, depois se expandindo para outras localidades. Em 1974, a Igreja Católica assumiu o trabalho com "as mulheres em situação de prostituição" e foi realizado o I Encontro Nacional da Pastoral da Mulher Só e Desamparada (viria a se chamar da Mulher Marginalizada, em 1980, no IV Encontro). Os encontros nacionais visavam a definir objetivos do trabalho, linhas de ação, buscando lutar contra a manutenção da prostituição através de alternativas de vida. Em 1987, a PMM passa a ser considerada pastoral social, sendo integrada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (Pastorais das Mulheres Marginalizadas [PMM], n.d.). As pastorais sociais almejam a transformação social, realizando ações de conscientização, organização e mobilização, pensadas a partir da análise da realidade social que causa a marginalização (CNBB, n.d.).

A PMM tem como missão "Ser presença solidária, profética e evangélica junto à mulher em situação de prostituição, construindo relações humanas e humanizadoras". Dentre seus objetivos específicos estão: fortalecer a autoestima e descoberta de talentos; suscitar novas relações de gênero; conscientizar e sensibilizar para a busca de direitos e exercício da cidadania; incentivar o protagonismo, apoiando tomadas de decisão e organização; oferecer condições de geração e gerenciamento de renda para as que vislumbram abandonar a prostituição. Atua segundo os critérios do método "Ver, julgar, agir e celebrar" e também os preceitos da pedagogia popular de Paulo Freire, de empoderamento social e histórico

(PMM, n.d.). Através de sua missão profética e evangélica, atua para que as mulheres prostituídas possam ser agentes de sua libertação, contribuindo para sua inserção em movimentos populares e sociais (CNBB, n.d.).

De acordo com Skackauskas (2014), na tese Prostituição, gênero e direitos: Noções e tensões nas relações entre prostitutas e Pastoral da Mulher Marginalizada, a PMM é organização cristã e abolicionista, profundamente influenciada por movimentos de esquerda a favor da justiça e contrários à desigualdade social. Sofre influência de ideias feministas para construir uma lógica de resgate e vitimização das prostitutas e, à medida que as prostitutas vão se constituindo como sujeitas políticas, a pastoral vai se aproximando mais de retóricas abolicionistas mais radicais (Skackauskas, 2014).

A partir de 1986, a palavra "prostituta" vai desaparecendo do discurso da pastoral, ganhando destaque termos como "vítima da prostituição", "mulher marginalizada", "mulher" ou "mulher da zona" (Skackauskas, 2014). Podemos observar, pela leitura de materiais produzidos pela PMM, CNBB e outros, que as instituições utilizam termos como "mulher em situação de prostituição", "marginalizada" ou "prostituída"[7] para se referir à profissional do sexo.

O blog mantido pela PMM apresenta os principais pontos discutidos e abordados por ela a cada década, a partir dos anos 1970. Nessa primeira década, destaca pontos como a realização de três encontros nacionais, a solicitação à CNBB da inclusão de disciplina sobre trabalho com mulheres prostitutas no currículo de seminaristas, o estudo das legislações, a realização de abordagem de rua, o incentivo à denúncia do descumprimento de oito convênios existentes entre o Brasil e outros países, contra o tráfico de mulheres e o incentivo à prostituição (PMM, n.d.).

7 O termo mulheres prostituídas é defendido por abolicionistas, como Sheila Jeffreys (2008), por explicitar o lugar do perpetrador e da vítima, numa relação de violência em que não haveria possibilidade de escolha por parte da última.

Militância Católica de Esquerda e Puta?

Embora em outras partes do mundo as prostitutas estivessem já entrando com força no debate sobre a AIDS, esse passo demoraria um pouco mais para ser dado no Brasil. Por aqui, reinavam as ações vinculadas a PMM, Teologia da Libertação e outras religiões, frequentemente associadas a movimentos políticos de esquerda. A história de Gabriela Leite, bem como de Lourdes Barreto e de outras militantes do movimento, inicia-se nesse contexto religioso e é a partir dele que são realizados o primeiro encontro de prostitutas e também as primeiras edições do jornal *Beijo da Rua*.

Como a própria Gabriela conta, ela passou um tempo adepta da teologia da libertação, acreditando na sociedade ideal, em que não haveria exploração, opressão ou prostitutas, além de se integrar à vertente católica do PT, história que começou na Vila Mimosa, no Rio de Janeiro. No seu tempo livre, na Vila Mimosa, ensinava crianças a ler e escrever e brincava com elas; foi convidada por Nilton Guedes a realizar a atividade dentro do Banco da Providência, ligado à arquidiocese do Rio de Janeiro, que atuava com a recuperação de prostitutas. Acabou sendo expulsa da entidade, por "se comportar como uma prostituta", durante encontro de mulheres, na Tanzânia, em que saiu para beber e voltou tarde da noite para casa (Leite, 1992). Chegou a ser acusada de fazer apologia à prostituição e ser ameaçada com cadeia (Leite, 2009).

A primeira fala pública de Gabriela se deu no I Encontro de Mulheres da Favela e da Periferia, no Centro de Convivência do Metro, em julho de 1983, organizado por Benedita da Silva (PT), primeira vereadora negra a se eleger no Brasil (Leite, 1992). Com ela foram mais duas prostitutas e as três levaram uma faixa com os dizeres "Prostituta também é mulher" (Leite, 2009). Esse seria o início, ainda que embrionário, das relações que desenvolveria com o partido.

Após a manifestação de 1979 e a fala pública em 1983, Gabriela, já morando no Rio de Janeiro e trabalhando na Vila Mimosa, foi

ficando famosa por suas entrevistas e foi convidada pelo teólogo Leonardo Boff, da Teologia da Libertação, que havia sido apresentado a ela pela feminista Rose Marie Muraro, para um jantar, junto com outras prostitutas. Boff era assessor do encontro que seria promovido pela Pastoral em Salvador, a ocorrer em 1984, para o qual a convidou. Logo nesse encontro, chamou sua atenção que as prostitutas eram chamadas de "meninas", enquanto ela se apresentou, na mesa em que falou juntamente com Boff e mais três prostitutas, como "prostituta", causando tensões (Leite, 1992). Ao questionar Boff sobre o motivo de tal termo, ele explicou que a pastoral considerava muito forte "prostituta", optando por uma denominação mais carinhosa (Leite, 2009). Gabriela Leite afirma que esse encontro representou uma mudança de perspectiva e atuação por parte da pastoral, que deixou de ver a prostituição como pecado individual e passou a percebê-la como fruto da estrutura política e econômica do país, sendo necessário um trabalho de conscientização (Leite, 1987).

Foi num encontro da Pastoral que Gabriela conheceu Lourdes Barreto, outra das veteranas militantes do movimento de prostitutas, do Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (GEMPAC), de Belém do Pará. Durante um encontro em Caxias, reuniram-se com outras prostitutas em um quarto, insatisfeitas com o evento, e decidiram que precisavam criar um evento só delas, para falarem livremente, beberem, fumarem, se aproximarem de outras prostitutas (Leite, 1992).

Em 1986, Gabriela foi procurada por Fernando Gabeira, que queria se candidatar a governador pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e que pedia seu auxilio para convocar uma reunião de discussão de suas ideias. Ela se envolveu ativamente na campanha e suas falas públicas sobre a prostituição começaram a incomodar a liderança católica do partido (Leite, 1992). Era considerada reacionária, pois discordava da ideia de que as prostitutas deveriam ser conscientizadas da opressão e violência a que seriam submetidas.

Com o sonho do encontro nacional na cabeça, Gabriela recebeu convite de Rubem Cesar Fernandes para sistematizar seu trabalho e participar de um projeto dentro do ISER (Instituto de Estudos sobre Religião), do qual era coordenador. Tornou-se amiga de Edda Mastrangelo e, por intermédio de seu marido, o pastor presbiteriano Zwinglio Mota Dias, hoje professor aposentado da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), conseguiu um financiamento de U$ 7.000 do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), de Genebra, para a realização do evento (Leite, 2009). Começou a viajar pelo Brasil e a conhecer outras áreas de prostituição, levando consigo militantes do PT (Leite, 1992).

O Primeiro Encontro Nacional das Prostitutas ocorreu em 1987, na Fundação Calouste Gulbenkian, no Rio de Janeiro, com o encerramento no Circo Voador e tendo grande repercussão na mídia. Foi o primeiro encontro de prostitutas realizado na América Latina (Leite, 1992). O evento contou com Edda como produtora e Flávio Lenz, então editor da publicação do Iser, como assessor de imprensa. Compareceram mais de duas mil pessoas, além de imprensa de todo o mundo e, apesar da diversidade de temas propostos, todos os caminhos levavam ao tema da violência policial (Leite, 2009).

Em um texto de Gabriela Leite sobre a preparação para o primeiro encontro, localizado nos arquivos da Davida, ela destaca que a ideia surgiu dentro dos encontros da Pastoral da Mulher Marginalizada, em que havia pouco espaço de fala para as prostitutas, que viam a necessidade de articulação alternativa. Conta que no Encontro Regional Leste-Sul, de 1986, em Caxias do Sul (RS), solicitaram que fosse feita reunião apenas com prostitutas, que decidiram pela realização de um encontro nacional em que agentes externas poderiam apenas ser observadoras. O objetivo principal articulado seria a organização das prostitutas em movimento nacional de luta pela cidadania e melhoria de condições de vida (Leite, 1987). Um trecho escrito nesse documento revela como a visão da militante era diferente naquele momento, no que tange à prostituição, que

não deveria existir (se aproximando a ideias abolicionistas), mas já demarcava sua posição de que são sujeitas políticas: "Entendemos também que nós, prostitutas, não acreditamos na prostituição, mas que somos sujeitas de nossa própria história e que precisamos estar unidas em um movimento para lutar contra a prostituição e consequente exploração, mostrando assim o reverso da medalha" (Leite, 1987, p. 4).

Conforme nos relata Moraes (1996), esse primeiro encontro foi promovido pelo programa Prostituição e direitos civis, coordenado por Gabriela Leite e que funcionava no Iser. Uniu mulheres prostitutas que também tinham passagem por outras organizações populares, costumeiramente vinculadas à Igreja Católica e à Pastoral da Mulher Marginalizada. Tinha como objetivo facilitar a articulação de uma rede de contatos e intercâmbios entre as prostitutas do país, com ações conjuntas e busca por direitos, embora os debates tenham focado mais ao redor dos conflitos e tensões produzidos pela condição de ser prostituta. Foi organizado na forma de grandes plenários e pequenos grupos, mas os momentos de discussão ganharam força mesmo nas conversas mais informais, em diferentes espaços. A autora destaca que as reportagens sobre o encontro traziam a prostituição não como questão de polícia, mas social e política, o que representava uma importante mudança de foco (Moraes, 1996).

Em uma entrevista, cedida à época, Gabriela destacava que, para considerar o encontro vitorioso, era essencial que as prostitutas sentissem que haviam estado num espaço apenas delas, "coisa que nunca sentiram", além de destacar que a visão da recuperação deveria ser substituída pela da profissionalização (Magalhães, 1987). Em outra, ressalta que a meta principal era a criação de sindicato ou associação e que era fundamental que as pessoas não fossem divididas pela parte do corpo que usam no trabalho, sendo consideradas honestas e laboriosas as que usam a de cima da cintura e sem-vergonha e imorais as que usam a parte de baixo (Reis, 1987). Pode-se observar o tom laboral que adquiriu sua fala nesses momentos,

mesmo que por vezes mesclado por conteúdo mais abolicionista ou regulamentário.

A primeira associação de prostitutas foi fundada em 1988, a partir do ocorrido em 1987, quando o Pastor Fanini, batista vinculado à Igreja Eletrônica Norte-Americana, comprou a TV Rio e a instalou em local ao lado da Vila Mimosa. Tentou expulsar, à força, prostitutas e demais moradoras do local. Elas decidiram que a criação de uma associação seria uma forma de resistir ao processo e criaram a Associação de Moradores e Amigos da Rua Miguel de Frias, formada quase exclusivamente por prostitutas, tendo Eunice como presidente. Conseguiram audiência com o prefeito Saturnino Braga e o consequente comodato para todas as casas do Mangue (Leite, 1992). Durante celebração ecumênica, organizada pela Associação, o pastor se comprometeu, frente a toda a imprensa presente, a não mais incomodar as prostitutas. O advogado do Iser, Modesto da Silveira, auxiliou na escrita e registro do estatuto e Gabriela permaneceu por oito meses na Associação (Leite, 2009). Posteriormente, a Associação se separaria da Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) e passaria a ser chamada de AMOCAVIM (Associação dos Moradores e Amigos do Condomínio da Vila Mimosa). No mesmo ano foi lançado o *Beijo da Rua*, durante o I Encontro de Prostitutas do Nordeste, realizado em Recife. O jornal, que posteriormente passaria a ser publicado pela ONG Davida, se tornaria uma das principais formas de transmissão de informações sobre prostituição e a RBP no Brasil.

O Segundo Encontro de Prostitutas ocorreu no Rio de Janeiro, em 1989 (Rede Brasileira de Prostitutas [RBP], 2014), ano em que também se consolidaram os Encontros Nacionais de ONG/AIDS e começou a ser implementado o Projeto Previna. Foram debatidos novos temas, tais como as fantasias sexuais e a opção pelo termo que escolheriam para designar a atividade e as pessoas que a executam. Por sugestão de Gabeira, optaram por passar a usar o termo "profissionais do sexo", mais politicamente correto (Leite, 2009).

Considerações Finais

O período histórico que escolhi analisar neste capítulo abarca, na história do Brasil, o período da ditadura militar (1964-1985) e os quatro primeiros anos da redemocratização. No contexto internacional, esse período abrangeu a consolidação de diversos movimentos feministas, dentre eles os de prostitutas, em momento conflituoso, marcado pelas chamadas Guerras do Sexo e, ao final, pela luta contra a AIDS. A Segunda Onda feminista unia mulheres em torno de questões vistas como comuns a todas elas (o que seria questionado na onda seguinte) e a Guerra dos Sexos Feministas as diferenciava no que toca às percepções sobre o sexo e a sexualidade. A AIDS, inicialmente, não foi percebida como doença que afetava as mulheres, mas sim como um "câncer gay", não se tornando pauta feminista. Essa visão foi alterada para incluir outros chamados "grupos de risco" (hoje não se usa mais esse conceito, pensando-se em termos de vulnerabilidades), como era o caso das prostitutas.

Se nesse primeiro momento observamos feministas aliadas ao movimento de prostitutas, a dificuldade de algumas feministas em aceitar e legitimar a luta das prostitutas e suas reivindicações, aliada à sua colocação como grupo de risco e, como tal, foco de intervenção, acarretariam, no final da década de 1980, que o movimento de prostitutas fosse tomando a AIDS como pauta de ação e de financiamento para intervenções. Apesar do distanciamento, o movimento de prostitutas reivindica o reconhecimento como movimento feminista e a inclusão de suas pautas nos debates sobre direitos das mulheres.

Referências

Adelman, M., Grossi, M. P., & Guivant, J. (2010). A teoria feminista e as perspectivas de gênero na teoria social contemporânea: contribuições e debates. In M. P. Grossi, M. C. S. Lago, & A. H. Nuernberg (Orgs.), *Estudos in(ter) disciplinados*: *gênero, feminismo, sexualidade* (pp. 21-40). Florianópolis: Mulheres.

Bock, A. M. B., Ferreira, M. R., Gonçalves, M. G. M., & Furtado, O. (2007). Sílvia Lane e o projeto do "Compromisso social da Psicologia". *Psicologia & Sociedade*, (n. spe. 2), 46–56.

Caldas-Coulthard, C. R. (2007). Caro colega: exclusão lingüística e invisibilidade. *Discurso & Sociedad*, *1*(2), 230-246.

Caldas-Coulthard, C. R. (2000). Linguagem e estudos de gênero. In M. B. M. Fortkamp & L. M. B. Tomitch (Orgs.), *Aspectos da linguística aplicada* (pp. 278-287). Florianópolis: Insular.

Cardozo, F. (2009). *Das dimensões da coragem: socialidades, conflitos e moralidades entre travestis em uma cidade no sul do Brasil.* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, recuperado de https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/93329/272876.pdf?sequence=1

Chateauvert, M. (2014). *Sex workers unite: A history of the movement from Stonewall to Slutwalk*. Boston: Beacon Press.

Comissão Nacional da Verdade. (2014). *Eixos temáticos* Volume II. Brasília, DF, recuperado de http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil [CNBB]. (n.d.) O que é Pastoral Social? *Cartilhas de Pastoral Social*, 2. Brasília, DF: Autor.

Coulthard, M. (1991). *Linguagem e sexo*. São Paulo: Ática.

Duggan, L. (2006). Introduction. In L. Duggan & N. D. Hunter (Orgs.), *Sex wars: sexual dissent and political culture* (pp. 1-14). New York, London: Routledge.

Eugene Register. (maio, 30, 1973). "Hooker unite"newest battle cry in rights movement. *Eugene Register-Guard*.

Fraser, N. (2009). O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações*, *14*(2), 11-32.

Gagnon, J. H. (2006). *Uma interpretação do desejo*: *ensaios sobre o estudo da sexualidade* (1ª. edição). Rio de Janeiro: Garamond.

Gregori, M. F. (1993). *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra; ANPOCS.

Grossi, M. P. (1998). Identidade de gênero e sexualidade. *Antropologia em primeira mão*, *24,* 1-18, recuperado de http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/identidade_genero_revisado.pdf

Herald Journal. (junho, 14, 1974). Prostitutes hold first convention. *Herald Journal*, Winsted.

Hunter, N. D. (2006). Contextualizing the sexuality debates: A Chronology 1966-2005. In L. Duggan & N. D. Hunter (Orgs.), *Sex wars: sexual dissent and political culture* (pp. 15-28). New York, London: Routledge.

Jeffreys, S. (2008). *The idea of prostitution* (2ª. edição) North Melbourne: Spinifex Press.

Leite, G. (1987). *Encontro Nacional de Prostitutas*. Rio de janeiro: Mimeografado.

Leite, G. (1992). *Eu, mulher da vida*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Leite, G. (2009). *Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu se prostituir.* Rio de janeiro: Objetiva.

Magalhães, L. (1987). Entrevista com Gabriela Leite. *Tribuna da imprensa*, Rio de janeiro.

Martínez, A. M. (2003). Psicologia e compromisso social: desafios para a formação do psicólogo. In A. M. B. Bock (Orgs.), *Psicologia e o compromisso social* (pp. 143-160). São Paulo: Cortez.

Matos, M. (2010). Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? *Revista de Sociologia e Política*, *18*(36), 67-92.

Moraes, A. (1996). *Mulheres da Vila: prostituição, identidade social e movimento associativo*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Mouffe, C. (1988). Hegemony and new political subjects: toward a new concept of democracy. In L. Grossberg & N. Cary (Orgs.), *Marxism and the interpretation of culture* (pp. 89-104). Reino Unido: Board of trustes.

Mouffe, C. (1996). *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva.

"Ocupada" iglesia por prostitutas en Francia. (junho, 4, 1975). *El tiempo*, Colombia.

Organização das Nações Unidas [ONU]. (2006). Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher – CEDAW. In H. Frossard (Org.), *Instrumentos internacionais de direitos das mulheres* (pp. 13-32). Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Osborne, R. (2002). *La construcción sexual de la realidad: un debate en la sociología contemporánea de la mujer* (2ª. edição). Madrid: Ediciones Cátedra.

Pedro, J. M. (2006). Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História, 26*(52), 249-272, recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

Pinto, C. R. J. (2003). *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Piscitelli, A. (2008). Entre as "máfias" e a "ajuda": a construção do conhecimento sobre tráfico de pessoas. *Cadernos Pagu*, 31, 29-63.

Pastoral da Mulher Marginalizada [PMM]. *Histórico,* recuperado de https://pmmnac.wordpress.com/historico-2/

Rede Brasileira de Prostitutas [RBP], [Site Institucional], 2014, recuperado de http://www.redeprostitutas.org.br/

Reis, A. S. (julho, 1987). Resgate da cidadania vai reunir prostitutas em casa de orações. *Jornal do Brasil*, Rio de janeiro.

Reisig, R. (1971). Sisterhood & prostitution. *Village Voice*, 73-74.

Schaffauser, T. (2014). *Les luttes des putes*. Paris: La Fabrique Éditions.

Scholz, S. J. (2012). *Feminism: A beginners guides*. Oxford: Oneword Book.

Scott, J. W. (1995.). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, *20*(2), 71-99.

Skackauskas, A. (2014) *Prostituição, gênero e direitos: Noções e tensões nas relações entre prostitutas e Pastoral da Mulher Marginalizada*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Teles, M. A. A. (1993). *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

Trevisan, J. S. (fevereiro, 1980a). A vida é fácil? *Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro.

Trevisan, J. S. (julho, 1980b). São Paulo: A guerra santa do Dr. Richetti. *Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro.

Parte IV

Psicologia Social, direitos humanos e direitos sexuais

Relações de gênero e sexualidades:

desafios e tensões no campo dos direitos sexuais

Juliana Perucchi

Este texto foi elaborado no sentido de tentar problematizar, a partir de lentes teóricas dos estudos feministas, das teorias *queer* e de suas possíveis intersecções com a psicologia social, algumas das pautas atuais apresentadas na arena política brasileira recentemente e que têm desencadeado debates acerca de como, no que se refere aos direitos sexuais, a laicidade do Estado brasileiro e sua perspectiva de democracia ampliada correm atualmente alguns riscos. Projetos como o da "cura gay" e da "bolsa estupro", bem como o "engavetamento" do *kit* anti-homofobia que, apesar de ter sido produzido e financiado com recursos públicos, nunca chegou às escolas, são exemplos de como as questões relacionadas às sexualidades e aos direitos humanos referentes às sexualidades encontram-se, no âmbito das instâncias governamentais brasileiras, pautadas e enunciadas por discursos fundamentalistas religiosos e pela perspectiva da subcida-

dania das mulheres e de homens e mulheres não heterossexuais e não cis. Vale destacar que o termo *cis* é entendido aqui como aquele referente aos processos identitários nos quais uma pessoa que nasce com vagina e se reconhece como mulher designa uma mulher cis, ou no qual uma pessoa que nasce com pênis e se reconhece e se identifica como gênero masculino designa um homem cis. Pessoas não cissexuais estão mais vulneráveis à violação de diretos sexuais em esferas como as das políticas públicas em saúde no Brasil (Amorim, Vieira, & Brancaleoni, 2013; Arán, Murta, & Lionço, 2009; Perucchi, Rodrigues, Brandão, Berto, & Silva, 2014).

Portanto, no intuito de problematizar como tais propostas que explicitamente violam direitos sexuais chegam à enunciação na arena pública da gestão governamental e quais os efeitos da funcionalidade desses discursos fundamentalistas, começa-se esta reflexão por contextualizar algumas das posições ocupadas pelo Brasil nesse campo de debate. Na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada em 1994, no Cairo, ficou evidente a tentativa de superação da perspectiva de saúde reprodutiva com ênfase no controle da natalidade, o que representou efetivamente um avanço nesse campo de discussões. Como analisa Toneli (2008), ao problematizar o tema dos direitos sexuais como direitos humanos, houve também, na conferência realizada ainda no início da década de noventa, uma preocupação em se reconhecer a sexualidade como uma esfera positiva da atuação humana, incluindo, portanto, diferentes dimensões da sexualidade com marcadores sociais importantes a serem considerados no planejamento das políticas públicas nacionais, dentre os quais estão: o corpo, as identidades e papéis de gênero, a orientação do desejo sexual, o prazer, a intimidade e, também, a reprodução. Nesse sentido, é importante destacar a lembrança feita por essa e por outras pesquisadoras brasileiras, acerca de que a definição adotada pela Organização Mundial de Saúde contempla a perspectiva de que os direitos sexuais estão no âmbito dos direitos humanos que já são reconhecidos pelas leis e documentos internacionais consensuais.

Vale destacar que no que se considera ser pauta dos direitos sexuais encontra-se o direito à liberdade sexual, entendida como a "liberdade de todas as formas de amar sem discriminação, independentemente do sexo, gênero, orientação sexual, idade, raça, classe social, religião, deficiências mentais ou físicas". Nesse sentido, essa declaração da World Association for Sexology, de 2008, afirma o entendimento de que os direitos sexuais são direitos humanos universais baseados na perspectiva de integridade corporal, autonomia pessoal, igualdade e diversidade entre os seres humanos e que devem ser reconhecidos, promovidos, respeitados e defendidos por todas sociedades de todas as maneiras. Não é novidade alguma que no Brasil os direitos sexuais não sejam assegurados como propostos pelas declarações internacionais. A explícita e legitimada interferência de proposições fundamentalistas religiosas no cenário político brasileiro, à revelia do princípio de laicidade do Estado, é evidente e preocupante. Os discursos religiosos fundamentalistas têm atravessado e não raramente orientado os debates em torno de questões em pauta recentemente na sociedade brasileira, como a da descriminalização do aborto e a das pesquisas com células-tronco, conforme presenciamos na história recente do país.

A postura do Brasil tem sido propositiva em alguns momentos dessa história, como quando em 2003 a diplomacia brasileira apresentou a proposta de Resolução intitulada "Direitos Humanos e Orientação Sexual" na 59ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos na ONU. Ainda segundo a análise feita por Toneli (2008): "a proposta de Resolução apresentada pelo Brasil foi vista com entusiasmo pelos movimentos sociais brasileiros que trabalham com direitos sexuais e direitos humanos". No entanto, na ocasião da reunião da ONU em 2003, muçulmanos e católicos uniram-se, impedindo que a resolução fosse aprovada. O Governo brasileiro, em função de acordos econômicos com os países árabes, sequer apresentou a proposta. Mas, ainda assim, a Resolução teve uma importância enorme no que se refere à visibilidade internacional para questões nacionais

relacionadas aos direitos sexuais, pois "abriu a porta do armário" brasileiro onde estavam reclusas à clandestinidade as experiências de lésbicas, gays, transgêneros e intersexo, desvelando as situações de constrangimento e discriminação vividas por tais pessoas em função da sua orientação sexual.

Pensando acerca de como esses debates em torno dos direitos sexuais têm reverberado no cenário brasileiro, vale problematizar algo que Corrêa e Petchesky (1996) chamaram a atenção, já há vinte anos, acerca de como algumas políticas governamentais ou propostas legislativas – ainda que se proponham a ampliar o debate e desdobrar a reflexão acerca dos direitos sexuais separando-os dos direitos reprodutivos e, portanto, descolando a sexualidade da reprodução – podem, entretanto, essas mesmas bem intencionadas políticas e projetos de lei, usando a linguagem dos direitos reprodutivos, atenderem a interesses que pouco ou nada se preocupam com a saúde sexual das mulheres e das pessoas LGBT ou com sua autonomia como cidadãs e cidadãos e com seu autocontrole de seus corpos e desejos.

As instâncias de poder se processam à revelia das boas intenções governamentais no campo político dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos. Pode-se constatar isso na própria formulação da escrita da cartilha de saúde sexual e saúde reprodutiva, publicada pelo Ministério da Saúde há mais de uma década, mais precisamente em 2005. A redação desse documento se dá por uma construção textual técnica, legitimada por uma posição de autoridade do Estado sobre a população. E, nesse sentido, esse texto governamental assim como outros fazem funcionar a posição de autoridade governamental na figura de um lugar de saber e de poder sobre a população, sobretudo sobre as mulheres e pessoas LGBT, de modo geral e, mais especificamente, sobre seus corpos, seus desejos e suas condutas sexuais. Ainda que o texto enuncie, por exemplo, que:

> O Ministério da Saúde entende que o controle da natalidade, que implica imposições do Governo sobre a vida reprodutiva de

> homens e mulheres, não é estratégia adequada para a superação da situação de pobreza existente no País e contraria os princípios dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos. A superação dessa situação passa pela implementação de políticas que promovam desenvolvimento sustentável e distribuição mais igualitária da riqueza, diminuindo dessa forma as enormes desigualdades existentes. (Ministério da Saúde, 2005, p. 8).

Ainda que enuncie tal posição governamental, o que se constata na leitura das páginas seguintes desse mesmo documento é um conjunto de enunciados que, articulados, concentram o foco das diretrizes em uma "política do planejamento familiar". Segundo o texto:

> A política do planejamento familiar vem sendo desenvolvida pelo Ministério da Saúde em parceria com estados, municípios e sociedade civil organizada, no âmbito da atenção integral à saúde da mulher, do homem e dos(as) adolescentes, enfatizando-se a importância de juntamente com as ações de planejamento familiar promover-se a prevenção do HIV/Aids e das outras doenças sexualmente transmissíveis (DST). (Ministério da Saúde, 2005, p. 9).

Pesquisas realizadas nos últimos cinco anos, em psicologia social com enfoque feminista, pela equipe do Núcleo de Pesquisas e Práticas em Psicologia Social, Políticas Públicas e Saúde, Núcleo PPS, da Universidade Federal de Juiz de Fora, em Minas Gerais (Mesquita & Perucchi, 2016; Perucchi, Brandão, & Silva, 2015; Perucchi et al., 2014, Perucchi, Brandão e Vieira, 2014, Perucchi & Corrêa, 2013; Perucchi, 2012; Perucchi & Oliveira, 2011) evidenciam uma complexa e poderosa articulação de hierarquias de gênero no âmbito das (re)formulações e da (des)implementação das políticas públicas em saúde e seus efeitos e desdobramentos na vida de pessoas LGBT, sobretudo, no que diz respeito às questões relacionadas à saúde sexual destas pessoas.

Vale, nesse sentido, perguntar como têm se articulado no jogo político desse campo discursivo dos direitos sexuais e, paralela ou transversalmente, dos direitos reprodutivos, na arena pública brasileira,

os dispositivos de saber e de poder que operam como mecanismos de proteção das normativas fronteiras sexuais e das normativas fronteiras de gênero e de manutenção das hierarquias sexuais e das hierarquias de gênero. Ser mulher e mãe, nas enunciações governamentais e propostas de lei recentemente em trânsito nas arenas federais, vale mais que ser apenas mulher; e a prole, decorrente da maternidade (seja ela desejada, ou não, pela mulher, seja ela amparada, ou não, pelo Estado, é entendida como fenômeno natural inerente a todas as mulheres), passa então a protagonizar o enredo político. Ora, as lutas pelos direitos sexuais e direitos reprodutivos já lá na segunda metade do século XX foram, em grande medida, pautadas pela contestação dessa ideologia, ou seja, da maternidade como único destino dos corpos femininos. Esse é um legado feminista importante demais para ser negligenciado.

Este texto alia-se, portanto, aos que propõem o debate acerca dos direitos sexuais no Brasil a partir de parâmetros mais amplos que simplesmente o de seus aspectos legais. Nesse sentido, é pertinente retomar a discussão que Corrêa e Petchesky (1996) têm feito acerca dos quatro princípios que, segundo as autoras, constituem-se como componentes inegociáveis dos direitos sexuais. São eles: integridade corporal, autonomia pessoal, igualdade e diversidade, quatro princípios que derivam de interesses societários e, concomitantemente, promovem interesses societários, no sentido de, segundo as autoras, assegurar a existência de cidadãos e cidadãs politicamente responsáveis.

Vale também pensar acerca das dimensões e efeitos dos dispositivos de saber e de poder que deram condições de possibilidade para que algumas das recentes propostas de projetos de lei que tramitaram nas instâncias deliberativas e que colocaram em debate esses princípios problematizados por Corrêa e Petchesky (1996) pudessem ser pautadas em instâncias governamentais como, por exemplo, a Câmara Federal. Um desses projetos diz respeito ao que ficou conhecido no senso comum como "Bolsa Estupro", por estabelecer um benefício mensal no valor de um salário mínimo às mães vítimas

de estupro, além de uma bolsa-auxílio de três meses a mulheres que engravidarem em decorrência de estupro e optarem por não realizar o aborto. Aprovado em votação simbólica da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, no dia 4 de junho de 2013, o projeto prevê proteção jurídica ao ser ainda não nascido e prevê assistência pré-natal e acompanhamento psicológico a mulheres vítimas de estupro. O texto prevê ainda uma pena de reclusão de seis meses a um ano para o indivíduo que referir-se ao nascituro com palavras depreciativas ou que fizer apologia ao aborto. Também inclui pena de um a três anos de detenção para quem causar intencionalmente a morte de nascituro e até dois anos de prisão por anúncio de processo ou substância que provoquem aborto.

Em uma sociedade em que escolher não ser pai é, de fato, uma possibilidade legítima, enquanto que escolher não ser mãe é uma possibilidade criminalizada, algo está errado. A partir das consistentes proposições teóricas dos estudos feministas, tendo como ponto de partida uma crítica e uma desconstrução feminista da divisão público/privado, a reflexão perpetrada neste texto exige problematizar comportamentos ou práticas sociais sexuais socialmente contextualizadas e infinitamente variadas. Implica falar sobre práticas sociais íntimas que traduzem normas (hetero)sexuais-sexistas hegemônicas, mas também práticas de resistência à heteronormatividade e às hierarquias de gênero, bases sobre as quais o projeto societário moderno foi alçado.

A autonomia das pessoas passa necessariamente pelo domínio e controle sobre seu próprio corpo. A sexualidade se processa, sobretudo, no nível do uso dos prazeres nos/dos corpos, sendo, portanto, concomitantemente social e irredutivelmente pessoal, como afirma Rosalind Petchesky em seu livro *Abortion and woman's choice*: ainda que os direitos sexuais não possam nunca ser alcançados sem a atenção ao desenvolvimento econômico, autonomia política e diversidade cultural, em última instância o seu lugar é no corpo individual das pessoas (Petchesky, 1990).

Não se retomará aqui nenhuma publicação específica nesse sentido, mas é vasta a literatura feminista que destaca que as decisões das mulheres sobre se desejam ou não levar a cabo uma gravidez em seus corpos são frequentemente tomadas sob pressões sociais, familiares e comunitárias. Considerando a possibilidade efetiva de homens transexuais engravidarem, complexifica-se ainda mais o debate, estendendo as grades analíticas dos direitos sexuais que envolvem a gravidez (e não apenas os direitos reprodutivos) para outras materialidades corporais e identitárias, como aquelas que traduzem experiências sexuais vividas por pessoas transexuais (para o desconforto e "pânico moral" de alguns psicólogos e de algumas psicólogas). Sim, homens transexuais podem engravidar, assim como algumas mulheres heterossexuais, lésbicas ou bissexuais. Mas isso não significa que tal possibilidade reprodutiva deva ser o parâmetro de reconhecimento da cidadania e dos direitos de acesso e qualidade dos serviços de saúde pública no Brasil. É isso, inclusive, que preconiza os acordos internacionais assinados pelo Brasil no que se refere aos direitos sexuais.

Nesse sentido, uma constatação feminista de décadas atrás parece estar sendo, novamente, negligenciada: a de que as práticas sexuais não se restringem à reprodução e de que a reprodução não se processa apenas por meio de práticas sexuais (Strathern, 1995). Sendo assim, por que as políticas governamentais atuais como o Brasil Carinhoso, as políticas de saúde da mulher, etc., assim como os projetos de lei citados no presente texto, insistem em articular discursivamente sexualidade e reprodução? Por que, afinal, o binarismo de gênero continua a ser o único parâmetro empírico sobre o qual se estruturam as políticas nacionais no âmbito daquilo que o governo federal enuncia (com pompa e circunstância) pelo nome de "planejamento familiar"? Novamente nas palavras de Corrêa e Petchesky (1996): "precisamos desenvolver grades de análise que respeitem a integridade das decisões sexuais e reprodutivas das pessoas, e condenem as condições sociais, econômicas e culturais que possam forçá-las a 'escolher' um procedimento ou outro" (p. 158). Sem suportes analíti-

cos consistentes, corre-se o risco de se perpetuar violências e manter violações de direitos na complexa arena das políticas públicas.

Voltando à discussão acerca da proposta do tal projeto da "Bolsa Estupro", tem-se explicitamente um projeto de perspectiva ideológica para as políticas de saúde da mulher que devem, sob tais lentes obtusas, ser então protagonizadas por esse novo sujeito simbólico poderoso, o nascituro. Na medida em que o enunciado primário – ao qual os demais estão direta e indiretamente articulados – constitui-se como pedra angular do regime de governamentalidade, os efeitos de poder dessa nobre tarefa de "assegurar à gestante e ao nascituro o direito ao pré-natal, parto e puerpério" (MP 557, Art. 19, 2011) estão então enunciados e, assim, múltiplas outras possibilidades de enunciação se fazem, como a que atribui estatuto de cidadania ao nascituro. Essa nova semântica altera a fórmula consagrada na linguagem de saúde pública — a mulher é o sujeito das ações de saúde – para instalar no texto de uma lei o conceito de direito do nascituro, sendo, portanto, o novo foco das ações de saúde perpetradas sobre os corpos das mulheres.

Também se tem que pensar para além dos efeitos enunciativos desse tipo de projeto de lei que incide diretamente sobre o campo dos direitos sexuais. Basta fazer aproximações com a proposta da Medida Provisória (MP 557) que tramitou em 26 de dezembro de 2011, sendo publicada no Diário Oficial da União do dia 27 de dezembro de 2011 e tendo prazo de vigência encerrado no dia 31 de maio de 2012. A MP 557 propunha instituir um Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera por meio do qual, para terem acesso a R$ 50,00 (para pegar um ônibus ou táxi para poder fazer o pré-natal), as mulheres pobres estariam sujeitas ao cadastramento compulsório que é, explicitamente, uma forma de "vigilantismo". Junte-se a isso o fato de que talvez o maior problema no Brasil não seja, de fato, o acesso das mulheres aos serviços de saúde, mas a qualidade da atenção nos serviços de saúde, como bem afirmou Beatriz Galli em entrevista publicada na

internet em 2 de janeiro de 2012 (Leme, 2012), na qual a entrevistada, consultora da Ipas Brasil (subsidiária no país de uma organização internacional, certificada pela ONU, que luta pelos direitos reprodutivos das mulheres em vários países), retomou o Relatório do então Ministro Ayres Britto, no julgamento de 29 de maio de 2008 no Supremo Tribunal Federal (STF), que já se manifestava sobre a questão do nascituro quando em pauta a liberação de pesquisas com células-tronco embrionárias no Brasil. Então, em maio de 2008, no julgamento histórico da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3.510, que liberou a pesquisa com células-tronco embrionárias no país, o ministro-relator Ayres Brito (2008) afirmou:

> O embrião referido na Lei de Biossegurança (in vitro apenas) não é uma vida a caminho de outra vida virginalmente nova, porquanto lhe faltam possibilidades de ganhar as primeiras terminações nervosas, sem as quais o ser humano não tem factibilidade como projeto de vida autônoma e irrepetível (p. 137).

No que se refere a essa decisão do Supremo Tribunal Federal, o parecer do Ministro explicita a diferenciação entre questões de Estado e questões de ordem religiosa ou foro pessoal. Como, novamente, bem assinalou Toneli (2008), em um texto já citado anteriormente neste capítulo, o argumento do "respeito à vida" nesses casos confunde-se com os enunciados moralizantes que se intrometem em questões de Estado. Tais intromissões demonstram a fragilidade da democracia brasileira, na qual a laicidade do Estado deveria estar assegurada. Sem querer especificar a análise do ponto de vista teórico, é pertinente apontar como tais pautas recentes da política nacional constituem-se como efeitos de governamentalidade do biopoder (Foucault, 2005). Estratégias biopolíticas de gestão populacional, associadas aos discursos religiosos e a processos de criminalização e judicialização da saúde sexual, produzem a "segurança nacional" tendo efeitos produtivos de controle sobre a vida dos indivíduos e sobre seus exercícios da sexualidade.

Nesse sentido, pensando a amplitude desses temas relacionados à saúde sexual e seus desdobramentos na arena da política dos corpos, das tecnologias e, também, da política científica é que se percebe como se torna fundamental que os trabalhadores e trabalhadoras da área de saúde pública, especialmente aqueles e aquelas que atuam no âmbito dos direitos sexuais, possam atender às diferentes demandas em saúde, sobretudo de mulheres e pessoas LGBT, contemplando a complexidade e a pluralidade das experiências. Nesse sentido, está mais do que na hora das políticas governamentais serem planejadas e pensadas incluindo outras preocupações para além da maternidade e que retomem o foco de atenção para as pessoas, contemplando, por exemplo, o atendimento ético e de qualidade por parte dos profissionais de saúde em situações de abortamento, no caso de mulheres vítimas de estupro, por exemplo, e o respeito às experiências sexuais que estão fora das normativas da heterossexualidade compulsória, como é o caso do atendimento às pessoas LGBT vítimas de violência.

Ainda em relação ao debate acerca da qualidade da atenção nos serviços de saúde, em texto em que discute as representações dos profissionais de saúde em relação ao aborto, Galli, Gomes e Adesse (2006) afirmam que:

> [...] profissionais de saúde, em geral, e os obstetras e ginecologistas, em particular, frequentemente são ambivalentes a respeito do abortamento, porque têm que enfrentar valores profissionais e morais conflitantes. A alegação de objeção de consciência em relação à realização do abortamento tanto nos casos previstos em lei como na atenção ao aborto incompleto aparece no dia-a-dia da prática dos profissionais dos serviços de referência. Parte-se do princípio que a objeção de consciência pode revelar-se de forma explícita, que se traduz na forma de recusa em prestar o atendimento aos casos previstos em lei, ou implícita, que pode estar configurada na forma de obstrução, demora ou negligência na atenção ao abortamento (p. 2).

É fundamental lembrar que se está falando aqui de situações de violência sexual em que o aborto está garantido por lei. Portanto, se os hospitais, sobretudo os hospitais públicos federais como, por exemplo, os hospitais universitários, são signatários dos protocolos de atenção às vítimas de violência sexual, eles devem contar com uma equipe de saúde que possa encaminhar os procedimentos no âmbito do que prevê a legislação nacional e internacional em relação aos direitos sexuais. Não podem, portanto, como instância governamental de saúde pública, ficar reféns de decisões pessoais ancoradas em crenças religiosas de médicos e médicas, enfermeiros e enfermeiras ou de demais profissionais atuantes na rede de saúde pública.

Em que medida os princípios de integridade corporal, autonomia pessoal, igualdade e diversidade estão sendo respeitados no que concerne à atuação de profissionais que atuam na rede de assistência social e de saúde pública no Brasil?

Considerando que a atuação de psicólogos e psicólogas sociais, abrapsianos ou não, tem sido privilegiada nesses dois espaços políticos – da assistência social e da saúde coletiva –, torna-se necessário reunir esforços de reflexão sobre os efeitos de poder dessa atuação. Nesse sentido, parece pertinente finalizar este capítulo com algumas questões para reflexão posterior: estaria a psicologia social acima dessas questões e, portanto, isenta de enfrentá-las? Ou, quem sabe, aspectos relacionados ao gênero e à sexualidade são específicos demais para serem contemplados pelas psicologias sociais que têm no marcador de classe seu baluarte conceitual? Ou, talvez, estejamos nós – psicólogos e psicólogas sociais – ainda nessa confortável e poderosa posição de sujeito do suposto saber, o que nos redime de nossos lapsos e esquecimentos acerca de quantas pessoas estão fora da inteligibilidade racional que enuncia a sexualidade reprodutiva como projeto societário? Estará a psicologia social, sobretudo aquela enunciada por nós da ABRAPSO, coerente em seus próprios paradigmas e eticamente orientada para lidar com a pluralidade e a

complexidade traduzidas nas prerrogativas de integridade corporal, autonomia pessoal, igualdade e diversidade que os direitos sexuais nos exigem? O que os encontros nacionais e regionais da ABRAPSO e outros eventos acadêmico-científicos têm mostrado é que o Brasil tem produzido férteis espaços de discussão, momentos de reflexões e debates nos quais podem ocorrer resistências para que a psicologia social não se acomode na zona de conforto dos privilégios normativos e encare suas limitações no trato com temas espinhosos, deslocando-os do nível da polêmica para o da problematização, em debates éticos, críticos e autocríticos.

Referências

Amorim, S. M. G., Vieira, F. S., & Brancaleoni, A. P. (2013). Percepções acerca da condição de vida e vulnerabilidade à saúde de travestis. *Saúde em Debate*, *37*(98), 525-535.

Arán, M., Murta, D., & Lionço, T. (2009). Transexualidade e Saúde Pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, *14*(4), 1141-1149.

Brito, A. (2008). *Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3.510*. (pp.134-141). Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal.

Corrêa, S. & Petchesky, R. (1996). Direitos sociais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. *Physis*, *6*(1/2), 147-77.

Foucault, M. (2005). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

Galli, B., Gomes, E., & Adesse, L. (2006). Representações sobre o aborto em serviço de referência: entre direitos e deveres na atenção. *Informativo eletrônico do IPAS Brasil*, Edição n° 25.

Lemes, C. (2012). *Beatriz Galli: A MP 557 é um absurdo; em vez de proteger gestantes, viola direitos humanos,* recuperado de http://www.viomundo.com.br/denuncias/beatriz-galli-a-mp-557-e-um-absurdo-em-vez-de-proteger-as-gestantes-da-morte-evitavel-viola-seus-direitos-humanos.html

Medida Provisória No. 557 de 26 de dezembro de 2011. (2011). Institui o Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para

Prevenção da Mortalidade Materna, recuperado de http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/APSUS/MEDIDAPROVISoRIAN557de26dedezembrode2011.pdf

Mesquita, D. & Perucchi, J. (2016). Não apenas em nome de Deus: discursos religiosos sobre homossexualidade. *Psicologia & Sociedade, 28*(1), 105-114.

Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. (2005). *Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: uma prioridade do governo.* Brasília, DF: Autor.

Petchesky, R. (1990). *Abortion and Woman's Choice*: *The State, Sexuality, & Reproductive Fre*edom. Boston: Northeastern University Press.

Perucchi, J. & Oliveira, M. L. C. (2011). Proposições acerca da noção de família brasileira: um estudo em Psicologia Social. In A. J. G. Barbosa (Org.), *Atualizações em Psicologia Social e desenvolvimento humano* (Volume 1, pp. 51-72). Juiz de Fora, MG:: Editora UFJF.

Perucchi, J. (2012). Para uma análise sobre a incorporação de disposições normativas de prescrição dos corpos na contemporaneidade. *Bagoas: Revista de Estudos Gays*, 7, 81-97.

Perucchi, J. & Corrêa, C. G. (2013). Uma análise psicossocial de experiências de violência homofóbica vividas por jovens LGBT no período escolar. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 46, 81-99.

Perucchi, J., Brandão, B. C., & Vieira, H. I. S. (2014). Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. *Estudos de Psicologia (Natal. Online),* 19, 67-7.

Perucchi, J., Rodrigues, F. D., Brandão, B. C., Berto, C. M. G., & Silva, J. A. (2014). Brazil's Unified Health System (SUS) and its treatment for transgender people. *Psychology*, *5*, 1090-1094.

Perucchi, J., Brandão, B. C., & Silva, J. A. (2015). Gênero, sexo e corpos trans: um relato de experiência de extensão universitária a partir da construção de um grupo de apoio e militância com travestis e transexuais**.** *Revista Feminismos*, *3*(1), 71-81.

Strathern, M. (1995). Necessidade de pais, necessidade de mães. *Revista Estudos Feministas*, *3*(2), 303-329.

Toneli, M. J F. (2008). Diversidade sexual humana: notas para a discussão no âmbito da psicologia e dos direitos humanos. *Psicologia Clínica*, *20*(2), 61-73.

Psicologia, mediação de conflitos e educação em direitos humanos

Adriana M. Amado da Costa de Andrade
e Rubens Ferreira do Nascimento

Perder-se também é caminho.
(Clarice Lispector)

Introdução

Nos atendimentos em mediação de conflitos, um sujeito apresenta sua questão sobre a gestão familiar de pensões de incapazes e possibilita a leitura da sua invisibilidade na própria família. Outro diz da intenção de resolver controvérsia com vizinha que supostamente o agride, mas é sua a condição de autor na questão levada ao judiciário. Mães demandam a possibilidade de diálogo com ex-companheiros para negociar os aportes financeiros, obrigação deles para com os filhos... Conflitos familiares, desencontros entre casais hetero e homoafetivos, desavenças entre vizinhos, pensão alimentícia, negociação de dívidas, controvérsias de cunho comunitário, dentre

outras, são demandas de resolução levadas tanto para o projeto de extensão da PUC Minas, realizado no centro comunitário nomeado formalmente como Fundação Metodista, quanto para unidades de delegacias da Policia Civil, em Minas, onde se efetiva o Projeto MEDIAR. As atuações responsivas a tais demandas, nos diferentes espaços institucionais, têm em comum o embasamento nos direitos humanos e a orientação teórico-metodológica da mediação de conflitos.

O objetivo deste texto é apresentar, de modo fundamentado e reflexivo, as experiências teórico-práticas de ensino-aprendizagem em mediação de conflitos, promovidas no âmbito de estágios e da extensão da PUC Minas e realizadas em dois campos distintos: no contexto de uma iniciativa de política de segurança pública na Grande BH e em uma organização comunitária vinculada à rede social do bairro São Gabriel.

Adiante serão explicitados alguns conceitos norteadores das práticas em mediação de conflitos a partir da PUC Minas. Atenção especial será dada a uma noção de Psicologia como ciência de mediação com aspiração à transdisciplinaridade. O conceito de relação será denotativo dessa perspectiva e, com ele, atenta-se para a dimensão psicossocial da proposta. Em seguida será feita uma exposição do projeto "MeDH & Ação Comunitária: Mediação, Direitos humanos e Ação Comunitária", que busca enfatizar a mediação de conflitos como educação em direitos humanos. Dando continuidade, haverá a apresentação da organização e funcionamento das práticas pedagógicas de estágio e extensão em mediação de conflitos: primeiro no Projeto MEDIAR e, segundo, na Fundação Metodista, ambas em Belo Horizonte.

Os autores são, respectivamente, a representante da Polícia Civil, primeira responsável junto ao MEDIAR pela viabilização da parceria e realização inicial dos estágios e da extensão, e o professor da PUC Minas, psicólogo social e coordenador do projeto "MeDH & Ação Comunitária". Como é comum em trabalhos de cunho comunitá-

rio, o segundo autor, além de cocriador desta produção, é também o organizador de contribuições orais e escritas coletivas e individuais de discentes, docentes e outros atores com algum tipo de vinculação com o "MeDH & Ação Comunitária" e com o projeto de extensão anterior do qual esse projeto é oriundo[1]. Este autor, portanto, se coloca aqui como representante de acadêmicos e agentes comunitários que cooperaram e cooperam na elaboração, execução e registro da proposta atual.

Assim, este texto, que apresenta o projeto MeDH & Ação Comunitária e procura contemplar suas dimensões práticas, teóricas, metodológicas e ético-politicas se justifica nesta publicação da ABRAPSO Minas por fazer chegar até psicólogos sociais e profissionais afins uma tessitura que promove a aproximação entre o método de mediação de conflitos e certa psicologia social, a psicologia social inventiva.

Psicologia, Mediação, Relação e Alteridade: Um Enfoque Psicossocial

> Vou me perdendo buscando em outros braços seus abraços.
> Perdido no vazio de outros passos
> Do abismo em que você se retirou e me atirou e me deixou aqui sozinho...
> ... E te querendo eu vou tentando me encontrar
>
> (Peninha)

1 A psicóloga e professora do UNI BH (Centro Universitário de Belo Horizonte) Eliete Augusta de Souza Viana, o grupo extensionista de alunas/os da PUC Minas PEPA (Prosa e Pesquisa-Ação) e diversos outros estudantes de psicologia da PUC Minas São Gabriel compuseram o coletivo que participou do projeto "Conversa-Ação Comunitária: potencializando as relações dentre a PUC Minas São Gabriel e comunidades do seu entorno". Atualmente, a professora dos cursos de Direito e Psicologia da PUC Minas Maria Zoé Rios da Fonseca e estudantes desses cursos colaboram e integram o Projeto MDHAC. Também atores das entidades parceiras e os próprios usuários das ações dos projetos se fazem polifonicamente presentes na voz do coordenador dos projetos.

Há certos modos de fazer Psicologia que pretendem ser antidicotômicos, implicando-se não apenas com as partes e cada uma das partes em uma relação, mas também com aquilo que está "entre" tais partes. Luna e Silva (2004) afirmam que a psicologia social comunitária – área da psicologia social e subdisciplina da psicologia – está "entre" o determinismo biológico e o determinismo social, localizada na interseção da história da sociedade e da história pessoal. A psicologia social comunitária é saber teórico prático e inter/transdisciplinar que pode orientar as práticas comunitárias de mediação de conflitos (Santos & Nascimento, 2013).

O sociólogo Norbert Elias critica a visão dicotômica que possibilita ver a sociedade como o "lá fora" e o sujeito como se estivesse "por dentro". Para esse sociólogo crítico, os sujeitos seriam enlaçados pela sociedade. Haveria uma complementaridade mútua entre sociedade e sujeito. O autor brasileiro Ronald Arendt (2004), professor de psicologia comunitária, propõe a renúncia à purificação metodológica e faz o convite para se pensar naquilo que está misturado, que é híbrido. Desse modo, a Psicologia se coloca como um campo de saber "mestiço", onde aquilo que é distinto pode ser combinado e não, de outro modo, dissociado em "dentro e fora", "sujeito e social", "teoria e prática", "objetivo e subjetivo" (Santos & Nascimento, 2013).

A Psicologia está sendo pensada como um saber que se coloca no "entre" tal como, na metáfora de Michel Serres, a faixa d'água que intermedia as duas margens de um rio. O nadador que se propõe a travessar o rio, e se encontrando naquele "meio", não pertence inteiramente nem à margem da esquerda nem à margem da direita. Nessa zona de fronteira há a mistura das identidades e impera certa indefinição (Arendt, 2004). Coloca-se aqui a consideração de que estar entre o biológico e o social (Psicologia) e entre a Psicologia e as Ciências Sociais (Psicologia Social) pode abrigar potencialidades. Essa é uma nova maneira de pensar a Psicologia como uma ciência potencialmente transdisciplinar. Sob tal ótica admite-se que

certo tipo de psicólogo pode (e talvez deva) se perder... para se reencontrar de modo semelhante ao convite que faz Heliana Conde em evento promovido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) para que determinada identidade profissional do psicólogo venha a "desaparecer".

Desaparecer não como ocorreu com o psicólogo da libertação Martin-Baró e tantos outros, no Brasil e em outros países, vítimas das ditaduras militares na América Latina[2]. Não desaparecer como, infelizmente, aconteceu com o nosso Marcus Vinicius de Oliveira Silva, psicólogo, professor de psicologia social e militante dos direitos humanos, morto no contexto das suas ações na mediação dos conflitos de demarcação de terras quilombolas e indígenas, no sul da Bahia. Sobre ele a Diretoria da ABRAPSO gestão 2016/2017 assim se pronunciou:

> Foi assassinado na batalha por uma sociedade democrática e por ter em sua vida cotidiana a marca de uma psicologia comprometida com a denúncia de violações de direitos e violência, vivenciada pelos grupos que são alvo das mazelas do capital, do coronelismo e das oligarquias do agronegócio brasileiro. O legado desse psicólogo social permanecerá, tanto na formação e atuação de profissionais, quanto nas lideranças de movimentos sociais e entidades, as quais também lutam incansavelmente pela implantação e consolidação dos direitos humanos, no Brasil e na América Latina.[3]

Certamente, Marcus Vinícius se colocou profissionalmente de modo diferente do modelo de profissional da normatização, do disciplinamento. Combatendo a violência foi vítima dela, ao que pa-

2 Dois dos momentos mais destacados do XIX Encontro Regional da ABRAPSO Minas foram o "Tributo aos psicólogos e psicólogas perseguidos e mortos durante os anos da ditadura" com a Mesa-Redonda: "Direitos Humanos e Psicologia: ditadura nunca mais" e a Roda de Conversa: "Psicólogos e psicólogas perseguidos pela ditadura". Ambos ocorreram no dia 15 de novembro de 2014, respectivamente, no final da manhã e princípio da tarde.

3 Nota de pesar emitida pela Diretoria Nacional da ABRAPSO gestão 2016/2017 enviada por e-mail aos sócios em 07 de fevereiro de 2016.

rece, devido à sua opção ética, política e cooperativa e não por um posicionamento moralizante, carismático e de "salvador da pátria". Estes, sim, seriam traços característicos do tipo de psicólogo provocado a "desaparecer", como fala Conde (2004):

> Em que estou falando, afinal, quando me refiro ao "psicólogo desaparecido"? Para nos conectarmos de maneira efetiva com a questão dos direitos humanos [...] o que em nós deveria desaparecer, ou poderia desaparecer? Estou fazendo certo convite ou provocação para *desaparecer*. Em primeiro lugar acho que poderíamos desaparecer, sim, como promotores da suposta universalidade de uma noção de sujeito e passar a pensá-la como historicamente construída, inteiramente construída. (p. 175)

Assumindo a psicologia como construção histórica, coloca-se em questão o "sujeito universal" e se historiciza também o suposto "sujeito psicológico". Aqui está sendo acolhida a crítica de Conde (2004) ao psicólogo "herói disciplinador", pois

> [...] no plano da ideologia temos uma tendência declamatória ao heroico e bom, no plano da prática de forma hegemônica, nós controlamos, produzimos corpos dóceis, temos fortes expectativas em relação a determinadas universalidades, aparamos arestas, pensamos numa evolução ou num progresso natural de um abstrato sujeito ou ser humano, numa boa família, num indivíduo bem ajustado ao trabalho e assim por diante. (p. 173)

O psicólogo a "desaparecer" é esse que pratica e alimenta discursos que invalidam outras práticas, outros discursos, outros modos de agir, sentir e pensar que não os da "boa família" e do "indivíduo ajustado ao trabalho". Não se provoca apenas psicólogos assim a desaparecer, mas também outros profissionais que são paladinos da padronização, da generalização e da universalidade do humano; aqueles que prestam pouca atenção aos desvios e divergências a não ser para minimizá-los, invisibilizá-los ou anulá-los. De modo contrário, Clarice Lispector (2010) convida:

> Dá-me a tua mão: vou agora te contar como entrei no inexpressivo que sempre foi a minha busca cega e secreta. De como entrei naquilo que existe entre o número um e o número dois, de como vi a linha de mistério e fogo, e que é linha sub-reptícia. Entre duas notas de música existe uma nota, entre dois fatos existe um fato, entre dois grãos de areia por mais juntos que estejam existe um intervalo de espaço, existe um sentir que é entre o sentir – nos interstícios da matéria primordial está a linha de mistério e fogo que é a respiração do mundo, e a respiração contínua do mundo é aquilo que ouvimos e chamamos de silêncio. (p. 98)

Contemplar o inexpressivo, aquilo que se apresenta entre dois números, entre dois grãos de areia, entre duas notas de música, entre dois fatos: a linha de mistério e fogo. Escutar o silêncio e, complementando, talvez, ver o que é invisível aos olhos, aos olhos que "não" querem ver. Para a pedagoga e acadêmica Elisa Gonsalves, falando sobre a ciência e "outros saberes", efetivamente afetada por Clarice Lispector: "o essencial está na relação" (Gonsalves, 2004, p. 22).

Propõe-se agora contemplar a "alteridade" e a "distinção" que se fazem presentes na radicalidade da "relação". Relação é "algo que não pode ser sem o outro" (Guareschi, 2002, p. 22). No contexto de uma relação radicalmente assumida, uma pessoa se implica consigo mesma e com o outro estando em questão a consciência/inconsciência dos próprios direitos e deveres e o respeito aos direitos do próximo. Para maior esclarecimento, a noção de analética de Enrique Dussel (Guareschi, 2002) pode ajudar. Trata-se de uma lógica que não se confunde com a lógica da identidade na qual o outro é "objeto" do "meu" pensar e do "meu" fazer, havendo pouco espaço para ele na condição de sujeito. A lógica da analética é também distinta da lógica da dialética. Nesta o outro deixa de ser inteiramente objeto, como na lógica da identidade e, apresentando-se diante de "mim" como "diferente", dialoga "comigo", sendo também sujeito na relação. Contudo está ainda sob o "meu" controle, pois sou "eu" que tenho a última palavra sobre a afirmação e a negação que constituem a nossa interlocução.

Sob a lógica analética, nas relações, o outro se faz, se subjetiva, é outro "diante do mesmo" e não outro sob controle "do mesmo". Esse outro sob controle do mesmo é o outro da lógica da identidade. O outro que é objeto da "minha" experimentação e observação, da "minha" análise, do "meu" discurso. Sou "eu" que falo dele, que concluo sobre ele a partir de um modelo de ciência positiva centrada na relação sujeito (epistêmico) – objeto (a ser conhecido).

Ainda sob a lógica da analética, o outro não é tão somente um pouco mais que objeto. Ele não se restringe a ser "di-ferente" como ocorre na lógica da dialética. Etimologicamente, diferente significa aquele que é arrastado para fora com força (Guareschi, 2002). Ou seja, não sendo "idêntico" ao mesmo, o outro ocupa certo lugar de sujeito porque não é apenas falado, mas também fala, dialoga. Afirma podendo ser negado por "mim", nega a "minha" afirmação se apresentando, por consequência, como "diferente". Contudo haveria aí ainda uma dominação, pois sou eu que "arrasto o outro para fora", eu que o destaco, é "minha" a última palavra, sou "eu" que detenho a "verdade" sobre o outro tornado sujeito pela ciência do método dialético. (Guareschi, 2002).

Nem objeto, nem sujeito sob controle, mas sujeito "distinto". Segundo a etimologia da palavra, "dis-tinto" significa tingir, pintar, remetendo ao outro em "si-mesmo", que tem direito de ser diante de mim. (Guareschi, 2002). Ser por direito, independente do maior ou menor poder que eu pretenda exercer sobre ele. Contempla-se, assim, a relação em perspectiva de abertura, respeito, despojamento, alteridade radical.

A pessoa – o "sujeito" e o "eu" articulados e socialmente constituídos (Nascimento, 2000) – é vista como sujeito de direitos, como subjetividade social e política. Ao dialogar com o outro ou ao intermediar um diálogo, não se fala e se escuta apenas singularidades, mas se escuta (e se fala) junto polissemias e polifonias, ou seja, respectivamente, os muitos sentidos e as muitas vozes que se apresentam nas linguagens não verbais e verbais, coletivas e individuais

presentes nas manifestações dos interlocutores, sendo eles partes em diálogo ou mesmo mediadores.

A lógica da analética pode nortear práticas de mediação de conflitos:

> Assim um ponto de aproximação entre a Mediação de Conflitos e a Psicologia Social é a ética das relações. Relações norteiam as práticas do mediador, visto que esta busca compreender o outro que se apresenta diante dele não como diferente, mas como o sujeito que é na relação com os outros, que têm direitos. O mediador não se preocupa em "buscar a verdade", ou o "certo" e/ou "errado" da questão conflituosa apresentada pelas partes envolvidas na demanda, mas compreender "as verdades" de cada uma das partes, e gerar um espaço de conversa, de diálogo e de relações face-a-face para que os mediandos construam juntos soluções para seus conflitos. (Santos & Nascimento, 2013, p. 63).

Espera-se ter deixado esclarecido que o conceito de relação, sob perspectiva ético-política, diz da subjetividade e da pessoa, contempla as interações e o "entre", expressa o laço social e se pauta por relações de poder (Santos & Nascimento, 2013). Relação é, efetivamente, a principal referência teórico-prática da mediação de conflitos sob o enfoque psicossocial aqui proposto. É, porém, uma noção de relação que abriga o racional e o irracional, *sapiens* e *pathos*, privado e público, poder e afeto, clínica e política.

O Projeto de Extensão "MEDH & Ação Comunitária": Psicologia, Inter/Transdiciplinaridade e Educação em Direito Humanos

Não quero a meia-luz, não quero a cara bem feita, não quero o expressivo. Quero o inexpressivo. Quero o inumano dentro da pessoa; não, não é perigoso, pois de qualquer modo a pessoa é humana, não é preciso lutar por isso: querer ser humano me soa bonito demais. (Clarice Lispector)

O projeto intitulado MeDH & Ação Comunitária: Mediação, Direitos Humanos e Ação Comunitária teve início em 2014 com continuidade em 2015 e 2016. Pretende investir em ações interpessoais, grupais, comunitárias e socioambientais que, de certa forma, já ocorriam embrionariamente de modo formal ou informal desde 2009. Atualmente o objetivo geral é a consolidação do processo de implementação de um instituto de mediação familiar e comunitária no bairro São Gabriel, através de práticas didáticas em Mediação de Conflitos e educação comunitária em Direitos Humanos. Tais práticas devem ser fomentadas pelo envolvimento e articulação da equipe acadêmica, composta por professores e alunos dos cursos de Psicologia e Direito e, de modo inédito, também dos cursos de Serviço Social, Comunicação e Administração. Essas decisões metodológicas se justificam por conta da necessidade de atendimento às redes e ações comunitárias realizadas no São Gabriel e bairros próximos, bem como a aprendizagem e participação em práticas de mediação de conflitos no Projeto MEDIAR, da Polícia Civil, em núcleos da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Desse modo, o Projeto se organiza em duas frentes de ação:

1. Mediação de Conflitos e Ações Educativas em Direitos Humanos: práticas de mediação de conflitos no bairro São Gabriel e RMBH e práticas psicossociais e de educação em direitos humanos no mesmo bairro e seu entorno;

2. Ações Socioambientais e de desenvolvimento comunitário: com presença no "Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa"[4] na região do Baixo Onça – bairro Ribeiro de Abreu e

4 O "Deixem o Onça Beber Água Limpa" é um movimento socioambiental que reúne lideranças e agentes comunitários, organizações governamentais e não governamentais, igrejas, empresas, universidades, pesquisadores, militantes ambientalistas, dentre outros. O COMUPRA é a organização comunitária de referência. No momento, as principais ações do movimento se concentram na mobilização social, na defesa de uma nascente fundamental e no acompanhamento da construção de um parque fluvial na região do Baixo Onça, o ribeirão que corta a região.

região – e nas redes sociais do bairro São Gabriel e de apoio ao desenvolvimento comunitário do bairro Jardim Felicidade.

O público-alvo principal são os moradores dos bairros São Gabriel, Ribeiro de Abreu e Jardim Felicidade, tendo como principais ações a realização de mediações de conflitos, ações educativas em direitos humanos e mobilizações comunitárias. Considerando esse escopo, espera-se principalmente que famílias e vizinhos desenvolvam mudanças de atitudes e valores, ampliando suas capacidades de diálogo e potencializando seus recursos para resolver desavenças.

Na perspectiva da universidade, espera-se que alunos, extensionistas e estagiários, mediante a reflexão entre teoria e prática, continuem desenvolvendo uma postura ética e crítica, sendo estimulados para a sistematização de conhecimentos e a articulação com as experiências de sala de aula. Quanto aos professores, eles devem continuar a refletir sobre a teoria e a prática profissional, expressando isso no contexto das reuniões, supervisões, interlocuções com comunidades e em interações acadêmicas.

O projeto intenta continuar um processo de investimento que contribua para a maior aproximação com as comunidades, principalmente das Regionais Norte e Nordeste da RMBH. Isso tem gerado ampliação do conhecimento dessas realidades por parte da PUC Minas. Tais iniciativas se propõem a ampliar a responsabilização da Universidade pela região que a acolheu há mais de 15 anos. De igual modo, tais ações podem certamente potencializar a familiarização das comunidades com essa entidade acadêmica, o que continuará promovendo resultados para ambas: por exemplo, a ampliação de respostas às demandas de parcerias e atendimento de necessidades de ambos os lados, como também a gradativa inovação nas práticas de ensino, pesquisa e extensão, na Instituição de Ensino Superior, tornando-a mais sintonizada com a realidade social e mais

instrumentalizada, atualizada e competente em seu potencial de retorno à sociedade (Nascimento, 2015).

Extensão em Psicologia e Direitos Humanos

O curso de Psicologia esteve entre os primeiros cursos da PUC São Gabriel. Em seu início, no ano 2000, já anunciava a sua procura por se distinguir pela sólida formação científica, por princípios éticos e compromisso social ao discursar em documentos, organizar e sistematizar propostas de formação coerentes com as necessidades e demandas contemporâneas da sociedade brasileira. Nesse sentido, o curso tem enfatizado, na graduação, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, procurando conectar ciência, profissão e cidadania, com atenção e relevo para a questão dos direitos humanos (Nascimento, 2009).

Os públicos-alvo da Psicologia são indivíduos, grupos, organizações, instituições e comunidades. Baseada no estudo de publicações que apresentam práticas psicológicas no campo social, Machado (2003) assinala que muitas dessas práticas articulam cuidado psicológico e guarda dos direitos humanos.

Na tabela a seguir, encontra-se a caracterização do projeto de extensão em apresentação tomando-se como primeira referência, na primeira coluna, seu título que nomeia e sintetiza os objetivos perseguidos. Na segunda coluna, os dados – público-alvo e local – complementam a identificação do projeto e seu objetivo. A terceira coluna auxilia a identificar o projeto, classificando as perspectivas psicológicas e/ou áreas e associando-as aos direitos e aos valores que se encontram, respectivamente, na quarta e na quinta coluna.

O projeto MDHAC é caracterizado pela interdisciplinaridade e o desejo de transdisciplinaridade, verificando-se nele mais de uma perspectiva psicológica. Além disso, ele se articula com outras áreas, como Direito, Comunicação, Educação, Serviço Social, Administração, bem como ciências ecológicas. Junto da constante articulação

com o ensino, dialoga formalmente com a pesquisa, tendo contribuído direta ou indiretamente na elaboração de trabalhos de conclusão do curso de psicologia e participado do planejamento, execução e avaliação sendo também beneficiado pelo diagnóstico do bairro São Gabriel[5] realizado pela rede social comunitária do mesmo bairro.

Tabela 1. Caracterização do projeto de extensão adaptado de Machado (2003) e Nascimento (2009)

Projeto/ Objetivo	Público-alvo/ Local	Psicologia/ Áreas	Direitos	Valores
MeDH & Ação Comunitária: Mediação, Direitos Humanos e Ação Comunitária	Pessoas, casais, famílias grupos comunitários e organizações em situações de conflito. Comunidades e organizações governamentais e não governamentais componentes de redes sociais comunitárias e movimento socio-ambiental.	Social Comunitária Educacional Institucional Movimentos Emancipatórios Ecologia Humana	Civis Políticos Econômicos Sociais Ecológicos	Liberdade Fraternidade Igualdade Justiça Participação Responsabilidade

O Projeto MDHAC articula psicologia e compromisso social, contemplando a dimensão de cidadania e procura deslocar o foco de um rigor teórico-metodológico asséptico para uma perspectiva ético-política afinada com os direitos humanos.

5 Diagnóstico socioeconômico do bairro São Gabriel realizado pela rede social comunitária do mesmo bairro e promovido pelo projeto de extensão da PUC Minas no São Gabriel "Articulando Redes e Fortalecendo Comunidades", coordenado pela profa. Marcia Mansur Saadallah, no ano de 2015.

Parte-se aqui da compreensão de que toda relação é educativa e de que as pessoas se colocam umas para as outras e umas com as outras como mediadoras em processos de ensino/aprendizagem informais ou formais. Os fundamentos dessa posição podem ser encontrados em distintos autores como Vigotski, G. H. Mead e Martín-Baró.

É notório que Paulo Freire compreende a educação como interação educativa em que educador e educando ensinam e aprendem num movimento dialógico. O diálogo, numa compreensão freireana amadurecida, pressupõe o conflito. Em Pedagogia do Oprimido, Freire (1987), analisando a "dialética do senhor e do escravo" de Hegel, identifica que o mútuo reconhecimento pelo qual lutam as duas consciências leva à dominação de uma pessoa por outra.

Mayorga (2007), lendo Freire, diz que, na mediação opressor -oprimido, a prescrição é um dos elementos básicos. Há a imposição de uma consciência à outra. O oprimido viria a temer a liberdade, pois essa exigiria que expulsasse, da sua consciência, os valores, as crenças e as prescrições do opressor, vindo a "preencher esse vazio – com sua autonomia" (Mayorga, 2007, p. 72).

No projeto há a proposta de o mediador de conflitos em formação se assumir como um mediador social, um interventor social ou um "educador" no sentido freireano. No contexto das mediações, o mediador, ator e modelo de identificação se implica com o risco de se tornar um "guru", de vir a ocupar o lugar de mestre e manter os mediandos na condição de discípulos. Para evitar tal tentação, age-se mirando no educador para a prática da liberdade (Freire, 2000) e no mediador grupal que exercita um esforço "cotidiano para que seu lugar permaneça vazio, de modo a que todos possam desejá-lo e ninguém possa [...] preenchê-lo senão sob o risco de destruí-lo" (Chauí citada por Andaló, 2006, p. 87).

Para Marilena Chauí, o desejo dos alunos de "apelar à figura da autoridade do mestre" advém de uma:

> [...] consciência contraditória que é a contradição interna entre a consciência que sabe e uma consciência que nega seu saber' e da ideologia, que 'não está fora de nós como um poder perverso que falseia nossas intenções', mas está dentro de nós, 'talvez porque tenhamos boas intenções". (Chauí citada por Andaló, 2006, p. 87)

Ao problematizar a ideologia em suas dimensões psicossociais, o mediador o faz por meio de uma prática pedagógica "socrática" desmistificadora da ideologia, como pretendia Paulo Freire. Segundo Mesquida e Wandscheer (2005), pesquisadores da PUC Paraná:

> O método de formação utilizado por Sócrates é a maiêutica, constituída de perguntas e respostas numa relação dialógica com os educandos. O método da paidéia é, portanto, o dialógico. Paulo Freire, quando anuncia a educação como prática de liberdade e elabora uma pedagogia que se origina no oprimido, se aproxima em conteúdo, método e finalidade da prática pedagógica socrática tal como nos é apresentada por Platão e Xenofonte. (p. 32)

Tal prática pode provocar nos mediandos o exercício de autolocalização como sujeitos sociais, atores e alvos de intervenções em vista de relações e realidades menos desiguais e, portanto, politicamente mais justas. Nela se exercita e se incita à reflexividade, promove-se e faz-se análise da implicação. Glenda Gomes (2015), colaboradora do Estágio Profissionalizante em Psicologia e Mediação de Conflitos e mediadora de conflitos no MEDIAR, no contexto dos seus estudos, cita Adriana Andrade, coautora do presente artigo:

> Na medida em que a mediação de conflitos promove um diálogo voluntário por meio do qual os participantes têm a possibilidade de compreender as razões do outro e da própria origem do conflito, abre-se um espaço de reconhecimento mútuo, ao mesmo tempo em que permite compreender a estrutura desigual e injusta, a qual, muitas vezes, estão ambos submetidos. Essa percepção pode conduzir a uma igualdade de direitos e deveres sociais, que se constrói dialeticamente no processo de comunicação não violenta e, consequentemente, à prevenção à violência, criminalida-

> de e processos de vitimização. (Andrade, 2010 citado por Gomes, 2015, p. 25)

Na mesma direção, no projeto MDHAC, acredita-se que a mediação de conflitos se coloca como uma possibilidade de prevenir conflitos e viabilizar soluções dialógicas e pacíficas de conflitos conjugais, familiares e comunitários. Também se aposta que iniciativas preventivas de educação em direitos humanos possam contribuir para uma cultura de paz ao promover a conscientização, ou, melhor dizendo, "conscienciação" (Guareschi, 2002) sobre a dignidade da pessoa humana e o engajamento contra a violência social.

Segundo Guareschi (2002), Paulo Freire propôs o conceito de "conscienciação" como uma alternativa para as dicotomias presentes na ciência tradicional: "teoria x prática", "falar x fazer", "consciência x ação". Esse conceito remete à indissociabilidade entre consciência e ação sendo, portanto, mais radical do que o termo conscientização. "Conscienciação" está relacionado a outro termo eloquente: "palavração" (Guareschi, 2002; Nascimento, 2007).

Para Paulo Freire (1987), conhecer é viver. Por isso ele propõe uma pedagogia dialógica centrada nas relações sociais como essência do ato educativo. Ele critica o discurso vazio desvinculado da prática, a palavra burocrática. Assim a palavra só deve ganhar sentido com a prática, a palavra não pode ter valor em si mesma. Segundo Paulo Freire (1987), experimentamos uma realidade e nela nos experimentamos como seres humanos no contexto da prática social historicamente compartilhada. Seguindo a orientação freireana apresentada por Guareschi (2002), Rubens Ferreira do Nascimento (2007), um dos autores deste artigo, se manifestou assim:

> O conceito de "palavração" se apresenta como um dos referenciais para um novo paradigma em psicologia. Ele aponta para uma dinamicidade que nos orienta para uma formação contínua, o que pressupõe diálogo, prática, estudo, interlocução e busca de fundamentos científicos não apenas ontológicos, epistemológicos e me-

> todológicos, mas também éticos e políticos como propõe Montero (2002), atenta às relações sociais. (Nascimento, 2007, p. 9)

Buscando seguir na direção paradigmática sugerida, a principal estratégia metodológica do projeto MDHAC tem referência nas pesquisas-ações participativas realizadas na América Latina. Os métodos de intervenção são mediações de conflitos e observações participantes e as técnicas são ações educativas e de mobilização social que compreendem visitas, abordagens de rua e trabalhos com grupos tais como rodas de conversa e oficinas psicossociais.

Assim, nas práticas do projeto MDHAC, pretende-se fazer junto, construir com os sujeitos ou "partes" em mediação e com a comunidade. Isso não isenta os atores do projeto de compreenderem que estão atravessados por desejos e interesses pessoais, por lógicas acadêmicas e ideologias político-institucionais. Importa analisar os atravessamentos pessoais e políticos no exercício individual e coletivo de reflexividade.

Espaços importantes de autoanálise são as reuniões semanais de equipe e supervisão ou "intervisão"[6] (Barreto, 2009). Ali se colocam em questão dificuldades, dúvidas e convicções práticas e teóricas. No contexto do diálogo entre pessoas e seus saberes, ativa-se o que já está construído e exploram-se novas possibilidades, novos caminhos.

Mediação de Conflitos: O Estágio e a Extensão nos Núcleos do MEDIAR

> Senta aqui,
> É bem melhor a gente conversar
> Olha pra nós e tenta reparar.
> (Perdas e Danos, Sorriso Maroto)

6 Intervisão diz do modo como o prof. Adalberto Barreto e cooperadores concebem a supervisão dialogal e participativa efetivada pela proposta de "Terapia Comunitária" criada por ele no Ceará e expandida nacional e internacionalmente.

O MEDIAR consiste na aplicação da metodologia da mediação de conflitos pela Polícia Civil de Minas Gerais, seguindo os princípios que fundamentam a mediação penal, ou seja, voluntariedade, informalidade, imparcialidade, capacitação do mediador, gratuidade, entre outros. É utilizada como um meio complementar ao sistema de justiça, não substituindo qualquer procedimento legal, tendo como objetivo principal a redução da reincidência criminal, o que contribui para a prevenção da criminalidade e da violência, além de ser um método de resolução de conflitos adequado à filosofia de polícia comunitária, fundamentado na promoção de direitos humanos e voltado para a prática restaurativa.

Nesse sentido, a justiça restaurativa se propõe a ser inovadora, na medida em que busca solucionar, por meio do diálogo, problemas de relacionamento pessoal que desencadeiam ações penais. A justiça restaurativa tem um comprometimento de realizar a justiça, com ênfase na recuperação do dano causado pelo conflito, em busca da restauração dos laços rompidos e se desenvolvendo de maneira mais acessível e comprometida nas soluções dos conflitos.

A Mediação de Conflitos, além de ser uma prática de justiça restaurativa, integra os meios alternativos de resolução de conflitos, entre Conciliação, Arbitragem e Negociação, que começaram a se apresentar como bons instrumentos à disposição das pessoas que buscam não apenas a celeridade na solução, mas uma solução que seja mais satisfatória e que esteja mais próxima de sua realidade e possibilidade de execução. A Mediação de Conflitos é, pois, um desses instrumentos que, além disso, possibilita a transformação na visão que as pessoas têm sobre os conflitos, assim como fomenta a comunicação pacífica.

O MEDIAR surgiu com o Núcleo de Mediação de Conflitos da Delegacia Regional de Polícia Leste, em Belo Horizonte, tendo iniciado suas atividades em setembro de 2006, com o objetivo de buscar uma forma amigável e colaborativa de resolução de controvérsias

e novos canais de inter-relacionamento e confiança entre a Polícia e a comunidade, destacando-se como projeto de Polícia Comunitária premiado em 2007 pela Academia de Polícia Civil de Minas Gerais. Atende principalmente a demandas tipificadas como crime de menor potencial ofensivo[7], de acordo com a Lei n.9.099/95, e casos em que os demandantes apresentavam relação continuada[8]. Possui, atualmente, treze núcleos. O grande desafio que o MEDIAR buscou enfrentar, que corresponde ao seu escopo principal, foi o de diminuir o número de reincidência das ocorrências que aportavam nas Delegacias de Polícia. A reincidência é quando o demandante ou o demandado retorna à Unidade Policial para relatar outro fato e, às vezes, o mesmo fato, envolvendo o problema e os envolvidos da primeira ocorrência registrada.

A Resolução nº 7.169, de 03 de novembro de 2009, que dispõe sobre a Mediação de Conflitos na Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, em seu Art. 2º, parágrafo único, Inciso III, representa bem o escopo do MEDIAR ao definir que os fundamentos da Mediação de Conflitos requerem transformar os problemas e controvérsias interpessoais ou comunitárias em desafios políticos e pedagógicos das próprias pessoas ou grupos envolvidos, estimulando soluções criativas do ponto de vista econômico, político ou moral. Assim, o modelo que se tem buscado desenvolver nos Núcleos de Mediação de Conflitos MEDIAR e que melhor se adequou ao objetivo da proposta é o da Mediação Transformativa.

7 Os casos atendidos nos Núcleos de Mediação do MEDIAR, no período de 2010 a 2011, corresponderam, em sua maioria, a demandas tipificadas como crime de menor potencial ofensivo, representando 58,0%. As demais demandas foram 30,5% de fatos atípicos, 8,55% de contravenções penais e 3,0% de outras tipificações.

8 De 2009 a 2011, os Núcleos de Mediação de Conflitos MEDIAR atenderam, principalmente, demandas com relação de parentesco entre as partes, correspondendo a 35%, e demandas com relação de vizinhança, sendo 31% dos casos. Os demais são: 13% relação conjugal; 5% relação de amizade; 4% relação de trabalho; 6% com outro tipo de relação e 6% sem nenhum vínculo.

Os Núcleos MEDIAR atendem, em sua maioria, a demandas tipificadas como crime de menor potencial ofensivo (em 2012 foram 69% das demandas), tendo como tipo de relação apresentada entre demandante e demandado a relação de vizinhança e a relação de parentesco (em 2012 correspondeu a 35% e 27% respectivamente, das demandas atendidas).

Como o procedimento da Mediação de Conflitos possui potencial especial para os distúrbios oriundos de relações continuadas ou cuja continuação seja importante, como as relações de parentesco ou de vizinhança, porque permitirá o restabelecimento ou aprimoramento dessas interações, a inserção de estagiários e extensionistas de Psicologia nesse ambiente, no caso os Núcleos de Mediação de Conflitos, permite uma profícua interação de conhecimentos a partir da visão e compreensão das partes sobre o conflito e a melhor forma de administrá-lo e transformá-lo a fim de se evitar novos desentendimentos ou o agravamento das tensões a ponto de culminar em eventos de maior potencial ofensivo.

A Mediação de Conflitos do MEDIAR e os Estágios e Extensão da PUC Minas

O que se procurou, portanto, com a abertura dos Núcleos de Mediação de Conflitos MEDIAR aos estagiários e extensionistas foi a troca de conhecimento sobre o fenômeno do conflito e a possibilidade de sua administração por meio da mediação. A motivação para a instauração da parceria entre Polícia Civil de Minas Gerais, por meio da Coordenação de Monitoramento dos Projetos de Polícia Comunitária, Promoção dos Direitos Humanos e Prevenção Criminal (Coordenação MEDIAR), da Superintendência de Investigações e Polícia Judiciária (SIPJ) e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMINAS) foi a expectativa de aproximação teórica, prática e interdisciplinar entre Psicologia e Mediação de Conflitos, principalmente com ênfase em políticas públicas e na prática restaurativa.

Assim, a celebração do Termo de Convênio de Estágio realizado em 2013[9], possibilitou o início dos trabalhos no primeiro semestre de 2014. O estágio foi preparado de modo que a Coordenação do MEDIAR passasse a indicar, a cada abertura de semestre, o número de vagas e Núcleos disponíveis para que os supervisores de estágios em Psicologia da PUC, Unidade São Gabriel, em Belo Horizonte, pudessem divulgá-los para seus alunos. Convencionou-se, entretanto, que a quantidade seria de quatro estagiários e extensionistas para cada Núcleo, sendo dois para o turno da manhã e dois para o turno da tarde. A seleção dos estudantes, desde então, é realizada pelos supervisores de estágio da PUC, podendo participar membros da coordenação do MEDIAR.

Cada Núcleo conta com um supervisor no campo: um policial civil mediador de conflito que aí atua, indicado pela coordenação do MEDIAR. Em geral, trata-se do mediador mais experiente. Dentro do período do estágio, os estagiários e extensionistas participam das atividades propostas e realizam, quando solicitados e agendados pela supervisão de campo, as avaliações necessárias, estando sob a égide das diretrizes traçadas pela coordenação do MEDIAR e da Polícia Civil de Minas Gerais. Para tanto, a recepção dos estagiários se dá no encontro metodológico a ser realizado na 1ª ou 2ª semana após a seleção, na Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, onde ocorre encontro com a equipe do MEDIAR para divulgação de todas as informações de que o estagiário necessitará para iniciar suas atividades.

A duração da prática é de um semestre letivo, sendo que, no Curso de Psicologia, foi possível disponibilizar a carga horária semestral de 32 horas/aula de efetiva atividade nos Núcleos pelos estagiários. Essa carga horária, apesar de bastante enxuta, foi planejada de modo di-

9 A parceria entre a Polícia Civil e a PUC Minas está formalizada por meio do Termo de Convênio de Estágio. Além disto, no momento atual, tramita outro documento que contemplará o convênio com a Pro-Reitoria de Extensão da PUC Minas. Esse documento é importante, pois proporcionará a consolidação da participação dos extensionistas junto ao MEDIAR, oportunizando a presença de alunos do curso de Direito que não têm, por hora, outra alternativa oferecida pelo seu curso de origem que venha a garantir sua participação.

nâmico, de forma que é possível ao estagiário/extensionista cumprir as mesmas etapas que um mediador de conflitos do MEDIAR realiza quando, em fase de treinamento, cumpre o estágio supervisionado obrigatório para o seu exercício.

O estagiário/extensionista é submetido ao processo metodológico a ser dividido em etapas, a fim de que possa conhecer e praticar a metodologia da Mediação de Conflitos em um ciclo completo. Em todas as etapas o estagiário/extensionista é acompanhado de um ou mais mediadores atuantes no Núcleo.

Desta feita, o estagiário/extensionista participa de:

- Treinamento – Encontro Metodológico: 2h/a (1º dia);
- Treinamento – junto à Coordenação de Estágio na PUCMINAS: 4h/a;
- Observação de mesa: 4h/a;
- Comediação: 4h/a;
- Atendimento às partes: 8h/a;
- Mediação (mediador principal): 8h/a.

O treinamento é planejado em conjunto entre os supervisores da PUC Minas e a coordenação do MEDIAR a fim de que os estagiários e extensionistas possam se reunir no mesmo dia e horário. Esse treinamento é realizado pela equipe do MEDIAR, a fim de diminuir as possíveis dúvidas sobre o procedimento da mediação quando o estagiário estiver em um dos Núcleos.

O estagiário e extensionista têm, então, a possibilidade de executar o seguinte trajeto: 1) observação de mesa, quando apenas irá observar a atuação do Mediador nos acolhimentos iniciais das partes e nas entrevistas individuais; 2) comediador, quando poderá ser o mediador auxiliar que irá observar e, nas pausas técnicas, irá dar a sua opinião sobre o caso atendido e sobre a atuação do mediador principal; 3) atendimento às partes, em que poderá fazer, como mediador principal, o atendimento individualizado das partes em conflito; 4)

poderá ser o mediador principal que conduzirá uma sessão conjunta de mediação. Entende-se que essa prática pode proporcionar ao estagiário o contato direto com o conflito e a sua administração, o que contribuirá em especial para a sua formação profissional.

Os estagiários são avaliados tanto pela coordenação do MEDIAR, que emite um relatório final de estágio entregue aos supervisores da PUC e à Academia da Polícia Civil de Minas Gerais, para que esta possa emitir os certificados de conclusão de estágio, quanto pelos próprios supervisores dos estágios do curso de Psicologia, nas disciplinas Estágio Profissionalizante em Psicologia e Mediação de Conflitos e Estágio Profissionalizante em Psicologia Jurídica.

A avaliação dada pela coordenação do MEDIAR é conceitual, sendo os estagiários e extensionistas avaliados pelos Supervisores Técnicos de cada Núcleo a partir da participação efetiva daqueles dentro do cronograma e das expectativas esperadas conforme plano de trabalho e atendendo-se aos seguintes critérios:

Tabela 2. Critérios adotados para avaliação dos estagiários adaptado do Relatório de Avaliação do Estágio em Mediação de Conflitos – 2014/II

Critérios	Nota Máxima
Iniciativa e integração	10
Conhecimento teórico	10
Cumprimento de atividades programadas	10
Assiduidade e pontualidade	10
Responsabilidade	10
Disponibilidade e dedicação	10
TOTAL	60

A pontuação máxima é de 60 pontos, o que corresponde ao conceito excelente. Os conceitos são decodificados em:

- Excelente: 60 pontos;
- Bom: de 59 a 41 pontos;
- Regular: de 40 a 21 pontos;
- Ruim: de 20 a 11 pontos;
- Muito Ruim: abaixo de 11 pontos.

Nos Relatórios Finais de Estágio tem-se observado que a equipe de supervisores, mediadores e a coordenação metodológica, em todas as versões de estágio realizadas, desde 2014, têm considerado o estágio proveitoso e rico no que diz respeito à troca de experiência, relatando a importância dada pelos mediadores de cada Núcleo quanto à oportunidade de difundirem seus conhecimentos.

Com relação aos estagiários e extensioinistas, os supervisores e mediadores relataram que têm sido "educados", capazes de seguir as regras e diretrizes da instituição, não havendo nenhum relato desabonador de suas condutas; relataram da percepção que tiveram da satisfação dos estagiários em estarem atuando nos Núcleos devido à organização e receptividade; do espírito de trabalho em equipe; da observação aos princípios que regem a Mediação; do desejo em ajudarem a transformar os conflitos das pessoas atendidas, assim como o respeito aos mediandos.

Em relação ao plano proposto, quase a totalidade dos estagiários e extensionistas tem conseguido atuar ao menos em um caso como mediador principal em ciclo e também nos atendimentos individuais. Além disso, os estagiários têm tido a oportunidade de conhecer e trabalhar nos instrumentos utilizados pelo MEDIAR, de discutir os casos com os mediadores e de fazer encaminhamentos para a rede parceira. Também merecem destaque as notas apresentadas pelos supervisores técnicos pontuando o avanço dos estagiários à medida que participam das atividades propostas. A avaliação conceitual

dos estagiários tem sido, em sua maioria, "excelente" ou "bom" e a carga horária praticamente cumprida por todos, o que demonstra o sucesso que a prática tem alcançado tanto junto aos estagiários e extensionistas quanto da parte da equipe do MEDIAR.

A Mediação Transformativa e Outras Correntes

Com relação ao procedimento da Mediação de Conflitos, observa-se que a grande maioria de casos atendidos versa sobre distúrbios oriundos de relações continuadas, como as relações de parentesco ou de vizinhança. Os estagiários são, portanto, conduzidos à prática da Mediação Transformativa porque, segundo a coordenação do MEDIAR, essa permitirá o restabelecimento ou aprimoramento dessas relações.

Segundo Warat (2001), existem várias correntes sobre os sentidos, as funções e o destino da Mediação de Conflitos. O procedimento aplica-se perfeitamente às relações continuadas, devido ao seu caráter transformador dos sentimentos, o que é, na maioria das vezes, ignorado no procedimento judicial e nos outros procedimentos alternativos.

É a natureza do conflito e a capacitação do mediador que definem os diferentes estilos de prática da mediação, conforme nos ensinam Sampaio e Braga Neto (2007). Assim, tem-se a Mediação Tradicional Linear, que se volta para o acordo, pois tem como meta a obtenção deste, diminuindo-se as diferenças e aumentando as semelhanças, valores e interesses entre as partes; a Mediação Transformativa que, voltada para a relação, sustenta que o escopo da mediação é a capacitação ou empoderamento das partes para que sejam capazes de compor seus futuros conflitos e reconhecer interesses e sentimentos mútuos, objetivando uma aproximação das partes e a humanização do conflito; e a Mediação Circular-narrativa, centrada tanto nas relações quanto nos acordos, em que o objetivo é o fomento da reflexão e a transformação das histórias trazidas à sessão e a obtenção de acor-

dos. Assim, o modelo que se tem buscado desenvolver nos Núcleos de Mediação de Conflitos MEDIAR e que melhor se adequou ao objetivo da proposta é o da Mediação Transformativa.

De acordo com Warat (2001), a Mediação é uma proposta transformadora do conflito, pelo fato de que quem busca a solução dos conflitos são as próprias partes conflitantes, por meio do auxílio de um mediador que administra o conflito e fomenta a reconstrução da relação conflituosa. A mediação é um procedimento de intervenção que busca atacar as causas do conflito, concentrando-se no sentimento das pessoas, ajudando-as a olhar para si mesmas e a "sentir seus sentimentos" (Warat, 2001, p. 31).

O modelo de Mediação Transformativa, desenvolvido por Bush e Folger (1994), busca o crescimento moral dos participantes da Mediação por duas vias: a capacitação, ou seja, o autorreforço que ocorre quando os participantes conscientizam-se de seus próprios objetivos, interesses, opções e recursos, de sua capacidade para organizar e apresentar argumentos e de sua capacidade de tomada de decisão consciente; e o empoderamento conjugado com o reconhecimento da situação e do outro ou livre reinterpretação da sua ação.

Dentro desse modelo, complementar à visão de Bush e Folger, encontra-se a perspectiva desenvolvida por Lederach (2003), denominada de Teoria da Transformação do Conflito, que descreve essa transformação como uma lente e uma estratégia para abordar o conflito. De acordo com Lederach (1998), a Transformação de Conflitos é uma proposta diferente de observação dos fatos a partir de diversas lentes para se compreender o conflito no âmbito individual e social. Primeiro, são usadas lentes para examinar a situação imediata; em seguida, outras são utilizadas para ver o passado dos problemas imediatos e os padrões das relações que demarcam o conflito (avaliação aprofundada da situação vivida); e, por último, é utilizada a lente para encontrar um marco de convergência com o qual se possa criar uma base de atuação para que os indivíduos envolvidos possam

discutir o conteúdo, o contexto e as estruturas das relações de forma cooperativa.

O conceito da Transformação de Conflitos, de Lederach (1998), compreende a evolução dos conflitos sociais a partir de mudanças nas quatro dimensões da experiência humana. O objetivo é promover processos construtivos de cada uma dessas dimensões.

Tabela 3. Dimensões a serem trabalhadas para a promoção de processos construtivos, segundo Lederach adaptado por Andrade (2014)

Dimensão pessoal	Dimensão relacional	Dimensão estrutural	Dimensão cultural
Transformação sugere que os indivíduos são afetados pelo conflito de modo negativo (exemplo, afeta o nosso bem-estar físico, a nossa autoestima e estabilidade emocional) e positivo (dá forças ao indivíduo para agir)	O conflito torna explícito o quão perto ou distantes as pessoas desejam ser; O conflito torna explícito como vão usar e compartilhar o poder; O conflito torna explícito o que percebem de si mesmo e dos outros; O conflito torna explícitos quais padrões de interação desejam ter.	Análise das condições sociais que dão origem ao conflito e a maneira que o conflito afeta a mudança estrutural e social existente em instituições sociais (família, casamento, escola, creche), políticas (organização comunitária, associação) e econômicas (loja, oficina, outros locais de trabalho).	Transformação visa compreender como os padrões culturais acumulados e compartilhados afetam a forma como as pessoas compreendem e respondem ao conflito; Transformação visa descobrir os padrões culturais que contribuem para a violência em um dado contexto; Transformação visa identificar e desenvolver os recursos culturais existentes para lidar com o conflito.

Mas como transformar os conflitos? Lederach (1998) desenvolve um mapa investigativo da transformação que parte da situação presente e chega ao futuro desejado, a partir do desenvolvimento de processos de mudança que ligam esses dois pontos. O mapa de Lederach fornece uma lente que nos permite vislumbrar as possibilidades de resposta imediata e de longo prazo de uma mudança construtiva. Para ele, a Transformação de Conflitos é uma viagem circular com um propósito e pode ser desenvolvida a partir das práticas da abordagem transformacional resumidas no seguinte quadro:

Tabela 4. Práticas da abordagem transformativa segundo Lederach adaptado de Andrade (2014)

Prática 1	Prática 2	Prática 3	Prática 4	Prática 5
Capacidade de ver a situação sem se deixar levar pelas exigências em que se apresentam as questões, pela urgência que nos empurra para soluções rápidas e pelas ansiedades que muitas vezes elevam o conflito.	Capacidade de pensar sobre a mudança sem estar condicionado a uma visão de curto prazo	Capacidade de reformular o conflito para identificar os objetivos e procurar opções inovadoras para a ação.	Capacidade de buscar as opções que parecem ter a maior promessa de mudança construtiva	Capacidade de ouvir e falar a voz da identidade e do relacionamento - quais padrões de interação conseguiram construir

O MEDIAR e a Verificação dos Seus Resultados

A Mediação de Conflitos, instituída na Polícia Civil de Minas Gerais por meio dos Núcleos MEDIAR, é um exemplo de como é possível a aplicação de práticas restaurativas, assim como ações de polícia comunitária e promoção dos direitos humanos. Nos Núcle-

os, os estagiários/extensionistas têm tido a oportunidade de verificar que a maioria dos atendidos reside em bairros de padrão popular, dedicando-se a ocupações características da classe trabalhadora ou pobre e, a despeito de estar no trabalho ou em outra atividade, o índice de atendimento, seja às intimações, seja às cartas-convite, tem sido bastante significativo.

Os estagiários/extensionistas poderão também verificar o percentual de acordos entre os atendidos, embora esse não seja o objetivo principal da Mediação Transformativa, pois, mesmo não havendo um consenso possível, mesmo que não consigam chegar a um acordo, os participantes têm a oportunidade de um aprendizado que será valioso, caso decidam buscar seus direitos por meio do sistema judicial, ou mesmo para prevenir futuras desavenças.

Esse é, na verdade, o grande ganho da prática aplicada no nível da comunidade, pois o seu reflexo tem sido a diminuição significativa da reincidência nos casos atendidos[10]. Os casos reincidentes no MEDIAR são quando o demandante retorna ao Núcleo para resolver a mesma demanda já encerrada pelos mediadores – seja porque os acordos foram descumpridos por uma das partes, seja por necessidade de outras orientações. Compreende-se que a mediação realizada nos Núcleos do MEDIAR tem sido eficaz na solução dos problemas apresentados pelos mediandos, pois é insignificante a taxa de reincidência mantida. Esse dado é o mais importante a ser observado, levando-se em conta o escopo do Projeto MEDIAR que, em 2006, inicia as suas atividades justamente para reduzi-la.

O Termo de Convênio analisado tem demonstrado, portanto, excelentes resultados para o conhecimento e aperfeiçoamento profissional dos estudantes de Psicologia e de Direito, visto que, em contato tanto com as práticas da abordagem transformativa que focam na promoção de processos construtivos quanto com o público

10 De acordo com o Relatório de Resultados do MEDIAR, disponibilizado pela instituição, o número de reincidências durante o período de 2010 a 2012 correspondeu a 0,7% do total de atendimentos.

atendido, têm a possibilidade de compreender a evolução dos conflitos sociais a partir de mudanças nas dimensões pessoal, relacional, estrutural e cultural da experiência humana, além do crescimento moral dos participantes da mediação.

O que se procurou, como dito anteriormente, com a abertura dos Núcleos de Mediação de Conflitos MEDIAR aos estagiários e extensionistas, foi a troca de conhecimentos sobre o fenômeno do conflito e a possibilidade de sua administração por meio da mediação de conflitos. Assim, se for possível ao estagiário e extensionista perceber o processo de capacitação ou empoderamento das partes para que sejam capazes de compor seus futuros conflitos e o de reconhecimento mútuo de interesses e sentimentos objetivando uma aproximação das partes e a humanização do conflito, terá essa parceria alcançado o seu objetivo maior.

O Estágio e a Extensão em Mediação de Conflitos na Comunidade do Bairro São Gabriel

> Por te falar eu te assustarei e te perderei?
> Mas se eu não falar eu me perderei, e por me perder eu te perderia.
> (Clarice Lispector)

Promovendo ações de educação, cultura e assistência em comunidades do Espírito Santo e Minas Gerais, a Fundação Metodista de Ação Social e Cultural é uma instituição sem fins econômicos nem político-partidários, que tem como objetivo o crescimento moral e social das pessoas atendidas. No bairro São Gabriel, em Belo Horizonte, a unidade da instituição é popularmente conhecida como "Centro Comunitário Metodista" e trabalha com crianças, adolescentes, jovens, idosos e suas famílias, oferecendo oficinas de educação cristã, acompanhamento escolar, literatura, brinquedoteca, taekwondo, esporte, cidadania, musicalização, expressão corporal, artes e informática. A Fundação Metodista se oferece também como campo de estágios da PUC Minas em Psicologia Social Comunitária

e Psicologia Clínica e tem sido também campo de extensão recebendo, eventualmente, práticas diversas e, na atualidade, o Projeto MeDH & Ação Comunitária.

O projeto MDHAC é uma prática de extensão articulada com estágios em psicologia. Para a realização dos estágios faz-se necessária a matrícula de alunos, a partir do 7º período, nas disciplinas Estágio Profissionalizante Psicologia e Mediação de Conflitos e Estágio Profissionalizante Psicologia Jurídica. Já para a prática de extensão há a necessidade da aprovação anual do projeto na seleção promovida pela Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas (PROEX). Sob essas condições, a proposta de mediação familiar e comunitária na Fundação Metodista tem se organizado e funcionado da seguinte maneira:

1. Seleção e contratação de extensionistas: ocorrem inicialmente por meio da divulgação e capacitação inicial para alunos de cursos, unidades e campi diversos da PUC Minas, respectivamente, sob as responsabilidades da PROEX e das coordenações de extensão locais. No contexto da capacitação os projetos aprovados a serem executados são apresentados e dá-se o início do processo de seleção dos alunos envolvidos e interessados. A seleção, com entrevistas coletivas e individuais, pode ocorrer apenas nesse contexto ou se estender para outros momentos complementares. A contratação dos selecionados é feita formalmente pela PROEX e mediada pela coordenação de extensão local e cada campus ou unidade.
2. Recepção dos estagiários matriculados: os alunos matriculados nos estágios de Psicologia e Mediação de Conflitos e Psicologia Jurídica são recepcionados pelos respectivos professores e informados quanto à proposta e modo de organização e funcionamento dos estágios.
3. Reuniões de início: assim como na Policia Civil, há uma reunião de apresentação do campo e do trabalho na Fundação Metodista.

4. Capacitações de estagiários e extensionistas: há regularmente, no primeiro mês do semestre letivo, dois momentos de capacitação inicial, ministrados por mediadores professores do Projeto MEDIAR, direcionados tanto aos estagiários quanto aos extensionistas. Nessas aulas se apresenta a teoria básica da mediação e também a prática tal como ocorre no projeto da Polícia Civil. Informações e conhecimentos complementares são trabalhados nas reuniões de equipe de extensionistas e nas supervisões dos estagiários.

5. Supervisões de estagiários: ocorrem semanalmente. Ali são trabalhados conhecimentos teóricos e práticos necessários ao processo de aprendizagem elementar em mediação de conflitos para estagiários com opções para um ou para o outro dos campos de atuação.

6. Reuniões de equipe e supervisões de extensionistas: os extensionistas também optam por um ou outro dos campos de atuação em mediação de conflitos, podendo também atuar em ambos os campos de extensão, conforme sua disponibilidade, interesse e as necessidades do projeto. Os mesmos extensionistas devem se distribuir disponibilizando-se também para atuarem em outros campos do projeto de extensão: o movimento socioambiental, as redes sociais comunitárias e as práticas de educação em direitos humanos.

7. Ações de mobilização comunitária no bairro São Gabriel: para que se construa a demanda para os atendimentos em mediação de conflitos, faz-se necessário haver o conhecimento da oferta. A responsabilidade pela divulgação da proposta cabe aos próprios atores (professores e alunos) que a oferecem. Isto se dá não apenas por que não existe outro pessoal disponível para a imprescindível mobilização da comunidade, mas também e principalmente porque importa que os mediadores em formação não se atenham às práticas de atendimento. Faz parte dos objetivos do projeto de extensão em mediação comunitária que os mediadores articulem o atendimento das

> partes ao conhecimento da dinâmica da comunidade. Comunidade não se conhece devidamente apenas por meio da transmissão de outros ou de uma mera inserção nas dependências internas de uma organização comunitária. Deve-se, de modo importante, investir no conhecimento vivencial e prático. Assim, o exercício de sair da Fundação Metodista e ir para as ruas, casas, templos religiosos, estabelecimentos comerciais, equipamentos públicos etc. se coloca tanto como necessidade de divulgação para a construção da demanda quanto também atende à necessidade de formação do mediador, que se quer "comunitário".

Práticas de Mediação de Conflitos na Fundação Metodista

As práticas de mediação de conflitos na Fundação Metodista ocorrem em uma sala específica, devidamente mobiliada, havendo armários, uma mesa redonda com cadeiras para os atendimentos e suas simulações didáticas. Mais afastada, há uma mesa longa e retangular com cadeiras para as reuniões e supervisões e, eventualmente, para as observações à distância. As mediações ocorrem durante o semestre letivo, com frequência semanal e, geralmente, em um dia fixo da semana com período de tempo aproximado entre 30 minutos e 1 hora, idealmente seguido da partilha de reflexões e supervisão do atendimento. A mesa circular de mediação tem sido composta pela(s) partes(s) e por três ou quatro componentes da equipe de mediação. As funções destes são: a) mediador principal, comediador e observadores de mesa. Nos atendimentos tem havido também a presença de observadores à distância, que ficam sentados próximos à mesa retangular. Esta, porém, tem sido uma questão polêmica no projeto. Felizmente tem havido a crescente demanda de atendimentos, mas ainda insuficiente para a participação de todos os alunos nas mediações. Com o tempo limitado de disponibilidade (duas horas, uma vez por semana) e o crescente número de alunos interessados, há um tensionamento preocupante. Alunos apresentam a necessidade e o

interesse de aprenderem pela ação prática ou a observação à distância da prática da mesa de atendimento. Eles querem participar e importa que estejam presentes participando e observando diretamente ou observando à distância os atendimentos. Por outro lado, há nas experiências dos atendidos a vivência de autoexposição, a presumida insatisfação com a inexistência de vínculo explicitado com parte dos atores no processo, ou seja, exatamente aqueles que observam à distância. No contexto de trabalhos de pesquisa e intervenção encontram-se reações semelhantes entre os pesquisados: o "sentir-se como objeto (e não sujeito) de estudo, ou como 'cobaia'". Tal fenômeno já provocou interrogações e o autoquestionamento pelos interventores-pesquisadores sobre os possíveis autoritarismos e abusos de poder aí presentes (Pereira, 2001). Isto foi "reclamado" explicitamente por uma medianda na Fundação Metodista. Não se pode, portanto, negligenciar e se ensurdecer frente a tais situações previsíveis e constatadas. As soluções experimentadas até o momento foram reduzir o número de observadores à distância e mesmo evitar a presença desses atores. Como consequência, talvez se deva, no processo gradual de aprimoramento da prática, reduzir o número de estagiários e extensionistas em mediação de conflitos na Fundação Metodista, pelo menos pelo espaço de tempo em que ainda não houver as melhores condições para a realização das práticas pedagógicas nesse campo. Ainda que não seja o ideal, os alunos e professores são convidados, no momento, a fazer um exercício ético de renúncia ao desejo e ao interesse de estarem presentes em todas as práticas, contentando-se, assim, em participar diretamente apenas de algumas. Isto ocorrendo em favor do que deve ser considerado como o principal, ou seja, o atendimento com a melhor qualidade possível aos demandantes.

A seguir, serão apresentados os passos do atendimento em mediação de conflitos na Fundação Metodista:

1. Recepção: A fundação metodista dispõe de uma funcionária que faz a função de recepcionista tanto para atendimentos

presenciais quanto telefônicos. Cabe à recepcionista o primeiro contato com os solicitantes da mediação. Como ela não compõe a equipe de mediadores, é muito importante que essa equipe esteja em constante contato e sintonia com a recepcionista. Isso deve ser feito por meio da troca de informações permeada por um vínculo funcional, afetuoso e produtivo. A recepcionista é uma importante parceira, pois o primeiro vínculo com o solicitante é feito por ela. Na recepção deve haver o registro inicial do pedido de mediação ou outra demanda incluindo o nome e contato do solicitante que será repassado para os mediadores acadêmicos.

2. Acolhimento: esse deve ser feito pelos mediadores acadêmicos em formação (somente alunos ou alunos juntos com um professor). Implica uma escuta inicial da solicitação com o objetivo de identificar se se trata ou não de demanda para a mediação de conflitos. Deve ser preenchido um formulário próprio. O acolhimento pode ser feito de modo separado ou já no contexto do atendimento inicial.

3. Atendimento inicial/orientação: acontece quase sempre por meio da escuta da parte solicitante. Nesse atendimento, se ocorrer junto com o acolhimento, será identificado como sendo ou não demanda para mediação de conflitos. De todo modo há também um formulário específico para o atendimento que é complementar ao de acolhimento. Tratando-se de uma demanda de orientação e os mediadores se julgando em condições de atender, a orientação (de cunho jurídico, psicossocial ou outra) poderá ser feita com o devido encaminhamento. Caso os mediadores não estejam plenamente preparados para a orientação, o que é provável por se tratar de uma proposta de formação focada em alunos, eles podem marcar novo atendimento intermediado passando pela supervisão e estudos que proporcionem os conhecimentos e as informações a serem aportados.

4. Atendimento inicial/mediação: no caso de haver demanda

para mediação, a parte que faz a solicitação é chamada de demandante e a outra parte de demandada. Ambas são atendidas em momentos distintos. Nos atendimentos, a interação ocorre, por parte do mediador, com uma escuta respeitosa e uma intervenção fomentadora da responsabilização do sujeito pela parte que lhe cabe na relação conflitiva. Assim se convida à saída de posições vitimistas e heterônomas, ou seja, condutas que atribuem a outros a causa, a culpa ou a responsabilidade pelos problemas nos quais se está envolvido. Se os sujeitos conseguem rever suas posições, identificar e assumir suas necessidades e seus interesses, passos importantes são dados no sentido da preparação para a realização do ciclo de mediação.

5. Ciclos de mediação e encaminhamentos: o ciclo ocorre após os atendimentos individuais. Ele é definido pela realização de uma ou mais secções de diálogos entre os mediandos, facilitadas pela equipe de mediadores. Com o aumento das demandas, tem havido a necessidade do uso de mais de uma sala para situações de atendimentos simultâneos de casos. Esse é um bom problema que tem sido enfrentado na Fundação Metodista. Quando há consenso e/ou acordo entre as partes, são feitos os devidos encaminhamentos.

Focalizam-se aqui dois eixos: mediação atendimento e mediação comunitária. O eixo mediação atendimento visa a contribuir para a resolução dos conflitos gerando um espaço de diálogo entre os envolvidos na demanda. Isto se faz, como já dito cima, por meio: (a) da orientação e; (b) da mediação propriamente dita. Na orientação a questão apresentada é acolhida e na sequência se presta orientação psicossocial e/ou jurídica e são dados encaminhamentos para serviços sociais, assistenciais e de redes governamentais e não governamentais.

Na mediação, há as informações sobre o método. Havendo a concordância das partes, constitui-se um clima de diálogo, podendo ha-

ver como consequência o consenso e até mesmo o acordo pacífico de resolução do conflito. A mediação comunitária vai além da mediação atendimento por abranger demandas de coletivos, e não apenas demandas individuais. Assim, aquela atende também a grupos de moradores, associações e redes. A mediação comunitária pode promover também a coletivização de demandas, ou seja, tornar grupal aquilo que se apresentava inicialmente como reivindicação individual. E mais, tornar aquilo que se apresentava como pedidos de grupos fragmentados como demanda comunitária. Para esse trabalho são úteis identificações e mapeamentos de grupos sociais, lideranças comunitárias, equipamentos públicos, redes sociais etc. (Santos & Nascimento, 2013).

Em consonância com o dito acima, o projeto MDHAC e a própria Fundação Metodista integram a rede social do bairro São Gabriel. Isso é um elemento facilitador para a proposta, em processo, de não se restringir aos atendimentos de mediação entre partes tais como casais, famílias e vizinhos, mas também vir a atender coletivos comunitários como já se anuncia nas práticas em processo. Nessa direção, o instituto de mediação familiar e comunitária vai se implementando na comunidade que abriga a PUC Minas São Gabriel.

Considerações Finais

> Eu não: quero uma realidade inventada.
> (Clarice Lispector)

Nesta apresentação reflexiva do projeto de extensão da PUC Minas MeDH & Ação Comunitária: Mediação, Direitos Humanos e Ação Comunitária, optou-se por enfatizar as atividades didáticas de mediação de conflitos policial e comunitária realizadas na RMBH. A mediação de conflitos é entendida como um dos métodos extrajudiciais de solução de conflitos. Tem caráter inter e transdisciplinar. Articula saberes característicos de áreas em disciplinas distintas como: psicologia, direito, serviço social, comunicação, administra-

ção e pedagogia. Compreendendo educação como mediação social, buscou-se identificar o mediador de conflitos como educador em direitos humanos.

A formação em mediação de conflitos perseguida pelo projeto MDHAC coloca em questão o modelo de profissional da normatização, o tecnólogo do controle que tem habitado tanto a Psicologia como também outras ciências e profissões. Perseguem-se assim perfis alternativos de profissionais. No Projeto MEDIAR da Polícia Civil, os mediadores e supervisores de campo são "novos policiais", servidores públicos identificados com a proteção e a defesa dos direitos humanos. Na Fundação Metodista, professores e alunos de diferentes cursos assumem-se como mediadores sociais e educadores em direitos humanos ao construírem, cooperativamente, uma proposta de mediação comunitária.

Neste capítulo, a Psicologia esteve em foco para a reflexão sobre um saber que, tendo dificuldades para ser colocado como ciência independente, faz de uma inferida fragilidade sua fortaleza. Na condição de conhecimento de fronteira, disciplina mestiça, saber/fazer de *mediação,* a Psicologia se potencializa no "entre". No parcial enlaçamento entre a biologia e a sociologia ela se constitui como ciência psicológica e na sua fronteira com as ciências sociais se estabelece a Psicologia Social.

O profissional em formação para a mediação de conflitos, muito próximo de uma psicologia social crítica, é convidado a se perder vindo a, possivelmente, se reencontrar tal como o "psicólogo desparecido" que Heliana Conde sugere. Esse pode ser promotor da "liberdade" e da "vida". É à mesma autora que se recorre para encerrar esta produção:

> Começando a concluir: o psicólogo desparecido é o que vai ser capaz de se ver inteiramente fundado e refundado pela história. Ele vai se pensar assim. E da mesma maneira, vai entender seu objeto de estudo e intervenção, como sendo, igualmente, fundado e

> refundado pela história. Em que e para que vai contribuir, a partir dessa reflexão? Estou imaginando uma utopia ativa que possamos trabalhar em nossos grupos, em nossas práticas cotidianas. Não acredito que o "psicólogo desparecido" vá contribuir com uma "boa ideologia" para uma "liberdade ideal". Agora, ele pode contribuir e muito, para que nos livremos, ainda que parcialmente, de certas formas de sermos governados, que estão ligadas a regimes de verdade. Talvez não possamos nos libertar de certo Estado ou de certa polícia, mas quem sabe ao menos nos possamos livrar de certas formas de governo que são "governos da subjetividade", vinculados a regimes de verdade hegemônicos, sempre a nos dizer como devemos ser, como devemos ver, como devemos pensar. Acho que abordar essa questão da historicidade tem uma contribuição fundamental, porque cada vez mais precisamos articulá-la com nossa prática cotidiana, nossa formação e nossos debates [...]. (Conde, 2004, p. 176)

Na mediação de conflitos transformativa, na educação em direitos humanos e na psicologia social, mediando e buscando contribuir para a formação e transformação de relações e de outras pessoas, se pode também formar-se, afirmar-se e reafirmar-se, em parte. Pode-se, entretanto, também em parte, se transformar, recusando-se a ser apenas quem se tem sido.

Referências

Andaló, C. (2006). *O papel do coordenador de grupos*. In C. Andalò. Mediação Grupal. São Paulo: Ágora.

Andrade, A. M. A. C. (2014). *A Perspectiva Sociológica da Resolução de Conflitos no Estudo do Comportamento frente às Instituições*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Arendt, R. J. J (2004). Investigações em torno do objeto da Psicologia. In A. M. J. Vilela & D. Mancebo (Orgs.). *Abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Editora UERJ.

Barreto, A. (2009). Terapia Comunitária: construindo redes solidárias na comunidade. In D. T. Tatsch, N. M. F., Guareschi, & S. T. Baumkarten (Orgs.), *Tecendo Relações e Intervenções em Psicologia Social*. Porto Alegre: AbrapsoSul.

Bush, R. A. B. & Folger, J. P. (1994). *The Promise of Mediation*: *Responding to Conflict through Empowerment* and *Recognition*. San Francisco: Jossey-Bass.

Conde, H. (2004). O "Sujeito Psicológico" e os Direitos Humanos: Ideologias em Questão II. In Conselho Federal De Psicologia & Comissão nacional De Direitos Humanos. *Psicologia e Direitos Humanos: Subjetividade e Exclusão*. São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.

Freire, P. (2000). *Educação como prática de liberdade: a sociedade brasileira em transição*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gomes, G. P. O. A. (2015). *A importância do empoderamento na mediação de conflitos proposta pelo projeto Mediar da Policia Civil de Minas Gerais, sob a perspectiva da análise comportamental aplicada*. Monografia em Psicologia. Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Gonsalves, E. P. (2004) *Da Ciência e de outros saberes*. Campinas, SP: Alínea.

Guareschi, P. A. (2002). Sinais de um novo paradigma. In R. H. F. Campos & P. A.Guareschi, *Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana.* Petrópolis,RJ: Vozes,

Lederach, J. P. (1998). *Construyendo la Paz: Reconciliacion sostenible em sociedades divididas*. España: Gernika-Gogoratuz/Centro de Investigación por la Paz.

Lederach, J. P. (2003). Conflict Transformation. Beyond Intracrability. In G Burguess & H. Burguess (Eds.), *Conflict Research Consortium.* University of Colorado, recuperado em http://www.beyoundintractability.org/essay/trasnformation/

Lispector, C. (2010). *A Paixão segundo GH***.** Rio de Janeiro: Rocco.

Luna, M. D. & Silva, S. M. (2004). Psicologia Social e Comunitária: Revisando a formação e a postura teórica-prática do psicólogo. *Revista E*letrônica *de Psicologia*, (04), recuperado em http://www.utp.br/psico.utp.online/site4/psic_social.pdf

Machado, M. N. M. (2003). Psicologia e direitos humanos: aspectos históricos, teóricos e práticos. In A. M. C. Guerra, L Kind, L. Afonso, & M. A. M. Prado (Orgs.), *Psicologia Social e Direitos Humanos*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, Abrapso Minas.

Mayorga, C. (2007). Revisitando a Pedagogia do oprimido: contribuições à psicologia social comunitária. In C. Mayorga & M. A. M. Prado. *Psicologia Social: Articulando Saberes e Fazeres*. Belo Horizonte: Autêntica.

Mesquida, P. & Wandscheer, R. (2005). *A paideia freireana: a utopia da formação como prática da liberdade*, recuperado de http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2005/anaisEvento/documentos/com/TCCI049.pdf

Nascimento, R. F. (2000). *Pobre pai: a construção da identidade em homens pais pobres urbanos.* Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

Nascimento, R. F. (2007). Psicologia Social e Sexualidade. In *Anais do XI Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica*. UFMG, Belo Horizonte. http://www.fafich.ufmg.br/coloquio/horarios.php

Nascimento, R. F. (2009). As práticas psicológicas em direitos humanos do Instituto de Psicologia da PUC Minas**.** In R. S. R. Souza (Org.), *Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pró-Reitoria de Extensão. Núcleo de Direitos Humanos. P816u Universidade e direitos humanos: práticas desenvolvidas na PUC Minas*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas.

Nascimento, R. F. (2013). *Conversa-ação comunitária: potencializando as relações entre a PUC SG e comunidades do seu entorno*. (Projeto de Extensão – 2011/2012/2013). Belo Horizonte: Pro-reitoria de Extensão PUC Minas. (No prelo).

Nascimento, R.F. (2015). *MeDH & Ação Comunitária: Mediação, Direitos Humanos e Ação Comunitária*. (Projeto de Extensão – 2014/2015). Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Extensão PUC Minas. (No prelo).

Pereira, W. C. C. (2001). Metodologia do Trabalho Comunitário e Social. In *Nas trilhas do trabalho comunitário e social*. Petrópolis,rj: Vozes.

Polícia Civil De Minas Gerais. (2013). *Relatório de Resultados das Atividades do MEDIAR – 2012.* Belo Horizonte: Autor. (No prelo).

Polícia Civil De Minas Gerais. (2014). *Relatório de Avaliação do Estágio em Mediação de Conflitos – 2014/II***.** Belo Horizonte: Autor. (No prelo).

Resolução n. 7.169, de 03 de novembro de 2009. (2009). Regulamenta a Mediação de Conflitos na Polícia Civil de Minas Gerais e dá outras providências. Belo Horizonte, recuperado de http://intranet.pcmg.gov.br

Sampaio, L. R. C. & Braga Neto, A. (2007). *O que é Mediação de Conflitos*. (Coleção Primeiros Passos, 325). São Paulo: Brasiliense.

Santos, L. C. & Nascimento, R. F. (2013). "Cá entre nós": o Programa Mediação de Conflitos e a Psicologia Social Comunitária. In B. D. Gonçalves, C. E. C. Vieira, L. Fensterseifer, M. C. M. Andrade, R. F. Nascimento, V. F. Andrade, & V. P. Oliveira (Orgs.), *Psicologia na PUC Minas São Gabriel: uma década de história*. Belo Horizonte: PUC Minas.

Warat. L. A. (2001). *O Ofício do Mediador*. Florianópolis: Habitus.

Políticas públicas, direitos humanos e democracia:

contribuições para um conhecimento crítico sobre processos psicopolíticos

Andréa Moreira Lima

Introdução

No campo científico, ter como posicionamento ético-político a efetiva democratização da sociedade requer vincular a produção do conhecimento ao enfrentamento das condições de desigualdade. Nesse contexto, a promoção de uma cultura de direitos humanos é um horizonte para a construção de equidades sociais e para a universalização dos direitos, em nossa vida cotidiana. Contudo, para que a universalidade dos direitos humanos comporte um caráter crítico, é preciso que ela contemple as particularidades das lutas sociais. Se, por um lado, existe uma lógica de opressão que perpassa as minorias sociais, de modo que se faça preciso afirmar os direitos humanos

como um eixo unificador de suas lutas, por outro lado, a afirmação de tais lutas precisa ocorrer enquanto um processo de estratégia política, que, a todo tempo, pode ser (des)construído e (re)inventado, de modo a alcançar mais amplamente as particularidades das demandas dos grupos sociais e dos sujeitos envolvidos nesses processos de reinvindicação de direitos.

Em suma, a universalidade dos direitos humanos adquire consistência prática apenas quando as particularidades das lutas sociais são universalizadas. Entretanto, em uma sociedade desigual, as particularidades que se universalizam são, na maioria das vezes, aquelas que são impostas, ou representadas, pelos modelos dominantes. Nesse contexto, uma questão que tem orientado as discussões em Psicologia Social e Política é a seguinte: até que ponto as ações políticas dos governos, dos movimentos sociais e da sociedade civil, em geral, têm buscado novas configurações sociais para que todos sejam reconhecidos e respeitados como humanos?

Como tentativa de resposta à questão, discutiremos algumas das propostas levantadas, por teóricos sociais, para a compreensão dos processos psicopolíticos de equiparação de direitos. Iniciaremos esta reflexão apresentando algumas categorias de interpretação acerca das relações sujeito e sociedade, movimento social e Estado, a partir das contribuições de dois grandes sociólogos contemporâneos, a saber: Alain Touraine e Alberto Melucci. Em seguida, articularemos ao debate a contribuição de outros autores da atualidade, ampliando, assim, a discussão acerca da interlocução entre as perspectivas universalistas e particularistas que orientam as relações entre identidade coletiva, movimentos sociais e políticas públicas.

Dilemas da Relação Sujeito e Sociedade: Contribuições Interpretativas de Touraine e Melucci

No livro *Crítica da Modernidade,* Touraine (2002) apresenta a sua célebre concepção de que o sujeito só existe como movimento social.

Para o autor, o sujeito social a ser analisado é o movimento social, uma vez que o principal interesse de seu debate é destacar a ideia de que o sujeito é inseparável das relações sociais. Nesse contexto, o sujeito se define pela sua oposição política ao sistema social, o qual objetiva as necessidades do sujeito a partir de demandas mercantis. Assim, é possível tomar os conceitos de razão e de sujeito – a princípio, opostas – de maneira integrada, a partir da mediação da categoria de movimento social. Isto é, o sujeito passa a ser compreendido por sua ação coletiva, dirigida contra o poder dominante.

Na perspectiva touraineana, as concepções de sujeito e democracia são indissociáveis. A democracia não significa, apenas, o conjunto de garantias institucionais para os cidadãos, mas também a luta dos sujeitos sociais contra os sistemas dominantes, bem como o empenho por uma sociedade pluralista, capaz de organização e de negociação, ou seja, de mediação entre os interesses e os valores diversos. Uma sociedade democrática reconhece o outro, como sujeito, na sua pluralidade.

Uma vez que os princípios constitutivos do regime democrático permitem aos atores sociais se constituírem e agirem livremente, o sujeito é visto como a expressão política da democracia. Assim, nos momentos em que os diferentes atores sociais, envolvidos na construção da política de direitos humanos, colocam-se como produtores dessa história, eles são capazes de aproximar a perspectiva universalista da razão da perspectiva particularista da subjetivação. Isso posto, um movimento social passa a ser reconhecido, ao mesmo tempo, como racionalidade e subjetivação, universalidade e particularidade.

Nesse tipo de lógica, torna-se necessária uma maior articulação entre a perspectiva universal dos direitos humanos e a perspectiva particular das situações e relações sociais, nas quais tais direitos devem ser protegidos. Assim, afirma Touraine (2002):

> Só há atores sociais se se combinar a consciência interiorizada de direitos pessoais e coletivos, o reconhecimento da pluralidade dos

> interesses e das ideias, particularmente dos conflitos entre dominantes e dominados, e enfim a responsabilidade de cada um a respeito de orientações culturais comuns. (p. 345)

O que está exposto significa, então, que devemos pensar a democracia por outro viés, isto é, pensá-la como a "capacidade criadora e transformadora dos indivíduos e das coletividades" (Touraine, 2002, p. 370). Contudo, diante das diversificadas mudanças sociais, seria possível falarmos de sistema social único, que teria as relações de classe como o seu conflito central?

Na contemporaneidade, a complexidade das ações coletivas é ilustrada pelas reivindicações de equivalência de direitos. Essa complexidade se apresenta, também, nos antagonismos e nas negociações entre os diferentes atores sociais, bem como na relação entre Estado e movimentos sociais. Sob uma perspectiva, os movimentos sociais demonstram especificidades e diferenças que podem conduzir ora à afirmação, ora à fragmentação de suas lutas. Em contrapartida, no campo das políticas públicas, o referencial de universalização dos direitos humanos pode conduzir à homogeneização das demandas, das lutas e dos próprios grupos sociais.

Touraine (2002) enfatiza que o sujeito se constitui por oposição à lógica do sistema social; contudo, ele ressalta, o sujeito e o sistema não são universos separados, mas antagônicos. Além disso, esse autor introduz o conceito de sociedade programada, referindo-se à excessiva produção e difusão de bens simbólicos e culturais, de conhecimentos e de informações.

> Com efeito, eu chamo de sociedade programada – expressão mais precisa que a de sociedade pós-industrial [...] – aquela em que a produção e a difusão maciça dos bens culturais ocupam o lugar central, aquele que outrora fora ocupado pelos bens materiais na sociedade industrial. (Touraine, 2002, p. 258)

Na sociedade industrial, as demandas sociais atrelavam-se às questões econômicas – mais precisamente, à luta de classe. Na sociedade

programada, ao contrário, as demandas se diversificam, passando a incorporar questões de cunho político-identitário – como, por exemplo, raça-etnia, sexo-gênero, dentre outros.

A análise crítica desses novos movimentos sociais, por meio dos novos atores sociais – no caso em questão, ativistas e agentes públicos envolvidos nas tensões entre as práticas universalistas e particularistas da política de direitos humanos –, rompe com a antiga representação dos movimentos sociais como agentes históricos do progresso, da razão e da revolução. Touraine (1984) separa os movimentos sociais da ideia de revolução, relacionando-os aos ideais de democracia e de liberdade política, sem os quais os atores sociais não podem negociar suas demandas ou enfrentar as relações de dominação nas quais se integram.

> Só há movimento social, condutas coletivas empenhadas no conflito pela gestão da historicidade, se o ator possuir a capacidade de se sobrepor às meras reivindicações e mesmo às negociações políticas para se reconhecer e afirmar mais como produtor do que como consumidor da situação social, como capaz de a pôr em questão em vez de tão-só lhe responder. (Touraine, 1984, p. 28)

O movimento social passa a ser entendido como um ator coletivo, envolvido nos conflitos pela gestão da sociedade. Assim, a perspectiva de uma sociologia dos sistemas sociais é substituída pela perspectiva da sociologia dos atores sociais, isto é, dos sujeitos, dos sistemas de ação, das relações de poder e dos conflitos sociais – e, portanto, dos movimentos sociais. Isto porque, para Touraine (1984, p. 49), "os atores sociais não se limitam a reagir às situações, mas produzem igualmente estas últimas"; eles "definem-se, ao mesmo tempo, pelas suas orientações culturais e pelos conflitos sociais em que estão envolvidos." Como consequência, nas sociedades programadas, a luta social ultrapassa a luta descrita pela perspectiva marxista, na qual a dinâmica das forças de produção e das relações de classe (entre burguesia e proletariado) era entendida como a única determinante da questão social.

> A noção de classe social correspondeu a um pensamento historicista. Ela fazia com que a oposição entre dominantes e dominados se baseasse na oposição entre a sociedade e a natureza [...]. Atualmente, ao contrário, devemos substituir as noções que definiram os atores a partir de uma situação não social por outras noções que analisam as situações em termos de atores e de relações sociais. É por isso que a noção de movimento social deve tomar o lugar da noção de classe social. (Touraine, 2002, p. 257)

Ao discutir sobre o paradigma dos novos movimentos sociais, Gohn (1997) aponta a existência de uma concordância entre Touraine e Melucci quanto à visão de que os movimentos sociais são "uma lente por meio da qual os problemas mais gerais podem ser abordados", haja vista que os movimentos sociais podem servir à institucionalização de práticas sociais e à mudança da linguagem cultural de uma época (Gohn, 1997, p. 157).

De fato, assim como foi proposto por Touraine, as contribuições de Melucci também nos possibilitam avançar de uma sociologia dos sistemas sociais para uma sociologia dos atores sociais.

Para Melucci (1996), nas sociedades complexas – isto é, nas sociedades que apresentam demandas não meramente econômicas (como, por exemplo, as demandas identitárias) – a democracia pode permitir que atores sociais sejam reconhecidos por aquilo que são ou por aquilo que querem ser. Tal condição conduz os atores ao desenvolvimento da autonomia. Nesse sentido, conforme destaca Melucci (1996), a "democracia é a liberdade de representação, liberdade de expressão identitária no sistema de representação, liberdade de pertencimento ou liberdade para construir espaços sociais de reconhecimento" (p. 220).

De modo semelhante a Touraine, Melucci (2001) aponta que a compreensão dos movimentos sociais apenas se faz possível a partir da maximização da visibilidade do conflito. Como consequência, um movimento social passa a ser visto não apenas como uma resposta a uma crise, mas como um sistema de ação que "comporta soli-

dariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere" (Melucci, 2001, p. 35). Em ambos os autores encontramos, ainda, uma advertência quanto à sacralização dos movimentos sociais, ou seja, quanto à compreensão dos movimentos sociais como iniciativas progressistas *a priori* – isso porque alguns movimentos sociais se potencializam, sobretudo, por estarem mais próximos das instituições hegemônicas e das práticas e discursos dominantes.

Contudo, a empreitada de classificar os movimentos sociais tradicionais meramente a partir de uma ênfase econômico-estrutural e a de classificar os novos movimentos sociais somente a partir de uma ênfase simbólico-cultural contribuiu para reduzir a compreensão acerca da complexidade das ações coletivas. Na verdade, muitas lutas sociais conciliam demandas econômico-estruturais com demandas simbólico-culturais. Como exemplo disso, temos, no movimento LGBT brasileiro, as reivindicações das travestis e transexuais por geração de emprego e renda e, também, por direitos de liberdade de expressão. Por questões como esta, Melucci (1996, 1997) revisa sua teoria e se distancia de Touraine, argumentando que a complexidade das relações que envolvem os movimentos sociais se atrela, sobretudo, aos antagonismos produtores dos constantes conflitos e negociações entre os diferentes atores sociais. Nessa perspectiva, dizer de <u>novos movimentos sociais</u> significa, antes, compreender que tais movimentos não se vinculam, estritamente, a uma única luta social, mas também às novas formas de linguagem, hábitos e culturas, os quais se traduzem nos processos de resistência e de transformação da lógica dominante:

> Os movimentos sociais não são novos ou velhos em si mesmos, mas compreendem diferentes orientações com seus componentes pertencendo a diferentes leis históricas de uma dada sociedade. A noção de identidade coletiva pode ajudar a descrever e explicar essa conexão entre a aparente unidade, que é sempre nosso ponto de partida empírica, e a sublinhar a multiplicidade. (Melucci, 1996, p. 79)

Em relação a esse contexto, para além da expressão novos movimentos sociais, cunhada por Touraine, merece destaque a expressão novas identidades coletivas, cunhada por Melucci. Segundo o autor, a compreensão acerca dos movimentos sociais e da ação coletiva supõe uma teoria da identidade coletiva. O conceito de identidade coletiva, pensado como as construções coletivas em torno de valores e símbolos de pertencimento grupal, contribui para o avanço das discussões sobre as demandas, os discursos e as práticas coletivas que têm permitido o desenvolvimento de redes de solidariedade que visem a uma mudança social. Nesse âmbito, as noções de reconhecimento, reciprocidade e pertencimento tornam-se importantes para a compreensão dos processos de constituição das identidades coletivas – o "nós" – como via de realização das ações coletivas (Melucci, 1996; Prado, 2002; Scherer-Warren, 1999).

Ao contrário de Touraine, para quem a "identidade é simplesmente abordada como um dado fixo" (Melucci, 1996, p. 67), Melucci (1996) interpreta o fenômeno social ancorando-se no conceito de identidade coletiva e ressalta a pluralidade de fatores e dimensões associadas à ação coletiva. Assim, ocorre a transposição da noção de um sujeito organizado e unificado para a noção de um sujeito múltiplo, não mais compreendido como ocupante de uma única posição, na estrutura social. Nessa perspectiva, o indivíduo passa a ser sujeito quando age como um ator social que interfere no seu meio. Mais do que ter acesso a bens e serviços públicos, o sujeito participa, transforma e constrói o próprio sistema em que vive.

A relação entre Movimento Social e Estado: Processo de Alargamento das Participações Sociais?

Se a participação social é exercida pela(o) cidadã(o), ela deve propiciar o exercício da cidadania – o que, por sua vez, ocorrerá desde que cada cidadã(o) seja um agente social na construção de sua identidade coletiva. Dessa maneira, podemos dizer que a definição

de identidade coletiva, articulada a uma noção mais ampla de cidadania, é crucial para estabelecermos a relação entre os discursos e as práticas que nos interpelam, ora como sujeitos sociais de discursos particulares, ora como sujeitos que podem falar e ser falados, a partir de uma ação coletiva (cf. Hall, 2005; Mendes, 2002; Melucci, 2001).

De acordo com Souza (2000), a teoria de Nancy Fraser sobre reconhecimento e redistribuição tem contribuído para elucidar os conflitos políticos presentes na modernidade tardia. Fraser (2006) esclarece que, desde o final do século XX, a luta por reconhecimento instaura-se como um conflito político, no qual a identidade de grupo é o principal meio de mobilização política, em contraponto às questões de classe. Com isso, as reivindicações por reconhecimento (da diferença) fortalecem as lutas dos diferentes grupos sociais em torno, sobretudo, dos seguintes temas: gênero, raça, etnicidade, sexualidade e nacionalidade. Nesse sentido, elaborar uma teoria crítica do reconhecimento requer que sejam contemplados tanto os aspectos simbólico-culturais quanto os aspectos redistributivos econômicos.

Vale ressaltar que, no Brasil, a relação entre os movimentos sociais e o Estado passou por várias mudanças, sobretudo desde a década de 1960. Durante o período ditatorial brasileiro, os grupos sociais, bastante reprimidos pelo Governo e pelas elites dominantes, preferiam atuar de forma autônoma em relação ao Estado. A partir da redemocratização política, contudo, os movimentos sociais e as associações civis passaram a buscar interlocuções com os governos, e alguns militantes passaram, gradativamente, a assumir cargos na administração pública. Embora positivo, hoje percebemos que esse processo também desencadeou uma desmobilização dos movimentos sociais, devido à cooptação de suas lutas sociais por parte do Governo, o que enfraqueceria a resistência militante (Gohn, 1997).

Tanto Touraine (1984) quanto Melucci (1997) alertam sobre o risco da cooptação dos movimentos sociais pelo poder público e,

consequentemente, sobre o risco das perspectivas universalistas de direitos humanos abafarem as especificidades das lutas das minorias sociais. De fato, existem diferenças na visibilidade dos movimentos sociais que estão mais pactuados com o Estado e daqueles que preferem uma postura de independência para com relação ao poder público. Além disso, os primeiros podem ser sutilmente utilizados como mecanismos políticos para o enfraquecimento das mobilizações progressistas.

Contudo, apesar das várias mudanças ocorridas na gestão das políticas sociais, ao longo das últimas décadas, o poder público ainda tende a se orientar por práticas políticas tradicionais, e a sociedade civil ainda se encontra, em sua maior parte, incipientemente organizada. Com relação às dificuldades da parceria entre movimentos sociais e Estado, podemos destacar (Scherer-Warren, 1999):

> Por parte do Estado: a resistência à democratização do poder; as rivalidades partidárias; a falta de transparência e o atrelamento do bem-público aos interesses privados; os entraves no funcionamento da máquina administrativa, burocratizada e centralizada e autoritarismo dos agentes públicos, indicando a falta de prática para lidar com a democracia.
>
> Por parte da sociedade civil: a incipiente organização da população; a dificuldade de envolvimento do cidadão nos processos participativos; a falta de exercício de participação na gestão pública; a tradição de delegação do poder ao Estado.

Todavia, a transversalidade da participação dos ativistas em vários movimentos sociais e mesmo no poder público, nem sempre é negativa para as lutas sociais. Alguns desses atores sociais múltiplos – por exemplo, alguns ativistas do movimento feminista e LGBT que compõem cargos públicos – têm demonstrado que convivem muito bem com a fluidez das representações identitárias e das participações políticas. Isso mudou a própria dinâmica dos movimentos sociais, que foram amenizando as suas resistências ao Estado. Por isso, atual-

mente, o Estado não é mais reconhecido como inimigo dos grupos sociais. Além disso, a criação das Organizações Não-Governamentais (ONGs) – o chamado Terceiro Setor – se fortalece nesse contexto, no qual a relação entre a sociedade civil e o Estado deixa de ser uma relação de oposição e conflito e se reestrutura como uma relação de troca de interesses, experiências e vivências.

A parceria estreita com o poder público viabiliza a captação de recursos e projetos, favorecendo a legitimidade dos grupos no âmbito governamental e a profissionalização de práticas voluntárias. Em contraponto, a autonomia em relação ao poder público é o que permite aos ativistas o alcance de maior poder de atuação e maior independência política. Todavia, um movimento social que seja independente e não institucionalizado encontra maior resistência por parte do Governo para inserir suas reivindicações, na agenda política.

Os movimentos sociais e o Estado são formados por sujeitos, e não podemos esquecer que eles são plurais, ambivalentes e, por vezes, contraditórios. À vista disso, o reconhecimento da necessidade de equivalências sociais, percebido frente à injustiça social, decorre da conscientização de que os direitos humanos devem ser garantidos para todos. Apesar dos conflitos listados ocorrerem, frequentemente, devido à existência de disputas personalistas e interesses individuais, relacionados à luta por recursos, a cultura política, as crenças políticas e ideológicas, bem como a formação de redes de parcerias são, também, importantes para a constituição e a manutenção das ações políticas democráticas.

Políticas Públicas: Entre a Regulação e a Emancipação

Uma vez que as políticas públicas se constituem como respostas construídas pelo Estado às demandas da sociedade, o direito coletivo, muito frequentemente, elege prioridades de um grupo social em relação a outros. Contudo, o processo de construção de políticas públicas deve se orientar não apenas pelos interesses universais, mas

também por aqueles interesses e demandas específicas, provenientes dos diversos grupos e minorias sociais. As políticas públicas, ditas universais, precisam se articular com as ações políticas voltadas para grupos específicos, buscando, assim, uma política que seja para todos, sem descaracterizar os grupos e os sujeitos. No entanto, como garantir que todas as lutas e as particularidades sejam incluídas, na arena política, de forma emancipatória?

A formulação de políticas públicas deve ser compreendida como o processo por meio do qual os governos, junto à sociedade civil organizada, traduzem as demandas sociais em programas e ações que produzirão as mudanças desejadas. Contudo, não podemos nos abster de destacar que esse cenário burocrático é marcado por correlações de força e poder, por conflitos ideológicos e escassez financeira. Por conseguinte, o diálogo constante entre formuladores e implementadores de políticas públicas é um grande desafio para sua efetividade (Mello, Avelar, & Maroja, 2012).

A complexidade que envolve a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas vem da história de sua criação. Muitas vezes, essas políticas são formuladas em contextos autoritários, nos quais os indivíduos são vistos mais como objetos de regulação estatal do que como sujeitos de direitos. Como consequência, tais dinâmicas políticas sustentam concepções acríticas e meramente assistencialistas sobre dignidade humana, liberdade e solidariedade.

As políticas públicas de caráter democrático exigem a articulação entre subjetividade e cidadania para a efetivação de uma cultura emancipatória. Santos (1994) ressalta que vivemos um processo de transição paradigmática entre modelos regulatórios e emancipatórios. Com o fito de superar os primeiros, não basta considerar a inter-relação entre cidadania (respeito à igualdade) e subjetividade (respeito à diferença), mas é preciso, também, trabalhar essa articulação a partir da emancipação. Na perspectiva da regulação, o mercado e o Estado sobrepõem-se à comunidade e a relação entre subjetividade e cidadania se concretiza pela via da tutela e da caridade. Na pers-

pectiva da emancipação, por sua vez, o sujeito detém um papel ativo na construção das políticas públicas e a relação entre subjetividade e cidadania se concretiza, pela via da autonomia e da participação. Na vertente emancipatória, portanto, os movimentos sociais podem produzir uma pressão social mais significativa, fortalecendo as suas reivindicações frente ao poder público.

As análises anteriores se prestam para pensar o paradoxo discutido por Laclau (2011), segundo o qual a universalidade não tem um conteúdo concreto próprio, mas é um horizonte sempre móvel e, por isso, incomensurável com qualquer particularidade. Esse paradoxo entre as políticas públicas de direitos humanos (universais) e aquelas de ordem particular não pode ser resolvido, pois a sua irresolução é, justamente, o que garante a continuidade da democracia, tal como afirma Laclau (2011):

> Se a democracia é possível, é porque o universal não tem corpo e conteúdos necessários; antes, diferentes grupos competem entre si para dar temporariamente a seus particularismos uma função de representação universal. A sociedade gera um vocabulário de significantes vazios cujos significados temporários decorrem de uma competição política. É essa incapacidade última da sociedade de se constituir enquanto sociedade [...] que torna incontornável a distância entre o universal e o particular e, consequentemente, encarrega os agentes sociais concretos desta tarefa impossível: o alcance da interação democrática. (p. 66)

Dessa forma, quando os atores sociais visam a alcançar a universalidade, a partir de suas ações políticas, é porque conseguiram superar a própria forma de dominação, mantendo uma permanente assimetria entre as políticas universais e particulares e, assim, garantindo o alargamento das lutas democráticas.

Considerações Finais

Na sociedade contemporânea, tanto a racionalização quanto a subjetivação são imprescindíveis para abarcar a complexidade e a

pluralidade das demandas sociais. Por isso, razão e sujeito, universalidade e particularidade, são dois polos opostos e, ao mesmo tempo, complementares. Passou-se muito tempo acreditando naquilo que a elite capitalista, identificada com a racionalidade, tentava impor: a ideia de que, para o triunfo da ciência, seria necessário renunciar ao sujeito, ao sentimento, à imaginação, ou seja, a todas as particularidades relacionadas aos grupos sociais. Isso contribuiu para enfraquecer as lutas das minorias sociais, desqualificando-as como lutas menores, em relação às mobilizações universalistas por direitos humanos. Nesse contexto, as discussões realizadas a partir do pensamento de Touraine e Melucci apontam para o fato de que a obtenção de uma compreensão mais nítida acerca dos novos movimentos sociais e sua relação com o Estado depende, principalmente, da investigação sobre a pluralidade de fatores e dimensões associadas à ação coletiva. Com isso, a proposta de debater a relação entre políticas públicas, direitos humanos e democracia perpassa, também, por uma discussão sobre a produção de subjetividades e a participação social.

Como vimos, pensar a ação dos sujeitos políticos na produção de políticas públicas democráticas implica, sobretudo, ressaltar a necessidade de construção de um Estado que garanta a concretização não apenas dos interesses universais, mas também o atendimento de demandas específicas, provenientes dos diversos grupos e minorias sociais. Por isso, não tratamos, neste texto, de um campo de direitos específicos para um grupo social, mas da discussão acerca do reconhecimento de demandas particulares daqueles grupos sociais que se encontram excluídos daquilo que é formalizado como política universal dos direitos humanos. Além disso, diante do grave quadro de desigualdade social presente na sociedade brasileira, bem como da postura conservadora evidente nos vários âmbitos do nosso Estado, faz-se importante destacarmos as estratégias políticas de participação social e as suas contribuições nos processos de desenvolvimento e execução de políticas públicas efetivas.

Se, por um lado, o enfoque em uma especificidade absoluta também traz problemas – como, por exemplo, a fragmentação e o enfraquecimento das lutas sociais –, por outro lado, o tensionamento entre os direitos universais e os direitos específicos amplia, desloca e torna mais crítica a noção de universalidade dos direitos humanos. Assim, precisamos assumir a universalidade dos direitos humanos como um instrumento de tradução de reciprocidades. Precisamos continuar pensando os direitos humanos como um significante vazio, reconhecendo que as disputas entre os diferentes discursos sociais buscam dar forma, preenchimento e significado àquilo que cada sujeito e/ou grupo social compreende como universal. Frequentemente, cada um de nós parte de referenciais, posições e valores que, em sua maioria, são hegemônicos. Por isso, é relevante a manutenção dos conflitos e das demandas das minorias sociais, de modo a alargar o conjunto dos direitos humanos a serem universalizados e, assim, garantir à sociedade um caráter mais pluralista e democrático.

Referências

Fraser, N. (2006). ¿De la redistribución al reconocimiento? Dilemas en torno a La justicia em uma época "postsocialista". In N. Fraser, *Iustitia interrupta: Reflexiones críticas desde la 'posición postsocialista'* (pp.17-54.) Santafé de Bogotá: Siglo Del Hombre Editores, Universidad de Los Andes, Facultad de Derecho.

Gohn, M. G. (1997). *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.* São Paulo: Loyola.

Hall, S. (2005.). *A identidade cultural na pós-modernidade.* Rio de Janeiro: DP&A.

Laclau, E. (2011). *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Mello, L., Avelar, B. R., & Maroja, D. (2012). Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. *Soc. Estado*, *27*(2), 289-312.

Melucci, A. (2001). *A invenção do presente*: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, RJ: Vozes.

Melucci, A. (1996). *Challenging codes: collective action in information age.* Cambridge: University Press.

Melucci, A. (1997). Movimentos sociais e sociedade complexa. *Cadernos do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Movimentos Sociais,* 2, 28-37.

Mendes, J. M. O. (2002). O desafio das identidades. In B. S. Santos (Org.), *A globalização e as ciências sociais* (pp. 503-540). São Paulo: Cortez.

Prado, M. A. M. (2002). Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, *8*(11), 59-71.

Santos, B. S. (1994). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.* São Paulo: Cortez.

Scherer-Warren, I. (1999). Cidadania e Participação em Políticas Sociais. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec.

Souza, J. (2000). Uma teoria crítica do reconhecimento. *Lua Nova,* 50, 133-158.

Touraine, A. (1984). *O Retorno do Actor: ensaio sobre sociologia*. Portugal: Instituto Piaget.

Touraine, A. (2002). *Crítica da Modernidade.* Petrópolis, RJ: Vozes.

Sobre os autores

Adriana M. Amado da Costa de Andrade
Doutora em Sociologia (UFMG), Professora Titular da ACADEPOL/PCMG, Coordenadora do Curso Tecnológico de Gestão de Segurança Privada/Faculdade Novos Horizontes/BH.
drikamado@gmail.com

Alfredo Guillermo Martín
Psicólogo, analista institucional, doutor em Ciências da Educação (Paris VIII), pós-doutor em Psicologia Intercultural (Toulouse II), professor (DE) do Curso de Psicologia – Universidade Federal do Rio Grande (FURG) - (RS).
alguimargen2@gmail.com

Aluísio Ferreira de Lima, Dr.
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia; Professor Adjunto IV - Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará - UFC. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.
aluisiolima@hotmail.com

Amanda Layse de Oliveira Feitosa
Graduanda em Psicologia na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC/UFAL).
amanda.layse@hotmail.com

Andréa Moreira Lima
Doutora em Psicologia Social pela UFMG, com período de doutoramento, como bolsista da CAPES, no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. Professora do Centro Universitário UNA.
andrea.m.lima10@gmail.com

Érica da Silva Fróis
Psicóloga, Mestre e Doutoranda em Psicologia pela PUC Minas. Psicomotricista, Psicóloga infanto-juvenil, Coordenadora do Espaço Três Passos, Docente da PUC Minas, coordenadora de projetos de extensão da PUC Minas.
ericafrois@gmail.com

Francisco José Machado Viana
Mestre e Doutor em Ciências Biomédicas pelo Programa de Tocoginecologia da Faculdade de Ciências médicas da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Professor Titular II dos Cursos de Psicologia e da saúde do Centro Universitário Newton Paiva. Psicólogo da Maternidade Odete Valadares – FHEMIG.
fviana55.psc@gmail.com

Frederico Alves Costa
Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
fredericoalvescosta@gmail.com

Ingrid Almeida Ramos
Psicóloga pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Preceptora na pesquisa intitulada "A inserção do Agente Comunitário de Saúde na estratégia de matriciamento em saúde mental: contribuições para uma política de educação permanente em saúde mental." Coordenadora do setor de prevenção Álcool e

outras drogas no Centro de Referência e acolhimento ao usurário de álcool crack e outas drogas (CRAD BETIM). Analista Social no Programa Controle de Homicídios Fica Vivo.
ingrid.almeidaguedes@hotmail.com

Juliana Perucchi
Doutora em psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora adjunta IV do Curso de Graduação em Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Coordenadora do Núcleo de Pesquisas e Práticas em Psicologia Social, Políticas Públicas e Saúde, Núcleo PPS, na mesma universidade.
jperucchi@gmail.com

Letícia Cardoso Barreto
Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), área de concentração estudos de gênero; mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), área de concentração em Psicologia Social; psicóloga formada pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atua principalmente nas áreas de psicologia social, estudos de gênero e sexualidade, com enfoque na temática da prostituição.
leticiacardosobarreto@gmail.com

Letícia Gonçalves
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOS) / UFRJ, FIOCRUZ, UERJ. Mestre em Psicologia/ PUC Minas. Especialista em Promoção da Saúde no contexto da Atenção Primária à Saude/Escuela Nacional de Salud Pública de Cuba. Trabalha com os seguintes temas: saúde das mulheres, aborto, gênero, violências contra as mulheres, formação em saúde.
leticia1goncalves@yahoo.com.br

Lívia Barbosa Lima
Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC-UFAL).
liviaabarbosa@gmail.com

Luiz Carlos Castello Branco Rena
Pedagogo e Mestre em Psicologia Social pela UFMG. Professor Assistente III das disciplinas da área educacional no Curso de Psicologia da PUC Minas/Betim. Coordenador do Núcleo de Estudos em Psicologia e Processos Sociais – NEPPSO.
luiz.rena@pucminas.br

Luiz Felipe Viana Cardoso
Psicólogo pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da mesma universidade. Possui especialização em Psicodrama pelo Instituto Mineiro de Psicodrama Jacob Levy Moreno (IMPSI).
luizfelipevcardoso@gmail.com

Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes
Psicanalista, mestre em Psicologia Clínica e doutora em Ciências Sociais pela Puc-SP, coordenadora Geral de Combate à Tortura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2009-2010), membro da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo
dodoraarantes40@gmail.com

Maria de Fátima Aranha de Queiroz e Melo
Doutora em Psicologia Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal

de São João del-Rei (UFSJ). Trabalha na interface da Psicologia Clínica, Psicologia da Educação e Psicologia Social.
fatimaqueiroz.ufsj@gmail.com

Maria dos Anjos Lara e Lanna
Psicóloga, Cientista Social, Mestre em Psicologia Social e Doutora em Linguística pela UFMG. Professora Adjunta IV nos Cursos de Psicologia da PUC Minas em Arcos, Betim e São Gabriel/BH. Líder do Grupo de Pesquisa Articulações Interdisciplinares - PUC Minas/CNPQ
zanjalara@gmail.com

Maria Ignez Costa Moreira
Professora da Faculdade de Psicologia – Programa de Pós-graduação em Psicologia – PUC Minas. Doutora em Psicologia Social – PUC SP. Pós-doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro da GT/ANPEPP A Psicologia Sócio-histórica e o contexto brasileiro de desigualdade social.
maigcomo@uol.com.br

Marília Novais da Mata Machado
Doutora pela Universidade de Paris XIII (Paris Norte). Pós-doutora pela Universidade Federal de São João del-Rei. Foi professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais, pesquisadora visitante e professora visitante nacional sênior (PVNS/Capes) na Universidade Federal de São João del Rei.
marilianmm@gmail.com

Robson Sávio Reis Souza
Doutor em Ciências Sociais; professor da PUC Minas, onde coordena o Núcleo de Estudos Sociopolíticos. Membro do Conselho Estadual de Direitos Humanos de Minas Gerais (1999-2002; 2013-atual); da Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura de

Minas Gerais (2000-2005; 2015-atual); e da Comissão da Verdade em Minas Gerais (2015-atual).
robsonsavio@gmail.com

Rubens Ferreira do Nascimento
Mestre em Psicologia (UFMG), Professor da PUC MINAS, Psicólogo Social e Coordenador do Projeto de Extensão MeDH & Ação Comunitária: Mediação, Direitos Humanos e Ação Comunitária.
rubensfn@uol.com.br